UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JANIRA SODRÉ DE MIRANDA

LIBERDADE, ESCRITA E AUTORIA NEGRA EM GOIÁS NA PASSAGEM DO SÉCULO XVIII AO XIX

BRASÍLIA
2026

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JANIRA SODRÉ DE MIRANDA

LIBERDADE, ESCRITA E AUTORIA NEGRA EM GOIÁS NA PASSAGEM DO SÉCULO XVIII AO XIX

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação História do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau Doutora em História.

Brasília
2026

LIBERDADE, ESCRITA E AUTORIA NEGRA EM GOIÁS NA PASSAGEM DO SÉCULO XVIII AO XIX

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto – PPGHIS/UnB
(Orientadora)

Profa. Dra. Rosinalda Corrêa da Silva Simoni – UFT e PUC-Goiás
(Membra Externa)

Prof. Dr. Murilo Borges Silva – ICHL/UFJ
(Membro Externo)

Profa. Dra. Mariléa de Almeida – HIS/UnB
(Membra Interna)

Profa. Dra. Patricia Maria Alves de Melo – PPGH/UFAM
(Suplente)

Dedico este trabalho de pesquisa a Mariana, filha amada.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas deveriam ser registradas aqui, pois a produção de uma tese é fruto de processo que se desenvolve ao longo da vida. Corre-se sempre o risco de não mencionar pessoas que deveriam estar listadas. A todas espero ter agradecido durante todo o processo e -penhorada - ser sempre grata.

No prazer de destacar nomes, agradeço à minha família. Às minhas mães Lucimar e Dorcelina, que insuflaram o vento bom da tenacidade, autoconfiança e dengo. E que me benzem por onde eu for. E agradeço ao meu pai, Francisco de Eduadro, que experimentou e ensinava a intensidade e o entusiasmo pela vida. Agradeço a Jandira e Mariana Sodré Miranda, que me ensinam todos os dias o gosto de amar.

Agradeço às pessoas que marcaram minha trajetória acadêmica na qualidade de professores, com especial deferência à Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto, que sempre demonstrou confiança, estímulo e empenhou orientação segura e continuada, fundamentais à realização deste trabalho. Agradeço aos colegas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, professores, servidores e estudantes. De modo particularmente relevante, agradeço à Rede de Historiadores Negros e Negras do Brasil e ao Grupo de Trabalho Emancipação e Pós-abolição da Associação Nacional de História. Às professoras Mariléa de Almeida, Rosinalda Correa Silva Simoni e ao professor Murilo Borges Silva agradeço por suas contribuições ao processo de avaliação desta tese.

Agradeço à CAPES, à FAPESP, ao Instituto Federal de Goiás, à Pontifícia Universidade Católica de Goiás, à FUNAPE e à Universidade de Brasília que, em momentos diferentes do processo, me ofereceram bolsa ou subsídio de fomento e tempo para dedicar à pesquisa.

Agradeço às equipes do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Arquivo da Diocese de Goiás, Arquivo da Fundação Simão Dorvi, Arquivo do Museu das Bandeiras, Arquivo Histórico do Cartório do 1º Ofício de Goiás, Arquivo da Diocese de Mariana, Arquivo Público de Estado da Bahia, Arquivo Nacional e Arquivo do Instituto de Estudos Históricos do Brasil Central.

Agradeço a todas as pessoas dos grupos Instituto Pretas, Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, Grupo de Mulheres Negras Malunga, Centro de Referência Lélia Gonzalez, Colettiva Preta, Associação Quilombo Kalunga, Coletiva Xica Manicongo, Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiros da PUC Goiás, Núcleo de Estudos das Relações Raciais e de Gênero, Gira Leodegária, Comitê de Mulheres da Associação Quilombo Kalunga, Rede Latinoamericana de Feminismos de Terreiro, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, Comitê da Marcha de Mulheres Negras 2025 e Red de Mujeres Negras de América Latina y el Caribe.

Especial agradecimento às minhas amigas e amigos: André Filgueira, Hildete Nogueira, Maria Jardim de Deus, Arilene Martins, Ludmila Almeida, Marta Cezaria, Maricel Mena, Renan Rocha, James Early, Vanessa Alencar, Gabriel Ambrósio, Fabiane Bueno, Euzébio Carvalho, João José, Nicali Bleyer, Janaína Cristina, Nelson de Odé. Sempre presentes com apoio permanente, incentivo, escuta, compreensão pelas ausências, revisões, provocações teóricas, afeto, dedicação, cumplicidade, presença, paciência, lealdade, amor. De uma camaradagem cujas raízes e rizomas nasceram e prosperaram em um cultivo que vem de muito longe no tempo.

RESUMO

Esta tese resulta de pesquisa sobre a participação da gente negra na vida social e política na Capitania de Goiás na passagem do século XVIII ao XIX, investigando os nexos históricos entre a invenção das escrituras jurídica e histórica em Goiás. Caracterizado pela presença africana e por seus descendentes em processos de inserção e reinvenção de trajetórias, este espaço social foi ainda marcado pelo dinamismo da vida urbana em regime de sociedades mineiras. Evidencia a centralidade e o protagonismo negro na disputa pelo espaço urbano e mormente por inscrever de modo perene a escrita compartilhada ou autoral sobre Goiás. A documentação analisada é composta por um conjunto de coleções documentais, que perpassam processos jurídicos, documentação administrativa em amplo escopo, considerando denúncias, sobretudo aquelas que explicitam a presença negra na administração da capitania, processos de sublevações políticas, processos jurídicos por emancipação, corografias, escritos na imprensa, sejam crônicas, poesias, roteiros dramatúrgicos ou traduções – com o fito de sustentar historiograficamente a pluralidade, a polimorfia e a amplitude da autoria negra em Goiás e perquirir os mecanismos que permitiram a inscrição negro-africana no ambiente da escritura jurídica e histórica; e que acionaram as possibilidades do protagonismo por liberdade e participação da gente negra em Goiás, no ambiente colonial. Entre os sujeitos investigados, destacam-se as trajetórias de Joanna Mina e Luiz Antonio Silva e Souza, que viveram em Goiás na passagem do século XVIII para o XIX, conformando dois conjuntos prosopográficos da presença negra no período. A investigação estabelece uma crítica à historiografia existente para trazer à tona a questão dos significados e impactos do protagonismo negro na invenção da escrita na capitania de Goiás. A pesquisa estabelece crítica à historiografia para trazer a lume a questão dos significados e impactos do protagonismo negro na invenção da escrita na capitania de Goiás. Os temas e problemas colocados à documentação e revisados nesta perspectiva revisam concepções hegemônicas e sugerem novas perspectivas sobre o arquivo colonial, potencializando olhares plurais para a participação social, política e intelectual da gente negra em Goiás.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita, autoria negra, emancipação, Goiás.

ABSTRACT

This thesis presents an investigation into the social and political participation of the Black population in the Captaincy of Goiás during the transition from the eighteenth to the nineteenth century, examining the historical linkages between the development of legal and historical writing in the region. The Captaincy of Goiás, a social space characterized by the presence of Africans and their descendants engaged in processes of integration and the redefinition of trajectories, was marked by the dynamism of urban life within societies structured by mining activities. This study underscores the centrality and protagonism of Black individuals in the contestation for urban space and, crucially, in the enduring inscription of shared and individual authorship regarding Goiás. The analyzed documentation comprises a diverse body of archival collections, encompassing legal proceedings, broad-scoped administrative records—including denunciations that highlight the presence of Black individuals in the captaincy's administration—records of political uprisings, manumission lawsuits, chorographies, and press writings such as chronicles, poetry, dramatic scripts, and translations. This comprehensive analysis aims to historiographically substantiate the plurality, polymorphism, and breadth of Black authorship in Goiás, while investigating the mechanisms that facilitated Afro-descendant inscription within the legal and historical writing environment. Furthermore, it seeks to explore how these mechanisms activated opportunities for protagonism in the pursuit of freedom and participation for Black individuals within the colonial context of Goiás. Among the individuals investigated, particular attention is given to the trajectories of Joanna Mina and Luiz Antonio Silva e Souza, who lived in Goiás at the turn of the eighteenth to the nineteenth century, thereby constituting two prosopographical sets illustrating the Black presence during this period. The research critically engages with existing historiography to illuminate the meanings and impacts of Black protagonism in the development of writing within the Captaincy of Goiás. The themes and problems addressed through this documentation, re-examined from this perspective, revise hegemonic conceptions and propose new perspectives regarding the colonial archive, thereby fostering pluralistic understandings of the social, political, and intellectual participation of the Black population in Goiás.

KEYWORDS: Writing, Black authorship, Emancipation, Goiás.

RÉSUMÉ

Cette thèse est le résultat d'une recherche sur la participation des Noirs à la vie sociale et politique à la Capitainerie de Goiás au tournant des XVIIIe et XIXe siècles, en examinant les liens historiques entre l'élaboration des écritures juridiques et historiques à Goiás qui est caractérisée par la présence africaine et par leurs descendants, qui sont en processus de s'insérer et de réinventer leurs trajectoires, dans cet espace social marqué par le dynamisme de la vie urbaine dans le régime des sociétés minières. Elle met en évidence l'importance et le rôle central des Noirs dans la lutte pour l'espace urbain et surtout pour inscrire de manière pérenne l'écriture partagée ou originale sur Goiás. La documentation analysée est composée d'un ensemble de collections documentaires qui couvrent des processus juridiques, des documents administratifs à large portée, y compris des plaintes, en particulier celles qui explicitent la présence noire dans l'administration de la Capitainerie, des processus de soulèvements politiques, des processus juridiques d'émancipation, des chorégraphies, des écrits dans la presse, qu'il s'agisse de chroniques, de poèmes, de scénarios dramatiques voire même de traductions. L'objectif est de soutenir historiographiquement la pluralité, la polymorphie et l'ampleur de la création noire à Goiás, en se questionnant sur les mécanismes qui ont permis l'inscription des noire-africaine dans le domaine de l'écriture juridique et historique. Et qui ont engendré les possibilités de mettre au centre les luttes pour la liberté et la participation des Noirs à Goiás, dans le contexte colonial. Parmi les sujets étudiés, se distinguent les trajectoires de Joanna Mina et de Luiz Antonio Silva e Souza, qui ont vécu au Goiás au passage du XVIIIe au XIXe siècle, constituant deux ensembles prosopographiques de la présence noire durant cette période. La recherche établit une critique de l'historiographie afin de mettre en lumière la question des significations et des impacts du protagonisme noir dans l'invention de l'écriture dans la capitainerie de Goiás. Les thèmes et les problèmes soulevés dans la documentation et révisés dans cette perspective, révisent les conceptions hégémoniques et suggèrent de nouvelles perspectives sur les archives coloniales, favorisant des regards pluriels sur la participation sociale, politique et intellectuelle des Noirs à Goiás.

MOTS-CLÉS : Écriture, auteurs noirs, émancipation, Goiás.

RESUMEN

Esta tesis presenta una investigación sobre la participación de la población negra en la vida social y política de la Capitanía de Goiás durante la transición de los siglos XVIII al XIX, indagando los vínculos históricos entre la creación de escrituras jurídicas e históricas en ese territorio. Este espacio social, caracterizado por la presencia africana y de sus descendientes en procesos de inserción y reinvención de trayectorias, estuvo también marcado por el dinamismo de la vida urbana en el régimen de las sociedades mineras. El estudio evidencia la centralidad y el protagonismo de la población negra en la disputa por el espacio urbano y, principalmente, por inscribir de manera perenne su escritura, ya sea compartida o de autoría propia, en la historia de Goiás.

La documentación analizada se compone de un conjunto de colecciones documentales que abarcan procesos jurídicos, documentación administrativa de amplio alcance —incluyendo denuncias, especialmente aquellas que explicitan la presencia negra en la administración de la capitanía—, procesos de sublevaciones políticas, juicios de emancipación, corografías y escritos en la prensa —como crónicas, poesías, guiones dramáticos o traducciones—. Todo ello con el propósito de sustentar historiográficamente la pluralidad, la polimorfia y la amplitud de la autoría negra en Goiás, de indagar los mecanismos que permitieron la inscripción afrodescendiente en el ámbito de la escritura jurídica e histórica, y de comprender las posibilidades de protagonismo en la lucha por la libertad y la participación de dicha población en el contexto colonial.

Entre los sujetos investigados, se destacan las trayectorias de Joanna Mina y Luiz Antonio Silva e Souza, quienes vivieron en Goiás a caballo entre los siglos XVIII y XIX, conformando dos conjuntos prosopográficos de la presencia negra en el período. La investigación establece una crítica a la historiografía existente para sacar a la luz el significado y el impacto del protagonismo negro en la creación de la escritura en la capitanía de Goiás. Los temas y problemas planteados a la documentación y examinados desde esta perspectiva revisan concepciones hegemónicas y sugieren nuevos enfoques sobre el archivo colonial, potenciando miradas plurales sobre la participación social, política e intelectual de la población negra en Goiás.

PALABRAS CLAVE: Escritura, autoría negra, emancipación, Goiás.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa com Trajeto percorrido por Joanna Mina de Passa Três para Vila Boa de Goiás…….51

Figura 2 – Vista Panorâmica de Vila Boa de Goiás (terça parte, à direita) datada em 1803, autoria não identificada, original na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo. Destaque para o Largo da Cadeia.....54

Figura 3 – Retrato fotográfico de Basílio Serradourada, patriarca de uma família de homens negros letrados e contemporâneo de Luíz Antonio Silva e Souza.....103

Figura 4 – Retrato fotográfico do Cônego José João Iria Serradourada, que certamente terá sido aluno de latim de Luíz Antonio Silva e Souza na vila Boa de Goyas.....104

Figura 5: Fotografia da Entrada da Rainha na Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Benedito.....144

Figura 6: Folha de rosto da publicação A discórdia ajusta, Rio de Janeiro, 1819.....152

Figura 7: Fac símile da primeira página da tradução de Luiz Antonio Silva e Souza do canto segundo de Tasso.....159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Africanos alforriados (1800-1824) 44

Tabela 2 – Nacionalidade de homens e mulheres alforriados (1800-1824) 45

Tabela 3 – Levantamento Censitário da Capitania de Goiás, Correição da Vila Boa (1804) 77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFSD	Arquivo Frei Simão Dorvi
AHEG	Arquivo Histórico Estadual de Goiás
AHUL	Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)
ANPUH	Associação Nacional de História
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CFCG	Cartório de Família da Cidade de Goiás
CPOGC	Cartório do Primeiro Ofício da Cidade de Goiás
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FUNAPE	Fundação de Apoio à Pesquisa
HIS/UnB	Departamento de História da Universidade de Brasília
ICHL/UFJ	Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Jataí
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGG	Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
IPEHBC	Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central
MEC	Ministério da Educação
NEGRA	Núcleo de Estudos das Relações de Gênero, Raciais e Afrodescendências
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PPGHIS/UnB	Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília
PUC-Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **15**

CAPÍTULO 1 ..... **29**

O DIREITO DE TRATAR DE SUA LIBERDADE: PROCESSO, DISPUTA E AUTORIA COMO DISPOSITIVOS DE LIBERDADE **29**

1.1. Mover Processo: arquivo, operação colonial e desafios para a escrita da história e participação da gente negra na Capitania de Goiás 29

1.2. Audácia e o Natural Desejo por Liberdade: a luta da gente negra, as redes e jogos políticos na Vila Boa em meio á crise de 1789-1803 42

1.3 Joanna Mina: dispositivos de liberdade, protagonismo negro e processo jurídico omo discputa pela escrita da história 57

1.4. Evasão do Cativeiro, Insurgência e Fricção: Joanna Mina na Vila Boa 67

1.5 Para Tratar de Sua Liberdade: a presença africana como acionadora de dispositivos, narração, ditado e emancipação 73

CAPÍTULO 2 ..... **86**

TRAJETÓRIA, VIAGENS E ESCRITURA NA INVENÇÃO DE GOIÁS: AUTORIA E PROTAGONISMO DE LUÍZ ANTONIO SILVA E SOUZA **86**

2.1 Testar, Legar e Atestar: uma trajetória entre as Minas Gerais e Minas de Goiás 86

2.2 Ascendência Africana, Dispensa e Viagens: estratégias e dinâmicas para contornar impedimentos coloniais 91

2.3 Historiador, Poeta, Dramaturgo, Político, Tradutor e Teólogo Na Vila Boa: entre letrados negros 103

2.4 Escrita sobre Goiás como Inventividade Negra: questões para a história 109

CAPÍTULO 3 ..... **127**

TRAJETÓRIAS, ENCONTROS, MÚLTIPLAS ESTRATÉGIAS: JOANNA MINA E LUIZ ANTONIO SILVA E SOUZA ENTRE MUNDOS **127**

3.1 Morfologia das Estratégias: lugares sociais, escrita, biblioteca, associativismo, festejo e teatro a partir do protagonismo da gente negra 127

3.2 Espaços da Vida Social e Intelectual na Vila Boa: Joanna Mina, Luiz Antonio Silva e Souza e as experiências plurais entre territórios de escrita e de oralidade no Mundo Atlântico 139

3.3 Escrita, Escritos e Autoria: Vila Boa em Rede na Comunidade do Atlântico Negro 152

3.4 Trajetórias em Emancipação: escrita, escritores, escrituras negras no Mundo Atlântico 166

CAPÍTULO 4 180

PROTAGONISMO E AUTORIA NEGRA NA INVENÇÃO DE GOIÁS: LUIZ ANTONIO SILVA E SOUZA, IDEÓLOGO DA DECADÊNCIA DA COLÔNIA E AUTOR DA RESSURGÊNCIA DA PROVÍNCIA 180

4.1 Do Descobrimento à Invenção de Goiás: uma heterotopia entre a decadência do esplendor e o ressurgir de Goiás a partir do texto corográfico 180

4.2 Luiz Antonio Silva e Souza Educador: uma didática da região, da nacionalidade E da modernidade 203

4. 3 Interromper o Silêncio e Levantar a Voz: deslizamentos entre nação, província e a escrita como discurso de liberdade 217

CONSIDERAÇÕES FINAIS 237

FONTES 252

DOCUMENTOS PUBLICADOS 254

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 256

INTRODUÇÃO

O projeto desta tese nasceu de uma história de interesse e envolvimento para com a presença negra em Goiás, uma aproximação que foi imediata à minha chegada a Goiânia, no ano de 2001, para ministrar aulas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Atividade que conjuguei à atuação no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, para o qual havia sido nomeada na qualidade de diretora. Nos anos seguintes, pude ter contato direto com o Fundo de Arquivo do IPEHBC. E, ainda que suas coleções documentais recobrem um vasto período, que desborda às datas limites desta pesquisa, sempre monopolizou a minha curiosidade historiográfica a documentação do período entre 1722 e 1821/2, considerando a documentação sob a observação, as ideias, os interesses e questões originadas na imaginação de uma pesquisadora negra. A questão que estava colocada sempre à frente dos meus olhos era relacionada às pessoas negras, sua procedência, viagens, modos de vida, inserção da vida social e as formas de invenção da liberdade na Capitania de Goiás.

Demarcando as minhas primeiras experiências com a comunidade negra em Goiânia e na Cidade de Goiás, onde atuei na Universidade Estadual oferecendo aulas na Pós-graduação em História Cultural, estavam a imersão nos arquivos da antiga Vila Boa, por um lado, e a participação nas festas da Congada em cada uma destas cidades. No espaço entre o passado-presente neste calendário de um tempo instaurado pela comunidade negra, coletei o material que deu origem a um artigo que publiquei em 2003, intitulado "Permanências d'África no catolicismo goiano"[1].

Nos anos seguintes, dediquei-me à preparação de um projeto intitulado "Africanos na Capitania de Goiás (séculos XVIII e XIX) - do porto ao sertão: dinâmicas, agências, trajetórias e a luta por liberdade", que foi adiado por muitos anos, inicialmente em razão de prolongado luto, posteriormente em razão de outros interesses prioritários, tanto na docência quanto no ativismo, tantas vezes presente inclusive nas instituições onde atuo profissionalmente. Dividi o tempo entre a organização do Coletivo de Negras e Negros do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, entre 2008 e 2012, depois recolocado como NEGRA, Núcleo de Estudos das Relações de Gênero, Raciais e Afrodescendências, conjugado à implementação da Comissão Permanente de Políticas de Igualdade Étnico-racial, que liderei no período entre

[1] MIRANDA, Janira Sodré. Permanências d'África no catolicismo goiano. In: **Fragmentos de Cultura. Goiânia, Brasil,** v. 21, n. 2, p. 317–328, 2012.

2012 e 2016. Conjuguei ainda com a coordenação do Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro da PUC Goiás entre 2010 e 2017. Essas atuações profissionais e sociais me levaram à presidência do Conselho Estadual de Igualdade Racial de Goiás, entre 2013-2016.

O período de duas décadas em que este projeto flutuou sobre minha imaginação, instruída pelas lutas e avanços da gente negra no Brasil deste período, junto ao constante incentivo de amigas queridas e estudantes interessados na temática, me trouxe de volta ao ambiente de pesquisa, quando ingressei no curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em história da Universidade de Brasília, com o tema "Africanos na Capitania de Goiás (séculos XVIII e XIX) - do porto ao sertão: dinâmicas, agências, trajetórias e a luta por liberdade".

Inicialmente, o projeto tinha como objetivo realizar uma análise historiográfica das trajetórias de africanos enviados do porto da Bahia às Minas de Goiás, abrangendo o período da segunda metade do século XVIII ao início do século XIX. Entre as metas da pesquisa, estava a construção de uma narrativa verossímil que esclarecesse o processo de inserção desses africanos em Goiás. Isso incluiria caracterizar as modalidades e os agentes envolvidos no "infame comércio" destinado às Minas, identificar os caminhos percorridos no "caminho do sertão", e compreender sua chegada aos pontos de venda na Capitania de Goiás.

Além disso, o projeto buscava explorar o estabelecimento de africanos e africanas nos centros urbanos ou áreas rurais, sua integração por meio do trabalho, os vínculos formados nas irmandades religiosas e fora delas, e, em alguns casos específicos registrados em arquivos goianos, o desenvolvimento de estratégias econômicas, visando à acumulação de recursos para a própria alforria. Também foram analisados processos judiciais em busca de liberdade negociada com os senhores, bem como testamentos que indicassem o acúmulo de bens por africanos radicados na Capitania de Goiás.

A dinâmica comercial entre o Porto da Bahia e as Minas de Goiás, mediada pelo Caminho do Sertão, se destaca tanto na documentação quanto na literatura historiográfica sobre a Capitania de Goiás como a principal rota de entrada de africanos para a exploração do ouro e atividades relacionadas durante o século XVIII. Mesmo após a abertura da Estrada Real, a Bahia manteve-se como origem, e em alguns casos como ponto de passagem, da maior parte dos africanos que foram introduzidos na Capitania de Goiás ao longo do século XIX[2].

---

[2] LOIOLA, Maria L. **Trajetórias atlânticas, percursos para a liberdade:** africanos e descendentes na Capitania dos Guayazes. Goiânia, Ed. UFG, 2008; PALACIN, Luiz. **O século do ouro em Goiás**.4. ed. Goiânia: UCG, 1994; SALLES, G V. F. de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás.** Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

Este fluxo entre a Bahia e Goiás é revelador de uma dupla distopia vivida pelos africanos que percorriam o Caminho do Sertão. Essa experiência era marcada pelo deslocamento entre o continente africano e o americano e, já neste último, pelo trajeto entre o porto e o interior do continente. A maioria dos africanos introduzidos na Capitania de Goiás eram escravizados recém-chegados, sendo o Porto de Salvador o ponto de conexão central entre a África e as Minas de Goiás.

A viagem simbolizava deslocamentos espaciais de grande alcance, nos quais o processo de deixar o local de origem e chegar a Goiás resultava em mudanças profundas no modo de vida. O aprender a viver em um novo mundo e buscar formas de sair dele por meio da criação de caminhos para a liberdade nos coloca em contato – conforme evidenciado pela documentação – com a realidade de pessoas que enfrentaram um "destino incerto". Elas superaram o terror do abismo[3] para estabelecer uma nova vida em terras estrangeiras, deixando registros e marcas documentais variadas, que permitem historicizar suas trajetórias na Capitania de Goiás.

As diferentes dinâmicas do comércio de pessoas, incluindo o financiamento das aquisições, os comerciantes envolvidos na rota entre a Bahia e Goiás, e as adversidades enfrentadas ao longo do trajeto – sejam elas causadas por fenômenos naturais ou pelas condições precárias das estradas –, bem como o cotidiano dessas viagens[4], são aspectos documentados em fontes de diversas tipologias e períodos. Esses registros permitiriam reconstituir os caminhos percorridos pelos africanos que chegaram à Capitania de Goiás[5].

O projeto inicial desta pesquisa tinha como foco central analisar a chegada dos africanos aos diversos centros urbanos e às fazendas da Capitania de Goiás, bem como sua inserção na sociedade, suas formas de sociabilidade e as variadas estratégias de resistência e criação de modos de vida nesse contexto colonial. A pesquisa buscava inicialmente compreender as dinâmicas e agências das trajetórias de africanos radicados na Capitania de Goiás, visíveis a partir da documentação identificada, possibilitando a reconstrução dessa presença histórica.

Entre os aspectos inicialmente mais relevantes para o projeto, estava o estudo dos libelos, testamentos e requerimentos, com seus respectivos processos anexos, elaborados ou

---

3 GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Porto: Sextante Editorial/Porto Editora, 2011.

4 PINHEIRO, Antônio César Caldas; COELHO, Gustavo Neiva (Orgs.). **O diário de viagem do Barão de Mossâmedes:** 1771-1773. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

5 BERTRAN, Paulo (Org.). **Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. 2 v.

solicitados por africanos com o intuito de registrar seus negócios e interesses. Parte desse material já havia originado estudos sólidos sobre o tema da invenção da liberdade por africanos e seus descendentes em Goiás[6], enquanto outra parte demanda novas abordagens no campo da história como prática[7].

Na Capitania de Goiás, o processo de conquistar a liberdade apresentava-se, para as pessoas escravizadas, como uma quase impossibilidade. Entretanto, essa dificuldade tornava-se perceptível e compreensível para a historiadora que investigasse a vasta documentação relacionada à história das Minas de Goiás. Em 1726, um Bando revelou a formação do ethos desse local, vinculado ao início da ocupação urbana estimulada pela prospecção aurífera, ao proibir negros e indígenas de comercializarem ouro. Nessas áreas, a definição colonial de identidades étnicas prevalecia sobre as condições sociais, delineando uma sociedade plural e segmentada, e estabelecendo o lugar social de cada indivíduo com base em sua identificação étnica e social[8].

Apesar das restrições e dos desafios legais e sociais, foi possível identificar, de forma nítida, a presença de pretos libertos na documentação proveniente do período colonial, evidenciando suas trajetórias e agências em um contexto repleto de adversidades.

Esta identificação, tanto da presença de pessoas libertas e livre quanto da presença de indivíduos desses segmentos sociais na administração pública e em cargos eclesiásticos, inclusive de gente sobre cujas biografias não havia o peso do cativeiro, a percepção de redes sociais, a presença no tempo-espaço da capitania de diferentes trajetórias, com sua atuação incidindo na produção de processos jurídicos e em processos de autoria e publicação de textos na imprensa goiana e fora dela, recolocaram de forma cabal a necessidade de modificar o plano inicial da pesquisa.

O projeto, então, se voltou, ao perquirir a documentação, para trajetórias africanas e afro-brasileiras perceptíveis na documentação não apenas como personagens descritos, mas sobretudo na qualidade de autores de textos para a história jurídica e corográfica de Goiás, delineando-se na documentação da passagem do século XVIII ao XIX uma intensa disputa pelo

---

6 LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias atlânticas, percursos para a liberdade:** Africanos e descendentes na Capitania dos Guayazes. UFG, Dissertação, PPGH, 2008.; KARASH, Mary. Central Africans in Central Brazil 1780-1835. In: HEYWOOD, Linda M. (Ed.). **Central Africans and cultural transformations in the American diaspora**. Cambridge: Cambridge Press, 2002.

7 CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

8 SOARES, Mariza de Carvalho. Os Mina em Minas: Tráfico atlântico, redes de comércio e etnicidade. **Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH-História: Fronteiras**, p. 689-685, 1999.

espaço social e urbano da capitania e da província por variada gente negra, em processos de emancipação ou de ampliação da presença negra em espaços da vida intelectual na capitania e na província.

No decurso da pesquisa, desenhou-se a produção de um regime discursivo, que se constituiu como parte de processos de emancipação, o que só poderia emergir na ordem colonial, do lugar de quem lutou com mecanismos processuais por ampliar suas condições de ação, em meio a um ambiente escravocrata. Esta inflexão modificou os rumos da pesquisa, que se orientou à identificação da participação negra em processos de escrita e suas conexões com processos de emancipação e participação na vida social e política em Goiás, na passagem do século XVIII ao XIX.

Neste percurso, a análise de processos jurídicos permitiram o acesso a práticas de intervenção e disputa pelo próprio texto do processo, por meio do ditado, com ação e protagonismo da mulher africana. Adicionalmente, a documentação administrativa, impressa e a documentação biográfica indicou um caminho de autoria negra para os primeiros registros corográficos da capitania, mas também da província de Goiás. Esta ligação entre a invenção - escriturística - de Goiás com um autor negro permitiu que esta pesquisa trilhasse caminhos de construção metodológica e teórica a prescrutar e apontar para a centralidade da presença e o protagonismo negro na invenção da escrita processual e histórica em Goiás.

A partir das descobertas documentais, trajeto de busca empírica que sempre atrai e amplia a imaginação histórica no campo de trabalho da historiadora, se definiu pela verticalização da pesquisa e da narrativa a partir de duas *trajetórias emblemáticas.* Esta escolha permitiu trilhar por dois caminhos, assim definidos: 1) a retomada da trajetória de Joanna Mina, partindo de processo jurídico já conhecido e comentado no campo da historiografia goiana, para focalizar em uma análise da documentação que identifica a capacidade de interveniência desta africana da Costa da Mina em ditar e disputar participação no próprio texto do processo, apontando para a disputas pela escrita, inclusive por gente educada no âmbito das tradições orais, mas também suas redes de solidariedade familiar, comunitária e política, o que permitiu entender a participação negra na vida social e política na vila Boa do início do século XIX; 2) a abordagem da trajetória de Luiz Antonio Silva e Souza, professor, escritor e autor das duas obras corográficas oficiais da capitania e da província de Goiás; homem de letras que fez parte de uma geração de transição entre séculos, tomando parte nos debates públicos mais relevantes de seu tempo; e assim compôs uma rede prosopográfica de sua geração na província, mas também com a capital, tendo publicado na imprensa fluminense, sendo citado por historiadores

memorialistas renomados e compondo a membresia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB, a partir de 1838; ocupou posições centrais no governo eclesiástico e civil em Goiás, entre 1790 e 1840. Por meio de sua trajetória foi possível tratar do papel da biblioteca, do teatro e da imprensa provincial. Estas trajetórias, bem visíveis na documentação, apontaram para um tecido social formado por variada gente negra, em experiências múltiplas quanto ao status jurídico e condição social.

As fontes consultadas são de variada tipologia e temporalidade, com datas-limite entre 1784 e 1864. Documentação administrativa, aplicada mormente ao entendimento das alterações políticas e da participação da gente negra na capitania e na província; documentação jurídica processual, analisada no horizonte das ações de pessoas escravizadas ou escravizadas, em vista da emancipação; fontes impressas, para acompanhar o debate político e a participação negra na imprensa goiana no século XIX; fontes publicadas, sobretudo biografias, discursos e poesia; Fotografias e iluminuras foram analisadas e vieram a compor a narrativa final, para destacar a disposição arquitetônica e urbanística e a disputa pelo espaço público na cidade; textos corográficos, relatos de viajantes de viajantes, denúncias-crime, provisões. Esta indicação de tipologias e escopo de análise, oferecem uma introdução à leitora, sem esgotar o conjunto de fontes utilizado em um esforço de composição para decalcar e estilizar a vida social em Goiás, no período tratado na pesquisa.

Por certo, a pluralidade de fontes ofereceu um caminho metodológico que permitiu enquadrar a principal premissa do texto final, a saber: o protagonismo negro na invenção da escrita em Goiás. Os fundos e coleções consultadas são provenientes e disponíveis nos arquivos regionais: 1) Arquivo Histórico Estadual consultada a documentação administrativa e cartorial disponível sobre o período Arquivo da Diocese de Goiás, Arquivo da Fundação Simão Dorvi, Instituto de Estudos Históricos do Brasil Central; Fundo de Acervo do Museu das Bandeiras. Arquivos de regiões circunvizinhas a Goiás Arquivo da Diocese de Mariana e Arquivo Público do Estado da Bahia; Arquivo Nacional. E, indiretamente, mediado por publicações de documentos, os Arquivos de Évora e Arquivo Ultramarino de Lisboa.

O objetivo geral desta pesquisa é demonstrar o protagonismo, a disputa e a autoria negras em Goiás na passagem do século XVIII ao XIX na escrita histórica e jurídica, por meio da disputa no processo jurídico por emancipação, bem como pela publicação de corografias e textos na imprensa e pela participação na vida social e política, constituindo um espaço urbano ocupado pela presença africana e de sua descendência.

O resultado da pesquisa apresentado nesta tese foi organizado em quatro capítulos, assim dispostos: O primeiro capítulo destaca da Coleção Escravos do Arquivo Simão Dorvi, o processo judicial acionado pela africana Joanna Mina, que requeria o direito de tratar de sua liberdade formal, sem tutela antecipada. Da análise realizada neste capítulo emerge uma trajetória de vida que se inscreve numa narrativa da presença e protagonismo da gente negra, no início do século XIX, na capitania de Goiás, a mover processos, a disputar a escrita de trajetórias por meio do ditado em processos judiciais, friccionando o aparelho judicial e produzindo dispositivos de emancipação. A documentação administrativa permitiu a reconstituição de redes de solidariedade e a participação negra nos jogos políticos em Vila Boa em meio à crise de 1789-1803, quando as denúncias da participação negra na administração civil abalam a sede da capitania, com a destituição do governador. Neste capítulo uma abordagem crítica aos usos e abusos do arquivo colonial sugere outras releituras para acionar um projeto historiográfico emancipacionista.

No segundo capítulo se reconstitui a participação social de homens negros letrados na capitania e província de Goiás, a partir da trajetória de Luiz Antonio Silva e Souza, cuja trajetória indica tanto os fluxos entre as Minas Gerais e de Goiás, quanto a participação negra em processos de letramento em Coimbra, Portugal e em conexões com Roma, como parte de luta pelo direito de receber as ordens eclesiásticas, suplantando os bloqueios da cor e de origem racial no ambiente da colônia. Por meio de estratégias e dinâmicas para contornar impedimentos coloniais se posicionou como governador da Prelazia de Goiás e mais tarde oficial da Câmara. Neste capítulo se analisou a antecipação que seu trabalho intelectual trouxe na invenção de Goiás; e seu ativismo por meio da autoria. E deste ponto para uma penetração no aparelho de estado, civil e eclesiástico, por meio da negociação de sua identidade racial. Investigou-se as conexões entre autoria, ideias e sua biografia, situando-a no conjunto prosopográfico de sua geração. Sua trajetória permitiu abordar o regime de historicidade, no binômio processo histórico e sua narrativa, para refletir sobre o exercício diferencial de poder que viabiliza certas narrativas e silencia outras. Neste capítulo foi possível entrever a afirmação possível de sua presença na irmandade dos pretos. Em uma sociedade que segregava sangue e corpo em classes e cores e que constituía nos centros urbanos corpos religiosos coletivos, as irmandades e confrarias, Luiz Antonio Silva e Souza construiu para si, um percurso por meio do qual deixou registrado, em testamento, seu pertencimento a este corpo coletivo e político.

O terceiro capítulo permitiu a narrativa do encontro de duas trajetórias, Joanna Mina e Luiz Antonio Silva e Souza na Vila Boa, que absorvia a presença negra por meio de casamentos, da disputa pela cidade nas festas públicas, da participação na administração pública eclesiástica em um ambiente de transformações econômicas que deslocavam o papel da Vila Boa. Desenhou-se a morfologia das estratégias: dos lugares sociais, da escrita, da biblioteca, associativismo, do festejo público e da dramaturgia, a partir do protagonismo da gente negra nos espaços da vida social e intelectual na Vila Boa, Joanna Mina e Luiz Antonio Silva e Souza percorreram caminhos em que suas experiências subjetivas apontaram para experiências plurais entre territórios de escrita e oralidade na diáspora africana, a partir de Goiás. Neste capítulo se analisou outras escritas, escritores, escrituras negras, como parte de uma prática consistente em espaços mais amplos, situando Goiás na cartografia da escrita negra no mundo atlântico.

No quarto capítulo se analisou o ativismo de Luiz Antonio Silva e Souza na imprensa e sua autoria intelectual nos primeiros escritos históricos a inaugurar a narrativa sobre Goiás, aprofundando uma análise sobre as duas obras de característica corográfica. Que indicaram sua participação em uma dinâmica mais ampla de uma escrita vernacular sobre a história do Brasil, veiculada por intermédio de obras impressas e disseminadas nas diversas territorialidades entre 1812 e 1861, compondo um grupo de autores brasileiros que constitui uma cultura histórica de escrita, anterior à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A publicação do Catecismo da Agricultura, a participação da Sociedade Conciliadora e o trabalho político na transição de capitania a província, compõem o escopo do último capítulo, fortalecendo a narrativa sobre o protagonismo negro no período. Este posicionamento de Silva e Souza e sua obra em perspectiva ampliada permitiu repensar o protagonismo negro no campo da cultura historiográfica no Brasil.

Para os fins desta pesquisa, abordamos o processo jurídico enquanto construto e dispositivo disputado com vistas à produção de liberdade. Consideramos que pode ser tomado em sua tripla acepção: a) dispositivo tomado como parte de um artigo ou decisão legal; b) dispositivo como peça ou instrumento capaz de engendrar uma ação; ou c) dispositivo como mecanismo capaz de guardar, transmitir, processar e transferir informações e dados, no tempo e no espaço.

Ao operacionalizar o processo como dispositivo de artigo e decisão legal, a dinâmica se dirige a quem detinha o poder de determinar, acionado por quem se apresentou e peticionou,

dando início a uma dinâmica que permeou e foi permeada por enquadramentos legais, movidos por causa da liberdade.

Quando se toma o processo como dispositivo ou peça capaz de engendrar uma ação, indicamos que foi utilizado como ferramenta ou instrumento capaz de abrir as condições de possibilidade para a negociação da liberdade, estilizando por meio do texto processual a petição por liberdade, percebida como factível dentro do processo jurídico, considerando inclusive leituras políticas da conjuntura de governança da Capitania de Goiás, que também respondia a transformações na base econômica. E desbordava do campo do poder de particular para a arena pública, da administração colonial.

Tomado de forma mais complexa, o processo foi acionado como mecanismo capaz de guardar, transmitir, processar e transferir informações e dados. Por meio dele, considerando inclusive os filtros e operadores da instituição jurídica, informações centrais foram produzidas para o entendimento de trajetórias de vida e agências por emancipação, em ação que manteria à posteridade, e até a releitura possível nesta pesquisa, bem como para além dela, o processo-dispositivo escrito que guardou, transmitiu, processou e transferiu informações e dados sobre a vida de uma mulher africana, como Joanna Mina, que em sua vida adulta inscreveu sua biografia no interior do sistema jurídico na sede da Capitania de Goiás, no início do século XIX.

A partir desta classificação ampla, aplicando-a ao nosso objeto de reflexão teórica, podemos pensar o mundo colonial, com suas instituições, como este conjunto de elementos, que conformam aquele construto histórico e social. Nesta perspectiva, o dispositivo se constrói e aciona na rede que o sujeito pode tecer, entre o dito e o não-dito, para se constituir na teia engendrada pelas instituições da colônia.

Neste horizonte e desta forma, o processo é tomado nesta pesquisa como parte do trabalho cultural da gente negra para também escrever - ou ditar - os textos que compõem tanto a invenção da escrita em Goiás quanto sobre a história goiana. Mas também como dispositivo de invenção da liberdade na discursividade e na prática jurídica, mas não apenas.

As visitas técnicas aos Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Arquivo da Diocese de Goiás, Arquivo da Fundação Simão Dorvi, Arquivo do Museu das Bandeiras, Arquivo Histórico do Cartório do 1º Ofício de Goiás, Arquivo da Diocese de Mariana, Arquivo Público de Estado da Bahia, Arquivo do Instituto de Estudos Históricos do Brasil Central e Arquivo

Nacional trouxeram a possibilidade de acesso a coleções centrais para o desenvolvimento da pesquisa.

Destaco os processos e cartas de emancipação da Coleção Escravos[9] do Arquivo da Fundação Simão Dorvi e os documentos administrativos do Arquivo Ultramarino de Lisboa, acessados através do material físico custodiado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, em Goiânia. No arquivo do Museu das Bandeiras pude acessar as coleções documentais da Câmara de Goiás, que me oportunizaram coligir e equacionar questões metodológicas relacionadas ao segundo capítulo. Cotejar informações sobre o fluxo de africanos desde a Bahia a Goiás foi possível ao examinar documentos sobre o comércio de pessoas no Arquivo Público de Estado da Bahia e arquivos goianos acima listados. No arquivo de Mariana foi possível acessar informações sobre a vida eclesiástica e biografias.

A publicação *fac-similar* de documentos na Coleções Matutina Meiapontense, referentes à primeira imprensa goiana e a Coleção Memórias Goianas, correspondência e relatórios de administração da capitania e da província propiciaram suporte documental central para o trabalho sobre autoria, corografias e escritura na formação de Goiás.

O campo empírico de pesquisa abriu possibilidades para uma abordagem teórica sobre a crítica contra colonial ao arquivo, a partir dos referenciais teóricos de Beatriz Nascimento e Saiydia Hartmann, repensando camadas discursivas e posicionando os sujeitos desta pesquisa como autores e inauguradores tanto da escrita, por meio da disputa, quanto da ideia mesma do que foi a capitania e a província de Goiás, inscritas inicialmente a partir de autoria negra[10].

Pontuar pela presença e atuação coletiva de mulheres e homens negros no ambiente urbano da Vila Boa, na transição do dezoito ao dezenove, permite-nos repensar os significados de sua ação e protagonismo em conexão com os estudos africanos na diáspora. Considerar o mapeamento de escritos, escrituras e escritores detalhados nesta pesquisa nos conduz a destacar o estranhamento produzido pelas relações coloniais que têm imediato sentido de negação da ascendência africana ou da autoria negra. Neste sentido, podemos aventar que a Vila Boa tenha

---

9 Repensar o arquivo colonial e a história que se modela a partir da crítica a ele, é um dos desafios desta pesquisa. Por esta razão alguns vocábulos do léxico colonial aparecerão tarjados, à guisa de uma rasura que convida a leitora deste texto à reflexão sobre a ordem de um discurso que se delineia naturalizado no texto historiográfico, muitas vezes sob a licença disciplinar que a história escrita oferece ao historiador profissional em sua tarefa de combate ao anacronismo.

10 SILVA E SOUZA, Luiz Antonio. O Descobrimento, Governo, População, e Cousas Notaveis da Capitania de Goyaz. In: **Revista Trimestral de Historia e Geografia** ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, No. 16, 4º trimestre de 1849.; SILVA E SOUZA, Luiz Antonio**. Memória Estatística da Província de Goyaz**. Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1832.

composto um mosaico: “Não há mais uma única África, mas milhares de pequenas Áfricas espalhadas ao redor do mundo, sobrevivendo culturalmente no interior de outras sociedades, inclusive na nossa(...)” conforme caracterizado por R. Macedo[11] e que sobreviveram culturalmente ao redor do mundo diaspórico. Por meio dessa dinâmica, reposicionaram-se as heranças da cultura africana, inclusive na disputa de seus descendentes por participação social e política no espaço colonial, produzindo ranhuras, a partir da inscrição destes mesmos corpos estranhados.

Aqui será possível pensar uma história africana na diáspora, multifacetando abordagens sobre outros lugares do mundo para enxergar um vetor de descendência africana nas Minas de Goiás, que se desvie de um olhar essencializador, que potencialize uma abordagem plural das formas de participação na história social da colônia. Estamos falando de uma chave de leitura a partir de repertórios próprios e de uma produção de experiência demarcada por esta identidade afrodescendente. Que se produz desde esse deslocamento, entre a inserção de homens negros letrados na vida social para suas imposturas no ambiente da vida social na colônia, onde se inscreveram no corpo urbano da Vila Boa, entre gerações. Na presença e nas relações entre homens negros e letrados que entre si compartilharam e protagonizaram a transição do século XVIII ao XIX, em Goiás, estabelecemos a possibilidade de um elo histórico, para sugerir que a ideia da experiência de duas consciências teóricas, sugeridas por E. P. Thompson para a classe trabalhadora inglesa, possa ser testada nas trajetórias de negros letrados na Vila Boa[12].

Para refletir sobre a derivação entre a vivência de duas dimensões da mesma realidade, de um lado a acomodação com o status quo – ao se inserirem na Vila Boa como ocupantes de posições na administração pública, civil e eclesiástica inventores e produtores de discursos -, necessários para sobreviverem socialmente que seguissem com a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas –; de outro lado, o senso comum derivado da experiência de dificuldades compartilhadas com companheiros, colegas e que expõe continuamente o texto por eles produzido à crítica irônica, e com menos frequência, à revolta.

Pontuar historiograficamente sobre esta participação na vida social, que permanece com certa estabilidade, que pode ser desenhada na recomposição da vida social, tem sido o trabalho

---

[11]Que sobreviveram culturalmente ao redor do mundo diaspórico e por meio dessa dinâmica, reposicionaram-se as heranças da cultura africana, inclusive na disputa de seus descendentes por participação social e política no espaço colonial, produzindo ranhuras, a partir da inscrição destes mesmos corpos estranhados.

[12]THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1, 2 e 3.

de gerações de historiadores sociais. Esta recomposição e estilização nos permite escolher narrar – retornando à documentação - a maneira como se vivia no passado, para indagar sobre o que tinham em comum, que experiências compartilhavam na vida diária. Ademais, pensar o próprio senso comum que expressa a base de uma ordem social que entrelaça as experiências destas gerações na vida social na Vila Boa de Goiás.

Analiso, com efeito, neste trabalho a controvérsia do conceito de geração, que serve a caracterizações dos sujeitos e grupos, em vista da periodização ou da alteridade cultural e social no tempo-espaço. Isso abre uma possibilidade para o olhar historiográfico sobre uma geração de homens negros letrados, que compartilharam na espacialidade e temporalidade de suas trajetórias e de sua produção, as evidências de uma impostura pública[13]. A considerar neste espectro a perspectiva de uma alteridade coletiva construída a partir das instituições coloniais e seus mecanismos de veto a corpos estranhados, tais como as leis de sangue e marca física.

A sucessão geracional em famílias e comunidade de homens negros de letras, artes e de governo na Vila Boa, na passagem do século XVIII ao XIX, se constitui como parte da dinâmica de uma cidade onde essa presença era não apenas visível, mas ampla o bastante para emergir da documentação, enquanto um dado intransponível, e facultar abordagens em diversos campos. Estamos falando dos campos da história, da arte, da música, do teatro, da imprensa, da política, da administração eclesiástica. Isso nos permite repensar sobre os significados do silêncio acerca destas trajetórias, ou ainda sobre o destaque de uma delas como elemento de singularização, exatamente para diluir esta abordagem, que pode ser feita a partir de uma prosoprografia de negros letrados em Goiás, no período. A invisibilidade, que muitas vezes se traduz como desconhecimento, evidencia também um lugar de relevância histórica, antropológica e social[14]. Isso porque os esforços de apagamento não foram capazes de turvar a existência histórica de tal geração por completo.

---

[13] Aqui tomadas como parte da reflexão estabelecida por François Dosse sobre o sujeito individualizado, biografado, quando colocado em relação aos papeis sociais, relações e - inclusive – às imposturas e insurgências de ação em relação ao *habitus,* que busca enquadrar estes mesmos sujeitos em lugares sociais marginais. Sobre o tema, veja: DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida.** São Paulo: EDUSP, 2009.

[14] MENDES, Rogerio. Saberes ausentes da "Cidade Letrada". Por um Iluminismo mestiço. **Literatura: teoria, história, crítica**, vol. 23, núm. 1, 2021, págs. 121-159.p 151.

As operações e escolhas presentes na escritura histórica de Luiz Antonio Silva e Souza[15], como projeto e programa para Goiás, sugerem as evidências de uma interação entre a carreira de um homem e da região, assim como uma visão crítica sobre a temporalidade colonial e seus desdobramentos ao fim do período aurífero. Esse processo da escrita constitui o lugar, Goiás, ao construir um discurso histórico sobre ele. Ao tempo em que este lugar é, por sua vez, constituinte de sua trajetória biográfica. Este autor alinhou uma interpenetração entre a construção discursiva sobre Goiás, como parte da inventividade e presença negra por dentro das instituições coloniais, bem como pela disputa deste lugar por corpos demarcados por habitus no ambiente colonial.

Na experiência de aproximação às fontes desta pesquisa, dentre elas à coleção de escritos da lavra de Luiz Antônio Silva e Souza, o que salta à vista é exatamente a experiência de uma trajetória biográfica que demarca uma penetração no aparelho de Estado, civil e eclesiástico, por meio da negociação de sua identidade racializada. Inclusive como burla e impostura do que já se dizia em Serro Frio, a priori, durante a infância de Luiz Antônio, sobre uma identidade de ascendência africana. Esse estigma poderia, sim, aprisioná-lo a um lugar de não integração ao aparelho de estado. Ao adentrar à análise de sua produção, como veremos, vivenciamos uma apropriação discursiva tanto das formas quanto dos temas, de repertórios coloniais, a partir de sua inserção na Câmara da Vila Boa.

Na sua obra Scenes of Subjection, Saidiya V. Hartman tensiona a análise ao estabelecer uma recusa em estilizar em descritores as cenas de violência encontradas na documentação colonial[16]. Para Hartman, a aparição dos sujeitos subalternizados se dá no aparelho de produção do pensamento da elite. Espaços de possibilidade de fala, o repertório daquilo que estamos autorizadas a falar, os lugares onde somos autorizadas estar são todos limitados por este aparelho limitador. Igualmente Saidiya Hartman estabelece que os documentos que tramam e enredam a tessitura da história são moldados e/ou produzidos por mãos brancas. A historiadora destaca a importância de reconhecer que a história do dominante para ser consolidada precisa

---

15 SILVA E SOUZA, Luiz Antonio. O Descobrimento, Governo, População, e Cousas Notaveis da Capitania de Goyaz. In: **Revista Trimestral de Historia e Geografia** ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, No. 16, 4º trimestre de 1849.; SILVA E SOUZA, Luiz Antonio**. Memória Estatística da Província de Goyaz**. Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1832.

16 HARTMAN, Saidiya. **Scennes os Subjection**: terror, slavery, and self-making in nineteenth century américa. New York, Oxford University Press, 1997.

do antagonismo dos sujeitos subalternizados, como uma oposição necessária ao contraste que organiza a existência de determinadas estruturas de poder.

O trabalho de pesquisa aqui apresentado oferece alguma possibilidade de revisitação da história social de Goiás a partir da centralidade desta presença e autoria. A presença negra, ao instaurar uma pequena África no sertão goiano, indica que o protagonismo negro e a escrita na história e historiografia goianas são parte de dinâmicas, que vem sendo tratadas no campo de estudos da emancipação e da liberdade, em desenvolvimento no Brasil, a partir do trabalho de uma nova geração de historiadores[17]. Considero que as transformações na minha forma de abordagem sobre o tema e sujeitos desta pesquisa se deram sob influxo dos estudos sobre emancipação e pós-abolição, em sua emergência a partir de grupos de pesquisa, estudos e obras que ofereceram novos olhares. E propuseram abordagens focalizadas no protagonismo e autoria negras, como parte constante – não evento singular ou extraordinário – da vida social e intelectual na história do Brasil.

[17] É certo que o trabalho historiográfico constante que gerações de autores negras e negros e não-negros vem percorrendo a explorar novas temporalidades, outras metodologias e perspectivas teóricas que dão densidade a um labor coletivo: sobre novas narrativas para a história da gente negra no Brasil. Cf. ALMEIDA, Mariléa. **Devir quilomba:** antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo, Ed. Elefante, 2022; ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade - histórias de escravos e libertos na Bahia** (1870-1910). Campinas: Editora da UNICAMP, 2006; MATA, Iacy Maia. Os Treze de maio: polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-89). Dissertação Mestrado, Salvador, UFBa, 2002; MATTOS, Hebe**. Das Cores do Silêncio – os significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros:** culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). UFRGS (tese de doutorado), 2017; REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas:** irmandades negras, experiencias escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. UNICAMP (tese de doutorado), 2005; GOMES, Flávio; DOMINGUES. Petrônio. **Experiências da emancipação:** biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo, Selo Negro, 2022; PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de Liberdade:** literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas, Ed. Unicampo, 2018; SAMPAIO, Patrícia Melo. Nos confins do Império: diversidade e etnicidade no mundo do trabalho na Amazônia do século XIX. In: XAVIER, Giovana (org.). **Histórias da escravidão e do pós-abolição para as escolas**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora/Rio de Janeiro: MC&G Editorial/ Brasília: MEC, 2015. p.179- 194.

CAPÍTULO 1

O DIREITO DE TRATAR DE SUA LIBERDADE: PROCESSO, DISPUTA E AUTORIA COMO DISPOSITIVOS DE LIBERDADE

> Ocupando o espaço com seu corpo físico (território existencial), eles apoderam-se da cidade tornando-se visíveis ao regime. Fazendo deste um espaço descontínuo no tempo, em que as 'frinchas' provocam linhas de fuga e são elementos de dinamização, que geram um meio social específico (Beatriz Nascimento)[18].

1.1. MOVER PROCESSO: ARQUIVO, OPERAÇÃO COLONIAL E DESAFIOS PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA E PARTICIPAÇÃO DA GENTE NEGRA NA CAPITANIA DE GOIÁS

Em 1802, o lugar fervia[19]. Joanna Mina[20], africana que vivia na localidade do Passa Três[21], a 15 léguas da Vila Boa, movia na sede da Capitania um processo de *ex-causa*, por meio do qual requeria "o direito de tratar de sua liberdade". Buscava ademais reaver suas posses, em

---

18 GOMES, Bethânia, RATTS, Alex. **Todas [as] distâncias:** poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Salvador, Editora Ogun's Toques Negros, 2015.

19 A análise da massa documental disponível em arquivos referentes à vida da Capitania de Goiás indica ser 1802 o ano do desfecho de uma crise política iniciada em 1799 e que culminaria em com o gesto político de deposição do governador da capitania. Contexto político que englobava, mas não se reduzia apenas ao regime administrativo de Goiás. Vez que a economia e as concernentes transformações da ocupação territorial da região, embalada pela transição entre atividade aurífera e agropecuária colocavam a capitania no foco das indagações sobre a queda da produção aurífera e sobre os (des)caminhos das Minas de Goiás.

20 O Processo de Joanna Mina foi identificado em arquivo e analisado pela historiadora Maria Lemke-Loiola em sua dissertação de mestrado, defendida em 2008 e publicada em livro sob o título Trajetórias Atlânticas: percursos para a liberdade, africanos e descendentes na capitania dos Guayazes. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009. Este documento é parte de uma coleção de documentos e cartas de liberdade de africanos e brasileiros, guardando um especial interesse por estar o processo íntegro, ainda que incompleto. E por expor uma rede de relações e interesses que congrega famílias negras da Freguesia do Rio das Pedras à Vila Boa, integrando uma arquitetura social que conjuga atividades econômicas agropecuárias, mineração de faiscaria e o trabalho de produção e reprodução da vida.

21 Localizada na área rural de Curralinho, arraial fundado no último quartel do século XVIII, à margem esquerda do Rio da Pedras. Lugar sobre o qual se registra na memória e na historiografia a presença de um homem cognominado ~~Mulato~~ Cabral, o qual disputara e impusera como sua posse o primeiro "curral" e o rancho conexo, intimidando e reduzindo o espaço de Francisco de Salles (ou de Sá) Tavares, também presente nas narrativas sobre a fundação do lugar, região onde hoje está sediado o Município de Itaberaí/GO. Para uma leitura aprofundada sobre a história da região cf. PINHEIRO, Antônio Cesar Caldas. **Os tempos míticos das cidades goianas:** mitos de origem e invenção das tradições. Goiânia. Editora UCG, 2010.

ouro, as quais afirmava terem sido subtraídas pelo Alferes Francisco Leite Borges, que detinha o senhorio jurídico sobre a liberdade de Joanna[22]. A Vila Boa se mantinha, desde 1799, pelo menos, como centro de uma série de denúncias à sede metropolitana, que colocavam em evidência a participação da gente preta e parda na vida social da capitania, inclusive em posições da administração colonial[23].

Este processo que guarda o registro, com suas especificidades de um documento custodiado em arquivo colonial, das dinâmicas e experiências de vida da africana Joanna Mina, foi encontrado[24] entre os processos judiciais que repousam no Arquivo Frei Simão Dorvi (AFSD), como parte do Fundo de Arquivo da Diocese de Goiás. Retomado aqui, abriu um conjunto de possibilidades para a reflexão teórico-metodológica desta pesquisa, sobre a historiografia do lugar, das pessoas que ali viveram e de suas conexões no mundo da diáspora africana, no interior do território continental, nas fronteiras para além do espaço delimitado pelo Tratado de Tordesilhas, que havia empurrado fluxo de pessoas de origem ou ascendência africana, na dinâmica da sociedade colonial, juntamente com a expansão do território de disputa lusitana[25].

---

[22] ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802. Documento que inicia um processo extenso em 78 páginas, por meio do qual a autora vem requerer o direito de adquirir sua liberdade. Ao tempo em que oferece informações sobre laços e arranjos familiares, localidade e laços comunitários, organização do trabalho, dinâmicas por liberdade, disputas e fricções para produzir emancipação, trabalhando nas frinchas do mundo colonial, em minas de Goiás, a partir de infiltrações da gente negra, em disputa social e política.

[23] Uma série de denúncias à sede metropolitana é identificada na correspondência que repousa no Arquivo Histórico ultra-marino, entre 1799 e 1801, dando conta daquilo que os denunciantes percebiam como uma ruptura da ordem jurídica colonial: a participação de pardos e de homens casados com mulheres brasileiras negras (= ~~mulatas~~) em cargos da administração da capitania. Ao abordar as denúncias contra governadores da Capitania de Goiás, é possível identificar a intensidade das tensões relacionadas à questão preta e parda no período em que Joanna Mina empreende luta por sua libertação. Cf. PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. **O império de papel:** no labirinto das discórdias, denúncias, cartas e representações contra os governadores da capitania de Goiás c. 1749 – c. 1804. 2020. 500 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. A primeira metade do século XVIII tampouco havia sido destituída de conflitos na Capitania de Goiás, copiosamente reportados à metrópole. Analisado de forma consistente. Cf. LEMES, Fernado Lobo. Areia nas engrenagens do governo colonial: conflitos e motins nas minas de Goiás – História e historiografia (1727-1739). In: **Revista de História**, Juiz de Fora, p. 209-234, 2013.

[24] O Processo de Joanna Mina foi analisado pela historiadora Maria Lemke-Loiola em sua dissertação de mestrado, defendida em 2008 e publicada em livro, sob o título **Trajetórias Atlânticas:** percursos para a liberdade, africanos e descendentes na capitania dos Guayazes. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009.

[25] Foi com o Tratado de Madri assinado em 13 de janeiro de 1750 entre D. João V de Portugal e Fernando VI de Espanha objetivando estabelecer os limites entre as colônias sul-americanas sob domínio das duas nações. Selando ali o fim dos conflitos contínuos. O Tratado de Madri vinha em substituição ao de Tordesilhas, que não tinha mais validade na prática. Negociações que foram subsidiadas pelo chamado Mapa das Cortes, o qual utilizava marcadores geomorfológicos de rios e montanhas para a delimitação dos limites geográficos. O acordo valorizou o princípio do direito romano de *uti possidetis, ita possideatis* (definido como quem possui de fato deve possuir de direito), desenhando contornos próximos ao mapa do Brasil contemporâneo. Para este tema e seus correlatos é

A centralidade da questão que se coloca neste capítulo é a inscrição da fala de gente preta na ordem do discurso[26], a possibilidade da invenção escriturística por meio do questionamento em processo judicial, inscrever a fala no depoimento. Ditar uma perspectiva de emancipação. Pensar o requerimento por "tratar da liberdade" como o início de uma possibilidade para narrar sobre a própria vida e trajetória, escrevendo, mas também disputando a autoria e – consequentemente a narrativa - por meio do ditado, em processo judicial. Em que medida esta operação é verificável, por meio da documentação? Será possível que ela se constitua como uma prática historicamente verossímil no início do século XIX, em Goiás? Quais as possibilidades e os elementos dessa narrativa preta, africana que a possam colocar em condições de disputa da palavra escrita, no contexto do processo judicial na ordem colonial? Que desafios o arquivo colonial impõe a uma historiografia emancipacionista? E qual a condição de possibilidade para uma retomada deste arquivo contemplando outras palavras?

Conforme Thayara C.S. Lima, a entrada no arquivo colonial permite repensar tanto as hierarquias que sua massa documental funda e oferece para uma historiografia que a retoma, de forma substancialmente retificadora da presença africana no mundo escravocrata, quanto estimula a produção de novos olhares e o desenvolvimento de outras imaginações históricas sobre as trajetórias pretas inscritas na documentação. Traz ainda, segundo esta historiadora, as possibilidades de um questionamento sobre os pressupostos e as técnicas da produção de um poder social e disciplinar.

> O pensamento e a produção de conhecimento realizada de forma cartesiana servem aos detentores do arquivo colonial, produzido cuidadosamente de maneira a estabelecer hierarquias de poder em que o que é

possível consultar com especial interesse: CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**, Lisboa, Livros Horizonte, 1984. Sobre definições de fronteira na América Portuguesa ver também BICALHO. Maria Fernanda Batista. Sertão de Estrelas. A Delimitação das Latitudes e das Fronteiras na América Portuguesa, **Varia História**, vol. 21, Belo Horizonte, 1999, p. 73-85.

[26] A crítica desenvolvida por Michel Foucault apresenta questões sobre a institucionalidade do discurso, ao lhe conferir o poder de excluir e interditar. Sua crítica oferece possibilidades metodológicas para, ao modo de uma arqueologia, poder acessar outras camadas, ora mais superficiais ora mais densas; conjuntos, às vezes quantitativos, profundos, intercambiáveis, não lineares. M. Foucault indica o que chama de "conjunto genealógico", estabelecendo seu projeto de estudo das interdições que atingem o discurso (da sexualidade). Sua questão é: "em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade" (p. 9). As interdições da sociedade colonial, desvelam o que Foucault nomeia em três camadas: a) tabu do objeto, quando não se tem o direito de dizer tudo; b) ritual da circunstância, no qual não se pode falar de todos os temas em qualquer circunstância; c) direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala, por meio do qual não é qualquer um que pode falar de qualquer coisa. Os três tipos de interdições cruzam-se, formando uma teia complexa. Cf. FOUCAULT. M. **A ordem do discurso**. Ed. Loyola. São Paulo, 1996.

> moderno/colonial/branco/europeu ganha para si todo o status de humanidade, saber e poder. Esse arquivo colonial é ao mesmo tempo uma alegoria e uma realidade. Falo desse arquivo como História Oficial, produzida por uma série de práticas e procedimentos próprios da pesquisa historiográfica. História é com H maiúsculo, com base em uma lógica moderna e ocidental do que é conhecimento[27].

Aqui, portanto, estamos diante dos desafios da produção de uma historiografia que inscreva outras possibilidades para a construção de um conhecimento que nasce das experiências negras em fazer história. E o que buscamos apresentar são justamente as operações historiográficas no acesso, seleção, tratamento e análise da documentação de arquivo concernente à experiência africana e feminina no trato da liberdade em Goiás, na passagem do século XVIII ao XIX, a partir do estudo de caso Joanna Mina[28].

Para repensar as dinâmicas de construção do saber disciplinar na história, a partir de bases epistêmicas apontadas nos escritos de Beatriz Nascimento sobre a historiografia brasileira, no horizonte da temática africana e afrodescendente nos aproximamos dos escritos desta pensadora[29]. Na perspectiva de uma história disputada pelo protagonismo da gente negra, a historiadora sugere que a presença da comunidade negra na disputa pela invenção da historiografia requer uma reorganização cognitiva para afirmação das agências de sujeitos negros como enunciadores de discursividade historiográfica"[30]. Em questão para Beatriz Nascimento, estava a:

---

[27] LIMA, Thayara Cristine Silva. Literatura e história na reeducação de imaginários e na produção de novos futuros. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n. 67 e 68, 2023, p. 2.

[28] O processo de Joanna Mina pode ser confundido como um requerimento para obter o direito de negociar sua auto-alforria, por meio da quartação (ou quartamento, numa grafia mais próxima da documentação original), tendo inclusive conduzido outros especialistas a tratá-lo como tal (Lemke, 2009). Entretanto, seja pelo formato ex-causa, seja pelas oitivas, pelo volume de pessoas envolvidas no caso, ou pela interveniência dos diversos sujeitos políticos, jurídicos e particulares, seja pelo volume do material, elegemos tratar como um processo jurídico de emancipação. Indicado doravante no texto como AFSD, Processo de Joanna Mina.

[29] Neste capítulo nos detemos neste texto fundacional: NASCIMENTO (GOMES), Beatriz. Por uma história do homem negro. In: **Revista de Cultura Vozes**, 1974. Destaco que a obra de Beatriz Nascimento, que fora parcialmente publicada de modo disperso, em vida, em suas várias iniciativas para inserir seu pensamento em editorias, vem ganhando amplitude em coletâneas publicadas desde 2007. Cf. RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, Imprensa Oficial, 2007; GOMES, Bethania e RATTS, Alex. Todas as distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Salvador: Oguns Toques Negros, 2015; NASCIMENTO, Maria Beatriz. Beatriz Nascimento: quilombola e intelectual, possibilidade no dia da destruição. Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018; RATTS, Alex. Beatriz Nascimento: uma história feita por mãos negras. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2021.

[30] Cf. SODRÉ-MIRANDA, Janira. Intelectual negra na história atlântica: o projeto historiográfico de Beatriz Nascimento. In: **Revista Mosaico**, Goiânia, v 16. No p. 95-107, 2023.

> mirada crítica, ao mecanicismo e ao cientificismo da era industrial, a uma redução da história como ciência 'puramente constatativa' comparece na abertura do texto *Por uma história do homem negro,* junto à questão que enuncia o ponto de partida proposto por Beatriz Nascimento na sua reflexão sobre a história "Como retomar o verdadeiro tempo da história […]?, considerando 'Como fazer, como escrever a História sem se deixar escravizar pela abordagem da mesma, fragmentariamente?'. A historiadora insere ali a crítica sobre as primeiras dinâmicas de um projeto de cientificidade remontando ao renascimento e à estruturação do mundo colonial[31].

Atravessou este texto, publicado originalmente em 1974, uma fabulação teórica proposta por Beatriz Nascimento, que era avançada no período de sua escrita. E que perpassou sua interrogação sobre as possibilidades de escrita de uma história que não partisse da expansão europeia e da construção de sua hegemonia no mundo moderno.

De modo focal, Beatriz não apenas fez, no artigo "Por uma história do homem negro", de 1974, uma crítica direta aos fragmentarismos e ao pressuposto colonial. Ali também comparecia a crítica a uma historiografia produzida a partir de práticas nascidas em um ambiente racializado, no qual as fricções raciais haviam sido suprimidas ou forcluídas das práticas discursivas e empíricas da disciplina histórica. E reescritas a modo de mitificação ou reificação da história da gente negra brasileira, sem o tratamento historiográfico adequado ao impacto da questão colonial sobre a prática historiográfica que se desdobra nos escritos da autora em tela.

Quando Beatriz Nascimento incorporou ao seu texto "Por uma história do homem negro", de 1974, a análise da experiência das relações interraciais no Brasil, demonstrou a especificidade de uma reflexão que emergiu do seu lugar sociorracial e a lucidez intelectual sobre o *habitus* da sociedade brasileira no tratamento da questão negra.

A perspectiva de libertação da história tratada no artigo de 1974, que sugere um material disciplinar a ser produzido "sem se deixar escravizar", ganha nitidez quando colocada sobre o transfundo mais amplo, de pensar sobre a transmigração negro-africana para a diáspora. Seja em referência à trajetória transatlântica da comunidade negra brasileira como um todo, que transparece na leitura que Beatriz Nascimento fez de sua própria

---

[31] NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. In: **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento (Alex Ratts, org.). São Paulo, Imprensa Oficial, 2007. P. 93.

trajetória ao afirmar "eu sou atlântica" no documentário *Orí*[32], seja sobre sua crítica radical dirigida à história do Brasil colonial como a narrativa constante do "eterno escravo"[33].

A autora ancorou na história um horizonte de expectativas relacionados ao reposicionamento da gente negra nas representações sobre o Brasil. No seu texto "Por uma história do homem negro", Beatriz Nascimento manteve o horizonte de seu projeto-desafio como devir de uma história do Brasil, na singularidade da experiência negro- brasileira, com especificidades demarcadas em separado com relação à história africana e de outras partes de a diáspora africana nas Américas:

> Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando. Só assim poderemos entender e fazer-nos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois a nossa História é outra. Como é outra a nossa problemática[34].

Nessa perspectiva, Beatriz estabeleceu como projeto uma interpretação histórica do Brasil que colocasse no centro da análise a racialização das relações sociais e históricas. Sugeriu a historiadora o enquadramento da temporalidade como parte da tarefa da história, suplantando a mistificação de um *a priori* sobre a tarefa da historicizar: "Como se a história pudesse ser 'limitada no tempo espetacular', no tempo representado, e não o contrário: o tempo é que está dentro da história"[35]. Essa assertiva parece incidir sobre sua perspectiva de desmistificação da história negro-brasileira.

A investidura da história como campo de retificação do passado colonial, o tempo da destruição, do enfrentamento às hierarquias oriundas da operação colonial, em certa medida

---

[32] NASCIMENTO, B. e BERGER, Raquel. Orí, Brasil, 1989, cor, 91'. Direção: Raquel Gerber, fotografia: Hermano Penna, Jorge Bodanzky, Pedro Farkas, Adrian Cooper, Chico Botelho, Cláudio Kahns, Jorge Bodanzky, Raquel Gerber, Waldemar Tomas; som: Francisco Carneiro, Lia Camargo, Walter Rogério; montagem: Renato Neiva Moreira; produção: Angra Filmes Ltda., Fundação do Cinema Brasileiro. Ficha técnica completa em: http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=025653&format=detailed.pft#1. Acessado em 14 de junho de 2019.

[33] NASCIMENTO, Beatriz. "É Tempo de Falarmos de Nós..." (Alex Ratts, org.) In: **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, Imprensa Oficial, 2007, p. 41.

[34] NASCIMENTO, Beatriz. "Por uma história do homem negro" In: **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento (Alex Ratts, org.). São Paulo, Imprensa Oficial, 2007. P. 91.

[35] NASCIMENTO, Beatriz. "Por uma história do homem negro" In: **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento (Alex Ratts, org.). São Paulo, Imprensa Oficial, 2007. P. 97.

sugere que a história emerge para Beatriz como campo de possibilidade para o alargamento ou ampliação os usos e sentidos da experiência histórica da gente negra no Brasil.

A inferência sobre as conexões e perspectivas de um trabalho coletivo em torno de uma história do negro brasileiro permanece como uma questão[36]. Avulta a percepção da natureza e envergadura da tarefa a que Beatriz Nascimento se propunha em 1974. Quando indicou como possibilidade teórico-metodológica uma historiografia a partir do protagonismo negro, ela sugeria em seu texto "Negro e racismo", publicado no mesmo ano, que:

> Isto só pode ser possível à luz de uma fidelidade à História. Só o levantamento histórico da vivência do negro no Brasil levado a efeito pelos seus descendentes […] poderá erradicar o complexo existente nele, e assim como o preconceito racial por parte do branco[37].

Essa crítica ao reducionismo da especialização ou ao cientificismo do século XIX e de seu impacto na historiografia é central nesse texto no qual a autora indagava: "E a história do homem negro? Afinal somos homens, indivíduos que devem ser estudados como tal"[38]. Essa projeção da humanidade negada, a ser restabelecida por uma sugerida "fidelidade à história"[39] pressupõe uma visão historiográfica emancipacionista e um interesse genuíno pelo potencial da

---

[36] É certo que o trabalho historiográfico constante, que gerações de autores negras e negros e não-negros vem percorrendo a explorar novas temporalidades, trazem outras metodologias e perspectivas teóricas que dão densidade a um labor coletivo: sobre novas narrativas para a história da gente negra no Brasil. Cf. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade - histórias de escravos e libertos na Bahia** (1870-1910). Campinas: Editora da UNICAMP, 2006; MATA, Iacy Maia. Os Treze de maio: polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-89). Dissertação Mestrado, Salvador, UFBa, 2002; MATTOS, Hebe**. Das Cores do Silêncio – os significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros:** culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). UFRGS (tese de doutorado), 2017; REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas:** irmandades negras, experiencias escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. UNICAMP (tese de doutorado), 2005; GOMES, Flávio; DOMINGUES. Petrônio. **Experiências da emancipação:** biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo, Selo Negro, 2022; PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de Liberdade:** literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas, Ed. Unicampo, 2018; SAMPAIO, Patrícia Melo. Nos confins do Império: diversidade e etnicidade no mundo do trabalho na Amazônia do século XIX. In: XAVIER, Giovana (org.). **Histórias da escravidão e do pós-abolição para as escolas**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora/Rio de Janeiro: MC&G Editorial/ Brasília: MEC, 2015. p.179- 194.; ALMEIDA, Mariléa. **Devir quilomba:** antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo, Ed. Elefante, 2022.

[37] NASCIMENTO, Beatriz. "É Tempo de Falarmos de Nós..." (Alex Ratts, org.) In: **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, Imprensa Oficial, 2007, p.102.

[38] NASCIMENTO, Beatriz. "Por uma história do homem negro" In: **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento (Alex Ratts, org.). São Paulo, Imprensa Oficial, 2007, p. 41.

[39] Idem, p. 42.

historiografia, na medida em que demarca as possibilidades da história como campo de afirmação da humanidade.

A escolha de Beatriz por um projeto intelectual se espraia, assim, em duas vertentes: a) a historiografia, como possibilidade disciplinar, narrativa e discursiva e; b) a libertação como potencialidade ética, que representa um inequívoco estabelecimento na eleição da história como campo da capacidade de ação do sujeito. Isso, por certo, expressa o lugar social de Beatriz Nascimento, como um "patuá", aqui considerado conforme caracterizou Michel de Certeau em seu texto clássico "A operação historiográfica, o lugar de produção em história"[40], como locus de um mana, um poder a partir do lugar da experiência. Das possibilidades teórico-metodológicas indicadas pela historiadora, desdobraram-se a noção de veracidade e a de temporalidade, como elementos conexos à perspectiva de uma história livre de fragmentarismos.

Quando abordou o tema da história como ciência dos "comprometidos com o pensamento dos séculos XIX e XX"[41], ela estabeleceu a quebra com uma perspectiva dogmática dentro da relação entre história e historiografia. Propôs uma inversão sobre o lócus de emergência da historiografia enquanto construto humano, trazendo implicitamente ao debate a questão tanto da subjetividade quanto das ideias e interesses que emanam da vida prática e que impactam na produção do saber historiográfico. B. Nascimento recobre pontos centrais da operação historiográfica, elementos do trabalho disciplinar bem presentes, explorados e aprofundados na trilogia sobre teoria da história da autoria de Jörn Rüsen[42], com ênfase para o primeiro capítulo de sua obra *Razão Histórica*[43].

A historiadora Beatriz Nascimento identificou uma lacuna e produziu uma crítica aguda à historiografia não apenas brasileira no tocante à questão negra. Lacuna essa que evidencia a correlação entre a história e a produção de um lugar social, ao menos dentro da maquinaria e do aparelho historiográfico no Brasil. Sendo assim, de que modo a localização social, como lugar de produção dos "descendentes negros", preconizada por Beatriz Nascimento, traz a condição de possibilidade para enriquecer as narrativas historiográficas produzidas no Brasil?[44]

---

40 CERTEAU. Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

41 NASCIMENTO, Beatriz. "Por uma história do homem negro" In: **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento (Alex Ratts, org.). São Paulo, Imprensa Oficial, 2007, p. 94.

42 RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** teoria da história, os fundamentos da ciência histórica. Brasília, Ed. UnB, 2010.

43 Idem.

44 Uma arqueologia da produção historiográfica brasileira, considerando a preponderância da questão Étnico-racial seja quanto às temporalidades, às temáticas, às origens étnicas de autores, às abordagens temáticas, à escolha

Da leitura que estabelecemos do projeto historiográfico de Beatriz Nascimento, emerge a ideia de uma correlação com as práticas ancestrais da comunidade negra na diáspora em que, segundo ela própria:

> A construção textual e afirmação de um lugar outro, que articula e ancora a escritura e a função do conhecimento histórico emerge como um template, aberto ao aprofundamento, no texto Por uma história do homem negro. "As coisas que reflito nesse momento já existiam no ventre de minha mãe, num quilombo qualquer do Nordeste, na África onde já não quero nem posso voltar"[45].

Nesse sentido, trata-se da afirmação de um lugar de produção que perpassa a cena internacional e diaspórica quando atlântica, entre África e Brasil; mas também intranacional, quando evoca a diáspora negra e o trânsito inter-regional da população negra no Brasil, parte da própria trajetória biográfica de Beatriz Nascimento[46].

A escritura da história que pode emergir desse lugar de produção fecundou em certa medida e se conecta de vários modos aos avanços nas reflexões contemporâneas do campo teórico-metodológico disciplinar onde a narrativa, a subjetividade e a crítica contra colonial se articulam como partes da mesma operação. Essa operação é produzida a partir de sujeitos autores de história com protagonismo da gente negra, a partir da presença de elementos deste projeto historiográfico em diversos espaços da vida social onde se escreve e se faz história no país[47]. Estes elementos de narrativa, subjetividade e crítica contra colonial estão colocados entre os pressupostos teóricos e os elementos teórico-metodológicos operacionalizados nesta pesquisa.

Quando promovemos o contato entre o processo de Joanna Mina (1802) e as reflexões da historiadora Saidiya Hartmann presentes no texto "O tempo da escravidão", descortinam-se

---

dos objetos ou o espaço dos sujeitos racializados é uma empreitada que exige mais tempo e demanda um espaço que o tamanho desse trabalho não permite. A despeito dessa impossibilidade, ainda assim se impõe a indagação – ainda que permaneça como um tópico para aprofundamento - sobre o sentido e os mecanismos de racialização e da colonialidade na produção da escritura historiográfica brasileira.

45 NASCIMENTO, Beatriz. "Por uma história do homem negro" In: **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento (Alex Ratts, org.). São Paulo, Imprensa Oficial, 2007, p. 98.

46 Cf. SODRÉ-MIRANDA, Janira. Intelectual negra na história atlântica: o projeto historiográfico de Beatriz Nascimento. In: **Revista Mosaico**, Goiânia, v 16. No p. 95-107, 2023.

47 Dentre os múltiplos espaços de sociabilidade historiográfica construído e frequentado por historiadores interessadas nas temáticas presentes nesta pesquisa, destaco a Rede de Historiadores Negros e Negras do Brasil (2025), o Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-abolição da Associação Nacional de História (2006) e a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e negras (2000).

não apenas as questões do tempo passado-presente na pesquisa histórica[48] ou os desafios de uma "história feita por mãos negras"[49], mas a própria centralidade do ofício historiográfico. Aqui exercido a partir do lugar de ser mulher e negra, de uma mirada educada por gerações de historiadoras negras que se voltaram para os processos de produção emancipatória no passado-presente, em uma tarefa constante de decupagem por camadas discursivas ao documento de arquivo,

A indagação que se coloca nesta tríade de questões teórico-metodológicas está articulada à pergunta sobre as possibilidades de repensar a documentação na chave da palavra escrita, em processo judicial no mundo da colônia, pensar o processo não apenas como tarefa da escrivania, mas também como um ditado de autoria de Joanna Mina, escrita compartilhada, texto fixado na massa documental da Vila Boa do início do século XIX, que nos chega como parte da invenção escriturística sobre Goiás.

Reposicionar estas mulheres a partir de outras narrativas históricas se constitui em um trabalho de recomposição da memória. S. Hartman retoma um ponto desta rememoração ao indicar que do Forte Castelo Elmina, aquele mesmo porto africano de procedência que identifica um espaço africano a atribuir um pertencimento que a documentação colonial imputa a Joanna Mina, que vem o registro de uma memória africana da experiência das mulheres embarcadas naquele porto, pelo texto de Hartmann:

> Uma placa memorial colocada perto da entrada do pátio do Castelo de Elmina diz: "Em memória eterna da angústia de nossas ancestrais. Que aquelas que morreram descansem em paz. Que aquelas que retornam encontrem suas raízes. Que a humanidade nunca mais cometa tal injustiça contra a humanidade. Nós, que estamos vivas, juramos defender isso". Como a placa sugere, acertar as contas com a nossa responsabilidade com as mortas exige não apenas a nossa lembrança, mas também uma promessa de repúdio à injustiça que permitiu que esse crime contra a humanidade ocorresse[50].

Se a recordação e a lembrança da escravização de mulheres negras são centrais na perspectiva de Hartman, o ofício da historiadora negra tem ligação com a tarefa de mediar um lugar sensível onde, na visão dessa autora "parece que as nossas vidas e até as das mortas dependem de tais atos de recordação. No entanto, a melhor forma de lembrar das mortas e

---

[48] HARTMAN, Saidiya. O tempo da escravidão. **Periódicus**, Salvador, n. 14, v.1, nov.2020-abr.2021.

[49] Idem, ibidem.

[50] HARTMAN, Saidiya. O tempo da escravidão. **Periódicus**, Salvador, n. 14, v.1, nov.2020-abr.2021, p. 243.

representar o passado é uma questão repleta de dificuldades, se não uma questão em absoluta disputa"[51].

A representação do passado com suas dificuldades e disputas poderá ser suplantada, na visão de Hartmann, em vista da aposta na capacidade reparadora da memória. Mas a memória, neste caso, se fundaria na distinção entre o passado e o presente. Para Hartman, tanto a presentificação da herança escravocrata quanto os significados da perda e do luto na produção da diáspora transatlântica são considerações a serem apontadas, sobretudo quanto ao *continuum* da "experiência descendente da dispersão africana"[52].

Tal é o desafio em lidar com esta memória sensível do trauma da escravização. Em "O tempo da escravidão", texto escrito a partir da análise feita por Hartman das experiências de viagens de retorno de negros estadunidenses a portos de embarque de africanos escravizados, a historiadora pontua que:

> lembrar das mortas é reparar as linhas rompidas [...] a lembrança está envolvida em reivindicar o passado, apaziguar ancestrais e recuperar as origens das descendentes dessa dispersão. Lembrar-se da escravidão é imaginar o passado como o "tecido de nossa própria experiência" [...]. A identificação e o enlutamento estão inextricavelmente vinculados neste caso; já que as raízes que somos encorajadas a recuperar pressupõem a ruptura do comércio transatlântico de escravas [...] em outras palavras, as questões de enlutamento e a nossa identificação com as mortas são centrais tanto para o trabalho de luto, quanto para a imaginação política da diáspora africana[53].

O texto de Hartman adquire particular interesse e mesmo uma dimensão espectral no horizonte deste trabalho na medida em que permite conectar as memórias contemporâneas de descendentes africanas ao porto de origem, desde o qual Joanna Mina foi embarcada para a costa brasileira, vindo a ter sua vida e trajetória identificadas por meio de um processo de emancipação registrado na documentação jurídica da Capitania de Goiás, iniciado em março de 1802.

Recolocar a trajetória de Joanna Mina, mulher, preta africana, a partir de suas ações, estilizadas na escrita de um processo jurídico por emancipação, na Vila Boa na passagem para o início do século XIX, configura o que a autora chama de uma "reconstituição do evento do

---

[51] Idem, ibidem.

[52] Idem, p. 244.

[53] HARTMAN, Saidiya. O tempo da escravidão. **Periódicus,** Salvador, n. 14, v.1, nov.2020-abr.2021, p. 245.

cativeiro”[54] e, certamente, incide sobre a revisitação do passado. Esse reencontro ilumina temporalidades díspares no binômio presente-passado, fornecendo a condição de explorar o que Hartman chama de “o artifício das barricadas históricas ou a fragilidade de marcadores temporais como passado e presente”[55].

Essa correlação é aqui tratada como parte da memória sensível sobre as experiências de escravização africana, e nos permite entreolhar a documentação do processo de Joanna Mina (1802) como parte de uma disjunção salientada por S. Hartman. Para a autora, de posse das informações sobre o passado nos é permitido evocar a conexão entre a experiência colonial e a memória dela. Portanto, ao nos apropriarmos da trajetória histórica de uma mulher africana assujeitada para o comércio de pessoas e vivendo na diáspora afro-goiana, podemos entrever que:

> Ao se apossar do passado, iluminam-se as promessas quebradas e os contratos violados do presente. A disjunção entre [...] “aquele evento” e “essa memória”, além de abarcar uma dimensão essencial do tardio, levanta uma série de perguntas sobre o uso e a relevância do passado, a valência política e ética da memória coletiva, e a relação entre responsabilidade histórica e a crise contemporânea compreendida em termos de um apego masoquista ao passado, à intransigência do racismo ou ao intratável e duradouro legado da escravidão[56].

Conforme destaca Hartman, o intertexto entre as visitações contemporâneas dos portos de embarque de africanas escravizadas, entre as lágrimas das visitantes e a reelaboração deste passado-presente, se cria uma abertura para a elaboração de uma:

> contra-história [*counterhistory*], uma história [*story*] escrita em oposição à narrativa do progresso. Lágrimas revelam que o tempo da escravidão persiste nesta interminável espera — isto é, esperando a liberdade e ansiando por uma maneira de desfazer o passado. As temporalidades abrasivas e incomensuráveis do “não mais” e do “ainda não” podem ser vislumbradas nessas lágrimas[57].

Saidiya Hartman busca, assim, uma compreensão sobre os significados da memória em um ambiente da vida social no qual “a oscilação entre então e agora destila os últimos

---

[54] Idem, p. 246.

[55] Idem, p. 249.

[56] Idem, p. 250.

[57] Idem, p. 256.

quatrocentos anos em um momento definitivo. E, ao mesmo tempo, a narrativa ainda em desenvolvimento do cativeiro e da desapropriação excede os parâmetros discretos do evento"[58]. Ela sugere que a longa lista de violações no tempo presente pode enunciar que não estamos tão próximas da liberdade, mas que a cantilena das reclamações pode vir a evidenciar o que é temido na experiência do trauma, sua continuidade até o presente. A história seria então uma lesão que ainda não cessou de acontecer até o presente?

Nas dobras dessa conexão passado-presente se apresentam os desafios para pensar a historiografia possível, a partir da experiência com o estudo do processo de Joanna Mina e das suas possibilidades para operarmos com a questão da escrita e a disputa pela inscrição discursiva, a partir da luta por tratar da liberdade em Goiás, na passagem para o século XIX.

Trata-se da dinâmica da experiência de redistribuir as fontes de modo a produzir um material historiográfico que permita a operação disciplinar como parte de uma refazimento dos espaços na vida social[59], reposicionando inclusive a autoria africana em contexto colonial, em Goiás. Nesta dinâmica, podemos retomar a inspiração de W. Benjamin ao tratar o ofício como: "O dom de despertar no passado as centelhas da esperança [...] privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer"[60]. A própria esperança de restabelecer o "lugar do morto"[61] como redistribuição da narrativa historiográfica e recomposição de uma narrativa que recoloca o sentido e a perspectiva de liberar o presente para os vivos, traduz os significados da busca por escrita preta e africana na documentação haurida neste capítulo.

> as coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores[62]

---

[58] Idem, p. 260.

[59] CERTEAU. Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006. Neste texto clássico, o autor propõe a ação historiográfica como condição de redistribuição do passado, possibilitando o dar lugar para o futuro, pela simbolização do limite, permitindo uma ultrapassagem, por meio da diferenciação de um passado e de um presente.

[60] BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito de história**. In: https://lavrapalavra.com/2015/10/02/walter-benjamin-teses-sobre-o-conceito-de-historia/ . Acesso em: 5 jun. 2025.

[61] CERTEAU. Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006, p. 106.

[62] BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito de história**. In: https://lavrapalavra.com/2015/10/02/walter-benjamin-teses-sobre-o-conceito-de-historia/ . Acesso em: 5 de jun. de 2025.

Consignado em processo judicial e guardado no arquivo da colônia é parte desta aproximação. Diálogo, portanto, com estas perspectivas de Hartman sobre historiografia possível da diáspora; com W. Benjamim sobre as coisas espirituais como experiências e agências humanas colocadas em andamento por Joanna Mina, preta e africana que, em firmeza e astúcia não cessou de agir em prol de sua liberdade até onde a documentação a alcança, ou recobre; com M.de Certeau para afirmar a ação de historicizar, sobre a redistribuição da escrita sobre o passado que é "honrado eliminado" para dizer o que não se faz mais, no presente. Tal é o desafio de uma história emancipacionista, produzir uma historiografia que oscila entre "fazer história" e contar história"[63]. Uma dinâmica que conflui, em linhas gerais, com a perspectiva do projeto historiográfico encetado por Beatriz Nascimento[64].

1.2. AUDÁCIA E O NATURAL DESEJO POR LIBERDADE: A LUTA DA GENTE NEGRA, AS REDES E JOGOS POLÍTICOS NA VILA BOA EM MEIO À CRISE DE 1789-1803

Joanna Mina foi ouvida, a pedido, em 13 de março de 1802. O requerimento que dera origem ao processo é datado de 2 de março daquele ano. Em seu depoimento, oferecido ao Juiz Ordinário da Vila Boa, Alferes Simão de Souza Lima, ela indicou que havia de "três para quatro anos, mais ou menos" que lidava com o esforço para alcançar a "isenção do cruel jugo do cativeiro" pelo "natural desejo que todos têm os que são escravos", que se infundiu em seu "ânimo […] a audácia" de dirigir-se ao Alferes Francisco Leyte Borges, que detinha sua liberdade, para um acordo de "quartação para sua liberdade", oferecendo para tal 60 oitavas de ouro, que explicava ter "agenciado em seus domingos e dias santos"[65].

Desde o início, é possível estabelecer alguns marcadores nesse depoimento. O primeiro deles tem correlação com a tipologia do documento e sua morfologia jurídica, influenciando nos limites do mecanismo judicial e da linguagem[66]. Seja pela mediação de um

---

63 CERTEAU. Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006, p. 108.

64 Para uma aproximação a este diálogo teórico cf. SODRÉ-MIRANDA, Janira. Intelectual negra na história atlântica: o projeto historiográfico de Beatriz Nascimento. In: **Revista Mosaico**, Goiânia, v 16. No p. 95-107, 2023.

65 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI, Coleção [~~Escravos~~], no tocante a Processos de Emancipação de Africanos. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802, Cidade de Goiás.

66 Para um diálogo com autores sobre os limites e possibilidades de documentos judiciários e o processo como fontes para a historiografia: ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Notas sobre o uso de documentos judiciais como fonte de pesquisa histórica. In: **PATRIMÔNIO E MEMÓRIA**, V. 5, N. 2, pp. 159-173. E o texto basilar na disciplina histórica para pensar a aplicação de fonte jurídica/processo: GINZBURG,

procurador para o caso de Joanna, ou pelas fórmulas textuais que atenuam o acesso à palavra de Joanna, este efeito, ao atenuar não pode forcluir[67] a presença e a palavra da africana que emerge do registro processual: "atestou que não foi autora do requerimento nem sabia quem o havia feito(...) que era verdade que havia fugido em janeiro daquele ano por isto esteve presa em correntes durante um mês, pouco mais ou menos"[68]. Joanna asseverava que:

> prestou ao seu Senhor bons serviços, dando cinco crias,(...) executava os serviços da lavoura(...)podia comprar sua liberdade com as sessenta oitavas de ouro(...) que o seu senhor lhe disse que com as sessenta oitavas lhe comprasse uma escrava para trabalhar em seu lugar, enquanto tratava de sua liberdade.[69]

Enquanto corroborou algumas informações, Joanna denegou e retificou outras, omitindo inclusive conhecer quem havia trazido sua causa ao juízo.

O segundo aspecto se relaciona à datação da dinâmica dos fatos narrados no processo. Joanna indica que havia dado início a um processo de negociação de sua liberdade há – pelo menos – três anos passados, com o Alferes Leite Borges, quando ofereceu um pecúlio no valor de 60/8 em ouro, como parcela de entrada para quartação do valor de sua carta de liberdade. Uma eventual vitória jurídica suplantaria duas tendências agravantes para esta negociação: o fato de ser africana e mulher. Análise quantitativa e qualitativa indica que a maioria de pessoas alforriadas era de nascimento crioula e em períodos diferentes em Goiás oscilava entre maioria de homens ou de mulheres[70].

É preciso considerar fatores como preço da carta de liberdade mais elevado para os homens, e também que as mulheres jovens representavam potencial reprodutivo, segundo o regime jurídico que estabelecia *o partus sequitur ventrem* (o nascimento segue o ventre, segundo o *status* legal, por certo). Ao analisar as tendências quantitativas relacionadas a alforrias em Goiás, retomamos o levantamento oferecido por Igor Alencar no referente ao

---

Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

67 Para a noção de forclusão como retirada de peças dentro de um processo, reescrevendo de forma oblíqua as informações forcluídas cf. BUTLER, Judtih. *Bodies that matter*. London, Routledge, 1993.

68 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

69 Idem.

70 Estudo sobre as cartas e processos de liberdade movidos por africanos e crioulos nas primeiras décadas do século XVVIII. Cf. ALENCAR, I. F. **A larva, a crisálida e a borboleta:**as cartas de liberdade em Goiás (1800-1824). 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

número total de alforriados, quantidade de africanos, total de africanas e de pessoas crioulas, entre 1804 e 1824, conforme registrado na Tabela 1[71].

Tabela 1 - Africanos alforriados (1800-1824)

Períodos	*Angola*		*Nagô*		*Mina*		*Benguella*		*Congo*		*Cabú*		*Cabinda*	
	H	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**
1800-1804	06	05	02	01	08	08	-	-	-	-	01	-	-	-
1805-1809	20	08	01	-	07	05	02	-	03	-	-	-	-	-
1810-1814	04	02	-	-	05	03	02	01	-	-	-	-	10	-
1815-1819	03	03	-	-	-	01	-	-	-	01	-	-	-	-
1820-1824	03	02	-	-	-	03	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	36	20	03	01	20	20	04	01	03	01	01	-	10	-

Fonte: ALENCAR, I. F. A larva, a crisálida e a borboleta: as cartas de liberdade em Goiás (1800-1824), Goiânia, UFG, 2019.

Deste levantamento realizado no Arquivo do Cartório do 1º Ofício em Goiás, emerge uma Vila Boa africana. Destaca-se daí um conjunto formado por sete nacionalidades: Angola, Nagô, Mina, Begela, Congo, Cabú e Cabinda. Há uma preponderância Angola e Mina nos processos movidos por liberdade, mapa que acompanha a demografia geral Capitania[72].

Para o período em que decorre o trâmite judicial do processo de Joanna Mina, há o assento cartorial de cartas de liberdade para oito homens e oito mulheres identificadas como Mina. Não foi encontrada a carta em nome de Joanna Mina nesse material de arquivo. Ainda assim, é verossímil supor que a carta de liberdade de Joanna possa ter composto esta coleção e tenha se perdido do conjunto custodiado pelo Cartório do 1º Ofício em Goiás. Da mesma forma,

[71] Cf. ALENCAR, I. F. **A larva, a crisálida e a borboleta:**as cartas de liberdade em Goiás (1800-1824). 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

[72] Ao abordar as irmandades negras na Capitania de Goiás, a autora oferece uma perspectiva quantitativa panorâmica sobre a presença africana, para aprofundamento ao tema Cf. MORAES, Cristina C. P. **Do Corpo Místico de Cristo:** Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás, 1736-1808. (Tese de Doutorado). Lisboa, 2005.

faz sentido pensar que uma carta de liberdade em seu nome poderia compor este rol, considerando nacionalidade, sexo e idade, pois, como veremos, Joanna era adulta e mãe de cinco. Com maior probabilidade, é plausível sugerir que o processo não tenha sido completado, conforme registrado:

Tabela 2 – Nacionalidade de homens e mulheres alforriados (1800-1824)

Período	Africanos	Africanas	Nascidos no Brasil	Nascidas no Brasil					Total por período:	
1800-1804	17	12,7%	14	10,5%	52	39%	50	37,5%	133	31,5%
No período constam 07 casos sem identificação de nacionalidade (02 homens e 08 mulheres)										
1805-1809	33	23,9%	13	9,4%	48	34,7%	44	31,8%	138	32,7%
No período constam 06 casos sem identificação de nacionalidade (03 homens, e 03 mulheres)										
1810-1814	21	23,3%	7	7,7%	29	32,2%	33	36,6%	90	21,3%
Outros casos identificados como, dois homens, e duas mulheres										
1815-1819	3	11,1%	5	18,5%	8	29,6%	11	40,7%	27	6,4%
No período constam 03 casos sem identificação de nacionalidade (03 mulheres)										

Fonte: ALENCAR, I. F. A larva, a crisálida e a borboleta: as cartas de liberdade em Goiás (1800-1824). Goiânia, UFG, 2019.

A coleção de cartas de liberdade no fundo de arquivo do Cartório do 1º Ofício de Goiás é composta por um conjunto de 426 documentos no período de 1804 a 1824. São indicadores e representativos de uma dinâmica social da Capitania de Goiás nas duas primeiras décadas do século XIX. Ainda que nos falte a designação de nacionalidade para 25 pessoas nomeadas nas cartas referidas, é possível afirmar que no período parte da população preta e parda se movimentava, de forma producente, para mudar de *status* e passar a se constituir como componente da camada de gente liberta.

Ressalte-se que a pluralidade da presença africana quanto às identidades nacionais e a superioridade numérica da população negra nativa brasileira de primeira geração (=~~crioula~~)[73]

[73] Para aprofundamento sobre a chamada atribuição colonial (relacionada a cor, raça, nacionalidade, identidade e outras hierarquias coloniais relacionadas à presença ou ascendência africana no mundo colonial) cf. BOXER, Charles. **Relações raciais no Império colonial português (1415-1825)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.; SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro - Século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **A Cor Inexistente: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, Séc. XIX)**. Tese (Doutorado em História). ICHF/UFF, Niterói, 1993.; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Marcas da Escravidão: biografia,**

registrada na coleção é um indício forte o bastante para ponderarmos pela plausibilidade de uma intensa luta por dentro e contra a ordem colonial, no que concerne ao esforço para romper a ordem jurídica que mantinha a instituição do cativeiro. As práticas de quartação e as alforrias compunham parte da estratégia para esta passagem ao mundo social da gente liberta.

Este quadro nos orienta à percepção de que Joanna Mina não estava sozinha, ao contrário. Compunha um grupo visível e mobilizado em torno da pauta da liberdade, inclusive como processo não apenas jurídico. De seu processo, aliás, emerge um conjunto de conexões, que evidencia uma rede bem tecida, como veremos.

Essa rede sugere que as informações sobre a vida política e a governança administrativa corriam como notícia, de boca a ouvido entre a gente africana e nativa na Capitania de Goiás. Não será surpreendente registrar que a chegada de Joanna Mina à Vila Boa, para se dirigir diretamente ao Governador João Manoel de Menezes, seja ação resultante da leitura de um cenário político favorável à sua causa. É certo que o depoimento da Joanna indica que sua proposta de negociação da própria liberdade recuava a, pelo menos, 1799 ou 1798, quando ela já contava com uma economia, em ouro, que recobria quase a metade do valor de que precisava para fazer frente ao valor total acertado com o Alferes Francisco Leite Borges, fixado em 128 oitavas de ouro[74]. Isso nos permite recuar seus planos e iniciativa para bem antes da chegada de um governador que se perfilava como favorável ao pleito semelhante ao seu.

Em fevereiro de 1798, a rainha D. Maria I assinava decreto real nomeando João Manoel de Menezes para o cargo de governador e capitão-general de Goiás, para um período de três anos, retirando do cargo o antecessor Tristão da Cunha Menezes, que havia governado por 16 anos. Conforme destaca Fernando L. Lemes, ele perdera as condições de governar após denúncias gravosas não apenas relacionadas a questões morais (concubinato, incesto e compadrio), como também a conflitos de interesses (mantinha empreitadas em fazenda de gado vacum e equino) e sobretudo por laços políticos estreitos com líderes locais (da câmara e da igreja) que se digladiavam por espaço na administração da Vila[75]. O historiador evidencia o jogo de poder e a mudança que advinha com a chegada do novo nomeado:

---

racialização e memória do cativeiro na História do Brasil, Tese de Titular em História do Brasil, Niterói, 2004.; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. – 3° ed. ver. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1998] 2013.

74 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

75 Documentos Avulsos da Capitania de Goiás/AHUL, Cx. 40, D. 2445, 4 CD-ROM 1. Veja também análise de LEMES, Fernando Lobo. **A oeste do império – dinâmica da câmara municipal na última periferia colonial: um estudo das relações de poder nas minas e capitania de goiás (1770-1804)**. UFG (dissertação), 2005.

> a chegada do governador representava um acontecimento novo que indicava alterações significativas no jogo de forças políticas entre os núcleos de poder que disputavam entre si vantagens e privilégios nas Minas e Capitania de Goiás, principalmente por parte dos adversários do governador que fazia, naquele momento, a entrega do cargo ao sucessor[76].

A posse de João Manoel Menezes move peças em um intrincado tabuleiro da política na capitania. Ao completarem-se sete meses de sua posse, os oficiais da câmara escreviam em agradecimento pela indicação do novo governador, referido como "redentor e restaurador da Capitania". Não era a mesma opinião a do ex-governador, que não se recolhera a Lisboa segundo os costumes, nem se dedicava a outras atividades administrativas como ocorrera com todos os capitães-generais que o haviam antecedido no governo da Capitania de Goiás. Todo o oposto. Permaneceria na Vila Boa fazendo, na opinião de um contemporâneo, ferver "a dissensão entre os grandes" e gemer "o resto do povo"[77]. Em razão da intensa oposição do grupo de Tristão Cunha Menezes, os oficiais da Câmara buscaram instá-lo a sair da capitania. Em vão.

A temperatura política subia na sede da Capitania, de tal sorte que o governador foi denunciado. Durante o ano de 1802, de especial interesse para o processo de Joanna Mina, em curso no período, com a participação central da câmara municipal da Vila Boa na crise política e nos fatos que definiram os contornos do governo de João Manuel de Menezes. Em janeiro de 1802, os oficiais da Câmara escrevem ao Príncipe Regente D. João, denunciando a venda de cartas-patentes por quantias excessivas, a determinação de prisões, em sua visão, abusivas e requerendo esta atribuição para a Câmara, conforme provisão real de 2 de janeiro de 1802. E novamente escrevem, requerendo o afastamento de João Manoel de Menezes. Nos meses seguintes a crise se agrava[78].

As disputas giravam em torno de autoridades por nomeação régia, que se articulavam em ao menos grupos de interesses opostos. Ainda assim, oficiais da câmara buscaram agir num primeiro momento, como vetor de intermediação dos conflitos entre as partes, no esforço de dar termos ao conflito que se alastrava. Com o tensionamento do ambiente político em níveis inusuais, seu posicionamento parece ter sido definido pelas ligações da maioria de seus membros com este ou aquele grupo, incidindo nas deliberações a serem tomadas. Aí incluída a

---

76 Idem, p. 103.

77 Documentos Avulsos da Capitania de Goiás/AHUL, Cx. 42, D. 2554, 5 CD-ROM).

78 Documentos Avulsos da Capitania de Goiás/AHUL, Cx. 40, D. 2445, 4 CD-ROM 1. Veja também análise de LEMES, Fernando Lobo. **A oeste do império – dinâmica da câmara municipal na última periferia colonial: um estudo das relações de poder nas minas e capitania de goiás (1770-1804)**. UFG (dissertação), 2005.

gravosa ordem de prisão emitida pelos oficiais da Câmara contra o capitão-general e governador das Minas e Capitania de Goiás João Manoel de Menezes, nomeado pela autoridade régia[79].

Em corporação, os oficiais da Câmara se dirigem à residência rural do Governador, no arraial do Ferreiro, onde são recebidos por João Manoel de Menezes, em abril de 1803 com uma ordem de sua prisão emitida pela mesma Câmara, sob acusação do crime de lesa majestade.[80] De volta à Vila Boa, os oficiais tentaram mobilizar demais autoridades administrativas e a população da vila para aderência a sua ação. Sem êxito[81]. A reação do Governador foi imediata. Por sua ordem ao ouvidor-geral, entregue às 11 horas da noite, indica que se via obrigado a tomar medidas instantâneas contra aqueles que considerava que teriam praticado atrozes delitos; ordena a imediata a prisão de todos os oficiais da câmara que, segundo João Manoel de Menezes, continuavam a conspirar novamente contra sua imunidade aprovisionada pela autoridade régia.[82] Acatando ordens do Governador, Marcelino José Manso, seu ajudante de ordens, acompanhado de 60 praças, cercou a casa de câmara e cadeia para efetuar a prisão dos oficiais. Era tarde, quinze minutos antes os oficiais haviam encerrado sua reunião e se evadido para ocultarem-se. Apenas dois oficiais da Câmara encontrados em suas residências foram presos[83].

Na manhã do dia 18 de maio, com a tranquilidade pública restaurada, a Vila Boa dava conta do ataque pessoal e institucional sofrido pelo representante nomeado pela coroa nas Minas e Capitania de Goiás. E da derrota dos adversários de João Manuel de Menezes, com a dissolução da inaudita tentativa, inédita na Capitania e fracassada deposição do governador[84].

Diante deste quadro político, o interesse de análise tem, em geral, se dirigido para a partição e equilíbrio de poder entre a autoridade régia e as elites locais, nitidamente rompido pela Sublevação na Vila Boa (1803). Nosso olhar, de forma divergente, se volta neste

---

79 Idem, p. 105.

80 Documentos Avulsos da Capitania de Goiás/AHUL, Cx. 40, D. 2445, 4 CD-ROM 1. Veja também a análise de LEMES, Fernando Lobo. **A oeste do império – dinâmica da câmara municipal na última periferia colonial: um estudo das relações de poder nas minas e capitania de goiás (1770-1804)**. UFG (dissertação), 2005.

81 Idem, p. 106.

82 Documentos Avulsos da Capitania de Goiás/AHUL, Cx. 40, D. 2445, 4 CD-ROM 1. Veja também a análise de LEMES, Fernando Lobo. **A oeste do império – dinâmica da câmara municipal na última periferia colonial: um estudo das relações de poder nas minas e capitania de goiás (1770-1804)**. UFG (dissertação), 2005.

83 Idem, p. 107.

84 Idem, p. 108.

acontecimento específico para o grupo de 60 ordenanças que se recusaram a desaquartelar-se e seguir até o Ferreiro para dar voz de prisão ao Governador; e se mantiveram a postos para seguir as ordens emanadas pelo Governador Geral das Minas e Capitania de Goiás contra a sublevação da Câmara. Eles, até mesmo, escoltaram o Governador João Manoel de Menezes à sede do governo na Vila Boa[85]. É significativo retomar tanto a forma de acesso aos cargos de ordenança, por meio de acordos com o Governador envolvendo quantias pagas, bem como perquirir a documentação oficial do período, na qual se registram denúncias de nomeação homens pardos e homens casados com mulheres negras (=~~mulatas~~) para as posições de ordenanças na Vila Boa[86].

Com efeito, o Governador João Manoel de Menezes tinha seus próprios problemas quando, em março de 1802, ofereceu um despacho determinando não apenas que o Juiz Ordinário Mourão ouvisse em juízo a Joanna e o Alferes Leite Borges, mas também todas as pessoas arroladas como testemunhas. Ordenava ainda que a documentação do processo ficasse a cargo do tabelião da Vila Boa, João Ataíde, homem da confiança do governador, poe ele empossado designado como mulato. Chega-se à presença de gente negra em posição estratégica, como ocorre com o tabelionato, na guarda e acompanhamento dos documentos do processo de Joanna Mina[87].

> sem atender a opulências de tiranos e nem compadrescos, no caso que o haja como costumam fazer, bem entendido que este requerimento e procedimento que houver neste caso ficará no cartório público e o tabelião me passará por certidão e para que não haja enganos e falcatruas seja intimado o presente despacho pelo oficial competente[88].

Das oitivas que se seguiram emerge uma cena que enlaça personagens, famílias, redes, lugares, posses e tramas que descortinam elementos da vida social na Capitania, por meio da trajetória, experiência e ação da africana Joanna Mina. De todo modo, entre os silêncios do processo, destaca-se a ausência de qualquer menção ao seu lugar de nascimento, viagem

---

85 Para pensar a presença militar e negra cf. COTTA, Fancis Albert. **Militares negros em uma sociedade escravista**. XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Londrina, 2005.

86 Para uma aproximação a esta conexão política entre ordenanças na Vila Boa e a ação de João Manoel Menezes, vide: LOIOLA-LEMKE. Maria. **Trajetórias para a liberdade**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009.

87 Para um olhar sobre a presença de gente negra na teia do processo é possível consultar LOIOLA-LEMKE. Maria. **Trajetórias para a liberdade**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009.

88 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

intercontinental ou sobre a viagem da costa brasileira ao sertão e sua chegada em Goiás e à localidade do Passa Três, onde aparentemente viveu a maior parte de sua vida adulta[89]. Este silêncio é particularmente sentido quando contraposto à vasta gama de informações que comparecem ao processo como elementos descritores de sua vida em Goiás.

Notável ainda a indicação, inscrita no processo, do primeiro nome português (Joanna) e da nacionalidade (Mina) sem vincular nenhum sobrenome português. Isso pode ser lido como distanciamento calculado, uma vez que ela se opunha ao detentor de sua liberdade jurídica. Ou, mais instigante, a possibilidade de que não fosse batizada. O que não seria incomum entre a população mina em Goiás.

Sobre o memorial que deu base ao requerimento inicial do processo, Joanna Mina negou autoria sobre ele, corroborando algumas das informações e indicando pontos de inverdades, que gostaria de retificar. No decurso dos depoimentos que seguem, resta indicada a autoria do memorial. O Alferes Leite Borges é quem indica ter sido encomendado por Brás Alves Vieira, homem que havia trabalhado no Passa Três, chamado pelo Alferes de "camarada", o que dá uma indicação sobre sua ocupação como trabalhador na fazenda. Vieira era casado, assim como o era Joanna Mina. Mas o trabalhador havia sido despedido por Francisco Leite Borges por seu intento de desencaminhar Joanna, rondando constantemente a casa da africana[90].

É possível que esta indicação oferecida pelo Alferes tenha sido um movimento para detratar a moralidade de Joanna, deslegitimando suas demandas. Dizemos isso porque a denúncia trazia elementos consistentes contra ele, Alferes Leite Borges, pois constava que mantinha a ela Joanna detida em ferros há quase um mês, pelo fato de a africana ter se evadido do Passa Três no fito para alcançar a Vila Boa, em busca de apoio para manter o acordo que havia estabelecido com o Alferes[91]. Com efeito, Joanna Mina havia intentado a fuga para Vila Boa ao menos por três vezes nos últimos quatro anos. Sempre em busca de um acordo que possibilitasse sua liberdade. E havia sido reaprisionada.

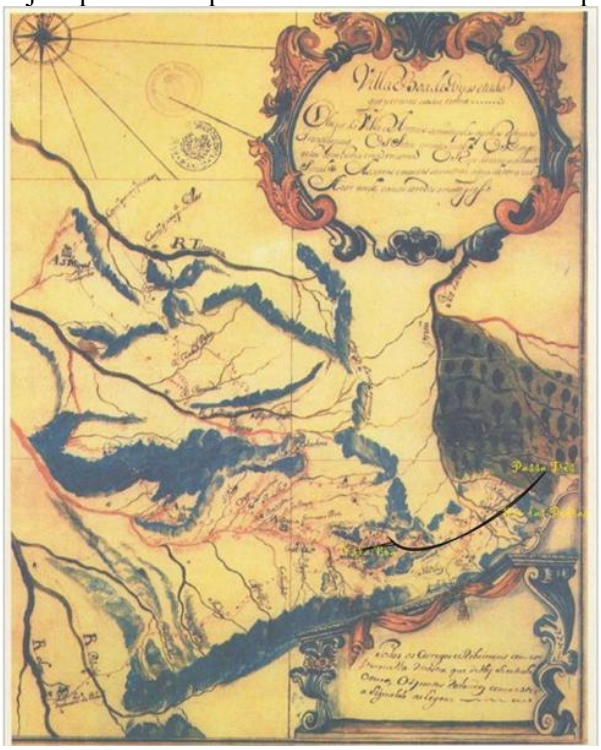
---

89 Idem.

90 Idem.

91 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

Figura 1 – Mapa com trajeto percorrido por Joanna Mina de Passa Três para Vila Boa de Goiás[92]



A presença de Brás Alves Vieira no processo é indicativa de uma rede em que atuava. Fosse como acionador da denúncia em favor da africana ou como homem que convivia e circundava as relações de Joanna Mina, em seu local de trabalho e moradia, a menção de seu nome é uma informação valiosa o suficiente para demonstrar a permeabilidade da presença desta africana na sede da Capitania, por meio de uma rede de relacionamentos. Esta conexão certamente representa um laço comunitário ou afetivo forte o bastante, fosse para colocar em movimento a denúncia da prisão em ferros, de que padecia Joanna, quando fora intimada a comparecer para o depoimento de 15 de março de 1802; ou para ser acionado como tese de acusação verossímil, acionada por Leite Borges, de que Joanna mantinha, sim, algum tipo de relação com Brás Vieira, ao ponto do potencial desencaminhamento que culminou com o desligamento do camarada do trabalho no Passa Três[93].

---

92 Vila Boa de Goiás, 1758, mapa original no Arquivo Histórico Ultra-marino. In: **Catálogo dos documentos manuscritos avulsos da Capitania de Goiás**. Goiânia, SGC; Brasília/MINC. Com marcação manuscrita de

93 Idem.

Ao depor, Joanna corroborava a informação de que havia negociado com o Alferes Leite Borges a liberação para em seu tempo livre (= domingos e dias santos) granjear recursos para sua alforria. Quando, ao tempo em que ofereceu 60 oitavas de ouro como valor de entrada para efetivar o acordo, recebeu de Francisco Leite Borges a indicação de que seria melhor comprar com aquele valor pessoa escrava para deixar e seu lugar,[94] liberando assim mais tempo livre em que agenciasse o resto (do valor) que ele Alferes dissesse[95]. Pois deste modo seria mais "cômodo para que se forrasse" Joanna[96]. L. Borges procurava garantir tanto o trabalho que Joanna poderia prover, por meio de quem a substituísse, em uma operação de aresto aberto, quanto a possibilidade futura de ganhos sobre os jornais amealhados por ela.

Do requerimento inicial dirigido ao Governador da Capitania, João Manoel Menezes[97], extrai-se uma consistente denúncia da quebra de acordo comercial e de um conjunto de gestos

---

94 PINTO, Ana Flávia Magalhães. Por uma história que confronte memórias desumanizadoras. In: SANTOS, Helio (Org.). **A resistência negra ao projeto de exclusão racial: Brasil 200 anos (1822-2022)**. São Paulo: Jandaíra, 2022. No artigo da historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto é possível seguir as práticas e significados deste modelo de alforria, quando uma pessoa cativa era usada como moeda de troca num pleito de alforria, tinha-se a alforria por substituição. Embora não fosse o método corriqueiro para alcançar a liberdade, estava difundido por todo o Brasil, e em diversos períodos.

95 Para um levantamento sobre a compra de cativos por substituição é possível consultar, adicionalmente, um conjunto de publicações seguindo o levantamento de J. J. Reis: Douglas Libby e Afonso Graça Filho, "Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros em São José do Rio das Mortes, 1750-1850", Varia Historia, n. 30 (2003), pp. 133-134, 145; Márcio de S. Soares, A remissão do cativeiro: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830, Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, p. 111; Paulo Roberto S. Moreira e Tatiani Tassoni, Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888), Porto Alegre: EST Edições, p. 65; Tatiana S. de Lima, "Os nós que alforriam: relações sociais na construção da liberdade, Recife, décadas de 1840 e 1850", diss. Mestrado, UFPE, 2004, p. 76; Kátia Lorena Almeida, Escravos e libertos nas Minas do Rio de Contas, Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 242-243; idem, Alforrias em Rio de Contas – Bahia, século XIX, Salvador: EDUFBA, 2012, p. 64; Stuart Schwartz, Escravos, roceiros e rebeldes, Bauru: EDUSC, 2001, pp. 201, 205-206; Daniele S. de Souza, "Nos caminhos do cativeiro, na esquina com a liberdade: alforrias, resistências e trajetórias individuais na Bahia setecentista" in Gabriela Sampaio et al. (orgs.), Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (Salvador: Edufba, 2014), pp. 110-111; Mieko Nishida, "Manumission and Ethnicity in Urban Slavery: Salvador, Brazil, 1808-1888, The Hispanic American Historical Review, v. 73, n. 3 (1993), pp. 387-391.

96 LOIOLA-LEMKE. Maria. **Trajetórias para a liberdade**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009, p. 120.

97 João Manoel de Menezes, que governava a Capitania de Goiás nesta data enfrentava intensa oposição de seu antecessor, Tristão da Cunha Menezes que descontente, e de forma inusitada, não se ausentou da capitania após o provisionamento e posse de seu sucessor. Ao contrário, se envolveu em uma rede de denúncias, acusações mútuas e conspiração que veio a culminar em uma sublevação de parte dos "oficias de Câmara da Vila" contra João Manuel de Menezes. Este, angariou na capitania a fama de amigo de "gente torpe". É certo que buscou apoio político em outros grupos, fora do escopo de influência de seu antecessor. O que pode indicar a oportunidade para que um processo, como o de Joanna Mina encontrasse guarida. Para conhecer esta dinâmica política é possível consultar: Alan Ricardo Duarte. O império de papel: no labirinto das discórdias, denúncias, cartas e representações contra os governadores da capitania de Goiás c. 1749 – c. 1804. 2020. 500 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020 e LOIOLA-LEMKE. Maria. **Trajetórias para a liberdade**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009; LEMES, Fernando Lobo. A **oeste do império –**

e ações que rompiam o direito consuetudinário, bem estabelecido nas práticas vigentes na capitania e na colônia, de modo mais amplo[98]. Atos promovidos ou contratados pelo detentor jurídico de sua liberdade; narrou sua história familiar, trouxe à cena sua extensa família, formada por ela e mais por cinco filhos, de um africano e um preto crioulo; descreveu os resultados de seu trabalho em prol da família que detinha sua liberdade; detalhou o acúmulo de pecúlio em ouro e pormenorizou os modos com que havia – até o início do processo – atuando para se emancipar, incluindo relato de evasão da fazenda o Passa Três para requerer o direito de tratar da sua liberdade[99].

O processo enfeixou um conjunto de pessoas, lugares, relações, trajetos e conflitos que comparecem de forma não-linear e, em muitos sentidos, fugaz. Isso nos permite cogitar o reconhecimento do passado, se não como verdade, mas certamente como experiência, agenciamento e protagonismo de sujeitos históricos negados em certa historiografia. Reconhecimento esse que se faz a partir do trabalho sobre os elementos deste processo, como argumenta Walter Benjamin:"A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido"[100].

A ideia do reconhecimento de um passado que só se permite entrever como um lampejo orienta a condição de possibilidade para pensar este processo de Joanna Mina (1802), que, entre os múltiplos documentos de coleções dos fundos de arquivo da Capitania de Goiás, se conserva quase integralmente, com um conjunto de informações que nos permite fixar o momento e mobilizar a imaginação histórica para operar com esta documentação de modo a entrever a participação da gente negra na vida social da Capitania de Goiás no início de século XIX.

A movimentação de Joanna Mina não seria ignorada na Vila Boa, que então contava com um pouco menos de 10 mil habitantes segundo estimativas.[101] A localidade já foi bastante levantada ante a participação negra na vida social, denunciada ao Príncipe Regente, D. João VI,

---

dinâmica da câmara municipal na última periferia colonial: um estudo das relações de poder nas minas e Capitania de Goiás. Goiânia, UFG (dissertação), 2005.

98 GRIMBERG, Keila. **Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos**. Ver. Estudos Históricos, V. 27, 2001, p. 63-83.

99 AFSD, Processo de Joanna Mina.

100 BENJAMIM, Walter. **Teses sobre o conceito de história (**1940:2020). In: MÜLLER, Adalberto; SELIGMAN-SILVA, Márcio (orgs.). São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2020.

101 BOTELHO, Tarcísio. Estimativas de população para o Brasil, séculos XVIII e XIX. In: https://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/sesso_22_paper_botelho.pdf. Acesso em 03 de junho de 2025.

em reiterada e variada correspondência expedida por descontentes, de forma sistemática, ao menos desde 1799[102].

Figura 2 – Vista Panorâmica de Vila Boa de Goiás (terça parte, à direita) datada em 1803, autoria não identificada, original na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo. Destaque para o Largo da Cadeia[103].

A Vila Boa do início do século XIX, para a qual Joanna Mina dirigiu não apenas sua energia, seu "natural desejo por liberdade", mas que colocou como destino nas cinco viagens que empreendeu para tratar de sua liberdade, era um centro urbano bem estabelecido[104].

---

102 Documentos Avulsos da Capitania de Goiás, AHUL. Cx. 40, 2457. 5 CD ROM.

103 PINHEIRO, Antônio César Caldas; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte (Orgs.). **Catálogo de verbetes dos documentos manuscritos avulsos da Capitania de Goiás existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa-Portugal.** Brasília: Ministério da Cultura; Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura; Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil-Central, 2001

104

A ampliação da presença lusitana na região das Minas de Goiás e Mato Grosso ou Cuiabá, na dinâmica centro-periferia do império ultra-marino e os significados das vilas e cidades na produção da hegemonia metropolitana vem atraindo atenção na área da pesquisa histórica há pelo menos três décadas. Para detalhamento destas temáticas é possível recorrer a: KARASH, Mary. "*The periphery of the periphery?* Vila Boa de Goiás, 1780-1835", In: Christine Daniels; Michael V. Kennedy, **Negotiated Empires. Centers and Peripheries in the Americas**, 1500-1820, New York, Routledge, 2002, p. 143-169; MELLO, Magnus Roberto Pereira de. **A forma e o poder**: **duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna**, Tese de Doutorado em História, UFPR, Curitiba, 1998; LEMES, Fernando Lobo. Pouvoir colonial et réseau urbain: Vila Boa de Goiás au XVIIIe siècle, In: Martine Acera; Guy Martinière; Guy Saupin; Laurent Vidal (orgs.), **Les Villes et le monde. Du Moyen Âge au XXe siècle,** Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2011, p. 107-12.

Passariam por ela viajantes e naturalistas, artistas e ilustradores interessados em gravar suas impressões sobre a vida urbana, uma prática que o século XIX consagrou como parte da imagética e da arte moderna[105].

Como registrado na Figura 2, ali estavam já instalados os prédios das principais instituições da administração colonial: retratados o Palácio do Governo Geral da Capitania, Casa de Câmara e Cadeia, a Casa de Fundição. Outros órgãos da administração como o juizado de paz e escrivania e mesmo os cargos militares de Ordenanças funcionavam em edifícios residenciais pertencentes aos titulares das funções na administração colonial.

O casario residencial se distribuía na cena urbana, com adensamento na Freguesia da Matriz de Santanna e da Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, uma em cada margem do Rio Vermelho. Nesse cenário, perfilavam-se as residências, inclusive com a segregação social e racial encontrada nos espaços coloniais. Esta ocupação no entorno dos edifícios religiosos, que margeavam o Rio Vermelho, contrariava normativa de Lisboa para que houvesse autorização de novas edificações na direção sul, onde se havia instalado o pelourinho, próximo ao edifício da Casa de Câmara e Cadeia, durante o período de 1740 a 1770[106], em cujo largo foi instalado o Chafariz de Cauda, nova fonte de abastecimento d'água para a vila.

O plano de estabelecimento da Vila Boa em lugar indicado, a partir do planejamento adveniente da sede imperial lusitana onde houvesse "boa água e boa lenha", desenhava uma paisagem urbana em que nas fachadas havia uniformidade para manter a "formosura do lugar", mas que o interior das moradias fosse adaptado por cada edificador particular. Dali, do Largo da Cadeia, avistava-se a saída para o Caminho Novo, onde também foi colocado o espaço da forca pública, e não por acaso se edificou a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, pela Irmandade de Homens Pardos[107], depois transferida para a lateral direita do Largo da Matriz de Santanna. Tal era a dinâmica urbana deste lugar nos anos em que por ali esteve Joanna Mina, na sua movimentação em torno do processo por liberdade.

A Vila Boa em que Joanna circulou nos primeiros anos do Oitocentos era parte de um projeto de expansão do império português ultramarino, que ali havia instalado suas principais

---

105 Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma cidade sensível sob o olhar do outro: Jean-Baptiste Debret e o Rio de Janeiro (1816-1831)**. Paris: CERMA/EHESS, 2007. Disponível em:http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/sandra_jp.html. Acesso em 1 junho de 2025.

106 Cf. BERTRAND, Paulo et al. **Evolução urbana da cidade de Goiás no período colonial**. Seminário Arquimemória II. Belo Horizonte, 1987.

107 COELHO, Gustavo Neiva. **O espaço urbano em Vila Boa**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2001.

instituições para consolidar sua presença.[108] Mas também era um espaço habitado por gente negra (preta, parda, mulata, cabra), que fazia sentir a densidade de uma presença irrequieta. Um corpo coletivo que fustigava a ordem colonial em diversos aspectos, tais como, a ocupação de espaços administrativos, a produção de uma liberdade adquirida a peso de ouro ou serviços, em processo cartoriais e judiciais, cujas cartas de liberdade atestam seus resultados. Formavam teias de relações e solidariedade pontuais, como a vista no processo de Joanna, ou com a permanência institucionalizada, como as que podem ser examinadas no associativismo das irmandades, bem presentes na Vila Boa do início do século XIX[109]. Vila que, enquanto sede da capitania e centro operador do sistema jurídico, iria representar o local de incidência deste dispositivo de liberdade que Joanna Mina colocou em andamento.

Esta malha urbana edificada, resultante do trabalho da variada especialização da gente negra trabalhadora e das disputas entre as elites locais com as diretivas de Lisboa, foi também o espaço onde se moviam africanas, africanos, pretos, pretas, pardos, ~~crioulas,~~ ~~crioulos, mulatas e mulatos,~~ segundo as designações que a documentação hegemônica ofereceu para nomear ou – encobrir pela "atribuição colonial"[110] – a pluralidade e vivacidade da presença negra na Vila Boa. Era também um espaço urbano habitado e disputado por essas pessoas.

A Capitania de Goiás, atravessada pela agitação social, fosse nas disputas estabelecidas pelas das elites locais, fosse pela movimentação popular, entrecortada por um calendário de festas religiosas públicas, que inclusive geraram altercações com as autoridades religiosas[111], tinha na Vila Boa o lugar para onde convergiam aspirações, querelas e tensões. Era para este território que Joanna Mina, africana, preta, se voltava a cada vez que produzia ideação e planos para "tratar de sua liberdade"[112].

O lugar parecia se manter, no decurso do tempo, como um destino que permitia a ela projetar na Vila seu anelo, de mudança para o status de liberta, tomando-a cenário e arena

---

[108] COELHO, Gustavo Neiva. **Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano**, Goiânia, Editora UCG, 1996

[109] MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do corpo místico de Cristo:** irmandades e confrarias na capitania de Goiás – 1736-1808. Lisboa: UNL, 2006 (Tese de doutoramento). 2005.

[110] Cf. KARASH, Mary. Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. In: HEYWOOD, Linda M. (Ed**.). Central Africans and cultural transformations in the American diaspora**. Cambridge: Cambridge Press, 2002. P. 117-153; LEMKE, Maria. O Caminho do Sertão: notas sobre a proximidade entre Goiás e África. **Politeia**, Vitória da Conquista, v.13, p. 115-132, 2013.

[111] MORAES, Cristina C. P. **Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás, 1736-1808**. (Tese de Doutorado). Lisboa, 2005.

[112] ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

política de ação. Com efeito, a Vila Boa do início do século XIX se transformava sob o influxo de novas dinâmicas econômicas e sociais, onde a economia aurífera cedia lugar a investimentos na atividade agropecuária[113].

1.3 JOANNA MINA: DISPOSITIVOS DE LIBERDADE, PROTAGONISMO NEGRO E PROCESSO JURÍDICO COMO DISPUTA PELA ESCRITA DA HISTÓRIA

Dar princípio ao processo jurídico foi a culminância de uma longa jornada de trabalho, estratégias, negociações comerciais e fugas empreendidas por Joanna Mina em vista de sua liberdade. O nebuloso início do processo, datado em 5 de março de 1802, encontra a mulher aprisionada na localidade em que vivia, o Passa Três, nos arredores de Curralinho, há 15 léguas da sede da Capitania. É muito provável que, por se encontrar impossibilitada, Joanna tenha mobilizado quem por ela pudesse reportar o seu caso ao Governador da Capitania, o que foi feito.

O requerimento inicial traz informações que permitem recompor aspectos importantes para a compreensão das dinâmicas que esta mulher colocou em andamento. Qualificada no processo como preta, Joanna Mina era uma africana que emergia na documentação como uma mulher que havia feito um percurso completo da África ao sertão de Goiás, tendo se estabelecido de forma sólida na região, contando com uma família grande e laços comunitários decalcados de forma muito nítida na documentação analisada, construídos na dinâmica mesma de inserção na vida social da capitania. Era uma pessoa escravizada, empregada na lavoura, mas agenciava a prospecção manual do ouro de aluvião, atividade muito comum entre a gente simples na Capitania[114].

Possuía forte visão e perspectiva sobre a própria trajetória, corrigindo – em juízo – os pontos sobre sua vida que lhe pareciam obscuros ou imprecisos no texto elaborado por seu camarada que fez a denúncia e também pelo seu (pro)curador. Joanna Mina interviu, ditou e legou, por meio da escrita em processo, um dispositivo construído como parte de um plano que parece ter consumido alguns anos entre o planejamento e sua consecução[115] – sendo possível

---

113 Para uma história econômica de Goiás cf. ESTEVAM, Luís. **Tempo da transformação:** estrutura e dinâmica da transformação econômica de Goiás. Goiânia, Ed. UCG, 20024.

114 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

115 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

recuar somente dentro do processo entre quatro e seis anos. Ao aventar que, entre os "deveres de seu cativeiro"[116], trouxe à vida adulta cinco filhos, Joanna deixava entrever uma leitura fina sobre o fato que a vida cativa significava bem mais que apenas o trabalho compulsório, de *per si* já bastante eivado de perversa espoliação.

O processo, enquanto documento enquadrado nos limites de seu formato no sistema jurídico na colônia tem interesse para este trabalho, a ser abordado como peça que foi disputada pela africana Joanna Mina, por meio da qual atuou na qualidade de autora a ditar um texto, uma afro-grafia[117], disputando a ordem do discurso para inscrever sua própria palavra sobre sua experiência de vida e demanda por liberdade. Assim, Joanna Mina, ao atuar politicamente, consolidava este processo como um dispositivo[118], com potencial para a produção de um regime discursivo em vista de sua emancipação, que só pode emergir na ordem colonial do lugar de quem lutou com os mecanismos processuais por ampliar suas condições de ação em meio a um ambiente escravocrata.

Em síntese, se abordamos o processo como dispositivo de liberdade, consideramos que pode ser aqui tomado em sua tripla acepção: a) dispositivo tomado como parte de um artigo ou decisão legal; b) dispositivo como peça ou instrumento capaz de engendrar uma ação ou; c) dispositivo como mecanismo capaz de guardar, transmitir, processar e transferir informações e dados.

Ao operacionalizar o processo como dispositivo de artigo e decisão legal, Joanna Mina se colocou como parte a requerer, no devido processo colonial, um direito consolidado, que foi acionado para as mãos do Governador da Capitania, a quem se apresentou e peticionou dando início a uma dinâmica que permeou e foi permeada por enquadramentos legais, que moveu em vista de sua liberdade, como parte de um artigo legal, que conheceu e moveu dirigindo-se a quem detinha o poder de acionar legalmente:

> consternada, aflita e oprimida uma miserável preta de nome Joanna Mina, escrava do Alferes Francisco Leite Borges […], busca no amparo e proteção de V. Exa. o seu refúgio para que compadecendo-se V. Exa. de suas lágrimas

---

116 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

117 Para o conceito de afro-grafias como parte da história social da gente negra, ao incorporar voz, memória e performances como pertencimento e acolhimento, por meio do trabalho com oralituras, cf. MARTINS, Leda Maria. Afrografias da memória: o reinado do rosário no jatobá. São Paulo, Editora Perspectiva, 2021.

118 Uma abordagem ampla sobre a noção ou conceito de dispositivo, a partir das ciências humanas pode ser consultada em: DODIER, Nicolas; BARBOT, Janine. A força dos dispositivos. In: **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 2, Maio/Agosto 2017, p. 487-518.

> queira por sua inata piedade a socorrer e amparar com seu alto poder, para ser aliviada da injusta e rigorosa prisão em que se acha perto de 30 dias, sem mais culpa que a cega paixão de seu senhor, por conselhos de pessoas mal afeitas à suplicante[119].

O processo como dispositivo ou peça capaz de engendrar uma ação foi utilizado como ferramenta por Joanna ou instrumento capaz de abrir as condições de possibilidade para negociar sua liberdade, estilizando por meio do texto processual a petição que já havia feito na localidade do Passa Três há "três ou quatro anos mais ou menos". Foi em virtude dessa agência que percebeu como factível a interpelação dentro do processo aberto naquele março de 1802, considerando inclusive uma leitura política da situação e governança da Capitania de Goiás, que também respondia a transformações na base econômica e desbordava do campo do poder de particular para a arena pública, da administração colonial:

> Nesta consideração e natural desejo que todos temos os que são escravos de alcançarem a isenção do cruel jugo do cativeiro conduziu no ânimo da suplicante em contemplação [...] fica a audácia de se prostrar aos pés do suplicado [...] para que houvesse por bem de quartar a suplicante para a sua liberdade[120].

Tomado de forma mais complexa, o processo foi acionado como mecanismo capaz de guardar, transmitir, processar e transferir informações e dados. Por meio dele, considerando inclusive os filtros e operadores da instituição jurídica, a Preta Joanna escreve informações centrais para o entendimento de sua trajetória de vida e agências por emancipação, em ação que manteria à posteridade, e até a releitura possível nesta pesquisa bem como para além dela, o processo-dispositivo escrito que guardou, transmitiu, processou e transferiu informações e dados sobre a vida desta mulher africana, que em sua vida adulta inscreveu sua biografia no interior do sistema jurídico na sede da Capitania de Goiás, no início do século XIX.

Em M. Foucault, o dispositivo é abordado como ação sobre:

> um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais,

---

119 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

120 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

> filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos[121].

A partir desta classificação ampla, aplicando-a ao nosso objeto de reflexão teórica, podemos pensar o mundo colonial com suas instituições como este conjunto de elementos, que conformam aquele construto histórico e social. Nesta perspectiva, o dispositivo se constitui na rede que o sujeito pode tecer, entre o dito e o não-dito, para se constituir na teia engendrada pelas instituições da colônia.

Foucault indica de forma explícita os elementos da vida social caracterizados como discursos, organizações arquitetônicas, leis, medidas administrativas e científicos como parte do mundo social no qual o sujeito incide. É possível sugerir que as práticas discursivas e não-discursivas são os mecanismos usados pelo sujeito para a construção do dispositivo. Tomando a ideia de práticas discursivas e não-discursivas, é possível afirmar que o conceito de dispositivo reúne instâncias do "poder e [do] saber numa grade específica [...], atuando como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando"[122].

A trajetória de Joanna Mina, como sujeito que coloca em movimento um dispositivo que enreda sua experiência africana em Goiás ao processo colonial, produzindo um dispositivo de enunciação e demanda por emancipação, nos permite atravessar o tempo pela perspectiva crítica da historiadora Beatriz Nascimento. Trata-se de uma contestação à história colonial, que mirava a comunidade e a pessoa negra sob uma visão estereotipada.

Esta crítica nos permite pensar em um dispositivo em teia a reunir a vida de Joanna Mina, na Vila Boa de Goiás na virada de séculos XVIII e XIX, ao projeto historiográfico de Beatriz Nascimento e ambas às indagações que esta pesquisa coloca em tela. Estamos falando das orientações de uma história emancipacionista, que propugna por uma transformação da historiografia a partir de novas bases epistemológicas.

Entre as balizas para uma história negra, a proposta de Beatriz Nascimento sugeria e ressaltava: a) necessidade de pesquisar o protagonismo negro na formação da nação brasileira; b) a possibilidade de estabelecer uma linha de continuidade histórica entre os núcleos negros do passado brasileiro e as comunidades negras contemporâneas; c) o desvelamento dos jogos de poder na operação racial e subjetivação da pessoa negra na sociedade brasileira; d) a

---

121 FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 224.

122 DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 135.

transformação do ensino de história na escola e na universidade[123]. Novas bases epistemológicas na ótica de Beatriz Nascimento recobrem o horizonte histórico de uma "história feita por mãos negras"[124], na qual o protagonismo negro é um pressuposto cujas cifras[125] e indícios podem ser decodificados pela historiadora que indaga sobre a agência negra, inclusive na autoria de textos que a historiografia hegemônica consagrou como de autoria do colono branco. Tal é o caso desta aproximação ao processo que Joanna Mina moveu para dar tratamento e consecução ao trato de sua liberdade, bem como seu direito de posse aos resultados materiais de seu trabalho.

Ao mover o processo, Joanna Mina cria um dispositivo que lida com a instituição jurídica no mundo colonial, operada por lusitanos e luso-descendentes, mas com espaços de operacionalização para a gente africana, preta. Comunidade para a qual aquela instituição jurídica tem um escopo de enquadramento estreito e hierárquico.

Neste horizonte e desta forma, o processo é tomado nesta pesquisa como parte do trabalho cultural da gente negra para também escrever - ou ditar - os textos que compõem tanto a invenção da escrita em Goiás quanto sobre a história goiana. Mas também como dispositivo de invenção da liberdade na discursividade e na prática jurídica, mas não apenas.

Por certo, o processo de Joanna Mina não é o único texto de liberdade neste tempo-espaço, nem a dinâmica de mover processos está circunscrita ao tempo e espaço desta peça jurídica particular. Entretanto, sua abordagem nos possibilita evidenciar uma singularidade de trajetória que não se destaca pela excepcionalidade, mas por ser intrínseca a um tecido social onde a gente negra se moveu, ao movimentar estruturas sociais em Vila Boa na passagem do século XVIII ao XIX, como é possível evidenciar pela análise do extenso volume de cartas de liberdade[126].

É nessa chave que o exercício metodológico de trabalho em arquivo pode oportunizar uma reflexão teórica sobre a escrita historiográfica em Goiás, para repensar os significados do trabalho com a massa documental correlata à experiência vivida por pessoas africanas sob regime de escravização, em dinâmicas para abrir um campo possível no "tratar a liberdade".

---

123 SODRÉ-MIRANDA, Janira. Intelectual negra na história atlântica: o projeto historiográfico de Beatriz Nascimento. In: **Revista Mosaico**, Goiânia, v 16. No p. 95-107, 2023.

124 NASCIMENTO, Beatriz. "É Tempo de Falarmos de Nós..." (Alex Ratts, org.) In: **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, Imprensa Oficial, 2007, p. 98.

125 Sobre o conceito de cifras como códigos das operações lógicas em historiografia, cf. CERTEAU. Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

126 ALENCAR, I. F. **A larva, a crisálida e a borboleta:**as cartas de liberdade em Goiás (1800-1824). 2019.

Este processo[127] nos despertou singular interesse na medida em que se conserva como um conjunto quase completo de cerca de 80 páginas, permitindo detalhar o percurso do qual emergiu. Como produção de pessoas em lugares e num tempo, ele nos oportuniza perquirir sobre a presença da gente negra em Goiás, por meio da escrita, inclusive de textos jurídicos. Evidencia problemas de pesquisa relacionados à autoria e ao protagonismo negros, ainda que o processo jurídico e o ditado não sejam os únicos modos operacionalizáveis para a escrita negra no período, como veremos nos capítulos 2 e 3.

O processo de Joanna Mina permite-nos descortinar uma dupla abordagem referente à história social da capitania de Goiás: a) caracterizar as transformações econômicas relacionadas à transição entre a hegemonia da atividade aurífera e a emergência da atividade agropecuária, que trouxeram desafios políticos às elites coloniais no período, conflitos e crises que produziram um Governo Geral entre 1800-1803, denunciado por proteger as "piores pessoas", dinâmica bem explorada por Joanna Mina; b) desenhar a polimorfia de estratégias empregadas pela africana para estabelecer no texto do processo sua trajetória, com destaque para o agenciamento do ditado como forma de inscrição de uma biografia descrita sobretudo na chave da liberdade como um desejo ("natural") e móbil de ações descritas no processo como iniciativas próprias.

A partir do exame do processo de Joanna Mina, é possível descortinar uma dupla abordagem, fundamental para a compreensão da história social da capitania de Goiás na virada do século XVIII para o XIX. Em uma primeira dimensão, a documentação permite caracterizar as profundas transformações econômicas do período, marcadas pela transição entre o declínio da hegemonia aurífera e a emergência da atividade agropecuária. Esse cenário de reconfiguração produtiva impôs severos desafios políticos às elites coloniais, gerando conflitos e crises institucionais que culminaram em um Governo Geral (1800-1803) marcado por denúncias de corrupção e pela suposta proteção às "piores pessoas" da capitania — uma dinâmica de instabilidade política que encontra no caso de Joanna um ponto de observação privilegiado.

Em uma segunda dimensão, o processo revela a polimorfia das estratégias empregadas pela africana para consolidar sua trajetória no registro documental. Destaca-se, nesse aspecto, o agenciamento do ditado como uma forma sofisticada de inscrição de sua própria biografia, na qual a liberdade é apresentada como um desejo intrínseco e motor de suas ações. Ao pautar o

[127] Para aprofundar sobre processo e alforria cf. GRIMBERG, Keila. Alforria, direito, direitos no Brasil e Estados Unidos. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, N. 27, 2001, p. 63-83.

texto jurídico sob a chave da iniciativa própria, Joanna Mina transforma o processo em um espaço de afirmação de sua subjetividade, demonstrando como indivíduos escravizados articulavam táticas de resistência e construção de autonomia frente às estruturas de poder colonial.[128] Assim como o processo emerge como formato de uma primeira inventividade textual acerca da formação social de Goiás.

Texto e tese contínua na história, memória e historiografia goianas por, pelo menos, dois séculos; bem como delinear nesta pesquisa que o ideólogo da saída econômica pelo "catecismo da agricultura" também encontra guarida na autoria negra. Como veremos.

Por ora, interessa-nos adentrar à narrativa da história de Joanna Mina no processo, sua estratégia de ditar, desconhecer – segundo seu depoimento – a origem e autoria de informações fornecidas anteriormente ao seu depoimento. Ela aproveita a convocação para depor como ocasião para agir: retificando, preenchendo lacunas, oferecendo informações adicionais, nomes, pessoas inseridas na cena, por meio de suas palavras. Neste ponto do processo, Joanna explora meandros e oferece um bom panorama sobre a vida de uma mulher preta, africana na Capitania de Goiás. Esta incidência sugere uma tenacidade construída na correlação com o objetivo expresso do processo: tratar de sua liberdade[129].

A primeira luta no processo foi pelo direito de se auto emancipar por compra, uma prática consagrada nos costumes das Minas, ainda que sem amparo em legislação específica até aquele momento, demarcando o lugar de um direito consuetudinário, ao lado do direito romano. Aqui também é muito plausível destacar esta ranhura produzida pela gente negra no estatuto jurídico colonial, onde negociação e conflito estabeleceram um campo do direito nos costumes, que permitiu a muitos cativos e cativas enfrentarem e venceram juridicamente os detentores jurídicos de sua liberdade. Ou, quando menos, instaurar significados ambíguos para o status escravista[130].

A folha 7 do processo[131] mostra que Joanna compareceu em juízo no dia 22 de março de 1802, quando o juiz ordinário alferes Simão de Souza Lima leu o memorial dirigido ao

---

128 TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora Oriente, 1978.

129 Para uma abordagem sobre resistência e alforrias como dinâmicas africanas, cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos CEBRAP**, p. 107-123, 2006.

130 PINHEIRO. Fernanda Domingos. NEM LIBERTO, NEM ESCRAVO: os coartados em disputas judiciais (Mariana/MG – 1750-1819). **História** (São Paulo) v.37, 2018, p. 1-25.

131 Arquivo Frei Simão Dorvi, Coleção [~~Escravos~~] de Processos Emancipação de Africanos, Processo de Joanna Mina, 1802, Cidade de Goiás.

Governador Geral da Capitania João Manoel de Menezes, escrito pelo seu curador Gregório da Costa Leite. Foi a ela perguntado se o fato "expedido no mesmo memorial era verdadeiro". Este curador constituído estava presente quando Joanna de "logo por ela foi declarado que o memorial que lhe foi lido ela não mandara fazer e nem sabia quem a seu benefício fizera, por isso que os fatos expedidos não são verdadeiros"[132], passando a relatar os fatos, segundo sua versão, corroborando uns e retificando outros.

A questão da moradia de Joanna é indicada nitidamente como uma "morada sobre si" ou seja, não morava na residência da família escravista. A moradia escrava foi amplamente analisada por Ynaê Lopes dos Santos[133] na sua pesquisa para a tese Além da senzala: arranjos escravos e moradia no Rio de Janeiro (1808-1850), restando nítida a separação entre escravizados que tinham espaços de moradia separados da residência de seus proprietários, bem como a variedade de arranjos e relações afetivas, familiares e coletivas marcavam a paisagem social do Rio de Janeiro no período, quando observado a partir dos tipos de moradias de pessoas e famílias de pessoas escravizadas. Ynaê Lopes, todavia, indica em suas conclusões que a mobilidade urbana daquelas pessoas escravizadas que "moravam sobre si" não significava exatamente a supressão da experiência de escravização. Evidenciava, em vez disso, as dinâmicas de exploração das frestas do sistema escravista pela gente negra, até mesmo quanto às moradias permitirem arranjos de maior flexibilidade para as famílias, relações e sociabilidades.

Para Goiás, não há estudo específico sobre a moradia das pessoas escravizadas. Por isso permanecem algumas questões em aberto sobre tendências mais gerais para a moradia segmento social na capitania neste período. A documentação nos permite entrever a situação específica de Joanna, pessoa que é, juntamente com sua família, moradora de uma freguesia rural, onde seu local de trabalho é, basicamente, uma unidade produtora de agropecuária. É certo que havia moradia separada para sua família. Havia também um grupo familiar constituído pelo casal, africanos ele e ela, identificados ambos como de nação Mina. Eram quatro filhos e uma filha; vivendo a uma distância da casa sede da propriedade, ao ponto de ser alcançada rapidamente, como ocorre no episódio da visita do genro do Alferes Francisco L. Borges para coagir o esposo de Joanna Mina, Manuel Mina[134].

---

132 Idem.

133 SANTOS, Inaê Lopes. **Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850).** São Paulo: USP (dissertação), 2006.

134 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Processo de Joanna Mina, Cidade de Goiás, 1802.

Joanna retificou no processo a informação inicial do requerimento, que peticionava sua coartação. Tomando por base a informação de que o Alferes João Leyte Borges havia feito a ela uma contraproposta, por meio da qual sugeria a ela que comprasse com as 60/oitavas de ouro que tinha uma "escrava para ficar em lugar da suplicante (Joanna) para que esta então em tempo livre agenciasse [valor?] perto do que ele suplicado dissesse; que suposto a sua compra por 200/oitavas (de ouro), lhe faria nestas partes mais acomodado visto de querer forrar"[135].

Do requerimento inicial, entre as informações corroboradas por Joanna, ela descreve que comprara de Joaquim Gomes de Oliveira, genro de João Leite Borges, a liberdade da crioula Felisberta pelo valor de 550/oitavas de ouro. Que o negócio fora fechado e Felisberta entregue a João Leite Borges, sendo empregada na lavoura. Sua moradia foi o abrigo para Felisberta pelo ano seguinte, fato que Joanna relata para explicar os motivos de não ter de imediato deixado a crioula a serviço integral do Alferes Leite Borges[136].

É muito plausível que o arranjo da moradia para Felisberta, juntamente com a família de Joanna, fosse uma preferência, permitindo algum manejo de uso do tempo livre, evasão da vigilância, na mesma linha sugerida em pesquisas sobre o tema, para outras regiões, no mesmo período[137]. A africana negou a sequência dos fatos, reposicionando a narrativa. Indicou que "no fim de janeiro do presente ano mil oitocentos e dois fora ela declarante presa pelo dito senhor, causa dela fugir para esta vila e tivera presa em uma corrente por 15 dias"[138].

Ao estabelecer sua prisão como ponto inicial da narrativa sobre os fatos recentes, Joanna retoma, de modo mais recuado no tempo, a memória de eventos ocorridos, segundo ela "para três ou quatro anos pouco mais ou menos". Passa a discorrer para além do decurso deste tempo curto, em que estivera presa, em razão de sua última empreitada de evasão para a Vila Boa. É provável que Joanna tivesse ela mesma ditado o primeiro memorial, a instruir o requerimento inicial do seu processo. E, eventualmente, tenha sido para deter sua iniciativa que ocorreu a prisão. A partir deste ponto, Joanna discorre sobre sua vida na Fazenda em que vivia. na localidade do Passa Três, buscando fundamentar a razoabilidade do seu direito em poder tratar de sua liberdade. Assim, declarou que:

---

135 Idem.

136 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

137 Idem.

138 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

> Se valera ela declarante do dito seu senhor para lhe dar licença para seu quartamento em razão dela declarante ter cumprido os deveres de seu cativeiro como empregando-se com boa vontade em todo o serviço de lavoura, que pelo dito seu senhor lhe era encarregado, também porque lhe tinha dado cinco filhos, a saber João, Manuel, Nicolau e Joaquim, esse cabra e aquele crioulo, e Ana crioula, oferecendo ela declarante sessenta oitavas de ouro que tinha adquirido em seus domingos e dias santos[139]

Esta fuga, temporalizada "em três para quatro anos" para trás, indica que Joanna não se movimentou em vista da sua liberdade apenas em razão do contexto político conjuntural da capitania, no governo de João Manoel Menezes. Em período anterior a 1788, Joanna vinha juntando recursos para se forrar. Suas primeiras iniciativas de negociação, no âmbito de uma negociação particular, foram apresentadas ao Alferes Leite Borges, ainda no período sob o governo de Tristão da Cunha Menezes, que tinha posicionamentos mais rígidos quanto a pleitos de escravizados e pardos livres em busca de espaços na administração. Pode-se aventar que a aposta no acordo com o Alferes tenha nascido do cálculo sobre melhor possibilidade de êxito neste vetor.

O despacho dado pelo Governador João Manoel Menezes é favorável a Joanna indicando que o tabelião deveria enviar a ele a certidão, que se realizasse a intimação e que fosse ser feito "sem atender a polêmicas de tiranos"[140], determinando que a guarda do processo se mantivesse em posse do tabelião João Ataíde, homem de sua confiança e de ascendência africana.

De narrativa de Joanna Mina no processo, emerge o texto que estiliza uma família com prole e laços que interrelacionam diferentes identidades, bem como descreve um cotidiano de trabalho que remete aos deveres do cativeiro, mas também à movimentação dos dias livres, bem como ao acúmulo de um valor que deveria, em sua proposta, servir como entrada para seu processo de emancipação.

Em seu depoimento, Joanna inscreve que João Leite Borges aceitou sua proposta, sugerindo a ela que adquirisse de Joaquim Moraes, Felisberta, crioula pela quantia de 50/oitavas de ouro. E que a cativa estivera em serviço e companhia de Joanna por um ano antes de ser entregue ao serviço do Alferes João Leite Borges – explicando que o negócio ainda estava em aberto e por isto não entregara Felisberta ao serviço de Borges Leite. Divergia a narrativa da

---

139 Idem.

140 Idem.

querelante em relação ao preço e ao prazo do negócio realizado, que a moça fora tirada de Joanna Mina e entregue a João Borges Leite quando houve alegação de compra da crioula Felisberta por Bento José de Souza, que declarou ter entregado a Joanna um valor em pagamento[141].

A presença e o trabalho de Felisberta junto a Joanna Mina durante este ano pode explicar o acúmulo de uma quantia em ouro que esta última afirmava ter em seu poder, quando de sua primeira prisão. Executando o trabalho de Joanna, Felisberta poderia tê-la e liberado para "tratar de sua liberdade" por meio do acúmulo de pecúlio. Joanna afirmava ter em seu poder duas quartas de ouro quando:

> havia três para quatro anos [...] fugira de seu senhor e procurava [...] tratar de sua liberdade, trazendo consigo duas quartas de ouro dentro de uma garrafinha, ao chegar perto do Rio Oruhu a prenderam Felisberto Leite filho de seu senhor e Joaquim de Morais genro do mesmo o qual Morais depois de amarrada ela declarante lhe tomaram as suas duas quartas de ouro e até o presente não as tem entregado a ela declarante[142].

Joanna narra que nesta tentativa de fuga, enquanto Felisberto Borges se afastou para recuperar o cavalo usado na fuga, há uns 15 metros mais ou menos, Joaquim de Morais tirou-lhe o ouro. Ao ser apresentada na presença de Francisco Leite Borges, naquela ocasião, Joanna relatou sobre a espoliação do ouro. Leite Borges enviou o marido de Joanna, Manoel Mina, à casa de Joaquim de Morais com a recomendação de que o ouro fosse devolvido. Joaquim negou a entrega ao marido de Joanna. Esta relatou que ficou presa em correntes por um mês, em decorrência deste episódio. O que a colocava - por certo - em situação de não cobrar por suas posses, nem tratar do assunto de sua alforria, considerando sua imensa desvantagem neste momento.

1.4. Evasão do cativeiro, insurgência e fricção: Joanna Mina na Vila Boa

Pelo período decorrido até 1802, Joanna buscava a oportunidade para se apresentar na Vila Boa. Suas tentativas de fuga sempre haviam sido direcionadas à sede da capitania, usava sempre um cavalo de sua propriedade e era achada em posse de valores em ouro, no intento de

---

141 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

142 Idem.

depositar e registrar um valor de entrada para fechar um negócio de quartamento em vista da liberdade.

Naquele ano corria a notícia – muito certamente – entre a gente miúda da capitania, sobretudo aquela que vivia em espaços urbanos e às margens da estrada real (era este o caso de o Passa Três localidade de moradia de Joanna) de que o Governador Geral João Manoel Menezes tinha divergências com diversos líderes políticos, membros da Câmara ou detentores de cargos na administração da capitania. Era público que o governador havia provisionado cargos de ordenanças a membros da comunidade negra (homens pardos e casados com ~~mulatas~~) da Vila Boa e de outros arraiais. E que tendia a decidir por gestos políticos que afagassem este grupo, com quem mantinha acordos.

Havia entendimento - incluso em denúncias remetidas à sede metropolitana - de que ele usava de recursos oficiais para, por correspondência, requerer cartas de provisão para ~~pardos e mulatos~~ entrarem em cargos civis e militares, inclusive uma das razões alegadas para o início do movimento, datado de 2 de março de 1803. A denúncia fazia acusações contra o governador e capitão-general de Goiás, D. João Manuel de Menezes, por arbitrariedades em proteger "as piores (pessoas) e dignas de reparos como os pretos, ~~mulatos~~ e cativos" o que acarretaria, segundo os autores da carta, prejuízos às "fábricas e seus senhores" e à fazenda real, a carta considerava que a prisões abusivas e perseguições cometidas contra magistrados e pessoas de bem parecia despótico[143].

Na mesma data, em uma segunda carta, os oficiais da Câmara de Vila Boa requerem a substituição do Governador e Capitão Geral. A evidente fricção relacionada a pretos, ~~mulatos~~, cativos e pessoas casadas com ~~mulatas~~, ocupando posições de destaque na administração pública, sobretudo no âmbito militar, mas não apenas, traz à vista uma Vila Boa com forte presença de pretos livres, pardos e ~~mulatos~~. Incômoda o suficiente para estar inscrita na documentação oficial, com intensa troca de correspondência e mensagens contraditas, ora na defesa, ora no embate em relação à ocupação de cargos administrativos por homens pretos e pardos, por parte de pessoas destacadas na administração da capitania.

No dia 2 de março de 1802, os oficiais da Câmara da Vila Boa denunciaram inclusive a presença de um grupo formado por brancos, mas também por ~~mulatos~~ e pretos que detinham cartas-patentes adquiridas do Governador Geral da Capitania Dom João Manuel Menezes "compradas por quantias excessivas" para ingressarem na administração das Companhias de

[143] ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

Dragões, milícias e Ordenanças, inclusive com a incorporação de crianças aos ditos regimentos. Esta compra evidencia um acesso a pecúlio, de proveniência rapidamente relacionada à atividade mineira, verificável na documentação do período, e seus caminhos lícitos e ilícitos.

Dom João Manoel de Menezes havia enviado ofícios ao Secretário de Estado de Marinha e Ultramar (João Rodrigues de Sá e Melo, o Visconde de Anadia) sobre os seguintes provimentos: a) do Tenente da Companhia dos Dragões a Joaquim Leite do Amaral de Azeredo Coutinho[144].

Outros documentos, decretos e requerimentos de militares podem ser encontrados na documentação do Arquivo Ultramarino[145] no período, demonstrando uma intensa movimentação de peças no tabuleiro político-administrativo, com a chegada do Governador João M. Menezes, a partir de 1789. Nem todos eram gente negra, é certo. Mas os nexos políticos entre o grupo que se aproximava do novo mandatário da capitania enlaçam uma aliança nítida na documentação.

O próprio Conselho Ultramarino parece buscar uma validação superior ao escrever em consulta a D. João VI (Príncipe Regente), em 28 de abril de 1802, antes de responder o requerimento do Sargento-mor Bento José Marques, que havia solicitado provimento no posto de Coronel Agregado à Primeira Plana para exercer o cargo de Capitão de Dragões ou Intendente e Comandante da Casa de Fundição de Cavalcante, Repartição Norte da Capitania.

---

144 INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS HISTÓRICOS DO BRASIL CENTRAL(IPEHBC) /Arquivo Histórico Ultramarino AHU_ACL_CU Cx. 44 D. 2610, Ofício ao Secretário de Estado do Ultramar em 20 de abril de 1800.

145 INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS HISTÓRICOS DO BRASIL CENTRAL(IPEHBC) /AHU_ACL_CU: o Decreto, de 30 de maio 1799, do Alferes Antonio José Dantas Barbosa para o posto de Tenente da Infantaria da Capitania (IPEHBC/AHU_ACL_CU Cx. 40 D. 2467); a solicitação de confirmação da carta patente a Francisco Pereira Caldas solicita, em 07 de setembro de 1799, no posto de 2º tenente da Companhia do Regimento Geral e Primeiro da Cavalaria Auxiliar da Capitania (IPEHBC/AHU_ACL_CU Cx. 40 D. 2480); a confirmação de carta patente no posto de Alferes das Ordenanças no arraial do Ouro Fino; (IPEHBC/AHU_ACL_CU Cx. 40 D. 2484) para José Duarte Teixeira solicita, em 03 de outubro de 1799; o requerimento de pagamento de seu soldo na qualidade de Tenente da Companhia de Dragões da Capitania a Pedro Antonio de Oliveira, em 14 de outubro de 1799, (IPEHBC/AHU_ACL_CU Cx. 40 D. 2485); requerimento do pagamento de soldo na qualidade de Dragão da Capitania de Goiás a Inácio Antônio Fróes, em 27 de abril de 1802 (IPEHBC/AHU_ACL_CU Cx. 44 D. 2612); solicitação de confirmação da carta-patente na qualidade de Capitão da Companhia de Caçadores do Regimento de Infantaria de Milícias do Quartel de Natividade, capitania de Goiás a Raimundo Fernandes Pereira, em 28 de abril de 1802) (IPEHBC/AHU_ACL_CU Cx. 44 D. 2613); requerimento de confirmação da carta-patente no posto de Capitão no Regimento de Infantaria da Capitania de Goiás a Lino Manuel Lopes Chagas, em 21 de maio de 1802, IPEHBC/AHU_ACL_CU Cx. 44 D. 2615); Decreto de nomeação de José Feliciano de Morais Cid, datado de 10 de março de 1803, ao posto de Cadete do 2º. Regimento de Infantaria do Porto, na qualidade de Alferes agregado ao Esquadrão de Cavalaria de Goiás (IPEHBC/AHU_ACL_CU Cx. 45 D. 2654).

Colocando em questão a legitimidade do requerimento de provisões de autoria do Governador da Capitania João Manoel Menezes[146].

Esta intensa correspondência oficial demonstra uma variada e dinâmica ocupação de posições administrativas por sujeitos muitas vezes contestados em sua "pureza de sangue" para ocupar tais funções no aparelho político do império lusitano, tendo inclusive enfrentado vedação em muitos momentos[147]. Este período cronológico é particularmente favorável à movimentação, considerando a conjuntura política no governo da capitania e – acreditamos – às mudanças na base econômica. É o que buscaremos abordar no Capítulo 2.

Foi precisamente em meio a esta crise política na capitania que, em janeiro de 1802, Joanna Mina empreendeu um novo movimento de saída da localidade do Passa Três, para atravessar o Rio Oruhu e alcançar a Vila Boa, onde foi novamente detida na travessia. Pois que o Alferes Leite Borges havia subornado o barqueiro, que a deteve. Foi outra vez levada a seu senhor. Nessa ocasião, afirmava ter em sua posse uma quantia em ouro. E ainda no dia do depoimento, 22 de março, mantinha consigo as 18/oitavas de ouro que carregava, em seu poder, desde a fuga – valor depositado em juízo, a fim de ser usado como parte do pagamento do quartamento.

Neste pedido o procurador de Joanna, Gregório da Costa Mattos, dá como líquido e certo o direito de Joanna em "tratar de sua liberdade". Ela contabilizava em mãos de Leite Borges a quantia de 96 oitavas de ouro, considerando a soma de valores em ouro tomados de Joanna Mina em diferentes ocasiões de conflito. A cada movimento de evasão, Joanna foi subtraída, sendo 60/8, na primeira tentativa de negociação, com o valor revertido na compra por aresto; mais 18/8, na última evasão; 14/8 e 4/8 consecutivamente, a cada uma das tentativas de fuga.

Assim, a partir do valor indicado em juízo por seu procurador, Joanna teria oferecido quase metade do valor cobrado pelo Alferes. Seu curador solicitava dois anos para a entrega da segunda parcela. E se necessário, o complemento em serviços ou dilatação de prazo. Assim colocada, a questão parecia possível produzir um acordo, com a factibilidade que tinha seu

---

146 INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS HISTÓRICOS DO BRASIL CENTRAL (IPEHBC) /AHU_ACL_CU Cx. 44 D. 2614.

147 LOYOLA-LEMKE. Maria. **Trajetórias para a liberdade**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009.

lastro na capacidade de trabalho e acúmulo de pecúlio, já demonstradas por Joanna, desde o passado até a período em que se davam as oitivas na Vila Boa, em março de 1802[148].

Em 23 de março, ao ser ouvido, Francisco Leite Borges negou ter autorizado qualquer trato sobre coartação. Afirmou ter conhecimento sobre o ouro pertencente a Joanna e, inclusive, disse que acreditava que a preta mina o tivesse sob seu poder. Assegurou que era boa escravizada, a despeito das cinco fugas empreendidas. No que parecia ser apenas uma maneira de se afirmar como um "bom senhor", uma vez que a fuga como prática continuada era característica que colocava a cativa na categoria de negra rebelde. Destacou a saúde de Joanna como prova de seu bom tratamento a seus cativos e a ela, ressaltando inclusive que ela enfrentou fisicamente seu filho na segunda fuga, de 1798/99.

Testemunhou, a chamado de Leite Borges, no processo, um prestador de serviços no Passa Três chamado Manoel Pinto Fialho, que destacou os trabalhos assumidos por Joanna, na lavoura e na casa. Sobretudo seus grandes desejos de se forrar. Negou conhecer acordo de quartamento entre Joanna e Francisco Borges Leite[149].

Houve um pedido do curador de Joanna pela anulação deste depoimento, considerando ser Manoel Pinto um "camarada" a serviço do dono do Engenho Passa Três e pediu também a prisão de Joaquim de Morais, por indício de ilícito, referente ao roubo do meio quilo de ouro pertencente a Joanna.

Restava elucidar com quem lavrou o memorial inicial em favor de Joanna, por quem havia sido encomendado. É deste depoimento que se depreende que a africana havia sido resgatada de sua prisão no Passa Três. O juiz ordinário Alferes Simão de Souza Lima convoca José Pereira Guimarães, que lavrou o dito memorial. O juiz pediu que declarasse quem o contratou, pois a letra era dele. Confessou que mandara fazer por José Guedes Ferreira com informações de um sujeito do qual não sabia o nome, e disse a Souza Lima que o passou a limpo, mas quem encomendou pagara oitava e meia de ouro e fora retirar o documento em "farda de cavalaria auxiliar"[150].

É dos elementos extraídos deste depoimento que voltamos a reencontrar um fio da teia da qual emerge um homem de cavalaria (= "farda da cavalaria auxiliar") vinculado como "quem

---

148 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

149 Idem.

150 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

encomendou" o início do processo de Joanna. Duas questões se destacam: a) a nítida amplitude das relações de Joanna, fortes o bastante para que alguém ligado à administração, com acesso a homens escrivães e letrados, se movesse para obter - ainda que oculto pela noite - documento que colocaria em andamento o "dispositivo de emancipação" no centro do qual estava Joanna Mina; b) o nexo entre Joanna Mina e pessoas que eram parte do grupo que mantinha apoio e aliança na presença de João Manoel Menezes, fosse em "cavalaria e ordenanças", como era o caso deste homem fardado ou mesmo do tabelião da Vila, João Ataídes.

Na produção do primeiro memorial, que origina o requerimento, documento número 01 do processo, está implicada uma cadeia de homens residentes na Vila Boa. Inicialmente o escrivão/redator (José Pereira Guimarães), que parece ter tido uma tarefa de mero executor do texto, sob encomenda e pagamento. Mas que se colocava em diálogo com gente negra que pudesse pagar por seus serviços.

Guimarães indica ter sido contratado por José Guedes Ferreira, para quem escreveu o memorial, mas com informações originadas na narrativa de um terceiro homem (que não soube ou não quis dizer o nome, mas que podemos supor ser Brás Vieira, indicado pelo Alferes Leite Borges como mandante), que atuou como informante. Por fim, declara que o real interessado, que pagou pelo documento estava encoberto pela escuridão noturna e levava farda de cavalaria. Guimarães tratou com este cavaleiro para receber pagamento e entregar o documento, mas não indicou por nome.

Podemos aventar o interesse em se manter discreto e continuar gozando da confiança para serviços. Ou, mais instigante, pensar em uma rede de lealdade em torno do pleito de Joanna. E, não seria leviano supor, de outras e outros cativos que se mantinham em redes comunitárias, protetoras de suas ambições emancipacionistas.

Esta rede de pessoas a urdir acontecimentos na trama da vida social na Vila Boa, em torno do processo de Joanna Mina, a centralidade de sua pessoa no processo, bem como as características de sua ação apontam para uma movimentação bastante eficaz, do ponto de vista da ruptura com o tecido do cotidiano, destacando o desvio como elemento de interesse para a historiografia[151], ao permitir o acesso à dinâmica social na capitania daquele tempo denso de início do século XIX.

Tal foi o caso de Joanna Mina. Quando voltamos ao seu processo, verificamos que após os testemunhos iniciais ela é convocada a uma acareação com Joaquim de Morais, que afirmou

[151] CERTEAU. Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

conhecê-la, ter com ela negociado uma crioula por 53/oitavas e três quartos de ouro, tê-la amarrado às margens do Rio Oruhu para ajudar seu cunhado Alferes Francisco Leite Borges. Negou ter roubado as duas quartas de ouro da africana. Sobre este momento, Joanna afirmou que Joaquim de Morais lhe meteu a mão nos seios, para retirar dali a garrafinha que continha o ouro, que estava envolta em um lenço de guingão, que Morais lhe prometeu que guardaria o valor, até que abrandasse a ira de Francisco Borges Leite contra ela. Morais voltou a afirmar que Felisberto Leite estava sempre próximo, não tendo ele Morais ficado a sós com Joanna Mina, em momento algum[152].

Francisco Leite Borges foi ouvido novamente. Sustentou que não estava no local, mas seu filho Felisberto Leite lhe garantira não estar presente no momento da conversa entre Joaquim Morais e Joanna. E que, pelo motivo de não haver testemunha do ocorrido, nunca requereu o ouro das mãos de seu genro J. Morais. Pressionado, Morais confessou o roubo, garantindo que pagaria o meio quilo de ouro a Joanna Mina, tendo sido recolhido à cadeia[153].

Esta prisão é, sem sombra de dúvida, um reconhecimento sobre a veracidade da versão oferecida por Joanna Mina e atingia a família do Alferes Francisco Borges Leite e sua rede de apoio, pois Joaquim de Morais era seu genro. Não terá sido um fato silenciado entre os moradores da Vila Boa. E, é certo, que esta sucessão de acontecimentos seria comentada entre a gente preta e parda, trazendo algum tipo de ranhura no cotidiano.

A trajetória de Joanna Mina - sobretudo na perspectiva de que ela é uma personagem em conexão com uma família, comunidade e rede de solidariedade ampla na capitania - instiga à compreensão da presença africana em Goiás, sobretudo na chave dos processos de invenção e trajetórias para a liberdade.

1.5 PARA TRATAR DE SUA LIBERDADE: A PRESENÇA AFRICANA COMO ACIONADORA DE DISPOSITIVOS, NARRAÇÃO, DITADO E EMANCIPAÇÃO

Analisar esta inscrição e participação social é um exercício fundamental para pensar os fluxos, as viagens de longo alcance, as rotas e as múltiplas proveniências e identidades são temas que exigem aprofundamento nas pesquisas sobre a capitania. Para pensar as agências, dinâmicas e inserção de africanos e seus descendentes no espaço da vida social na capitania de

152 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

153 Idem.

Goiás. De onde teria vindo Joanna? Com quem se encontrou em Goiás? Qual o caminho percorrido até os fatos entre 1788 e 1802?

A historiadora Maria L. Loiola em sua obra Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na Capitania de Goiás[154], compõe os esforços envidados por gerações de historiadores para melhor precisar a presença africana no mundo colonial goiano, como Gilka Vasconcelos Salles, Paulo Bertran, Cristina Moraes e Mary Karash[155], que atuaram e atuam com a busca de dados e informações em arquivos diversos, com documentação esparsa, considerando o desafio da quantificação e qualificação da presença africana na região das Minas de Goiás.

Loiola[156] sugere que no século XVII há uma prevalência da presença africana oriunda da Costa da Mina, sobretudo para as primeiras décadas da exploração aurífera, em contraponto à predominância de centro-africanos, maioria na população pesquisada por Karash[157], na passagem do século XVIII ao XIX. Tanto a viagem transatlântica quanto a viagem da costa ao interior são deslocamentos de grande alcance e significavam uma dissolução do mundo conhecido e a imersão compulsória em um espaço social de violência imposta. Bem como todo o trabalho cultural de reinvenção civilizacional, em contexto de deportação transatlântica.

Ao caracterizar a chegada de africanos Loiola[158] sugere que as duas rotas de entrada africana são: a) O caminho do sertão, a partir do Porta da Bahia; b) O caminho novo, partindo do Porto do Rio de Janeiro; c) a entrada pelos Portos do Maranhão e Pará, permitidas legalmente a partir de 1782, pode ter ocorrido anteriormente, por meio da navegação do Rio Tocantins. A entrada de gente africana registrada na documentação eclesiástica sobretudo assentos batismais trazem "designações que não foram auto imputadas"[159], o que prejudica imensamente as

---

154 LOYOLA-LEMKE. Maria. **Trajetórias para a liberdade**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009.

155 Sobre o tema cf. BERTRAN, Paulo et al. **Evolução urbana da cidade de Goiás no período colonial**. Seminário Arquimemória II. Belo Horizonte, 1987; SALES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás.** Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1992; KARASH, Mary. Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. In: HEYWOOD, Linda M. (Ed.). **Central Africans and cultural transformations in the American diaspora.** Cambridge: Cambridge Press, 2002. P. 117-153; MORAES, Cristina de Cássia Pereira. O tráfico de escravos para o Brasil no século XVIII. **Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil**, v. 8, No. 15, p. 197-244, jul-dez, 2007.

156 LOYOLA-LEMKE. Maria. **Trajetórias para a liberdade**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009.

157 KARASH, Mary. Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. In: HEYWOOD, Linda M. (Ed.). **Central Africans and cultural transformations in the American diaspora**. Cambridge: Cambridge Press, 2002.

158 LOYOLA-LEMKE. Maria. **Trajetórias para a liberdade**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009.

159 Idem, p. 96.

possibilidades de acessar as designações de si, por parte da comunidade africana residente na capitania.

Repousa no Arquivo do Museu das Bandeiras, na Cidade de Goiás, o resultado – ou parte dele – de um recenseamento realizado em 1789, que apresenta um resultado para as freguesias de Anta, Corumbá Santa Cruz, São José do Tocantis, Crixás e Santa Luzia com um resumo e estratificação por idade e sexo. Mas o resultado de recenseamento organizado por pelo autor Luíz Antonio Silva e Souza (1872), referente ao levantamento censitário de 1804 que nos ofereceu um resultado detalhado por julgados da Capitania, no qual a Correição da Vila Boa aparece com as seguintes informações populacionais:

Tabela 3 - Levantamento Censitário da Capitania de Goiás, Correição da Vila Boa (1804)[160]

Condição/cor	**Quantidade**
Escravos	4.432
Pardos e pretos livres	3.823
Brancos	1.222
Total livres	5.045
Total geral	9.477
Fogos (domicílios)	699

Esta era a cena urbana que Joanna Mina conhecia e na qual transitava com certa desenvoltura, considerando os eventos de 1802, durante as oitivas relacionadas ao seu requerimento para obter a condição de auto-alforria, quando depôs, realizou acareação e foi autorizada a dar seguimento à negociação de sua liberdade, por meio do quartamento.

O lugar é majoritariamente preto, seja pela forte presença de pessoas pardas e pretas libertas, seja pela presença majoritária de gente escravizada, na pluralidade das identidades obliteradas sob a o substantivo "escravo". Considerando os levantamentos de censo e documentos de arquivo, Luís Palacin[161] estimou em 3 para 1 a correlação entre escravizados e

160 SILVA e SOUZA, Luís Antonio. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileir***o* tomo XII, 4º trimestre de 1849, p. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva 2ª. edição 1872; COELHO, Gustavo Neiva. **O espaço urbano em Vila Boa**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2001.

161 PALACÍN, L. **O século do ouro em Goiás**, 4a. ed. Goiânia, Ed. UCG, 1994.

livres. Considerando os dados de Silva e Souza[162] e as estimativas de Karash[163] sobre o número de pretos novos entrando na capitania podemos sugerir Vila Boa como uma cidade africana no sertão de Goiás.

Para compor a força de trabalho durante todo o século XVIII foram introduzidos africanos de proveniências variadas. Valendo-se do trabalho realizado por Mary Karash[164] pode-se chegar, no auge da exploração aurífera na década de 1790, ao número de quarenta mil pessoas escravizadas na capitania. Esta, uma contagem certamente sub- estimada para escapar ao censo, que significava se eximir-se de imposto, um tipo de evasão era comum nas Minas de Goiás[165].

No levantamento realizado por Karash[166] a contagem identifica um aumento no número de pretos crioulos, uma curva descendente da presença africana, nas últimas décadas do século XIX. Uma concentração urbana da população escravizada e sua feminização, a diminuição da população escravizada e – por fim – a extinção jurídica[167].

Na análise de batismos de adultos entre 1794 e 1827, Karash[168] encontrará três grandes grupos: a) os oriundos do Costa Ocidental Africana: Buça, Nagô e Mina; b) os provenientes da Região Centro-africana: Congo, Manjolo ou Munjolo, Moucumba, Cabinda, Angola, Rebolo ou Libolo, e Benguela e; c) aqueles da África Leste: os Moçambiques. Esta relação nos permite projetar historiograficamente nossa imaginação histórica sobre a capitania de Goiás, pensando no mosaico de experiências africanas em inter-relação, no contexto da diáspora. Inclusive focalizando sobre espaços associativos se pode verificar no rol de membros da Irmandade de

---

162 SILVA e SOUZA, Luís Antonio. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro** tomo XII, 4º trimestre de 1849, p. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva 2ª. edição 1872.

163 KARASH, Mary. Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. In: HEYWOOD, Linda M. (Ed.). **Central Africans and cultural transformations in the American diaspora.** Cambridge: Cambridge Press, 2002. P. 117-153.

164 Idem.

165 LOYOLA-LEMKE. Maria. ***Trajetórias para a liberdade***. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009.

166 KARASH, Mary. Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. In: HEYWOOD, Linda M. (Ed.). **Central Africans and cultural transformations in the American diaspora.** Cambridge: Cambridge Press, 2002. P. 117-153.

167 Cf. LOYOLA-LEMKE. Maria. **Trajetórias para a liberdade**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009.

168 KARASH, Mary. Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. In: HEYWOOD, Linda M. (Ed*.).* **Central Africans and cultural transformations in the American diaspora**. Cambridge: Cambridge Press, 2002.

Nossa Senhora do Rosário dos Pretos a presença de doze africanos, sendo um congo, dois minas e nove angolanos[169].

Na lista os nomes e sobrenomes permitem entrever uma membresia plural, composta por pretos, crioulos em diferentes condições de liberdade: livres, libertos ou escravizados. Com especial interesse reconhecemos na documentação a presença de africanas e africanos designados Mina, em razão da presença de Joanna na Vila Boa, para pensar os significados da inscrição não de uma pessoa, mas de uma comunidade formada por pessoas que viviam na Vila ou nas fazendas deste Julgado, aquelas que estavam associadas à Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos e outras não associadas para pensar o grupo de Pretos Mina em Goiás na passagem do século XVIII ao XIX. Mas também para tratar sobre os discursos acerca desta "nação Mina" no imaginário colonial.

Há uma ocorrência na documentação da capitania de Goiás que instiga a imaginação, o número de mulheres libertas qualificadas como Mina é maior que o número de homens libertos e de mulheres Angola libertas[170]. Quais os impactos do modo Mina de fazer a vida , de organizar o trabalho, estabelecer a negociação, juntar pecúlio para pontuarmos a produção da liberdade? E quais as estratégias desta disputa por liberdade, que termina por impor uma inscrição da presença Mina na massa documental, na produção da escrita sobre Goiás?

Quem são os africanos Mina? O que podemos apreender da extensa experiência da diáspora africana na vertente Mina? Na introdução da obra A diáspora Mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil, Carlos da Silva Jr. entre o Golfo do Benim e o Brasil, Carlos da Silva Jr.[171] busca uma caracterização da Diáspora Mina-Gbe no Mundo Atlântico. Partindo do destaque espacial ao Golfo do Benim (ao lado da África Centro-ocidental) como regiões que responderam por mais da metade de população africana nas Américas busca uma caracterização da Diáspora Mina-Gbe no Mundo Atlântico. Partindo do destaque espacial ao Golfo do Benim (ao lado da África Centro-ocidental) como regiões que responderam por mais da metade de população africana nas Américas[172].

---

169 Idem.

170 LOYOLA-LEMKE. Maria. **Trajetórias para a liberdade**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009.

171 SILVA Jr. Carlos. A diáspora Mina-Gbe no Mundo Atlântico. In: **A diáspora Mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

172 Idem.

Os contatos comerciais da região com o mundo Atlântico remontam ao século XV, a expansão comercial e urbana é bastante conhecida, incluindo seus intercâmbios políticos, culturais e comerciais muito associada ao comércio de pessoas[173].

Dentre as 1856 carreiras luso-brasileiras da Costa da Mina que resultaram em mais de 650 mil pessoas, das quais mais de 80% chegam ao Porto da Bahia no século XVIII é possível pensar no trajeto percorrido por Joanna Mina, vez que Goiás também recebeu população Mina e majoritariamente pelo Caminho do Sertão, que ligou, inclusive pelo infame comércio, o sertão goiano à Bahia[174]. A forte presença de pretos e pretas Mina nas áreas mineradoras foi uma tendência presente na documentação para as Minas Gerais, de Cuiabá e de Goiás. Silva Jr.[175] alerta para o fato que o termo Mina funcionou como um guarda-chuva étnico para um conjunto de grupos linguísticos da área gbe, que o autor caracteriza de forma ampla como área dos falantes gbes ou povos dos voduns. Sob esta palavra poderia ser encontrado uma variedade étnica e linguística que englobava couranos, codas, codavis, fons, idjes (jejes), savalus, mahis, ardras, e outras etnicidades[176].

Se a chamada Costa da Mina podia inicialmente remeter à região da instalação do Castelo de São Jorge da Mina (1482) e à povoação em seu entorno na Costa do Ouro na África Ocidental, nas Minas Gerais e de Goiás na chamada América Portuguesa poderia abranger a Costa do Marfim e Biafra, englobando os povos Ashanti, igbo calabiri.

O Reino do Daomé se expande em articulação com as demandas do século XVIII, com especial interesse sobre a mão de obra embarcada no Golfo do Benim para a empresa aurífera nas Minas[177]. Havia ainda um interesse relacionado à composição de um grupo em que houvesse compreensão linguística intergrupos, no entendimento que renderia produtividade no trabalho, associado à mitificação fosse da força e habilidade, fosse da sorte nos achados

---

173 Idem.

174 Cf. SILVA Jr. Carlos. A diáspora Mina-Gbe no Mundo Atlântico. In: **A diáspora Mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020; KARASH, Mary. Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. In: HEYWOOD, Linda M. (Ed.). **Central Africans and cultural transformations in the American diaspora**. Cambridge: Cambridge Press, 2002.

175 Cf. SILVA Jr. Carlos. A diáspora Mina-Gbe no Mundo Atlântico. In: **A diáspora Mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

176 RODRIGUES, Aldair**.** Quem eram as negras e os negros minas na capitania de Minas Gerais no século XVII: In: **A diáspora Mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil**. *Rio de Janeiro*: Nau Editora, 2020.

177 SILVA Jr. Carlos. A diáspora Mina-Gbe no Mundo Atlântico. In: **A diáspora Mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

minerais, mitificação atribuídas às pessoas entendidas como Mina na capitania das Gerais e de Goiás[178].

Ao prospectar a articulação entre escalas de micro e macro história entre biografias de comerciantes e familiares, sobretudo filhos, com o comércio atlântico de pessoas e suas conexões entre África, Brasil e Portugal, Roquinaldo Ferreira destaca que as disputas e guerras, bem como o esgotamento de algumas regiões trazia problemas de abastecimento com mão-de-obra africana, em razão de que "a demanda crescente por mão-de-obra no Brasil, devido à mineração de ouro nas Minas Gerais, tornava a situação ainda mais crítica"[179].

Destacando a justaposição das carreiras de comércio Benguela e Costa da Mina no infame comércio, Ferreira articula o tráfico internacional de pessoas para o porto do Rio de Janeiro:

> Nesta conjuntura, Benguela oferecia vantagens óbvias porque era situada numa região de domínio português inconteste e porque o tráfico – embora subsidiário de Luanda, para onde os escravos eram enviados antes da década de 1730 – já era uma realidade. Já claros neste período inicial, os laços estreitos com o Rio de Janeiro, principal porto de entrada de africanos para as Minas Gerais, se tornariam marca registrada do comércio atlântico benguelense[180].

A despeito desta rota comercial de saída de pessoas pelo porto de Luanda, com conexões para o Rio de Janeiro, como porta de entrada africana para as Minas, Ferreira sugere que na reconstrução das trajetórias individuais é que se pode buscar as chaves de leitura para análise de fenômenos mais amplos, como é – para ele – o comércio atlântico.

Para os usos desta pesquisa, destacamos que as "redes sociais tecidas através de laços familiares, ensino e participação em irmandades religiosas"[181], como parte das opções de acionamento cultural pela comunidade africana residente na capitania de Goiás, se articula de forma mais abrangente a estratégias compartilhadas no mundo atlântico, por africanos e descendentes. Joanna Mina aciona este dispositivo, sobretudo redes sociais familiares e comunitárias. E, não seria inverossímil aventar, conexões com membros da Irmandade de Nossa

---

178 KARASH, Mary**.** Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. In: HEYWOOD, Linda M. (Ed.). **Central Africans and cultural transformations in the American diaspora**. Cambridge: Cambridge Press, 2002. P. 117-153.

179 FERREIRA, Roquinaldo. Biografia, Mobilidade e Cultura Atlântica: A Micro-Escala do Tráfico de Escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX. In: **Tempo**, vol.10 No. 20, 2014. p. 47.

180 Idem.

181 Idem, p. 50.

Senhora do Rosário dos Pretos. A presença de militar membro do regimento de cavalaria, sugere algum tipo de laço ou vínculos com pelo menos três pessoas ligadas à cargos menores na administração da capitania, indicando certo trânsito político[182].

Nesta interação entre tradições oriundas da Costa da Mina e da região Centro-africana comumente tratada como Congo-Angolesa na historiografia na região das Minas de Goiás podemos encontrar um nexo de compreensão para certa ambiência africana identificável na documentação, inclusive oficial, que registra um mal estar entre lusitanos na capitania, com o trânsito e participação negra, disputando a cena pública. Para Ferreira, no que se refere aos deslocamentos de longo alcance, uma rede atlântica de "contatos contribuíram para a formação de uma cultura atlântica – não só língua, mas também religião e educação – entre negociantes que oferecia as condições fundamentais para a execução do comércio"[183].

As informações sobre a vida de Joanna Mina, que apreendemos da leitura do processo de 1802, nos mobilizam para uma leitura sobre as conexões africanas e afro-descendentes na capitania de Goiás, na passagem do século XVIII ao XIX. Tanto a pluralidade da presença africana, quanto a diversidade de estratégias usadas no processo e seus laços políticos nos fazem indagar tanto pela identidade étnica de Joanna Mina. Considerando a dinâmica sócio-cultural na capitania de Goiás, indicamos que por sua identidade imputada de Preta Mina, pudesse manter e também com contatos com membros desta comunidade na Vila Boa. de seu tempo. Podemos considerar o registro na documentação sobre a continuidade de práticas africanas identificadas como Mina, mas também para além da comunidade preta mina, na colônia. E nela com o recorte tanto para as Minas Gerais, quanto para as Minas de Goiás durante o século XVIII. Sem demérito da percepção sobre o associativismo bem presente na Irmandade do Rosário dos Pretos[184].

Por certo Joanna Mina não estava sozinha. A presença da comunidade africana mina é registrada na documentação referente à capitania de Goiás de forma explícita em assentos de batismo, testamentos de africanos e de senhores de escravizados, assentos de matrimônios, processos, compromissos de irmandades, documentos oficiais do comércio e da administração colonial, em denúncias. As dinâmicas da comunidade africana na sede da capitania, certamente,

---

182 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

183 FERREIRA, Roquinaldo. Biografia, Mobilidade e Cultura Atlântica: A Micro-Escala do Tráfico de Escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX. In: **Tempo**, vol.10 No. 20, 2014. p. 50.

184 MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do corpo místico de Cristo:** irmandades e confrarias na capitania de Goiás – 1736-1808. Lisboa: UNL, 2006 (Tese de doutoramento). 2005.

não passavam ausentes da experiência de Joanna Mina. Ao contrário, eram parte de suas vivências.

As trajetórias de pessoas da Costa da Mina para Minas Gerais foram identificadas como fluxos para a região Sudeste, de africanos oriundos da Costa Ocidental africana desde o início do século XVIII. A presença de minas no Rio de Janeiro advém desse movimento, assim como do comércio de pessoas interno, a partir da Bahia, o que se aprofundou após a Revolta de 1835, quando as leis severas e práticas de desmantelamento dos grupos de africanos sublevados levaram senhores baianos a vender africanos para fora da província, com pânico da articulação de outras revoltas[185].

Foi o caso dos Mahis-Mina que assinaram de forma distinta e identificando sua etnicidade no compromisso da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Diferenciando-se dos congo-angola. Sob estreita vigilância, os Mina comparecem de forma quantitativamente desproporcional em documentos gerados a partir de órgãos policiais, certamente sua reputação de escravos e libertos rebeldes atraía as atenções do sistema repressivo[186].

No Rio de Janeiro dos anos 1840, "mina" tinha adquirido um significado adicional que os caracterizava como "orgulhosos, indômitos e corajosos muçulmanos de língua árabe que eram escravos alfabetizados, inteligentes, capacitados e cheios de energia - e que trabalhavam duro para comprar sua liberdade"[187].

Os usos e deslizamentos da identidade Mina indica uma fluidez e construção social que variou no tempo e no espaço, mas que referência africanos oriundos da região ocidental de África, com um repertório de características suficientes para qualificar um grupo com práticas que dão suporte a uma produção imaginária e discursiva de grupo sublevado em relação ao regime de escravização.

> A construção da identidade étnica nagô na Bahia e sua tradução para mina no Rio demonstra a fluidez da identidade nas condições da diáspora, enquanto o uso contundente por parte do grupo de sua identidade durante a resistência demonstra que ela era um argumento válido e forte. Ao revelar as perspectivas de vida de um grupo de africanos que não compartilhava o status jurídico de escravos com a grande maioria dos africanos na diáspora, este artigo também pretende contribuir para a compreensão da experiência dos africanos livres no mundo atlântico. A história peculiar desse grupo, que tinha status legal semelhante e estava espalhado por

185 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que "o Preto Mina" é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. In: **Afro-Ásia**, v. 24, p. 71-95, 2000.

186 Idem.

187 KARASH, Mary. Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. In: HEYWOOD, Linda M. (Ed.). **Central Africans and cultural transformations in the American diaspora. Cambridge**: Cambridge Press, 2002. P. 148.

> territórios atlânticos de diversas configurações sociais, não foi ainda devidamente explorada em termos comparativos[188].

Nas Minas Gerais, são identificados por Aldair Rodrigues[189] entre 1711 e 1753 uma variedade de povos africanos oriundo da África Ocidental que engloba as nomeações: cabo verde, cahéu, courá (coirá, courano, courana, corana, courania, coirano), carabali (caravalli, caravari, crabari, carabary), jaquem (jaque, jaquin, jaqueno), sabaru (sabará, savalu), São Tomé, fon (fono, fom,fono, foin, fam), chará (xará), cobu (combu, coubu, cubu, cobua), maquino (maquine), mandinga, fula, ladá (ládano, ladana), arda, nagô (anagô, nagono, nagounou, anagu), ibo, timbú (tibu), barba, chambá (xambá), mouro (mor), gago, dagomé, geja (geija), haussá (ussá), malê, mavul mina, ouemé (oheme, vemé), oyo (ay, ayono, iano), tapa.

Ao observar de forma mais apurada este encontro de nações e suas interpenetrações na documentação e em autores que a analisaram, poderemos separar as identificações insulares (cabo verde e são tomé), identificações genéricas da iorubalândia (nagô), para convergir à identificação dos falantes dos idiomas gbes, povos do vodum. Mantendo um núcleo mais consistente desta comunidade mina na região aurífera no centro do Brasil, as Minas Gerais e de Goiás. Com efeito, no conjunto da comunidade africana a população ampla considerada mina representa por volta de 80% da população africana residente. Para Goiás esta estimativa feita por Karash (2002) e Lemke (2009) chega à casa de 78%[190].

Capacidade e habilidade de trabalhadores especializados na prospecção e processamento de metais, com ênfase no ouro, é uma das características que a documentação traz como preferência dos senhores de Minas. Entretanto uma inversão nos interessaria mais. Pensar e aprofundar o lugar que o ouro e a metalurgia ocupavam entre as sociedades africanas dos falantes das línguas gbes, na área vodum, em África[191].

Quais as qualidades ou ontologias do metal, do ouro em particular como elemento da natureza e da vida social? Qual o lugar deste elemento nas cosmopercepções gbes? Qual o lugar

---

188 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que "o Preto Mina" é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. In: **Afro-Ásia**, v. 24, p. 71-95, 2000, p. 94.

189 RODRIGUES, Aldair. Quem eram as negras e os negros minas na capitania de Minas Gerais no século XVII: In: **A diáspora Mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

190 KARASH, Mary. Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. In: HEYWOOD, Linda M. (Ed.). **Central Africans and cultural transformations in the American diaspora**. Cambridge: Cambridge Press, 2002. P. 117-153; LOYOLA-LEMKE. Maria. **Trajetórias para a liberdade**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2009.

191 RODRIGUES, Aldair. Quem eram as negras e os negros minas na capitania de Minas Gerais no século XVII: In: **A diáspora Mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

dos metais nas teogonias, cosmologias destas nações da área de voduns? Qual a mobilização e concepções sobre o trabalho com metais, de que modo este imaginário mina sobre o metal e o ouro interagia com as práticas econômicas e sociais nas capitanias mineiras no Brasil. Em que medida a habilidade material e imaterial em relação aos usos sociais do ouro - na experiência africana e na diáspora - permitiu que Joanna Mina fosse encontrada em tantas ocasiões na posse de quantias significativas de ouro em pó ou cascalho[192]? E que por meio desta posse se habilitasse à aquisição da própria carta de liberdade.

Para esta pesquisa são questões muito pertinentes à medida em que Joanna Mina é uma mulher que vive na zona rural, em uma fazenda, o Passa Três, mas é trabalhadora e detentora de ouro, que agenciou em seus domingos e dias santos. Uma preta que mobilizou o tempo que podia gerir para faiscar e acumular ouro. O qual detalhou ou negociou em quantidades (128/oitavas, duas quartas, 71/oitavas, 37/oitavas), formato de acondicionamento (garrafinha, amarrada em tecido guingão) e que mantinha sob sua posse em proximidade corporal singularmente feminina (guardava no seio). "Joanna indica que ele (Joaquim Morais) lhe meteu a mão nos seus seios, para retirar dali a garrafinha que continha o ouro e que estava envolta em um lenço de guingão"[193].

Esta peculiaridade, ditada por Joanna e presente no processo, permite conectar aspectos da vida desta preta mina a outras experiências africanas com metal nas minas de Goiás, nas Gerais, no Rio, em Salvador e na África Ocidental, como partes de uma história social, transatlântica, que pode ser inventariada nos detalhes de um documento que nos chega, pelo que Joanna Mina conseguiu escrever, como disputa dentro de uma redação jurídica, com seus limites coloniais e com os seus desvios, a partir da incidência deste gesto contra colonial, na disputa pelo trato da própria liberdade, para nele escrever os significados anexos a práticas econômicas e sociais atravessadas pela experiência africana, mina, preta. Poderemos afirmar a trajetória de uma mulher que prospectou, guardou, negociou, repassou, perdeu, reaveu e continuou, muito provavelmente, a mobilizar ouro. Uma preta mina de ouro em Goiás, entre os dois séculos: XVIII e XIX.

Em seis de abril de 1802 Joanna Mina sugere, por meio de seu procurador, um acordo de auto-alforria no valor de 128/oitavas de ouro, devendo ser pago em até 24 meses. Na data Joanna já contava com 57/oitavas, sendo as dezoito/oitavas e meia que guardava consigo no

192 ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802.

193 Idem.

período da fuga, as demais 38/oitavas e meia de origem imprecisa, mas parecendo compor o somatório das economias que detinha e que foram registradas no processo como posse sua nas diferentes ocasiões em que foi detida.

O pagamento das 71/oitavas restantes para obter sua carta de liberdade permanecem como uma lacuna para a historiografia goiana, pois a documentação sobre Joanna Mina finda neste acordo. Será verossímil supor que amealhar 71 oitavas de ouro, pelos meios em que vinha acumulando ou pela soma deste pecúlio amealhado com o recebimento dos valores que lhe eram devidos. Não parece impossível que tenha alcançado seu objetivo de se emancipar. Considerando suas características, que ressaltam da leitura do processo e documentação correlata.

O processo como disputa pela escrita como dispositivo pela emancipação como fito da pessoa escravizada descortina a possibilidade de pensarmos a autoria negra na diáspora africana, nos espaços coloniais, como prática registrada em vários ambientes sociais da diáspora africana nas Américas. Esta experiência não é isolável e encontra guarida em uma coleção de obras publicadas por autores negros e negras, em autoria lídima e procedente, inclusive com a editoração de obras[194].

O deslizamento entre textos de autoria individualizada e editoria negra e o ditado como gesto de incidência sobre o processo jurídico permanece como uma tensão para o percurso metodológico que se perfaz neste ambiente de pesquisa.

Precisamente neste lugar de deslizamento e tensão que se inscreve a possibilidade de operacionalizarmos historiograficamente a noção de autoria negra nos documentos de liberdade, por meio da disputa da escrita no ditado de uma vida, parcamente narrada nos limites estreitos da documentação jurídica no modelo processual da colônia.

Foi este gesto fundante da capacidade de escrever, de forma indireta, por meio do ditado as experiências, ações e percepções da vida de uma preta africana mina na capitania de Goiás, na passagem do século XVII ao XIX, que outorgou a condição para que a historiografia pudesse

---

194 É possível relacionar uma biblioteca com obras de autoria negra na diáspora afro-americana nas primeiras décadas do século XIX. Indicamos estes títulos, em razão de manterem o eixo comum como textos auto-biográficos. Cf. BAQUAQUA**, Mahommah Gardo. Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua**. Detroit: GEO. E. Pomeroy & Co. 1854. (Trad. Marcelo S. Gonçalves). Ed. eletrônica: Paraná, 2015; DOUGLASS, Frederick. **Vida de un esclavo americano escrita por él mismo**. Espanha, Alba Editorial, 1995; JACOBS, Harriet. **Incidentes da vida de uma escrava contados por ela mesma**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1988; WASHINGTON, Booker T**. Up from slavery**. New York, Dover Publications, Inc., 1995 Maior acuidade será lançada sobre estas obras-documento no capítulo seguinte, ancorando a análise sobre autoria negra. Este primeiro olhar sobre estas autobiografias, que formam um gênero específico na literatura estadunidense, pode corroborar a ideia geral de que haja escassez de contribuições escritas da gente negra ao sul da América. Procuraremos averiguar este ponto, a partir da autoria negra na Capitania de Goiás.

se voltar ao arquivo colonial e, em certo sentido continuum, apreender a força do gesto de Joanna Mina como parte de um construto emancipacionista. De resto, a ação de ditar tem sua arqueologia na história da pedagogia e não era estranho ou anacrônico ao tempo em que viveu Joanna Mina. No modelo e método tradicional de educação é uma das técnicas de ensino aplicadas por mestres e mestras-escola, a fim de assegurar o ensino da escrita e a fixação de conteúdos.

Consideramos uma operação lógica e historiográfica possível, sugerir uma revisitação de conjuntos da documentação processual na colônia, tomando por perspectiva teórico-metodológica o protagonismo das pessoas escravizadas que foram ouvidas e ditaram sua visão no processo, para advogar por sua emancipação. E, desta forma legaram um conjunto escrito, na disputa por esta autoria, regida pelo controle e limite colonial. Mas que nos chegou pela insistência de Joanna Mina em se evadir do cativeiro e da prisão e continuar a acionar dispositivos por sua emancipação, ao insistir por sua Carta de Liberdade.

CAPÍTULO 2

TRAJETÓRIA, VIAGENS E ESCRITURA NA INVENÇÃO DE GOIÁS: AUTORIA E PROTAGONISMO DE LUÍZ ANTONIO SILVA E SOUZA

2.1 TESTAR, LEGAR E ATESTAR: UMA TRAJETÓRIA ENTRE AS MINAS GERAIS E MINAS DE GOIÁS

> A província de Goiás considera-o como seu natural, e lá homem algum deixou, baixando à sepultura, mais pungente saudade, memória mais venerada. Este é seu maior elogio, seu maior título de glória (José Martins Pereira de Alencastre)[195].

Corria o dia 30 de setembro de 1840, quando Joaquim da Rocha Maya, Juiz Municipal Interino e Sargento-mor da Vila Boa, em sua residência abria o testamento de Luíz Antonio Silva e Souza. O documento foi descrito de modo pormenorizado "feixado, cozido e lacrado com cinco pontos de retroz azul claro, dobrado em dois fios e outros tantos pingos de lacre encarnado por banda"[196], demonstrando o cuidado com o sigilo e garantia de autenticidade do documento. O seu autor havia redigido e selado no ano de 1820, quando Silva e Souza era Governador da Prelazia de Goiás e tinha uma carreira consolidada na Vila Boa. Cumprira um percurso de vida – ainda por completar - pois viria a falecer em setembro de 1840, vinte anos após ter decidido registrar o seu legado[197].

Em 1820, Luíz Antonio Silva e Souza gozava de elevada estima pública, era popular na Vila Boa, onde constantemente era encontrado a contar "suas aventuras pela Europa, as dificuldades em Roma e, por fim, a realização de seu grande sonho. Com seu espírito alegre e satírico, Silva e Souza contava essa aventura rindo dele mesmo"[198], resume José Mendonça Teles, ao comentar a apologia para Silva e Souza publicada pela *Revista do IHGB*, em 1864.

---

195 ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Apologia de Silva e Souza. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XXX, 1863.

196 TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia, Ed. UFG,1998, p. 24.

197 ALENCASTRE, J.M.P. Biografia de Luiz Antônio Silva e Souza. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográphico do Brasil**, tomo XXX, 1863.

198 TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia, Ed. UFG, 1981, p. 27.

Festivo, era recebido nos salões de forma calorosa; acessível e simples, ao se compor para as atividades públicas, sua retórica e voz eram um tema na Vila, após as homilias[199]. Era professor de latim na Vila boa, havia escrito a primeira corografia sobre a capitania de Goiás intitulada *Memória sobre o Descobrimento, Governo, População, e Cousas mais Notáveis da Capitania de Goyaz*, de 1812, sob encomenda da Câmara da Vila, o que evidencia a confiança e reputação de que desfrutava, além do cargo que ocupava, de 2º secretário da mesa. Posição para a qual era sempre eleito como homem letrado e versado. A posição requeria precisamente essa capacidade de pesquisa e escrita. Quanto à obra, registrou ter realizado a pesquisa em curto prazo de dois meses, entre arquivos e notícias, que, em suas palavras, "mendiguei de viajantes"[200]. Além disso, destacou-se por publicações na Impressão Régia, no Rio de Janeiro, onde havia publicado a peça de teatro *A discórdia Ajustada*, em 1819. Na mesma cidade vinha publicando textos no jornal *O Patriota*[201].

Haviam transcorrido trinta anos desde que o professor Luiz Antonio Silva e Souza tomara posse, na qualidade de professor de Latim na Vila Boa, em 1790, aos 26 anos. Era, então, recém egresso de Lisboa, onde prestara concurso para a cátedra. E estava bem estabelecido na sede da Capitania de Goiás, tendo consolidado uma vasta rede de pessoas de sua confiança, mencionadas em seu testamento, na sua correspondência e, posteriormente, em material biográfico a ele dedicado. Mas o caminho consolidado e visível na organização disposta em seu testamento não havia sido percorrido de forma linear. No testamento, a menção aos livros que tinha "nesta Cidade como em Serro Frio"[202] nos conduz à percepção que mantinha seus pertences de valor entre sua terra natal e a Vila Boa de Goiás.

Com efeito, Silva e Souza nasceu no Arraial do Tejuco, em Serro Frio, Minas Gerais, no ano de 1764. Seus pais Luiz Antonio da Silva e Michaela Arcângela da Silva são descritos por José Martins Pereira Alencastre como "mineiros ou agricultores"[203], na biografia de Silva e Souza publicada em 1863. Eram pais que ofereceram ao filho a condição de se manter na escola para as primeiras letras, o estudo da gramática latina, avançando para os estudos de

---

199 Idem, p. 28.

200 Idem, p. 33

201 Idem, p. 27.

202 MUSEU DAS BANDEIRAS. Coleção Fundo Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato (1755-1916). Testamento de Luíz Antônio Silva e Souza, 1840.

203 ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Apologia de Silva e Souza. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XXX, 1863.

retórica e filosofia. Sabe-se pouco sobre seus pais e a vida em Serro Frio, entre 1764 e 1784, quando se dirige a Lisboa para completar seus estudos.

Luiz Antonio impressionou seus mestres pelo rápido avanço no conhecimento do Latim[204]. Seu desempenho havia imprimido na sua família a convicção de que deveria prosseguir para uma carreira letrada, direcionando-se ao presbitério. Havia duas questões como óbices. Seus pais, a despeito de apoiá-lo, não tinham posses. Não há uma informação nítida sobre a origem dos recursos que financiaram os estudos do jovem Luiz. Mas é possível pensar, com algum grau de probabilidade, que a Cúria de Mariana pudesse patrocinar uma vocação local, uma vez que Serro Frio era Freguesia e Comarca da Vila do Príncipe, no Bispado[205] e necessitava de quadros locais, com a necessária formação. Com menor probabilidade, mas plausível, é possível pensar que algum amigo de seus pais, com posses, pudesse ter se encarregado de apoiar a família do jovem vocacionado. Menos provável, mas também possível, é o expediente de algum empréstimo a ser pago futuramente, após sua colocação em alguma diocese, pois a recompensa em côngruas e outros emolumentos poderia recompensar muito bem a quem se dedicasse à carreira de padre secular.

Efetivamente, em seu testamento, ele deixa o valor de venda dos seus livros, tanto em Vila Boa quanto no Serro Frio, dividido em três partes: uma para se dizer missas por sua própria alma; a segunda parte para dizerem missas em favor de seus falecidos pais e benfeitores e; a terceira para recobrir missas de sua obrigação, que tenha deixado em falta, embora afirme não recordar de nada, particularmente[206]. O legado em prol de benfeitores oferece uma amplitude de possibilidades, que pode inclusive recobrir a gratidão a pessoas beneméritas, que lhe tenham apoiado os estudos na juventude. Corrobora esta hipótese o fato de que o percurso de vida de Silva e Souza não evidencie nenhum tipo de necessidade de apoio material, por benfeitores, após o seu retorno já ordenado sacerdote e concursado.

Silva e Souza legou uma fortuna em casas, móveis e pessoas escravizadas para sua filha, reconhecida em testamento e instituída na qualidade de universal herdeira, Maria Luiza da Silva e Souza. No seu testamento é possível descortinar o desenho de sua família, pois além da filha surgem suas três irmãs. A primeira era Marianna Luiza Xavier de Souza, em quem parece ter se inspirado para batizar a filha e que na ordem do testamento parece ser indicada como

---

204 Idem.

205 MUSEU DAS BANDEIRAS. Coleção Fundo Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato (1755-1916). Testamento de Luíz Antônio Silva e Souza, 1840.

206 Idem.

preceptora de sua filha. As outras duas eram Emerenciana Maria da Silva e Maria Narciza Candida de Souza. Além delas, um grupo de sobrinhas, filhas destas irmãs, que não nomeia, nem enumera. Mas sabemos que tinha ao menos duas sobrinhas. E um irmão, também padre Mestre (de noviços ou também professor?) José Antonio da Silva e Souza[207].

É certo que na Diocese de Mariana (criada em 1745), e em suas comarcas, entre elas a de Serro Frio onde nascera Luiz Antônio Silva e Souza, se verifica na documentação o registro de uma confluência entre a vocação para o presbitério e a ambição[208]. A nova diocese tinha seus problemas. No período de seus estudos, certamente o seminarista manteve contato com líderes religiosos e tinha informações sobre a situação da igreja local. Sede vacante entre 1764, ano de nascimento de Luiz Antonio, e o ano de 1780[209], consta que não era das melhores a reputação do clero diocesano, acéfalo de governo eclesiástico, parecendo não haver "símbolo mais eloquente da absoluta esterilidade moral e espiritual dos cônegos marianenses coloniais do que o desgoverno da era vacante do Bispado, o período que vai da morte de dom Frei Manuel da Cruz (janeiro de 1764) até a entrada de dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel (fevereiro de 1780)."[210]

Nesses dezesseis anos (que coincidem com a idade de Luiz Antônio), em que não houve bispo - de fato - na Sede em Mariana, o período cognominado dos procuradores – cônegos do Cabido nomeados pelos bispos ausentes e titulares para governarem a diocese em seu nome –, a vida religiosa das Minas foi marcada pela "falta de autoridade, estabeleceu-se, generalizou-se a desordem, encheram-se as prisões eclesiásticas, provocando a intervenção das autoridades da Capitania"[211].

Nos anos seguintes, durante o mandato do quarto bispo de Mariana, dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel, que administrou a diocese de 1778/9 a 1793, a questão das conhecenças ganhou notoriedade, como analisa Luiz Carlos Villalta[212]. A controvérsia das

---

207 MUSEU DAS BANDEIRAS. Coleção Fundo Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato (1755-1916). Testamento de Luíz Antônio Silva e Souza, 1840.

208 BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. A formação da malha eclesiástica do território da comarca do Serro do Frio In: **Caminhos da História**, v.28, n.1, p. 183-202, jan./jun.2023, p. 197.

209 Idem, ibidem.

210 Idem, p. 198.

211 Idem, p. 198.

212 VILLALTA, Luiz Carlos. Introdução. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **História de Minas Gerais. As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007a, p. 19-34.

conhecenças tornou-se um dos pontos mais conflituosos das Minas Gerais, ocasionando reclamações dos provedores de capelas, os quais não queriam pagá-las porque consideravam que remunerar os capelães que os atendiam e à sua freguesia fosse o suficiente. No episcopado de Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel (1778/9-1793), o conflito das conhecenças se acentuou, em virtude da crise econômica da mineração, e ainda com isto os clérigos foram os vitoriosos, ao fim da questão[213].

As conhecenças eram tratadas como "prêmio, ou salário, estipêndio, com que se reconhece algum serviço, e que depende da vontade, e arbítrio de quem dá"[214]. E definidas nas constituições e concílios, identificavam-se com a noção de dízimo e/ou ofertas[215]. Aparecem definidas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)[216].

Martinho de Melo e Castro, o ministro forte da Rainha D. Maria I, em missiva de instrução ao visconde de Barbacena, governador de Minas Gerais, comunicou-lhe sobre a extorsão que caracterizava os emolumentos paroquiais. Aconselhou que o governador viesse a se entender com o bispo de Mariana, para juntos elaborarem um regimento eclesiástico novo a fim de que a diocese reduzisse as intoleráveis contribuições cobradas ao povo das Minas sob o argumento dos direitos paroquiais"[217]. E sugeria evitar a contribuição anual da Fazenda real para sustentação do clero. Isso não parece ter ocorrido.

Já em princípio do século XIX, Auguste Saint-Hilaire com ênfase registrou que era usual no Bispado de Mariana os padres arrecadarem quantias em torno de 9 mil cruzados, considerando o somatório entre côngruas e conhecenças[218]. É possível cogitar que os ganhos

---

213 Idem.

214 BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latinoi**. Vol. 2. 1728, p. 465.

215 SILVA, Caroline Cristina de Souza. Os discursos de "decadência das Minas" e da "cobiça dos eclesiásticos" e a fiscalidade religios*a (1711-1789)* In: **Revista Angelus Novus** – Ano VIII, n. 13. São Paulo, p. 115-133, 2017

216 VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Estudo introdutório e edição** Bruno Feitler, Evergton Sales Souza; Istvan Jancsó, Pedro Puntoni (org.). São Paulo: Edusp, 2010, p. 306 (Livro II, Tit. XXV, n. 425, p. 179). "Dos dízimos pessoais e conhecenças" Conforme os sagrados cânones, não só se devem às igrejas e ministros delas os dízimos prediais e mistos, como fica dito, mas outros que se chamam pessoais, que são a décima parte de todo o ganho e lucro licitamente adquirido por via de qualquer ofício, artifício trato, mercancia, soldada, jornais de qualquer serviço, tirados os gastos e despesas. E porque o costume tem alterado esta obrigação, de maneira que em algumas partes se paga somente uma conhecença de certa quantia em dinheiro segundo o trato de cada um, e assim se usa neste nosso arcebispado."

217 VILLALTA, Luiz Carlos**.** Introdução. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **História de Minas Gerais**. As minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007a, p. 30.

218 VILLALTA, Luiz Carlos. Introdução. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **História de Minas Gerais**. As minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 31.

materiais – na forma de conhecenças e demais emolumentos paroquiais e eclesiásticos - possam ter tido eficácia na definição de vocações sacerdotais no Serro Frio no período de definição vocacional de Luiz Antônio. Não seria inverossímil supor que um jovem com talento e ambição seguisse a carreira presbiteral, considerando os aspectos materiais.

2.2 ASCENDÊNCIA AFRICANA, DISPENSA E VIAGENS: ESTRATÉGIAS E DINÂMICAS PARA CONTORNAR IMPEDIMENTOS COLONIAIS

Impelido, fosse por razões votivas em comprometimento religioso, ou por motivações intelectuais para avançar nos estudos ou ainda por razões materiais, Luiz Antonio estava determinado a se fazer ordenar padre secular. Deveria transpor alguns obstáculos. Vencido o tema da sustentação material, eis que em Serro Frio, segundo Alencastre[219], era sabido e comentava-se que "corria em suas veias um átomo do sangue de algum dos descendentes da filha amaldiçoada de Noé"[220]. Sua ascendência africana, em tese, vetaria suas possibilidades de acesso ao sacerdócio católico. Não obstante isto, outros homens negros e letrados apostaram e insistiram para conseguir dispensa da autoridade eclesiástica para sua ordenação, sobretudo em razão de mostrar inclinação para as letras[221].

A legislação sobre pureza do sangue havia se tornado uma justificativa e um pretexto para as desigualdades e diferenças na Europa como um todo, e no mundo ibérico em particular, com especificidades em Portugal. Documento precursor dos códices de pureza racial, o *Estatuto de Toledo*, de 1449, vetava na Península Ibérica a ocupação de cargos por recém-professos da fé católica fossem negros, judeus ou mouros, impedindo a participação em cargos da administração municipal[222].

Base da argumentação para que se adotasse a costumeira lei da cor, com seus mecanismos de segregação dos cargos administrativos, a lei do sangue era também uma manifestação da ancestralidade pura ou impura, que se articulava a uma evidenciação pela cor

---

219 ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Apologia de Silva e Souza. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XXX, 1864.

220 Idem.

221 Idem.

222 BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. Entre a cruz e a coroa, o trono e o Altar, a fé e o Império: o padroado real e a colonização brasileira a partir das Minas do Serro Frio e Vila do Príncipe, Minas Gerais, 1702-1721. In: **Caminhos da História**. Montes Claros, vol. 26, no. 02, 20 21p. 153-173, 2023, p. 168.

da pele. Precisando que a lei do sangue se revelasse de alguma forma nas marcas do corpo individual, demonstrando assim a atualidade do indivíduo[223].

Parece ter sido neste nexo entre ancestralidade e marcas físicas que Luiz Antônio Silva e Souza tenha sido colocado entre os descendentes da cor africana. Neste *locus,* o corpo e a cor revelam um passado ~~impuro~~, vetado ao acesso das *ordens sacras*. Juntas, a lei do sangue e a lei da cor fixariam os lugares sociais a serem ocupados pelos indivíduos, escalonando-os. Essa foi uma prática constante em Portugal desde o século XII, tempo da formação do estado lusitano, tendo sido ampliada até o século XVIII, avançada a modernidade, em dinâmica concomitante à administração colonial, exportada para as suas colônias[224].

O veto ao ~~sangue impuro~~ seria uma característica que servia para vetar acesso a posições administrativas, cargos religiosos e títulos honoríficos. Os que manifestavam interesse em tais posições podiam enfrentar o escrutínio de sua árvore genealógica até a quarta geração. No Brasil do século XVIII, a expressão os "~~homens bons~~" para designar brancos marcava o polo opositor para as pessoas de sangue africano e seu descendentes[225]. Um tipo de poder disciplinar, a lei de sangue [~~infecto~~ ou puro] e a lei da cor operaram como dispositivos que, de maneira rigorosa, distribuíam distinções sociais ou puniam os que estavam à margem. Por esse motivo, tornara-se um bloqueio tão difícil de ultrapassar, principalmente acima das posições intermédias do espectro político, como ocorria com os hábitos das ordens militares; tanto mais para o "provimento da posição de clérigo no Brasil. Nas Minas Gerais, causava embaraços, ainda nas últimas décadas do século XVIII, mesmo para quem tivesse passado pela prestigiosa Universidade de Coimbra"[226].

Luiz Carlos Villalta se propôs a analisar o caso dos três irmãos Albano de Souza Coelho, José Caetano Corte e Joaquim de Souza Lopes, que tiveram de comprovar não ter ascendência africana, passando pelos famigerados testes de mulatismo para poderem receber as ordens sacras.[227] O historiador informa que eles "tinham uma avó parda, escrava do ouvidor-geral do

---

223 Idem, p. 169.

224 Idem p. 171.

225 Idem p. 172.

226 OLIVAL, Fernanda. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. **Cadernos de Estudos Sefarditas**, n. 4, p. 151-182, 2004, p. 145.

227 VILLALTA, Luiz Carlos. A igreja, a sociedade e o clero**.** In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **História de Minas Gerais**. As minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007b.

Serro Frio, com o qual fora para a Bahia e de onde retornara forra"[228]. A avó havia sido uma pessoa escravizada do primeiro ouvidor da Comarca do Serro do Frio, entre 1720-1727. Ele prossegue narrando que: "Albano e José foram dispensados de mulatismo 'em grau remoto', por Inácio Correia de Sá, 'atendendo a necessidade de sacerdotes'"[229], sendo que:

> Joaquim também obteve dispensa de mulatismo, em 1768, sob a mesma alegação; esses habilitandos, além disso, não apresentaram certidões de batismo e casamento dos pais e avós, pelo o que foram ameaçados de ter suas ordens suspensas [...] talvez a complacência da justiça eclesiástica com tais habilitandos tivesse relação com seus laços de parentesco, pois tinham tios e primos de segundo grau na carreira eclesiástica; o avô materno deles, ademais, era Familiar do Santo Ofício[230].

Por causa do hábito de exigir a comprovação da negativa de mulatismo "saiu contra os irmãos Lopes Oliveira processo que visava conseguir reverendas para que a ordenação de José se desse no Bispado do Rio de Janeiro, onde ele estava aguardando embarque para Coimbra, a fim de continuar seus estudos"[231]. A despeito de todas as dificuldades, este último habilitou-se ao presbitério, sendo citado, José Lopes, no posto que à época da Inconfidência [1789], já pertencente aos quadros do clero da diocese de Mariana[232].

Luiz Antônio Silva e Souza parecia ter planos bem traçados para contornar o constrangimento do teste da linha de sangue e cor. E para tanto se fazia também necessário obter ordenação fora do Bispado, pois a Coroa havia restringido este direito à Diocese, na altura de 1784, quando o jovem vocacionado se dirigia a Portugal para os estudos em Coimbra[233]. Assim é que Silva e Souza, ao completar 20 anos, se dirigiu inicialmente a Lisboa e logo a Coimbra para completar seus estudos. E em busca de uma licença para sua ordenação interpôs a Roma, cidade na qual foi ordenado, de forma canônica, na qualidade de presbítero secular. Obteve, ali, uma autorização régia, por meio do Ministro Plenipotenciário do trono

---

228 Idem, p. 42.

229 Idem, ibidem.

230 VILLALTA, Luiz Carlos. **A igreja, a sociedade e o clero**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **História de Minas Gerais**. As minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007b, p.43.

231 Idem, ibidem.

232 VILLALTA, Luiz Carlos. **A igreja, a sociedade e o clero**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **História de Minas Gerais**. As minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007b, p.44.

233 Idem.

português[234]. Havia uma abertura de possibilidades sobre a documentação necessária para a obtenção do extenso volume de registros e cópias de assentos batismais, instrucionais e eclesiásticos para se chegar à autorização para a obtenção das ordens.

Ao adentrar o campo de estudos sobre as hierarquias de cor instituídas nos séculos XVII e XVIII, Lucilene Reginaldo se interessa em mapear a comunidade de homens negros livres que foram estudantes em Coimbra nas últimas décadas do século XVIII. Sua pesquisa considera este campo empírico como possibilidade de compreensão da delicada operação histórica de formulação de hierarquias de cor, no âmbito da formação das elites intelectuais e administrativas, como espaço privilegiado para formulação e fixação de novos marcadores sociais da diferença, descartando *a priori* a possibilidade de delimitar temporalmente a gênese ou o ponto exato de emergência da moderna ideia de raça. Em suas palavras:

> Meu interesse maior, informada pelas histórias dos estudantes ~~de cor~~ em Coimbra, é investigar a historicidade e as sutilezas da formulação de hierarquias de cor num contexto específico, no âmbito de uma instituição de poder e prestígio do Antigo Regime, sob o impacto da presença de um significativo contingente de homens ~~de cor~~ livres no seu intramuros. De toda forma, a análise deste universo particular e circunscrito pode lançar luzes e novas perguntas a outros contextos[235].

Ao seguir o processo de Antonio de Souza Falcão, estudante de medicina que peticionou pelo exame de acesso ao grau de doutor e foi barrado em razão de sua qualidade de ~~mulato~~, Lucilene Reginaldo evidencia que as antigas hierarquias de sangue, ligadas à questão religiosa, que originalmente afetavam cristãos novos e mouros, se atualizavam para bloquear o acesso a descendentes de africanos em outras carreiras. A tônica constante na historiografia do tema e período recai sobre a leitura de que era pela condição social baixa e pela pecha de ser descendente de pessoas escravizadas que se produzia a exclusão. Reginaldo sugere que a documentação não é nítida quanto a este ponto. E busca prescrutar mais detidamente esta glosa no processo:

> Ainda que a aparência seja a única "prova" da origem cativa de Antonio, o erudito síndico partiu desta suposição para invocar o direito romano que não reconhece a cidadania plena aos escravos livres pela manumissão e seus filhos. Assim, para estes, assim como Antonio Falcão, 'se fechou a nobreza, a dignidade as portas para que aspirassem as honras a que se admitem os cidadãos romanos"[236].

---

234 TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia, Ed. UFG,1987, p. 27.

235 REGINALDO, Lucilene. "Não tem informação": ~~mulatos~~, pardos e pretos na Universidade de Coimbra (1700-1771). In: **Estudos Ibero-Americanos,** Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 421-434, set.-dez. 2018, p. 423.

236 Idem, p. 426.

No âmbito da ordem estamental característica do Antigo Regime, os indivíduos vinculados ao trabalho manual — entre os quais se incluíam os sujeitos escravizados — eram sistematicamente desqualificados pelo denominado "defeito mecânico". Tal estigma operava como mecanismo de exclusão simbólica e jurídica, impedindo o acesso dos integrantes do chamado terceiro estado às instâncias de prestígio social, aos títulos de nobreza e, de modo significativo, ao grau doutoral.

A lógica hierárquica vigente articulava-se, portanto, em torno de um capital simbólico que associava a dignidade e a honra à distância das atividades consideradas servis. Nesse contexto, a aparência física, concebida como portadora de marcas da suposta condição ou ascendência escrava, adquiria relevância estratégica na definição das hierarquias sociais e na legitimação dos privilégios. Para os doutores formados em Coimbra, tais atributos corporais funcionavam como signos de distinção e instrumentos de reprodução das desigualdades, reforçando a naturalização das barreiras entre os diferentes estratos sociais[237].

Ao comparar os níveis de dificuldade para obtenção da dispensa e acesso a posições, Lucilene Reginaldo destaca que:

> A dispensa do defeito da mulatice nas habilitações para as ordens militares era muito mais acessível que o doutoramento em Coimbra. A comprovação dos serviços militares prestados pelo habilitando e/ou seus ascendentes costumava ser suficiente para que a dispensa do impedimento fosse considerada[238].

A governabilidade do Império dependia também da aderência dos aliados da Monarquia, que se tornaram indispensáveis para a defesa e gerenciamento das possessões régias. Assim, essa flexibilidade se aplicava a homens nascidos na metrópole, assim como aos nascidos nos territórios ultramarinos. Era comum a dispensa do impedimento de ser mulato no acesso ao título de cavaleiro das ordens militares, apontando para que áreas específicas os interesses imperiais sobrepujavam as hierarquias de cor.

O desenvolvimento de uma historiografia da escravidão em Portugal é notável. Embora a historiadora aponte a lacuna quanto a uma história dos descendentes de pessoas escravizadas, seja no contexto da escravidão e ou depois de sua extinção, já no século XIX. No bojo e na

---

[237] REGINALDO, Lucilene. "Não tem informação": ~~mulatos~~, pardos e pretos na Universidade de Coimbra (1700-1771). In: **Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegr**e, v. 44, n. 3, p. 421-434, set.-dez. 2018.

[238] Idem, p. 426

arqueologia desta minoridade historiográfica quanto ao tema, pode-se encontrar o rastro de uma negação. A historiadora registra que:

> preocupada em livrar-se da imagem propalada por "certos estrangeiros tendenciosos ou mal informados [...] que surpreendiam-se por não encontrarem em Portugal apenas negros, mas ainda com exagero atribuíam a estes uma parte importante da demogenia portuguesa", a intelectualidade lusa empreendeu um esforço sistemático para minimizar, demográfica e culturamente, a presença negra em terras lusitanas[239].

Não por acaso, na metade do século XIX, consolidar-se-ia no mesmo circuito intelectual o racismo científico, que também passava a padronizar os novos projetos de avanço da empreitada colonial sobre territórios africanos. Esta construção racializada se colocara em andamento antes, a partir de instituições centrais no Império.

Recuando, com efeito, a petição dirigida à de Mesa de Consciência e Ordem por Antonio de Souza Falcão colocou em movimento uma consulta à Universidade de Coimbra, o que parece ter gerado muita tensão entre os dirigentes da Congregação da Faculdade de Medicina, que se apressaram em encerrar o caso. Reunida no dia 9 de dezembro de 1705, julgou nulo o exame privado de Antonio de Souza Falcão, tornando sem efeito o requisito propedêutico, já provado pelo estudante por meio certidão expedida pela mesma faculdade, o que permitiria avançar para obtenção do grau de doutor, mediante novo exame, público[240].

Lucilene Reginaldo destaca que estudantes oriundos do Brasil incidiram com maior peso sobre estas contendas, considerando que eram em maior número. E lançavam mão de estratégias próprias:

> a presença de estudantes ~~de cor~~, nascidos no Reino, como Antonio Falcão, foi motivo de várias contendas na Universidade de Coimbra. Mas levando em consideração o peso numérico de outro contingente, mais conflitos devem ter provocado os naturais do Brasil, como nos mostrará a história de Ignácio Pires de Almeida.[241]

Ignácio havia solicitado, por uma petição enviada ao Tribunal da Mesa de Consciência, a intervenção régia para que lhe fosse autorizado realizar os atos necessários ao doutoramento, uma vez que demonstrava ser possuidor de todos os requisitos acadêmicos necessários ao alcance do grau. No entanto, a faculdade o havia impedido, segundo resposta do vice-reitor da Universidade, por "inabilidade" conferida pela "sua cor".

---

239 Idem, p. 426.

240 Idem, p. 427.

241 Idem, ibidem.

Filho legítimo de Francisco Pires de Almeida, um capitão da Infantaria da Capitania da Bahia, membro e cavaleiro professo da Ordem de Cristo, o estudante ingressara em Coimbra, no ano de 1694, na Faculdade dos Sagrados Cânones, que habilitava na área de direito eclesiástico e civil. Importante frisar que até a década de 1720, a maioria dos estudantes da Universidade de Coimbra, originários da América Portuguesa, provinha de três principais centros: Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Ignácio era um entre muitos dos filhos da capitania da Bahia, que se voltava a Coimbra para perfazer um caminho de estudos, cumprindo um percurso formativo na universidade, que era prestigiada e atribuía um caráter de preparo para a liderança das instituições coloniais. Não era outro o motivo para a escolha da instituição, pois até o advento da reforma pombalina, a Faculdade de Cânones foi a "maior e mais prestigiada de Coimbra, seguida com alguma distância pelas faculdades de Leis e Medicina"[242]. A centralidade do alinhamento das elites coloniais com os padrões da educação e cultura reinóis se destacam, como parte do necessário perfil para liderar as instituições imperiais. Como detalha Lucilene:

> É central a importância de Coimbra na formação das elites coloniais. O que tem sido objeto da investigação de historiadores brasileiros de diferentes épocas. A história de Falcãol lança algumas novas luzes sobre este contingente praticamente desconhecido. Sabe-se que filhos de militares, comerciantes e proprietários de terras foram enviados à Universidade com a intenção de receber formação e, posteriormente, ingressarem na magistratura ou em cargos de prestígio na administração metropolitana e colonial. Prestigiados políticos e naturalistas como José Bonifácio de Andrada e Silva, José da Cunha Azeredo Coutinho, José da Silva Lisboa e Alexandre Rodrigues Ferreira foram bacharéis e doutores formados em Coimbra[243].

Mesmo desconfiando da "face parda" de muitos membros desta elite, pouco ainda sabemos sobre a presença dos homens ~~de cor~~ no interior do grande contingente de brasileiros matriculados nas faculdades de Coimbra. Por este motivo, a atenção historiográfica aos nomes daqueles que estudaram em Coimbra, bem como o seguimento destas trajetórias pode nos oferecer uma rede transatlântica de intelectuais negros, como parte da história da participação negra nesta teia de poder e liderança. Deste modo, é particularmente significativo indicar o percurso feito por Luiz Antonio Silva e Souza por dentro desta instituição.

---

242 REGINALDO, Lucilene. "Não tem informação": ~~mulatos~~, pardos e pretos na Universidade de Coimbra (1700-1771). In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 421-434, set.-dez. 2018, p. 428.

243 Idem, p. 429.

A contestação feita por Ignácio Pires de Almeida contra o impedimento da cor não terminou na petição à Mesa de Consciência. Foi além. Pires de Almeida decidiu apresentar uma lista de mestres na área de artes "todos da mesma cor do suplicante" e graduados na mesma universidade de Coimbra. Chegando a listar os nomes dos doutores João da Costa de Carvalho, Baltazar Pereira de Mello e Francisco Travassos Ribeiro, nomeando ainda o bacharel Domingos de Sá e Silva, advogado da Casa de Suplicação, "pelo defeito que tem de pardo como o suplicante"[244].

Esta lista evidenciava que, em primeiro lugar, a barreira da cor levantada pelos doutores de Coimbra não desenhava um bloqueio total para a ascensão aos postos e cargos mais altos na Corte. O rol de nomes e cargos desvela a má fé da direção da Faculdade de Medicina contra Falcão. Pois a relação de homens ~~de cor~~ formados nas faculdades de Coimbra era considerável. Se a cor não impedira a outros se titularem e serem provisionados para ótimas posições na administração civil, "então por que haveria de ser na Universidade, instituição diretamente submetida às leis e costumes do Reino?"[245].

Notam-se nuances no uso dos termos ~~mulato~~ e pardo. Os doutores de Coimbra reconhecem a ambos como sinônimo. No entanto, Lucilene Reginaldo destaca que quando observamos de perto o litígio, insinuam-se sutilezas ao debate, no uso das diferentes categorias. Para ela, a designação de ~~mulato~~ foi ganhando conotações pejorativas ao longo do tempo, sendo possível que o contrário tenha ocorrido com o termo pardo[246]. Ela destaca que é testemunha desta diferenciação o crescimento das irmandades de homens pardos. Os terços militares – que reuniam e distinguiam este grupo daquele dos pretos, tipificados como escravizados ou próximos demais da condição cativa em termos geracionais ou de lugar e condição social – foram crescendo ao longo do século XVIII[247].

Hebe Matos propôs que o termo pardo "deixa de ser uma simples designação de cor" abarcando "a emergência de uma população livre de ascendência africana", em alguns casos, dissociada da escravidão por algumas gerações[248]. Nesse diapasão, ao se autodeclarar pardo,

---

244 Idem, ibidem.

245 REGINALDO, Lucilene. "Não tem informação": ~~mulatos~~, pardos e pretos na Universidade de Coimbra (1700-1771). In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 421-434, set.-dez. 2018, p. 428.

246 Idem, ibidem.

247 REGINALDO, Lucilene. "Não tem informação": ~~mulatos~~, pardos e pretos na Universidade de Coimbra (1700-1771). In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 421-434, set.-dez. 2018, p. 428.

248 MATTOS, Hebe Maria da Costa**. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil século XIX**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 154-155.

Ignácio Pires expressa uma identidade reivindicada por homens que não faziam questão de esconder sua cor, pois podiam sustentar na vida pública o prestígio social que lhes advinha em razão de sua ascendência paterna, da posição social que detinham ou do poder econômico do qual eram detentores. Isso nos permite estabelecer que, de um ponto de vista historicamente situado e em diversos ambientes sociais, havia enorme diferença entre ser ~~mulato~~ ou ser pardo.

A marginalização atribuída à presumida infâmia dos ~~mulatos~~, associada à sua condição de baixa extração social e à ascendência cativa, considerada como evidência de um defeito mecânico, fundamentava-se em princípios jurídicos herdados do Antigo Regime, bem como em dispositivos normativos como os Estatutos de Pureza de Sangue. Todavia, é plausível admitir que o crescimento contínuo do número de estudantes ~~de cor~~, muitos deles provenientes das Américas, tenha impulsionado novas interpretações e adaptações dos preceitos legais anteriormente aplicados[249].

Nas primeiras décadas do século XVIII, a maioria dos estudantes brasileiros era originária das ricas capitanias do nordeste, sob influxo da economia açucareira. Nas décadas ulteriores a 1720, aqueles oriundos da região mineradora passaram a ter relevo, quantitativamente. Lucilene Reginaldo realizou levantamento para demonstrar que "entre 1741 e 1760, 139 estudantes da capitania de Minas Gerais estavam matriculados nos cursos de Coimbra. Destes, 32 estudantes eram naturais de Mariana"[250].

Dois estudantes, procedentes da mesma Freguesia do Sumidouro, no Bispado de Mariana, nas Minas Gerais, apareceram. André e Francisco do Couto Godinho estavam entre estes estudantes. Batizado em outubro de 1720, André apresentou-se anos mais tarde como filho legítimo dos pretos Victoria do Couto e Pedro Álvares. Francisco, por sua vez, foi batizado três anos depois de André, em abril de 1723, sendo filho de António do Couto Godinho, "natural do Bispado do Porto, e de Natália Rodrigues, nascido na freguesia mineira de Cachoeira do Campo. Da mãe, Francisco herdou o *defeito da* ~~*mulatice*~~, pois Natália era neta de uma liberta de nação angola chamada Cristina da Silva"[251].

Seja como for, nos Estatutos da Universidade de Coimbra, não havia nenhum impedimento para a admissão do homem negro Francisco e André no seu corpo discente. Atenta à singularidade acima exposta, Lucilene seguiu de perto os passos de André pelos corredores

---

249 REGINALDO, Lucilene. "Não tem informação": ~~mulatos~~, pardos e pretos na Universidade de Coimbra (1700-1771). In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 421-434, set.-dez. 2018, p. 428.

250 Idem, p. 431.

251 Idem, ibidem.

da Faculdade de Cânones – mesmo espaço frequentado anos antes por Ignácio Pires de Almeida. A despeito das diferenças de cor, condição social, origens geográficas, "ambos tiveram suas carreiras acadêmicas demarcadas pela cor da pele, neste espaço de estudos"[252].

O registro do resultado do exame de André no Livro de Atos e Graus chamou a atenção de imediato, pelo destaque dado à anotação "Homem Preto", apontando pela primeira vez junto ao seu nome nos documentos da Universidade de Coimbra a sua cor de pele. Anotação idêntica foi repetida no livro de Informações Finais, que, intencionalmente, não apresentou a avaliação de seu desempenho no exame. Antes, o anotador se autorizou a registrar no espaço destinado à avaliação a seguinte sentença: "não tem informação". Esta ausência de registro do desempenho deste estudante fechou outras portas para André Godinho, impedindo-o de se lançar a posições mais altas, a partir da carreira jurídica[253].

Em quatro décadas, Lucilene Reginaldo encontrou, entre 1732 e 1772, cinco estudantes também glosados nos registros da Faculdade de Cânones, além do próprio Godinho, que também não tiveram registradas notas de desempenho nos livros de Informações Finais por serem ~~mulatos ou~~ pardos. Nenhum outro preto foi encontrado. Todos eles eram naturais das Minas Gerais. Uma indicação genérica desta origem mineira aparece ainda nos registros dos estudantes Filipe de São Tiago de Brito e Gonçalo Agostinho de Brito, ambos filhos de Inácio Ramos de Brito. Outros dois, naturais de Sabará, José de Souza Guimarães, que também foi anotado como "não tem informação por mulato" e João Rodrigues Lamego, "homem pardo, não teve informação". O estudante Manuel Pinto Alves, por sua vez, foi notificado como quem "não veio informado por mulato". Este último era natural de Mariana. Tomando em conta as distinções entre as categorias pardo e mulato, é possível aventar que nesta relação há indivíduos de condição social e status diferenciados[254].

Ainda sobre isso, a historiadora Lucilene Reginaldo regista que:

> Em meio a tantos obstáculos impostos em razão da sua cor e sem poder contar com o prestígio dos antepassados, André do Couto Godinho determinou outros rumos para sua vida. Escolheu o sacerdócio. Assim, dispensado do "defeito da descendência de pretos" é ordenado por volta de 1759[255].

---

252 REGINALDO, Lucilene. "Não tem informação": ~~mulatos~~, pardos e pretos na Universidade de Coimbra (1700-1771). In**: Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 421-434, set.-dez. 2018, p. 431.

253 Idem, ibidem.

254 REGINALDO, Lucilene. "Não tem informação": ~~mulatos~~, pardos e pretos na Universidade de Coimbra (1700-1771). In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 421-434, set.-dez. 2018, p. 432.

255 Idem, p. 433.

No contexto do Antigo Regime, o estigma vinculado à ascendência admitia certas brechas, ainda que restritas ao âmbito de determinados cargos e graus de distinção, sempre condicionadas às dinâmicas de poder específicas de cada localidade do Império. Tal realidade é evidenciada pela postura inflexível dos doutores da Universidade de Coimbra diante dos candidatos ~~mulatos~~ ao doutoramento. A expressiva presença de um baixo clero secular em diversas regiões do Império português constitui um "fenômeno revelador da flexibilidade das hierarquias sociais, bem como do impacto exercido pelos distintos contextos políticos e geográficos na redefinição de novos arranjos sociais"[256].

Chama a atenção de Lucilene Reginaldo o fato de André ter sido dispensado do defeito da descendência de cativos, que seria um defeito de qualidade e pudesse ter obtido autorização para ser ordenado sacerdote nas terras do reino. Esta autorização sugere, na opinião da historiadora, que novas frentes de investigação podem ser abertas sob o influxo das possibilidades de inserção e ascensão social dos homens negros livres tanto em Portugal setecentista quanto em outras partes do império[257].

Precisamente este é o caminho e a estratégia traçada pelo Padre Luiz Antonio. Ao se dirigir à autoridade eclesiástica, Silva e Souza indica:

> Hum similhante Pastor me quizera ordenar nas conquistas do Brazil em Minas do Serro Frio, lugar de meu nascimento, se não tivesse o Exmo. Revmo. Snr. D. Fr. Domingos da Encarnaçam Pontevel, meo Prelado, ordem expressa da soberana para nam conferir ordens naquele continente sem seo Real Aviso[258].

Neste documento, Silva e Souza discorre sobre seus planos e ações em vista da ordenação. Segundo ele relata: "me transportei a esta Capital de Lisboa para com o desígnio de diligências de me passar à Romana Cúria se visse frustradas as minhas diligências de procurar conhecidos, que abonassem os meus bons desejos perante V. Exa"[259]. Afirmava ter sido muito feliz no intento, ao ponto de indicar que foi bem acreditado, tendo confirmado a fama de "respeitável nome e exemplar despensaçam do referido ministro."[260] O documento nos permite

---

256 Idem, p. 434.

257 Idem, ibidem.

258 BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA. Correspondência de Luís Antonio Silva e Souza, Carta ao Ministro Plenipotenciário de Portugal sobre o clero, 1825. In: TELES, J. M. Vida e obra de Silva e Souza. Goiânia, Ed. UFG, 1998, p. 204.

259 Idem, ibidem.

260 Idem, ibidem.

afirmar o trânsito social e eclesiástico de Luiz Antonio Silva e Souza em Lisboa, circulando entre pessoas que ocupavam posições na hierarquia eclesiástica, a ponto de lhe que oferecerem recomendações recebidas, com a consistência de uma rede que amparou seu pleito.

Para fortalecer seu pedido, informava que detinha "escritura, exames [...] [para] confirmar sem diferença: E vem a ser: achar-me no conhecimento de Língua latina, patrimônio, e idade que para ordens sacras requer o S. Concil. Trident."[261]. Acrescentava o que lhe parecia ser central no pedido:

> Mas a que não he menos, senão he mais interessante mostra de Vocaçam, por defeito, ou melhor ainda por grande perfeiçam do homem, não podendo ser vista por nenhum deles, mal poderia certificar-se por papeis; e assim posso afirmar somente que se não tenho toda, ao menos ocupa o meu coração aquella, que me anima a pedir a V. Exa. Me queira introduzir por Trabalhador da vinha do Senhor, a quem pede todo, e melhor premio das virtudes de V. Exa.[262].

O historiador oitocentista José Martins Pereira de Alencastre registra que Luiz Antônio recebeu uma autorização direta de ministro plenipotenciário de Portugal para o clero do reino, o que seria suficiente, considerando o papel do representante de monarquia católica em sua relação com Roma, no seu instituto do Padroado Régio. Recebera, assim, o hábito de São Pedro, sagrado presbítero secular da Diocese de Mariana, em 1787, na sede romana, como de rito costumeiro para ministros eclesiásticos das partes coloniais do reino, ordenados na Europa. Decorreu-se, então, um período de três anos, no qual teria deixado a Sede Romana e permanecido em Lisboa[263].

Em 1789, ainda no período de sua estadia em Lisboa, abriu-se uma cátedra para o ensino de latim da Capitania de Goiás. Achando-se em condição para o certame, Luiz Antônio Silva e Souza foi aprovado e nomeado, com provisão datada de 6 de fevereiro de 1790[264]. No fim daquele mesmo ano, ele chegou para assumir o magistério na Vila Boa, que consistia em oferecer instrução aos meninos e jovens cujas famílias os ingressassem para as letras. É notável que a posição representava um cargo entre a administração civil e religiosa.

---

[261] Idem, ibidem.

[262] BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA. Correspondência de Luís Antonio Silva e Souza, Carta ao Ministro Plenipotenciário de Portugal sobre o clero, 1825. In: TELES, J. M. Vida e obra de Silva e Souza. Goiânia, Ed. UFG, 1998, p. 204.

[263] ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Apologia de Silva e Souza. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XXX, 1863.

[264] MUSEU DAS BANDEIRAS. **Coleção Americano do Brasil 1755-1916**. Provisões de Oficiais da Câmara.

Durante os primeiros anos de sua presença na Vila Boa, testemunharia os eventos da crise de 1798-1803, mas com qual posição? Manteria a esta altura, nos seus catorzes ou quinze anos na Vila Boa, relações com quais grupos e membros de grupos políticos? Sabemos, pela apologia póstuma e por seu testamento que tinha ampla circulação entre as diversas irmandades[265]. Teria mantido algum tipo de encontro ou diálogo com Joanna Mina? Se não com ela, certamente com seus amigos, testemunhas e representantes em juízo, quando do pleito de Joanna por se forrar.

2.3 HISTORIADOR, POETA, DRAMATURGO, POLÍTICO, TRADUTOR E TEÓLOGO NA VILA BOA: ENTRE LETRADOS NEGROS

Em 1812, Luiz Antonio Silva e Souza recebeu por encomenda da segunda secretaria da Câmara a incumbência de escrever uma informação corográfica sobre a Capitania, trabalho concluído naquele mesmo ano e publicado no jornal *O Patriota*, no Rio de Janeiro, em 1814, com o título *Memória sobre o Descobrimento e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás*[266].

No ano de 1819 assumia, mediante provisão papal e procuração do Bispo Diocesano Dom Francisco Ferreira de Azevedo a posição de Vigário Geral, no Governo da Prelazia de Goiás, que dali em diante se manteve como sede vacante até ao menos 1821, quando D. Francisco assumiu sua condição de Bispo Prelado. Entretanto, já com fortes problemas na visão, manteve o agora Cônego Luiz Antônio Silva e Souza à frente da administração da Prelazia de Goiás[267].

Nas décadas seguintes, Silva e Souza traduziria do latim; produziria argumento para a peça teatral *A discórdia Ajustada* (1819); escreveria e publicaria poesia, estreando na *Matutina Meiapontense* (1830), primeiro periódico goiano; publicaria em periódicos da imprensa carioca a corografia da Província de Goiás, intitulada *Memória Estatística da Província de Goiás* (1832); publicaria o *Catecismo da Agricultura* (1831). Manteve-se na qualidade de sócio do Instituto Histórico Geográphico e Etnográphico do Brasil[268]. Consolidou-se entre seus coevos

---

265 MUSEU DAS BANDEIRAS. **Coleção Fundo Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato (1755-1916)**. Testamento de Luíz Antônio Silva e Souza, 1840.

266 Obra que recebeu edições sucessivas edições em 1814, 1819, 1863. Sendo tomada neste trabalho a edição: SILVA E SOUZA, Luiz Antônio. Goiânia, Ed. UFG, 1967.

267 ALENCASTRE, J.M.P. Biografia de Luiz Antônio Silva e Souza. In **Revista do Instituto Histórico Geográphico e Etnográphico do Brasil**, Tomo XXX, 1863.

268 TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia, Ed. UFG,1998, p. 29s.

como uma autoridade intelectual sobre a narrativa fundacional de Goiás. Por meio de sua escritura, diz-se que se pode entrever a invenção de Goiás. Importa por ora registrar que, nos próximos capítulos, serão dedicados tempo e espaço para a análise de seus escritos.

Luiz Antonio não estava sozinho. Na altura de seus 56 anos, podia contar com uma lista de homens de sua confiança ao ponto de designar para testamenteiros "seu próprio irmão, o também padre José Antônio da Silva e Souza, ainda os seus amigos Capitão João José do Couto Guimarães, Capitão Manoel Francisco Ferreira e o Sargento-mor Joaquim Álvares de Oliveira"[269]. Entre letrados, Silva e Souza certamente compartilhava espaços na vida pública com músicos e musicistas. Era festeiro e popular nos salões da Vila Boa, recordemos.

Entre pares contemporâneos, pode ser destacado o artista Basílio Martins Braga Serradourada, nascido em 23 de maio de 1804 (+1874), que teve registrado em seu obituário ser homem que reunia em si todos os dotes morais que a sociedade carece, pois era bom cidadão, "melhor amigo e ótimo pai de família, desceu ao túmulo acompanhado de estima pública, como bem o atestou o grande e espontâneo acompanhamento que lhe formou o imponente préstito"[270].

Figura 3 – Retrato fotográfico de Basílio Serradourada, patriarca de uma família de homens negros letrados e contemporâneo de Luíz Antonio Silva e Souza[271]

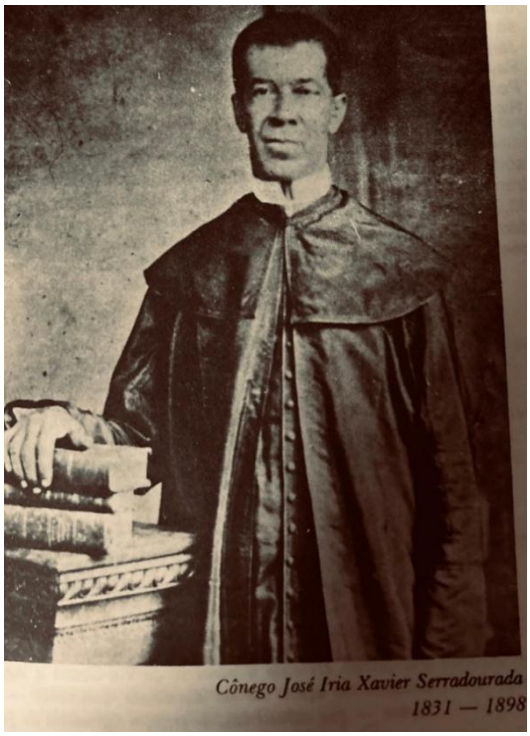
[269] Idem, p.25.

[270] MENDONÇA. Belkiss Spencieri de Carneiro. **A música em Goiás**, Goiânia, Ed UFG, 1981, p. 21.

[271] MENDONÇA. Belkiss Spencieri de Carneiro. **A música em Goiás**, Goiânia, Ed UFG, 1981, p. 21.

Basílio Serradourada era pai de extensa prole, tendo deixado quatro filhos posicionados na administração pública, sendo eles: Paulo Francisco Póvoa, procurador da fazenda; João Batista Xavier Serradourada, empregado na Secretaria de Polícia; Capitão João Martins Xavier Serradourada, deputado provincial e comerciante; e o primogênito André José Iria Xavier Serradourada, vigário da 1ª Freguesia na Matriz da Capital. Este último, cônego e compositor, nascido em 4 de dezembro de 1831, era "goiano de raro talento, grande músico e de exemplar piedade"[272].

Figura 4 – Retrato fotográfico do Cônego José João Iria Serradourada, que certamente terá sido aluno de latim de Luíz Antonio Silva e Souza na vila Boa de Goyas [273]



A sucessão geracional em famílias de homens negros de letras, artes e governo na Vila Boa de Goiás, na passagem do século XVIII ao XIX, é parte da dinâmica urbana de uma cidade onde essa presença era não apenas visível, mas ampla, emergindo da documentação, enquanto um dado intransponível às abordagens nos diversos campos. Isso nos leva a pensar sobre os significados do silêncio acerca destas trajetórias, ou ainda sobre destaque de uma delas como elemento de singularização, exatamente para diluir esta abordagem, que pode ser feita a partir de uma prosoprografia de negros letrados em Goiás, no período. A invisibilidade, que muitas

[272] Idem, p. 22.

[273] MENDONÇA. Belkiss Spencieri de Carneiro. **A música em Goiás**, Goiânia, Ed UFG, 1981, p. 22.

vezes "se perfaz como desconhecimento, denuncia, também, um lugar de relevância histórica, antropológica e social"[274]. Os esforços de apagamento não foram capazes de turvar a existência histórica de tal geração.

Ao considerar a renovação do gênero biográfico na historiografia contemporânea, François Dosse sugere que, a partir das análises biográficas e do uso das variáveis metodológicas nas operações lógicas para compreender os sujeitos biografados, os usos dos seus dados – resultantes deste cruzamento – permite a produção de uma prosopografia, na qual "o sujeito individualizado, biografado é colocado em relação aos papeis sociais, relações e - inclusive – às imposturas"[275] de insurgência em relação ao *habitus* colonial de localizar socialmente aos homens negros em posiçõe subalternas.

Esta perspectiva analítica pode se dar em função de uma prática disciplinar que possibilita a comparação entre a construção de uma "figura ideal" e o campo ampliado de sua experiência e atuação histórica. A partir dela, pode-se caracterizar formas historicamente apreensíveis na documentação que permitam a construção de conceitos genericamente abstratos, tais como identidades, trajetórias, escrita, invenção, emancipação, liberdade[276]. Isso, por certo, permite a criação de nexos entre a história social, política, cultural ou da emancipação/liberdade.

Trata-se, em suas palavras, de "um gênero que tem por objeto reposicionar as características de um grupo esmiuçando as informações sobre todos os seus membros"[277]. Desse modo, os dados biográficos de indivíduos serão conectados a circuitos ampliados que demarcam a sua inserção histórica individualizada (com identidade social e política) diante da sua "interrelação com círculos de sociabilidade mais alargados[278]. Delimitados por experiências em comum, tratadas como *identidade terminal* e pela vivência conjunta de referências cronológicas e etárias compartilháveis entre si. A apreensão, por meio das "evidências documentais, destes circuitos de sociabilidade e de incidência social levantam reflexões sobre o polimorfo conceito de geração"[279].

---

274 MENDES, Rogerio. Saberes ausentes da "Cidade Letrada". Por um Iluminismo mestiço. **Literatura: teoria, história, crítica**, vol. 23, núm. 1, 2021, págs. 121-159.p 151.

275 DOSSE, François. **O desafio biográfico:** escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 221.

276 Idem, p. 222.

277 Idem, p. 223.

278 Idem, p. 224.

279 Idem, p. 225.

A controvérsia do conceito de geração se abre diante da perspectiva de que tende a caracterizações dos sujeitos e grupos, em vista seja da periodização ou da alteridade cultural[280]. Isso potencializa as possibilidades de um olhar historiográfico sobre uma geração de homens negros letrados, compartilhando espacialidade e temporalidade, como evidências de uma impostura pública. A considerar que o ambiente colonial, com suas instituições, constroi uma heterologia que veta em espaços de prestígio, por meio de práticas tais como as leis de sangue e marca física, a presença de são estranhados e abordados no paradigma da alteridade.

Pensar a presença coletiva destes homens no ambiente urbano da Vila Boa, na transição do dezoito ao dezenove, permite-nos repensar os significados da presença negra, em conexão com os estudos africanos no novo mundo. Em síntese, o estranhamento produzido no seio das relações coloniais, atua como um mecanismo imediato de negação da ascendência africana, buscando desumanizar sujeitos para manter a hegemonia vigente. Contudo, ao observar a configuração social de Vila Boa, percebe-se que ela se integra a um vasto mosaico de territórios globais onde a cultura africana sobrevive e se reinventa, transformando heranças ancestrais em ferramentas ativas de disputa política e sócio-cultural.[281]Nesse contexto, os mesmos corpos que o sistema tenta marginalizar e rotular como "estranhos" são os que provocam ranhuras nas estruturas de poder; sua presença física e cultural não apenas tensiona o espaço colonial, mas o ressignifica, transformando o ambiente em um campo de afirmação E disputa por espaços.

Sob tal perspectiva, propõe-se uma historiografia da diáspora africana nas Minas de Goiás que rompa com visões essencialistas, adotando uma abordagem multifacetada e conectada a outras experiências globais no Novo Mundo. Tal olhar permite reconhecer a pluralidade das formas de participação dos afrodescendentes na vida social e política de Goiás no século XIX, onde a experiência não é meramente passiva, mas forjada em repertórios próprios de resistência e negociação,tal como demonstrou o pesquisador Murilo Borges.[282] Assim, a marca da afrodescendência torna-se o ponto de partida para compreender como esses sujeitos, a partir de suas vivências singulares, ocuparam e transformaram o espaço colonial, reivindicando protagonismo em múltiplas esferas da vida cotidiana.

---

280 Idem, p. 225.

281 FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade**. New York: Cambridge University Press, 2012.

282 SILVA, Murilo Borges. **Mulheres negras e plurais**: gênero, raça e sexualidade em Goyaz, século XIX. 2019. 244 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

Para pensar se esta derivação da vivência de dois aspectos da mesma realidade, de um lado a conformidade com o *status quo* - ao se inserirem na Vila Boa como ocupantes de posições na administração pública, civil e eclesiástica inventores e produtores de discursos -, "necessária para a sobrevivência e a necessidade de seguir com a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas […]. De outro lado o "senso comum" derivado da experiência […] de dificuldades compartilhadas com companheiros, vizinhos e que expõe continuamente o texto […] à crítica irônica, e com menos frequência, à revolta"[283].

O trabalho de gerações de historiadores sociais permitiu consolidar um quadro geral da vida na colônia, revelando como a participação negra se deu em meio a uma ordem social estável, porém em constante reconfiguração. Essa análise historiográfica possibilita enxergar não apenas a estrutura, mas as dinâmicas de recomposição da vida social ao longo do tempo.[284] Esta recomposição e estilização nos permite escolher narrar – retornando à documentação - a maneira como se vivia no passado para indagar sobre o que tinham em comum, que experiências compartilhavam na vida cotidiana. Pensar o próprio senso comum que expressa a base de uma ordem social que entrelaça as experiências desta geração na vida social[285].

Ao nos voltarmos para a trajetória biográfica de Luiz Antônio Silva e Souza neste tecido social, encontramos, de sua escrita, um material rico, variado, vasto e sofisticado para se lidar. Ao observar a variabilidade de gêneros literários, meios de publicação, amplitude temporal da escrita e o volume de escritos publicados, notamos que Silva e Souza almejou capturar e narrar toda a capitania e depois a província, em cada mínima parte dela[286], tendo descrito – ou *analisado e interpretado* - longamente seu tempo e espaço numa narrativa que englobou inclusive uma *perspectiva de modular o futuro, a partir do presente, identificando os restos e permanências de um passado* aurífero das Minas de Goiás.

Por meio de seus escritos publicados na *Matutina Meiapontense* sob o título de "Catecismo Agrícola", avista-se uma alternativa econômica e social para o devir da Capitania e depois da Província de Goiás. Isso o posiciona como um homem que ancorou a transição política de 1822 em Goiás, na qualidade de depositário da confiança política de uma pluralidade de grupos de interesses na Vila Boa. Ao tempo em que era fiador da transição, congregando em

---

283 Idem, p. 22.

284 DARTON. Robert. **O grande massacre dos gatos**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1988. 2ª Ed, p. 39s

285 Idem, p. 38.

286 SILVA e SOUZA, Antônio Luiz. **O descobrimento da Capitania de Goyaz:** Governo, População e Coisas mais Notáveis. Goiânia, Ed. UFG, 1967.

sua análise sobre o futuro da Província a visão auspiciosa que havia projetado em 1812, sobre a Capitania:

> E que quadro tão brilhante se apresenta agora à minha imaginação! Vejo adiantadas as artes e as ciências, promovida a indústria, animando o comércio, penetrado os sertões e descobertas as suas preciosidades, vejo marcha de um passo igual a agricultura e a mineração, cobertas de rebanhos as campinas, coroados de vinhas e outros, crescerem as povoações e fundarem-se as cidades[287].

2.4 ESCRITA SOBRE GOIÁS COMO INVENTIVIDADE NEGRA: QUESTÕES PARA A HISTÓRIA

Os objetivos e percursos que levaram Luiz Antonio Silva e Souza a empreender um programa tão vasto e ambicioso, apesar de ter sido descrito pelos seus biógrafos como pessoa modesta[288], são partes de um construto por ele produzido em décadas de dedicação à vida pública na Vila Boa. A construção deste percurso na vida pública o conduziu a um protagonismo próprio, ao se qualificar enquanto quadro político mais qualificado ao ponto de Governar a Grupo da Regência na transição da Capitania à Província Goiás[289], no consenso em torno de seu nome.

Os seus escritos serão analisados de modo mais zeloso na terceira e quarta partes deste trabalho. Cumpre antecipar que seu trabalho inaugura a invenção de Goiás, uma produção escriturística fundacional. Luiz Antônio Silva e Souza emerge, por meio de sua escrita e amplificada pela editoria em jornais e revistas do período, tendo sido publicado tanto em Goiás como no Rio de Janeiro, seja no período colonial ou imperial. No período entre 1812 e 1838, sua produção é qualificada pelas instituições vilaboenses, viajantes, imprensa local e nacional como "intérprete de Goiás. Se antecipando em demonstrar suas potencialidades, atrair investimento para o lugar"[290].

As operações e escolhas presente na escritura, como projeto e programa para Goiás, sugerem as evidências de uma interação entre a carreira de um homem e a da região, onde o processo da escrita constitui o lugar, Goiás, ao construir um discurso sobre ele. Ao mesmo tempo, esse lugar é por sua vez, constituinte de sua trajetória biográfica. Alinha-se, pois, uma

---

287 Idem, p. 76.

288 ALENCASTRE, J.M.P. Biografia de Luiz Antônio Silva e Souza. In: **Revista do Instituto Histórico Geográphico e Etnográphico do Brasil**, Tomo XXX, 1863.

289 Idem, ibidem.

290 TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia, Ed. UFG,1998, p. 76.

interpenetração entre a construção discursiva sobre Goiás, como parte da inventividade e presença negra por dentro das instituições coloniais, bem como pela disputa deste lugar por corpos demarcados por *habitus*.

Sobre a produção de Silva e Souza relacionada às corografias histórico-geográficas referentes à Capitania e à Província de Goiás, respectivamente *Memória sobre o Descobrimento, Governo População e Coisas Notáveis da Capitania de Goiás* e *Memória Estatística da Província de Goiás*[291], podemos aventar sobre as questões que presidiram as escolhas do autor, a partir de suas condições de produção escrita, sobre a disposição das intencionalidades, das fontes, dos métodos e dos resultados.

O que representou a *descrição* da Capitania e da Província de Goiás? Entre as inúmeras possibilidades para a escrita, quais as escolhas de repertórios e em diálogo com quais sujeitos? Quais os contingenciamentos e as imposturas possíveis no *locus* do qual emergem os textos? Situar os escritos de Luiz Antônio Silva e Souza no conjunto e uma história social das ideias, para evidenciar uma história intelectual protagonizada por um intérprete negro, é afirmar a anterioridade e centralidade da autoria negra na invenção de discurso, narrativas e interpretações próprias na fundação de Goiás.

Ao revisitar o tema da nova história intelectual, sugerindo uma história do texto que se constrói mais como uma abordagem dialogal com o passado, muito menos como uma reconstrução do passado através da pesquisa documental pura, LaCapra propõe um novo olhar para se chegar uma perspectiva que uma conversa com passado[292]. Uma dinâmica nem meramente reconstrutivista ou não unicamente desconstrutivista. Para ele, uma abordagem adequada propõe um novo olhar sobre a relação entre o texto e seu contexto de emergência. Nesta abordagem se dá o reconhecimento da intertextualidade e se verifica a recusa á noção de contexto externo ao produto textual e que é capaz de oferecer uma explicação cabal sobre ele. Para LaCapra, os textos podem ser pontuados como relacionados com pelo menos seis dimensões interativas[293]. Considerando estas dimensões de modo bem esquemático, são elas:

1. a conexão entre a *intencionalidade do autor e o texto* finalizado, sugerindo que o texto pode ser analisado considerando o que o autor queria dizer em determinado contexto histórico e situação comunicativa, ainda que a questão da intencionalidade

---

[291] Idem, p. 70.

[292] LACAPRA, Dominick. **Marxism and Intellectual History, Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts and Language**. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1985, p. 339.

[293] Idem, p. 340s.

traga o agravante de pontuar que eventualmente as intenções de autoria podem não estar muito nítidas para o próprio autor. Com isto o autor não pode se constituir no critério decisivo e único para se chegar a uma interpretação válida do texto[294];

2. a *interpenetração entre biografia de/a autor/a com o texto*, por meio da qual se pode estabelecer que muitas vezes extrapolam e possam mesmo contradizer as intenções manifestas do autor, sendo necessário o desenvolvimento de uma abordagem sobre a subjetividade biográfica para que se possa indagar sobre as motivações de/a autoria, que podem ser parcialmente reconhecidas, ou mesmo inconscientes[295];
3. a *relação estabelecida entre a sociedade e os textos anexos a ela*: a vida individual poderá ser pensada somente em conexão com a base social na qual está inserida. Assim, o autor nota que os textos são abordados mais em termos da anterioridade ou da posterioridade cronológica do texto, em relação à sociedade. Em termos de emergência ou de seu impacto na sociedade. O que tem sido a perspectiva mais comum assumida por uma história social das ideias. Ao relacionar processos textuais a processos sociais, LaCapra propõe uma relação de temporalidade tríplice: a) tempo de longas tradições intrincadas; b) tempo de período específico da produção e emergência do texto; o tempo interno, de trata o texto. Esta tríplice dinâmica não pode ser tratada apenas na correlação entre continuidade e disjunção no tempo, nem o texto pode ser visto somente como ilustração da tradição longa ou do período de que emerge, antes, deve ser situado na rede de relações ampliadas[296].
4. a *correlação entre cultura e os texto*s: neste ponto é possível examinar a circulação ou não-circulação de textos, nos diversos níveis da cultura, identificando estes níveis e o possível paradigma de repertórios de leituras. Sem restringir a abordagem a um esforço historicista e documental de compreensão da autoria, também correlacionando com as questões do presente, que informam a própria pesquisa sobre a escrita e leitura em dado tempo histórico. Elencar pressupostos, argumentos, temáticas, questões postas é central para encontrar os empréstimos ou pontos de conexão, para perceber como funcionam, efetivamente, no texto. Pensar como ideias

---

294 LACAPRA, Dominick. **Marxism and Intellectual History, Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts and Language**. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1985, p. 341.

295 Idem, p. 343.

296 Idem, p. 345.

compartilhadas possam operam diferentemente em diferentes *textos ou obras constituidoras de uma dada "comunidade de discurso*"[297].

5. a colocação *do texto em uma coleção de obras*, havendo aqui duas possibilidades, seja, da relação entre o texto *do autor estudado, com textos de outros escritores por ele lidos; ou da conexão entre o texto estudado e o restante da obra de um mesmo autor*. Entre os modos usuais de se abordar uma obra: a) uma continuidade dentro de textos da mesma autoria (sugerindo um desenvolvimento homogêneo ou linear; b) de modo disruptivo, seccionando a obra em tipologia por períodos; c) ou uma síntese dialética, por meio da qual o último estágio elevaria o valor da obra, em uma espécie de evolucionismo. Nos três casos ocorre uma construção que visa unificar um conjunto de unidades (única, binomial ou unidade superior). Em síntese LaCapra sugere uma abordagem que leve em conta diferentes formas, deslocamentos, desenvolvimentos desiguais dentro da produção de um autor, exigindo modelos mais complexos de análise.[298]
6. A caracterização entre os modos (estruturais) de um discurso e sua interação com o texto, para examinar aqui o papel desempenhado pelos modelos de discurso formalizados, em convenções, regras, estruturas e do seu funcionamento operando no texto. A questão é perceber o modo com que as tipologias analíticas funcionam no texto, na leitura e interpretação deles. Para evitar a uma distinção analítica a dominar o texto com uma única tipologia, estabelecendo uma identidade que é ao mesmo tempo excludente da impostura ou uma carga contestatória[299].

Esta aproximação teórica permite uma abertura à leitura e análise da obra de Luiz Antonio Silva e Souza a partir destas correlações intrínsecas e extrínsecas à obra mesma, ao aparelho de produção discursivo e à sociedade local e nacional, dentro do qual se fez o autor Silva e Souza. Trata-se, assim, de um exercício de inscrição das conexões entre biografia, autoria e ideias, situando sua biografia e prosopografia de sua geração como parte da invenção sobre Goiás. Mas esta experiência em Goiás não estava localizada ou isolada em um único ambiente provincial.

---

297 Idem.

298 Idem.

299 Idem.

Ao investigar as trajetórias negras no Brasil do século XIX, o historiador Sidney Calhoub demonstra que a experiência desses sujeitos não pode ser reduzida a categorias estáticas, revelando-se, antes, como uma construção dinâmica inserida em redes de conflito e negociação.[300] Para uma análise frente à biografia de sujeitos de ascendência africana é enriquecedor que se agregue pontos uma leitura única sobre sua identidade racial, permitindo uma mirada para as múltiplas camadas, que complexificam a subjetividade. Esa ótica sugere um diálogo contínuo com a trajetória do biografado, permitindo que a pesquisadora identifique — ou não — momentos de assumência ou de negociação do pertencimento étnico e racial, bem como as múltiplas redes de relações, afetivas ou conflituosas, em que o sujeito se inseriu.

O giro historiográfico das décadas de 1980 e 1990, trouxe uma abertura ao estudo da agência dos sujeitos escravizados, libertos e livres na colônia e no império. A consolidação e ampliação deste campo disciplinar, nas décadas seguintes, permitiu novas abordagens, a partir da leitura de que a identidade, racializada como construção sistêmica colonial, e produzida para enquadrar, se tornou uma categoria política mobilizada pelos próprios sujeitos. Sob essa ótica, as trajetórias afrodescendentes rompem com enquadramentos estáticos, revelando indivíduos que negociaram, estrategicamente, os significados de sua condição sociorracial e de sua identidade racializada**,** para tensionar as estruturas coloniais.

A identidade deixa de ser lida unicamente como rótulo imposto, no estatuto colonial, para converter-se em ferramenta de disputa, articulada à participação, conflito e negociação.[301] A historiografia contemporânea sobre a presença negra no Brasil operou uma virada fundamental, ao deslocar o foco das estruturas econômicas para a ação e protagonismo dos sujeitos, a vida social, as disputas e o desvelamento da presença negra em *espaços sociais estratégicos,* tais como a imprensa e a educação.[302] Ao tratar da participação negra nas lutas por independência na Bahia, entre 1821 e 1822, o historiador João José Reis demonstra o modo

---

300 CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

301 REIS, João José. A resistência negra no Brasil escravista. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 7-30, 1989.

302 SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros:** culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil/Uruguai no pós-abolição (1870-1960). UFRGS (tese de doutorado); 2017;; GOMES, Flávio; DOMINGUES. Petrônio. **Experiências da emancipação:** biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo, Selo Negro, 2022; PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de Liberdade:** literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas, Ed. Unicamp, 2018; SAMPAIO, Patrícia Melo. Nos confins do Império: diversidade e etnicidade no mundo do trabalho na Amazônia do século XIX. In: XAVIER, Giovana (org.). **Histórias da escravidão e do pós-abolição para as escolas**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora/Rio de Janeiro: MC&G Editorial/ Brasília: MEC, 2015. p.179- 194.

com que o protagonismo negro pode ser tratado em diversos tipos documenttais, assinalando que:

> O protagonismo negro em 1821–1823 pode ser também abordado através de documentos não diretamente retirados dos arquivos da Independência. Nesse sentido, as cartas de alforria negociadas durante o conflito contam histórias sugestivas da relação entre escravizados e escravizadores. Não se trata de cativos insurgentes, rebeldes ou que tivessem traído a confiança de seus senhores, mas daqueles que se aproveitaram da crise para negociar sua liberdade.[303]

O historiador J.J. Reis destaca a o protagonismo negro como parte da história de negociação por liberdade no período da instabilidade política que marcou as províncias na transição entre a colônia e o império.

Na experiência de aproximação às fontes desta pesquisa, dentre elas a coleção de escritos da lavra de Luiz Antônio Silva e Souza o que ressalta à vista é precisamente a experiência de uma trajetória biográfica que demarca uma penetração no aparelho de estado, civil e eclesiástico, por meio da negociação de sua identidade racial. Inclusive como burla e impostura do que já se dizia em Serro Frio, a priori, durante a infância de Luiz Antônio, sobre uma identidade racializada, que poderia, sim, aprisioná-lo a um lugar de não integração ao aparelho de estado. Ao adentrar à análise de sua produção, identificamos uma apropriação discursiva, tanto na morfologia quanto na temática, de repertórios coloniais. E, a despeito desta coleção de escritos da autoria de Silva e Souza, arriscamos uma afirmação consignada em seu testamento sobre a sua identidade e pertencimento racial.

Sobre o tema da racialização, como operação colonial de exclusão, Rogério Mendes comenta que a:

> força política dos argumentos oficiais pautados na necessidade dos interesses alinhados ao diálogo com as metrópoles fez com que, pela força e domínio das letras, inviabilizasse-se [sic] a participação mais abrangente de patrimônios humanos mais amplos. Ou seja: narrar a cidade no século XIX apresenta a continuidade ou, ainda, semelhanças com a maneira como foi narrada a América no século XVI pelos estrangeiros[304].

---

303 REIS, João José. Rebeldia, negociação, desencanto: negros na Independência na Bahia. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 15, p. 11-37, dez. 2022, p. 89.

304 MENDES, Rogerio. Saberes ausentes da "Cidade Letrada". Por um Iluminismo mestiço. **Literatura: teoria, história, crítica**, vol. 23, núm. 1, 2021, p. 196.

Conceituando por patrimônios humanos a participação de intelectuais indígenas e negros, R. Mendes caracteriza o que considera uma "fissura do não reconhecimento ou da não admissão de saberes e patrimônios outros, distintos dessa matriz, como os indígenas e afrodescendentes, que se torna pertinente a discussão na presente reflexão", que faz sobre a invisibilidade dos intelectuais racializados, indígenas e de ascendência africana.

A análise da documentação colonial exige o reconhecimento de que o arquivo é, em si, um aparelho de poder. Evitar a estilização da violência é uma postura necessária diante de registros produzidos sob a ótica da dominação, onde o sujeito de ascendência africana surge apenas nos limites do que o pensamento hegemônico permite ver. Nesse sentido, a história do dominante não é autossuficiente; ela depende da construção de um antagonismo com o subalternizado para se sustentar. O registro da resistência ou do conflito serve, muitas vezes, como o contraponto que organiza e justifica a existência das hierarquias vigentes.

Pensar a produção de Luiz Antonio Silva e Souza no horizonte desta encruzilhada colonial descrita por Hartmann e entre as amarras da violência racializadora e a estratégia de inscrição no aparato estatal, para sair dela. E neste lugar disputar as formas de narração da vida social de seu tempo. Talvez aqui se presentifique a singularidade da vida e obra de Luiz Antonio Silva e Souza, um entre os letrados negros da Vila Boa na passagem do século XVIII ao XIX.

A perspectiva teórica desenvolvida pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto sugere uma historiografia ancorada no presente, como retomada da memória e confronto aos limites impostos pelo racismo e operação de racialização dos sujeitos históricos, subvertendo e ampliando as possibilidades dos estudos históricos na correlação entre passado e presente, superando a defasada noção de um anacronismo que subjuga as potencialidades da historiografia como campo de emancipação[305].

A trajetória e os escritos de Silva e Souza podem trazer, na forma e no teor, um código de adequação ao aparelho colonial que viesse a partir de uma análise baseada na ideia de que intelectuais negros necessariamente produzem em seus escritos imposturas contra o aparelho colonial. Mas poderíamos silenciar as vozes de intelectuais, artistas e políticos descendentes de africanos que se colocaram e conviveram com a elite de homens de letras, com e sem ascendência negra? Pensar nesta trajetória sobre a qual não pesou o dilema da liberdade jurídica,

[305] PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de Liberdade: Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista.** Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

um filho já nascido livre, que prosperou, adquiriu e legou cativos pode ser desconcertante a partir de olhares anacrônicos.

Ao observar o posicionamento social e político de Luiz Antônio Silva e Souza, é possível entrever que – entre seus coevos e seu biógrafo que ouviu oralmente na mesma Vila Boa dos anos seguintes à morte de Silva e Souza, pessoas próximas a ele, sua trajetória é lida como uma referência inescapável e marcante no tecido social da Vila Boa de Goiás.

Com efeito, seu primeiro biógrafo, José Maria Pereira Alencastre, traduz o sentido de reputação sólida ao afirmar que fora um incansável "obreiro do progresso de seu país e nunca pediu que lhe criassem uma reputação porque fê-la por si mesmo no serviço da pátria: e mais avulta no meu conceito seu grande merecimento porque foi modesto do seu saber e dos seus serviços"[306]. Construiu-se, assim, o perfil de um homem próspero e adequado ao tempo.

Analisar a vida e obra de Silva e Souza nos permite pensar sua experiência como produção do saber sobre si mesmo e a vida social no *espaço-tempo* em que viveu e produziu uma discursividade que fundou a própria escrita do lugar, tornando-se o primeiro intérprete de Goiás. Seu percurso biográfico permite afirmar historiograficamente que a autoria negra é um dado na invenção - e no pioneirismo desta inventividade - de Goiás.

No seu livro *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, Michel Rolph Trouillot afirma que a história sempre é produzida num contexto histórico específico, onde os "atores históricos também são narradores, e vice-versa"[307]. Ao discorrer sobre este ponto de conexão entre a história decorrida e sua escrita, Trouillot sugere que uma teoria da narrativa histórica precisa estabelecer a distinção quanto à sobreposição entre o processo e narrativa dele. Ao apresentar o seu livro, contendo uma abordagem sobre os silêncios e o inaudito na história, em face da Revolução Haitiana, indica que se refere a uma história como conhecimento e narrativa – sem, no entanto, abdicar de "acolher plenamente a ambiguidade inerente aos dois lados da historicidade"[308].

Para Trouillot, a história, como processo social, envolve sobretudo as pessoas, posicionadas em três lugares distintos: 1) como agentes ou ocupantes de posições estruturais; 2) como atores, em constante contato com o contexto; e 3) como sujeitos, ou seja, como vozes

---

306 ALENCASTRE, J.M.P. Biografia de Luiz Antônio Silva e Souza. In: **Revista do Instituto Histórico Geográphico e Etnográphico do Brasil**, Tomo XXX, 1863.

307 TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: Ed. Huya, 2016, p. 52.

308 Idem, p. 52s.

conscientes de sua vocalidade. Neste modelo, os agentes são os estratos e agrupamentos aos quais pertencem as pessoas, tais como classe e status, ou os papéis com eles associados, tais como trabalhadores, escravizados e mães são agentes. Sob a categoria atores, o historiador se refere ao conjunto de caracteres que são de tal forma específicos no tempo e no espaço que tanto sua existência quanto sua compreensão repousam fundamentalmente sobre particulares históricos. Isso porque as narrativas históricas abordam situações particulares e, nesse sentido, têm de lidar com seres humanos enquanto atores, mas as pessoas também são os sujeitos da história[309].

Ao sugerir, a título de explicação sobre os sujeitos da história, o cenário histórico de uma greve, Troulliot indica uma visão ativista da subjetividade na história. E afirma que os trabalhadores são os sujeitos dela, definindo os próprios termos com os quais algumas situações podem ser descritas. Considerando a greve como um evento histórico, a partir de um ponto de vista estritamente narrativo, ou seja, sem a interveniência da interpretação ou explicação, não há – na opinião do historiador - como descrever uma greve sem tornar os atributos subjetivos dos trabalhadores um elemento central da descrição. Reportar meramente sua ausência do local de trabalho não é suficiente. Será preciso dar conta do fato. Desde que eles chegaram coletivamente à decisão de ficar em casa num dia que seria regular de trabalho. Seria preciso dizer que agiram coletivamente com base nessa decisão. Mas mesmo tal descrição, que leva em conta a posição dos trabalhadores como atores, não é uma descrição apurada de uma greve. Há de fato poucos contextos para os quais tal descrição pudesse dar conta de algo distinto[310].

Para além de lidar com os trabalhadores como atores, Trouillot indica que a narrativa apurada de uma greve tem de abordar os trabalhadores como sujeitos consequentes, conscientes de suas próprias vozes. Tem de colocar sua(s) voz(es) em primeira pessoa ou, pelo menos, tem de parafrasear essa primeira pessoa. A narrativa, na visão dele, tem que nos dar uma pista tanto das razões pelas quais os trabalhadores se recusaram a trabalhar quanto do objetivo que acreditam perseguir – mesmo que esse objetivo se limite a dar vazão à insatisfação. Simplificando, o autor sugere que uma greve só é uma greve se os trabalhadores acreditam fazer greve. Sua subjetividade é parte integral do evento e de qualquer descrição satisfatória dele. Se os trabalhadores trabalham com muito mais frequência do que fazem greve, mas a capacidade de fazer greve jamais está plenamente excluída da condição de trabalhador, então nesta

---

309 Idem, p. 53.

310 TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história. Curitiba: Ed. Huya, 2016, p. 53s.

possibilidade se encontra sua capacidade na qualidade de sujeitos, infere Trouillot. Em outras palavras, as pessoas nem sempre são sujeitos constantemente confrontando a história, como alguns acadêmicos gostariam, mas o atributo a partir do qual elas agem para se tornarem sujeitos é sempre parte da condição que as define[311]. Ao pontuar esta qualidade histórica dos sujeitos, o autor define que:

> Esse atributo subjetivo acarreta bastante confusão, pois torna os seres humanos duplamente históricos ou, mais precisamente, plenamente históricos. Ele compromete-os simultaneamente com o processo sócio-histórico e com as construções narrativas sobre esse processo. Acolher essa ambiguidade, inerente ao que chamo de dois lados da historicidade[312].

Esta é a escolha de Trouillot. De fato, na maioria das vezes em que a palavra "história" é usada em seu livro, leva em conta esta ideia. Tal configuração teórica guarda correlação com as perspectivas de um olhar sobre a trajetória e produção escriturística de Luiz Antonio Silva e Souza e sua geração, considerando a tríade: agentes, atores e sujeitos que ao vivenciarem e legarem escritos sobre seu lugar e seu tempo viveram estes dois lados de uma historicidade que configura o que Troiullot descreve como sujeitos plenamente históricos.

Apontar um foco concreto acerca dos processos de produção histórica, distanciando-se de uma abordagem que faz uma busca abstrata pela natureza da história, é uma das dimensões apontadas por Trouillot. Ao indicar que esta busca levou gerações de historiadores a negar a ambiguidade, promovendo ora uma demarcação precisa, válida para todas as épocas, da linha divisória entre o que é o processo histórico e que define o conhecimento histórico, ora uma fusão de processo histórico e com sua narrativa histórica. Igualmente válida para todas as épocas[313]. E gerando uma essencialização disciplinar que afasta a possibilidade de aproximação aos sujeitos plenamente históricos em seu fazer.

Para Trouillot, é preciso buscar uma via entre esses extremos de um autômato "realismo" e a ingenuidade "construtivista", para seguir a uma tarefa mais consistente: determinar não exatamente o que seja a história, pois que é um objetivo vão, se tratado em termos essencialistas, mas sim como a história funciona. Visto que para este autor o que a história é muda no tempo-espaço, ou, dito de outra forma, a história se desvela somente por meio da produção de narrativas específicas. O fundamental aqui é o processo e as condições de

311 Idem, p. 54.

312 Idem, p. 55.

313 Idem, ibidem.

produção dessas narrativas. Apenas focalizando no processo, será factível o desvelar das formas que se entrelaçam em dado contexto os dois lados da historicidade: o processo histórico e sua narrativa. Através da sobreposição destas duas dimensões, poderemos descobrir o "exercício diferencial de poder que viabiliza certas narrativas e silencia outras", afirma Trouillot. O rastreamento do poder demanda uma visão mais ampla da produção histórica do que admite a maioria dos teóricos[314].

A historicidade não pode ser circunscrita a um conjunto restrito de agentes institucionalmente legitimados, nem a espaços previamente delimitados de produção discursiva. A exclusão antecipada de sujeitos ou de seu local de enunciação implicaria reduzir a complexidade constitutiva da experiência histórica a uma narrativa homogênea e disciplinar. Ao lado dos historiadores profissionais, inscrevem-se múltiplos atores sociais — artesãos, trabalhadores rurais, estudantes, escritores de ficção, cineastas, políticos e integrantes do público em geral — que, mesmo desprovidos de reconhecimento formal ou de remuneração, intervêm de modo decisivo na configuração da memória coletiva.

Esses sujeitos não apenas suplementam o trabalho acadêmico, mas o tensionam, recusam e reconfiguram, instaurando um campo de disputa simbólica no qual se entrelaçam práticas discursivas e não discursivas. A história, nesse sentido, emerge como um processo relacional e polifônico, marcado pela negociação permanente entre saberes disciplinares e epistemologias situadas, revelando a pluralidade dos regimes de historicidade que estruturam a produção e circulação do conhecimento histórico[315].

Ao assumir tal perspectiva, torna-se possível problematizar a própria historiografia acadêmica enquanto campo de produção de saber, recusando a concepção restritiva que atribui aos historiadores profissionais o monopólio da elaboração histórica. Essa abordagem dialoga com os pressupostos da teoria crítica da história, ao reconhecer que o processo de construção do passado não se limita às práticas disciplinares institucionalizadas, mas se inscreve em um horizonte mais amplo de produção social da memória. Nesse sentido, deslocam-se os limites cronológicos convencionais, permitindo compreender que a historicização se inicia em temporalidades anteriores e se prolonga para além das fronteiras estabelecidas pela tradição teórica dominante.

---

314 TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: Ed. Huya, 2016, p. 55.

315 Idem, p. 56.

Tal concepção se aproxima das reflexões sobre "regimes de historicidade", de François Hartog, ao evidenciar que diferentes atores sociais — não apenas os especialistas — participam da configuração das narrativas históricas, instaurando múltiplas temporalidades e modos de inscrição do passado[316]. A história, portanto, não pode ser concebida como produto circunscrito a um corpo disciplinar específico, mas como campo expandido de práticas discursivas e não discursivas, atravessado por disputas simbólicas e pela heterogeneidade das experiências sociais. Essa compreensão articula-se também às contribuições de Halbwacks, acerca da "memória coletiva", ao enfatizar que a produção histórica é continuamente tensionada e reconfigurada pelas intervenções múltiplas que a constituem, revelando sua natureza relacional, processual e polifônica[317].

O processo não para com a última sentença de um historiador profissional, uma vez que é bem provável que o público contribua para a história, mesmo que seja apenas pelo acréscimo de suas próprias leituras às – e sobre as – produções acadêmicas. E o que talvez seja mais importante, uma vez que é fluida a sobreposição entre história como processo social e história como conhecimento, é que participantes de qualquer evento podem entrar na produção de uma narrativa sobre esse evento antes mesmo que o historiador propriamente dito chegue ao local.

A narrativa histórica, concebida como forma de inscrição do passado, pode anteceder o próprio acontecimento a que se refere, tanto em termos teóricos quanto práticos. Essa constatação problematiza a relação entre evento e narrativa, evidenciando que a história não se limita a registrar fatos consumados, mas frequentemente os antecipa, moldando o horizonte de sua inteligibilidade. Tal perspectiva permite a formulação de generalizações pertinentes acerca da produção da narrativa histórica. Contudo, essas generalizações devem ser compreendidas como categorias heurísticas, capazes de refinar o conhecimento sobre práticas específicas, sem se converterem em roteiros normativos que a prática historiográfica estaria destinada a seguir. Nesse sentido, a narrativa histórica emerge como campo de possibilidades, em constante negociação entre o que Koselleck denominou de "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa", categorias que revelam a tensão constitutiva entre passado vivido e futuro projetado[318].

---

316 HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

317 HALBWACHS, Maurice**. A memória coletiva.** São Paulo: Editora Centauro, 1990.

318 KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

Uma análise abrangente da produção histórica ao longo do tempo demonstra que os historiadores profissionais não detêm, de forma exclusiva, o poder de definir a estrutura narrativa em que suas histórias se inscrevem. Com frequência, agentes externos — oriundos de diferentes campos sociais e culturais — já terão intervindo, instaurando ciclos de silêncios e de enunciações que condicionam a tessitura da narrativa. Nesse ponto, torna-se relevante a contribuição de Michel de Certeau, ao destacar que a escrita da história é sempre atravessada por práticas sociais que excedem o âmbito disciplinar, configurando-se como espaço de disputa simbólica[319].

Assim, a historiografia deve ser compreendida como processo relacional e polifônico, em que múltiplos sujeitos e temporalidades se entrecruzam. A narrativa histórica não é produto circunscrito a um corpo disciplinar específico, mas campo expandido de práticas discursivas e não discursivas, atravessado pela heterogeneidade das experiências sociais e pela continuidade das intervenções múltiplas que a constituem. Sugere Trouillot que os:

> Silêncios ingressam no processo de produção histórica em quatro momentos cruciais: no momento da criação do fato (na elaboração das *fontes*); no momento da composição do fato (na elaboração dos *arquivos*); no momento da recuperação do fato (na elaboração das *narrativa*s); e no momento da significância retroativa (na elaboração da *história* em última instância)[320].

As camadas de silêncio sugerem um trabalho diligente e crítico para uma historiografia consistente. Nesse horizonte, torna-se possível compreender que os silêncios não são homogêneos, tampouco passíveis de serem tratados de maneira uniforme. Cada narrativa histórica configura-se como um arranjo singular de silêncios, resultante de um processo específico de seleção, exclusão e hierarquização de vozes.

A operação necessária para desconstruí-los não pode ser generalizada, mas deve ser ajustada às particularidades que os constituem. Esses momentos devem ser compreendidos como instrumentos conceituais de segunda ordem, isto é, abstrações que se constituem a partir de processos interdependentes e mutuamente alimentados. Não se trata de oferecer uma descrição empírica da elaboração de narrativas individuais, mas de construir um aparato analítico capaz de iluminar dimensões estruturais da produção historiográfica. E seus esforços de evidenciação das operações de silenciamento.

---

319 CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

320 TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história.** Curitiba: Ed. Huya, 2016, p. 57.

Ao refletir sobre a dialética entre memória, esquecimento e narrativa, Paul Ricoeur enfatiza que o silêncio não é mera ausência, mas uma forma de presença negativa que estrutura o campo da representação histórica. Nesse sentido, os silêncios atravessam uns aos outros, acumulam-se ou se sobrepõem ao longo do tempo, produzindo composições únicas que moldam a tessitura narrativa. A história, assim, emerge como campo marcado pela heterogeneidade e pela complexidade, em que a "'análise crítica dos silêncios' se torna condição indispensável para a compreensão da pluralidade de sentidos que atravessam a produção historiográfica"[321].

A comprovação necessária para contar as histórias aqui consignadas estava disponível em meio ao material analisado, na pluralidade das fontes. Aqui foi preparado um rearranjo dessas evidências, para gerar uma narrativa que desse conta da trajetória e produção destes sujeitos ao viverem neste espaço-tempo com as marcas da cor e condição. Esta narrativa, à medida em que se vai discorrendo revela os silêncios que soterraram, até agora, por exemplo, a história de pertencimento racial de Luiz Antonio Silva e Souza. Evidencia o silenciamento quase total, que se deveu também ao desnível de poder na produção e conservação de fontes, arquivos e – sobretudo - narrativas outras vinculadas ao poder dos memorialistas das histórias hegemônicas. O desvelar deste silêncio traz um ponto de atenção para dar conta de alinhar a centralidade desta informação e das suas múltiplas camadas de potência e emancipação, em um ambiente racializado, na articulação passado-presente.

Não há exatamente fatos novos na pesquisa; talvez nem mesmo fatos anteriormente negligenciados. Neste caso, o que temos a fazer é deixar o silêncio falar por si mesmo, na eloquência de seu acobertamento da informação racial incômoda. Fazemos este movimento de justapor, ao clima da época, os textos de historiadores e as fontes sobre a própria narrativa da história de Goiás, onde a efetividade do silêncio original se torna absolutamente visível.

Em Trouillot, os silêncios comparecem nos interstícios dos conflitos entre os intérpretes antecedentes, por isto ele afirma que a produção de uma narrativa histórica não pode ser estudada por meio de uma simples cronologia de silêncios. Os momentos que o autor destaca se sobrepõem no tempo real. São expedientes heurísticos, que somente vem cristalizar os aspectos da produção histórica que expõem quando e onde o poder entra na história. Para este autor, as presenças e ausências encarnadas:

> em fontes (artefatos e corpos que convertem um evento em fato) ou arquivos (fatos coletados, tematizados e processados como documentos e monumentos) não são

[321] RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

> neutras e tampouco naturais. São criadas. Como tais, não são meras presenças ou ausências, mas sim menções ou silêncios de vários tipos e níveis. Ao dizer silêncio, refiro-me a um processo ativo e transitório: "silencia-se" um fato ou uma pessoa como um silenciador silencia uma arma de fogo. A prática de silenciamento exige engajamento. Menções e silêncios são, portanto, ativos, contrapontos dialéticos dos quais a história é a síntese[322].

Na visão deste historiador, seria enganoso afirmar que o poder existiria fora da história, podendo, assim, ser bloqueado ou extirpado. Para ele o poder é mesmo constitutivo da história. Neste sentido, a tarefa de rastrear o poder por meio dos diversos "momentos" em que atua, ajuda simplesmente a enfatizar este caráter processual da produção histórica. Trouillot insiste em demonstrar que a definição do que seja história importa menos do que o modo com que ela funciona; evidenciar que o próprio poder trabalha em conjunto com a história; que as preferências políticas manifestadas por gerações de historiadores têm apenas alguma influência sobre o resultado final.

O poder não se inscreve, como afirma Trouillot, na narrativa histórica de maneira definitiva ou linear; ao contrário, manifesta-se em momentos distintos e sob múltiplos ângulos de incidência. Ele antecede a própria tessitura discursiva, intervindo tanto na gênese quanto na hermenêutica da narrativa. Por essa razão, mantém-se como categoria analítica pertinente mesmo em contextos nos quais se projeta uma história de caráter estritamente científico, ainda que se releguem as preferências, os juízos de valor e os encargos dos historiadores a uma etapa ulterior, de natureza pós-descritiva[323].

Na historiografia, o poder radica na fonte. Sua trajetória na conformação de narrativas alternativas inicia-se com a coprodução de fatos e fontes, processo que se sustenta em pelo menos duas razões estruturais. Primeiramente, os fatos jamais são destituídos de significação: tornam-se fatos precisamente porque adquirem relevância, ainda que mínima, no horizonte interpretativo. Em segundo lugar, os fatos não emergem de modo homogêneo: a produção de indícios implica simultaneamente a constituição de silêncios. Determinadas ocorrências são imediatamente visibilizadas, enquanto outras permanecem obliteradas. Algumas inscrevem-se nos corpos individuais ou coletivos, ao passo que outras não encontram registro.

Assim, a historicidade do poder não se limita à sua presença explícita nas narrativas, mas se revela na "própria economia da produção historiográfica: na seleção, hierarquização e

---

322 TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: Ed. Huya, 2016, p. 85.

323 TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história.** Curitiba: Ed. Huya, 2016.

exclusão de eventos, na inscrição diferencial dos acontecimentos e na constituição de ausências que estruturam o campo da memória e da interpretação"[324].

Esta estruturação perpassa o campo das fontes. Pois, como renova Trouillot, os acontecimentos históricos deixam vestígios, alguns dos quais assumem formas concretas — edifícios, cadáveres, censos, monumentos, diários, fronteiras políticas — que delimitam o alcance e o significado de qualquer narrativa historiográfica. Essa constatação explica, em parte, por que nem toda ficção pode ser convertida em história: a materialidade do processo sócio-histórico (historicidade 1) estabelece o cenário sobre o qual se erguem as narrativas posteriores (historicidade 2).

A evidência material desse primeiro momento é tão evidente que frequentemente se toma como pressuposto. Tal evidência, contudo, não deve ser concebida como um conjunto de fatos inertes, desprovidos de sentido, à espera de serem descobertos sob um véu atemporal. Ao contrário, trata-se de reconhecer, de forma mais modesta, que a história se inicia com corpos e artefatos: cérebros vivos, fósseis, textos, construções, considera Trouillot.

Quanto maior o volume desse material, mais intensamente nos vemos enredados em sua presença. Valas comuns e pirâmides aproximam-nos da história, ao mesmo tempo em que nos reduzem à condição de sujeitos diminutos diante de sua magnitude. Castelos, fortalezas, campos de batalha e igrejas — estruturas que nos excedem em escala e duração — tornam-se depositários da realidade de vidas passadas. Esses testemunhos materiais evocam uma imensidão que pouco conhecemos, mas da qual inevitavelmente participamos[325]. Mas como poderemos reconhecer o fim de um silêncio inexaurível em história?

Os historiadores profissionais souberam explorar a constituição do passado como uma entidade autônoma, cuja elaboração acompanhou o desenvolvimento de sua própria prática disciplinar. Tal prática, por sua vez, consolidou a crença que a legitimava. Quanto mais se produziam narrativas sobre mundos pretéritos, mais o Passado se afirmava como uma esfera distinta e separada.

Entretanto, à medida que múltiplas crises contemporâneas desestabilizam identidades outrora consideradas consolidadas ou silenciadas, torna-se evidente que os historiadores profissionais necessitam assumir posicionamentos mais explícitos diante do presente, sob pena de que a escrita da história seja monopolizada por atores políticos, econômicos ou por

---

[324] Idem.

[325] Idem.

lideranças étnicas. Esse posicionamento não requer fixidez absoluta, tampouco implica qualquer manipulação ideológica das evidências empíricas.

Os historiadores que defenderam uma prática consciente de sua finalidade — dos presentistas da primeira metade do século XX aos intelectuais de orientação crítica nas décadas posteriores — jamais advogaram pela distorção das fontes. Muitos deles, contudo, sustentaram a possibilidade de narrativas desprovidas de ambiguidade, ou de um presente igualmente desprovido de tensões. Com diferentes graus de convicção, acreditavam que a escrita histórica poderia revelar, com máxima clareza, posições firmemente enraizadas no presente[326].

Enquanto alguns historiadores discutem sobre o que é ou o que foi a história, outros a tomam em suas próprias mãos[327]. Desenterrar silêncios, e a subsequente ênfase do historiador sobre o significado retroativo de eventos até então negligenciados, para Trouillot:

> consiste em algo que exige não apenas trabalho adicional com os arquivos – sejam fontes primárias ou não o material que se use –, mas também um projeto vinculado a uma interpretação. Isso acontece porque os silêncios combinados, que cresceram ao atravessar os primeiros três estágios do processo de produção histórica, se misturam e se solidificam no quarto e último movimento, quando a própria significação retroativa é produzida[328].

Mas os atores históricos são sujeitos de ação e plenamente históricos, operando inclusive com as dinâmicas do tempo. E sua redistribuição. Por esta razão, as dinâmicas por contornar a racialização como um ponto que interditava o acesso a posições sociais já não tinham importância para o testador Luiz Antonio da Silva e Souza, que podendo ser sepultado em qualquer uma das igrejas e cemitérios conexos a estas, faz sua escolha e a pereniza em seu testamento, de 1820. A conexão entre o passado e futuro do presente de Silva e Souza, consignada em seu testamento, indica uma ruptura. E sua releitura no presente consigna uma

---

326 Uma arqueologia sobre o interesse teórico no valor do presente como componente da história pode ser percorrida a partir de alguns autores e suas obras:. Ver CHESNEAUX, Jean. , **Du passé faissons table rase.** Paris: Maspero, 1976; ver THOMPSON, Paul Thompson. **The voice of the past: oral history**. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1978; e ver TODOROV, Tzvetan. **Les morales de l'histoire**. Paris; Bernard Grasset, 1991.

327 Sobre a centralidade do posicionamento de historiadores no presente há uma arqueologia considerável, que pode ser revisitada em CHESNEAUX, Jean. **Du passé faissons table rase.** Paris: Maspero, 1976; ver THOMPSON, Paul Thompson. **The voice of the past: oral history.** Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1978; e ver TODOROV, Tzvetan. **Les morales de l'histoire**. Paris; Bernard Grasset, 1991.

328 TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história.** Curitiba: Ed. Huya, 2016, p. 101.

assertiva de Trouillot: “Os custódios da história têm arrepios de medo com um passado que acompanha rápido demais o presente”[329].

Em uma sociedade que segregava sangue e corpo em classes e cores e que constituía nos centros urbanos corpos religiosos coletivos (= irmandades e confrarias), Luiz Antonio Silva e Souza construiu para si um percurso por meio do qual deixou registrado em testamento: “Nada devendo atualmente às irmandades de que sou irmão nesta cidade que são a do Santíssimo Sacramento, dos Passos, Alma e Rosário, suplico a brevidade dos sufrágios que me devem fazer na forma dos seus compromissos”[330] – indicando um trânsito bastante fluído entre as normas instituídas para separar identidades.

Luiz Antônio Silva e Souza, em seu testamento tendo em mãos uma cartela de opções mais ampla, visto que era associado à maioria das irmandades da Vila Boa, fez uma escolha muito específica: “Meu corpo seja envolvido na mortalha que me convém e de que não posso prescindir, e conduzido à noite sem alguma forma de enterro no esquife da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário [dos Pretos] para a sua Capela onde sou irmão remido, para depois de encomendado na forma do Ritual […] ser sepultado junto à porta principal da mesma Capela, e restituído à terra donde saí”[331].

Em morte, afirma o que precisou negar em vida: “Membro remido da Irmandade dos Pretos”.

---

[329] Idem, p. 34.

[330] MUSEU DAS BANDEIRAS. Coleção Fundo Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato (1755-1916). Testamento de Luíz Antônio Silva e Souza, 1840.

[331] Idem.

CAPÍTULO 3

TRAJETÓRIAS, ENCONTROS, MÚLTIPLAS ESTRATÉGIAS: JOANNA MINA E LUIZ ANTONIO SILVA E SOUZA ENTRE MUNDOS

> A necessidade de tentar representar o que não podemos, em vez de conduzir ao pessimismo ou desespero, deve ser acolhida como a impossibilidade que condiciona nosso conhecimento do passado e anima nosso desejo por um futuro liberto. (Saidiya Hartmann)[332]

3.1 MORFOLOGIA DAS ESTRATÉGIAS: LUGARES SOCIAIS, ESCRITA, BIBLIOTECA, ASSOCIATIVISMO, FESTEJO E TEATRO A PARTIR DO PROTAGONISMO DA GENTE NEGRA

Nos primeiros anos do século XIX, duas trajetórias que haviam convergido para a Vila Boa, em períodos diferentes na década anterior, com propósitos diversos, ali se encontravam em diferentes condições. Joanna Mina se tornara uma referência, cuja história de luta por sua própria emancipação corria – com toda probabilidade – de boca a ouvido durante o ano de 1802[333]. Teria Joanna conhecimento ou contato com Luiz Antonio Silva e Souza, que a esta altura era figura pública tanto pelas aulas de latim quanto por sua presença à frente do clero da Diocese de Goiás?

Luíz Antônio Silva e Souza, que havia chegado à Vila Boa em 1790, cumpria pouco mais de uma década na localidade e – certamente – estava em contato com as pessoas envolvidas no processo de Joanna Mina. E possivelmente com ela mesma. Na qualidade de professor de latim, vigário na cúria e residente na Vila Boa já consolidara relações que o colocavam em contato com os membros da administração, membros das irmandades religiosas, pessoas letradas, viajantes[334].

---

[332] HATMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: Dossiê Crise, Feminismo e Comunicação https://revistaecopos.eco.ufrj.br/ ISSN 2175-8689 –v. 23, n. 3, 2020.

[333] ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI. Requerimento que faz Joanna Mina contra o Alferes Francisco Leite Borges, 1802..

[334] TELES, José Mendonça. **Vida e Obra de Silva e Souza.** Goiânia, Ed. UFG, 1998, p. 28. Em 1819 Auguste Saint-Hilaire registra seu encontro com Luís Antônio Silva e Souza, destacando suas qualidades, tanto no que

Neste sentido, é certo que temos neste quadro duas trajetórias em fluxos e disputas no espaço urbano na Capitania de Goiás, que se mantinha como um ambiente de intensa atividade e disputa pública pela gente negra. Luiz Antonio teria mantido que tipo de encontro ou diálogo com Joanna Mina? Teria sido viabilizado este contato por possíveis ou conhecidos amigos em comum? As pessoas que foram testemunhas e representantes em juízo, quando do pleito de Joanna por se forrar, eram parte da malha negra na Vila Boa. Ambos, com grande plausibilidade, acompanharam os acontecimentos daqueles primeiros anos do século XIX compondo o tecido social vivaz, que se produzia pela ação deste sujeito coletivo plenamente histórico chamado por seus coevos de pessoas ~~de cor~~, a gente negra nascida ou adveniente para a Vila Boa de Goiás.

Sob o influxo da movimentação política da gente negra, a Vila Boa se mantinha como um ambiente de vívido interesse pela participação política e administrativa. No mês de fevereiro de 1803, os "homens pardos nacionais e habitantes da capitania de Vila Boa de Goyaz" dirigiram sua mensagem de súplica ao rei de Portugal, fitando convencê-lo de "que são os vassalos mais úteis ao Estado nesta colônia, e que muito mais seriam se nela houvesse observância das leis de Vossa Alteza". E requerendo que o soberano “em sua grande sabedoria habilitasse todos para qualquer emprego da sociedade civil"[335]. Para melhor firmar, especificavam que eles foram os que resistiram aos ataques dos inimigos da colônia, integrando as primeiras entradas e bandeiras; que também que abriram a rota fluvial e comercial para o Grão Pará (Belém). E que foram os defensores das fronteiras do Mato Grosso: sendo a fidelidade ao monarca de inquestionável valor. Destacavam sua capacidade e a inteligência necessárias para exercer estes cargos, no entanto estavam sendo vetados, com seu acesso proibido, "pela única razão de seu defeito de cor”[336].

Estes que se designaram na qualidade de defensores da cidade e das dinâmicas de avanço para o interior do território reclamavam, em suma, de não possuírem essa espécie de “direito de cidadania”, a despeito de serem herdeiros de uma longa e larga contribuição. Ao final, ao assinarem sua súplica a partir da “Villa Boa de Santa Anna, Minas de Goyaz", reincorporavam a toponímia do arraial primitivo (Sant'Anna), de maneira a ressaltarem sua permanência

concerne à sua liderança na diocese de Goiás, na qualidade de vigário geral, quanto nas suas qualidades pessoais “educado e modesto”.

335 Arquivo Histórico Ultramarino, Goiás, Cx. 47, d. 2700.

336 Idem.

histórica e se apresentarem como os herdeiros legítimos de uma linhagem na liderança destas possessões ultramarinas ao centro do território continental.

O argumento, porém, não prosperou. Na reunião do dia 7 de janeiro de 1804, o Conselho Ultramarino sugeriu ao monarca que tomasse uma decisão "prudente". Afirmava-se que “As câmaras das cidades e vilas devem ser governadas pelos homens bons, e prudentes, e dos mais zelosos do bem público", sabendo-se pela "experiência que os americanos pardos, que são os suplicantes, carecem geralmente destas boas qualidades; pois os dotando a natureza de espírito vivo [são] ardilosos e sendo muito hábeis para as artes, transcendem pela sua vivacidade os limites da moderação sem a qual não pode haver governo feliz”[337].

Já no início do século XIX um outro ambiente urbano se desenhava na Vila Boa de Goiás. Havia uma nova face da cidade que, sob a queda da produção aurífera, vinha perdendo centralidade para a população branca, e na qual o componente de gente da variada composição étnica se impunha. Com efeito, a população branca não atingia mais que 13%, enquanto a população racializada se aproximava dos 87%. Por certo os administradores coloniais parecem ter percebido esta mudança, já que transformam a anterior categoria "pardos(as)" em "pardos(as) livres". Fazendo saltar aos olhos uma dinâmica social: uma cidade negra toma forma. Um indicador consistente vai oferecer a chave para compreender tal mutação: a instituição do casamento.

É notável que a porcentagem de casamentos permaneceu sempre mais elevada entre os brancos do que entre os pardos livres. Ao mesmo tempo, pode-se perceber, em contrapartida, nos números absolutos, mais casais de pardos livres que de brancos se formando[338]. Essa população livre e negra constituía-se a base da nova sociedade de Vila Boa[339].

Embora a literatura de viajantes estabeleça vieses como: a) um olhar atravessado pelo viés *eurocentrado*; b) *ausências de vozes locais no registro* da paisagem social e natural; c) *mistura de fato e ficção*, considerando a transversalização do ponto de vista lançado a partir dos centros metropolitanos; ainda assim é possível lançar mão de tais escritos para pensar o registro do olhar que estranha a paisagem local.

A partir desta consideração, não passa despercebido que a presença de mulheres negras

---

337 Idem.

338 Mary Karash, “Concubinato e casamento na capitania de Goiás”, in M. B. Nizza da Silva (coord.), **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 91-102.

339 VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. In: **Revista**, Vol. 1, No. 28,. 2009, p.p. 243-288.

comparece nos relatos de John Pohl. Nas descrições do viajante austríaco, pode-se inferir que essas mulheres detinham relevância social no núcleo de Vila Boa, gozando de um status social considerável. Ao descrever a entrada destas mulheres igreja, certamente a Matriz de Sant'Anna, adornadas com suas joias em ouro, seus vestidos e véus em seda e renda, Pohl registra uma cena que a seu olhar é lida como se estas mulheres negras, de boa condição social, que para Pohl teriam tido "remotos ancestrais brancos", direcionassem olhares desdenhosos às mulheres brancas empobrecidas, a quem no escrito do viajante foram cifradas como aquelas a quem "falta até o necessário traje para comparecerem decentemente à igreja aos domingos"[340].

As imagens femininas construídas por esses viajantes europeus apresentam – a despeito do viés eurorreferente, trazendo na maioria das vezes um teor de depreciação racial e cultural - também sinalizam arranjos sociais que dão conta da presença de mulheres pardas livres circulando na Matriz Paroquial, permitindo entrever no tecido urbano da Vila Boa uma participação em espaços de considerável *status*, o que foi capaz inclusive de despertar a atenção do observador. Ao tratar desta presença de mulheres negras, Tatiana Carvalho Motta indica que:

> Não sabemos ao certo quais atividades permitiram às mulheres ~~de cor~~ a obtenção de rendimentos e o acúmulo de bens. É bem provável que o comércio tenha se constituído uma das principais alternativas, já que as vendas contaram com uma expressiva presença feminina na medida em que avançamos no século. As referências contidas nas cartas de liberdade a respeito dos pagamentos feitos através de jornais ou serviços, endossam as possibilidades de que as mulheres executavam serviços em Goiás. As pequenas estalagens situadas nas rotas que conectavam a capitania de Goiás também contaram com o trabalho de mulheres negras e mestiças. Em sua viagem pela região, Saint-Hilaire obteve abrigo em estabelecimentos onde foi recebido por essas mulheres[341].

Mary Karash destaca os poderes concentrados nas mãos de mulheres negras livres em Goiás, que poderiam se firmar como chefes de família ou manter outras pessoas sob o seu controle, na forma de "pessoas de obrigação". Por essa modalidade, as mulheres libertas vendiam sua força de trabalho durante um período determinado, para receber o pagamento estipulado. Karash ressalta ainda que não se sabe ao certo os fatores que levaram as pessoas de obrigação a estar sob o controle de mulheres africanas em Goiás. Entretanto, parece-nos evidente que esse tipo de aliança certamente conferia poderes às mulheres negras, que

---

340 POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951.

341 MOTTA, Tatiana Carvalho. **Entre o atlântico e o sertão: mulheres e vida urbana na capitania de Goiás.** Dissertação. Brasília, UnB, 2006, p. 105.

provavelmente delegaram diferentes funções a esses agregados, de acordo com os seus interesses[342].

Os padrões de conjugalidade e a participação das mulheres negras livres em matrimônios e arranjos conjugais não formais não podem ser desconsiderados nesta operação, destacando-se inclusive a estabilidade das taxas matrimoniais e seu crescimento absoluto entre a população parda, conforme levantamento feito por Mary Karash[343].

Havia uma coletividade de mulheres e homens compondo uma rede de sujeitos que, na passagem do século XVII ao XIX, fazia presentificar sua palavra e experiências. Encobertos por uma abordagem historiográfica que definia sua participação somente pela oralidade, passaram em muitas narrativas como não fazendo parte de um universo comunicacional que se transformava[344]. À medida em que as tecnologias e seu aparato permitiram a expansão dos modos de comunicar e, com com seu estabelecimento em Goiás nas primeiras décadas do século XIX, um grupo passou a atuar por meio da imprensa. E precedendo o advento desta, por meio do agenciamento da capacidade de leitura e de escrita. Identifica-se a formação de redes de sociabilidade e associativismo, ampliada à participação na administração pública. E, nesta dinâmica, disputando a vida na cidade e ocupando espaços.

A participação e circulação da gente negra na Vila Boa do início do século XIX tem amplitude suficiente para estar registrada na documentação administrativa, nas petições ao monarca, assim como em denúncias sobre sua impostura ao ocupar posições na administração colonial, nas ações por liberdade, na literatura de autoria dos viajantes europeus, no registro de memórias de membros da elite local, como veremos. Entre outras presenças centrais, como é o caso da publicação de textos na imprensa, tanto no Rio de Janeiro quanto, posteriormente, na nascente imprensa goiana, a partir de 1830, como se pode observar no ativismo de Luiz Antonio Silva e Souza, que foi um protagonismo na cena cultural e política, demarcando um campo de autoria negra. Foram todas estas as tipologias de inserção social, que decalcaram na paisagem de uma capitania em mudança, espaços privilegiados de ação e um protagonismo incontornável da gente negra. O que se faz ressaltar para toda pessoa que siga, com método, as evidências empíricas no período. Esta variedade de inserção e participação nos conduz a buscar uma

---

342 Mary Karash, Concubinato e casamento na capitania de Goiás, in M. B. Nizza da Silva (coord.), **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil,** Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 91-102

343 Idem.

344 TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história.** Curitiba: Ed. Huya, 2016.

caracterização desta presença, mediante a classificação em lugares sociais, repertórios, linguagens, meios e textos que evidenciem a morfologia desta presença e protagonismo.

Um registro importante a ser retomado, para acentuar meios e morfologia da participação cultural e intelectual da gente negra na Vila Boa, está no testamento de Luiz Antonio Silva e Souza. Trata-se do legado de sua biblioteca pessoal, que, segundo destacou:

> o valor dos livros que tenho nesta cidade [Vila Boa de Goiás] como em Serro Frio, dividido em três partes iguais quero que se distribua em missas ditas ou mandadas dizer ao arbítrio de meu testamento: uma parte por minha alma, outra pelas almas de meus pais e benfeitores e terceira por algumas tenções de Missas que deixasse de dizer[345].

Tanto a aquisição, em razão do preço elevado que os livros alcançavam, quanto o uso de uma biblioteca pessoal, por causa do número restrito de pessoas letradas e do papel de liderança que pessoas de letras exerciam no ambiente da vida social, distinguiam os detentores de bibliotecas particulares. São os leitores, neste ambiente, pessoas envoltas em práticas e sociabilidades específicas e minoritárias, em um ambiente amplamente ágrafo. Esta experiência se ramifica no ambiente cultural a partir das redes de compartilhamento nas quais o Rio de Janeiro tem sua capacidade de distribuição, ao mesmo tempo em que permanece como uma referência de distinção das pessoas que se ligavam a esta rede, por manterem bibliotecas, tal era o caso do Padre Silva e Souza. Como argumenta Ana Paula Meyer Veloso:

> Nas vésperas da independência já havia no Rio de Janeiro cerca de sete estabelecimentos tipográficos. Porém as livrarias desse período, início do século XIX, no Brasil, eram limitadas, apesar de parcela da população se mostrar curiosa acerca dos últimos lançamentos franceses. A importação ultrapassava tanto a pequena procura que frequentemente era preciso dispor de livros através de leilões públicos. O comércio era pobre e a maioria das vendas limitava-se a trabalhos de medicina e religião. Os livros franceses eram os mais procurados, principalmente as obras dos filósofos da ilustração e, para consegui-los, tinha que passar pelo censor, o que não era muito difícil na época. O inventário de Antônio Vieira de Carvalho não contém tais livros, provavelmente porque eram bens não admitidos pela lei e que, portanto, não constariam em documento legal. [346]

Silva e Souza atravessou a marca de passagem do século XVIII ao XIX constituindo uma biblioteca sobre cuja lista de títulos já não temos acesso, mas que se colocava

---

[345] MUSEU DAS BANDEIRAS. Coleção Fundo Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato (1755-1916). **Testamento de Luíz Antônio Silva e Souza**, 1840.

[346] VELOSO, Ana Paula Meyer. **Bibliotecas particulares e dispositivos de leitura.** Dissertação. São Paulo, 2008, p. 28.

temporalmente numa transição de perfis de leitores. Sabemos que, nesse período, houve uma significativa mudança na composição das bibliotecas locais, em que ainda predominava a literatura religiosa, o que parece convergir com o perfil de um padre leitor. Mas aos poucos se abriram outros espaços, principalmente entre aqueles que tiveram uma educação mais esmerada, como era o caso de Silva e Souza, para obras de ciência, saberes seculares e para obras do enciclopedismo e ilustração. Nesse século, a elite letrada do Brasil que se educou em Coimbra manteve certos intercâmbios literários, que se estabeleceram por meio das Academias. Ademais, esses jovens que haviam estudado fora, quando voltavam e passavam a exercer cargos na governança da terra, traziam obras adquiridas no exterior[347].

Que títulos poderiam ter composto a biblioteca do Monsenhor Luiz Antonio? Podemos examinar outras bibliotecas e coleções de obras bibliográficas do período, nas Minas, posto que a circulação de entre as Gerais, Goiás e Cuiabá constituem um circuito integrado, consumindo, a partir da corte. Ana Paula Veloso identificou um exemplo que pode nos servir de referência:

> O testamento de Antônio José Vieira de Carvalho, médico mineiro, falecido em 1818, nos dará uma ideia dos livros disponíveis nesse período. Carvalho deixou 69 livros em seu testamento, 28 são relacionados à sua profissão [...]. Sete livros eram sobre ciências, manuais de química, trabalhos de botânica e história natural. Onze livros eram dicionários [...] e uma gramática inglesa. Havia 23 trabalhos não científicos[348].

Entre estes últimos, as obras de Camões, um título sobre a história romana e um sobre história dos descobrimentos. Esta lista guarda especial interesse quando nos interessamos em compreender os textos que formataram a visão histórica de Luiz Antonio Silva e Souza. em Minas Gerais, formou-se uma população urbana, fruto da mineração e consequentemente uma elite letrada, que justificou maior circulação de livros. O exame dos inventários e autos da Inconfidência já acusavam no período anterior, uma presença significativa de livros em Diamantina, Mariana, Vila Rica e São João Del Rei, embora a posse fosse diferenciada e se concentrasse nos funcionários públicos e letrados. As maiores bibliotecas eram, geralmente, de padres, advogados e cirurgiões, que selecionavam obras e faziam acervos coerentes a partir das próprias especializações[349].

---

347 Idem, p. 29.

348 Idem, p. 30.

349 FERREIRA, Bessone da Cruz; TAVARES, Tânia M. , "Biblioteca de Médicos e Advogados do Rio de Janeiro: Dever e lazer em um só lugar", In Abreu, Márcia (org.***),*** **Leitura, histórias e história da leitura,** Campinas-SP, Mercado de Letras, 1999, p.320.

A maior delas pertencia inclusive a um padre, Francisco Agostinho Gomes (1769-1842) reuniu a maior biblioteca particular do país, na passagem do século XVIII para o século XIX. Era composta por milhares de livros, entre os quais se destacavam os de Buffon, Thomas Paine, D´Alembert, Adam Smith, e títulos variados de obras da história, economia, filosofia, ciência natural, assim como populares narrativas de viagem. No resto do país, a situação não variava muito. Notava-se certo predomínio dos autores franceses e uma estreita ligação das bibliotecas com a carreira de seus detentores.[350]

Em sua obra sobre *O perfil do leitor colonial*, Jorge de Sousa Araújo nos indica que, se no século XVIII não existia ainda aquele leitor que trouxesse um debate de sua cultura, já se delineava um grupo de leitores que ampliava seu status a partir do livro e da leitura:

> numa sociedade de signo crescente, avaliando ou questionando seu devir social, estimulado pelas várias camadas da leitura de obras representativas. Os documentos de que dispomos indicam um leitor apenas refletido a partir das áreas diretamente oriundas de um interesse específico de ampliação de *status* acadêmico ou profissional. Os livros permanecem na predominância de obras de devoção, mas já vão aparecendo, em número considerável, os clássicos latinos, as gramáticas e dicionários[351].

A transição ao século XIX indica que o impacto da chegada da corte no Brasil, com a burocracia que os acompanhava, além de aumentar a população total do Rio de Janeiro em trinta por cento, a camada alta no mínimo deve ter dobrado depois da chegada da corte, o que provocou enorme impacto na cidade, transformando a vida cultural do Rio de Janeiro por essa grande afluência de servidores civis bem pagos e com outro gosto, inclusive hábitos de leitura, que vieram a inserir no Brasil um maior número de obras em outros idiomas, destacando-se especial preferência ao francês. A análise de testamentos mineiros nos mostra que este impacto se fez sentir nas bibliotecas estabelecidas no interior, nas minas.

A partir do século XIX, estas mudanças se fazem sentir. Elas imprimiram o que Pierre Bourdieu classificou de gostos de classe e estilos de vida, que ele procurou demonstrar através de pesquisas sobre livros, leituras e leitores, que as classes populares, sem deter todos os instrumentos de apropriação, pois a educação familiar ou o sistema escolar não propiciou essa intimidade, mas os reconheciam como itens de distinção social, buscando reproduzi-los em suas

---

350 VELOSO, Ana Paula Meyer. **Bibliotecas particulares e dispositivos de leitura. Dissertação.** São Paulo, 2008, p. 30.

351 ARAUJO, Jorge de Souza. **Perfil do leitor colonial.** Ilhéus: Editus/UESC, 2008, p. 61s.

vidas[352].

Pode-se conceber uma história da leitura da maneira mais simples, enquanto mero relato da progressão cronológica das obras escritas. Essa acepção, ainda que singela, impõe de imediato certas condições. A primeira é a de existir a escrita, reconhecida pela sociedade enquanto um de seus possíveis meios de comunicação; outra é a de obras produzidas terem se tornado públicas, vale dizer, socializadas[353]. Apontar para esta experiência na Vila Boa de Goiás é também tangenciar a história das ideias compartilhadas na vida social e a observação sobre os grupos letrados no ambiente da colônia e província de Goiás, da socialização em espaços de leitura e escrita, dela decorrente.

Essa socialização decorre de algumas providências, como a de possibilitar o acesso ao mundo da escrita por parte dos membros da sociedade, o que implica também o estabelecimento de uma instituição encarregada de fazê-lo: a escola, que, de seu lado, carece de pessoal qualificado para desempenhar a tarefa de decodificar letras e alfabetizar - o que corresponde à leitura.[354]

A história da leitura avança para além do texto, lidando, pelo menos, com: a) uma instituição, a escola, onde atuam indivíduos habilitados a exercer funções pedagógicas, pelas quais são remunerados; b) esse assalariado, o professor, não precisa estar regularmente qualificado ou titulado, mas, por força da necessidade, do talento ou do gosto, ele se prepara para o exercício da profissão que o distingue; c) uma técnica, a escrita, enquanto código reconhecido e aceito pela comunidade[355], que precisa dele para operar nas relações sobretudo utilitárias no aparato administrativo, no contexto da Vila Boa no período. Mas também como comunidade imaginada, constituída em torno de práticas de leitura e escrita.

A mesma trajetória do professor de latim na Vila Boa Luiz Antonio Silva e Souza permite que possamos afirmar o trabalho cultural de ocupação das posições estratégicas no ambiente de leitura também inserindo novas gerações de pessoas letradas e potenciais leitores, inclusive homens negros, como parece ser o caso de Basílio Magno Martins Serradourada

---

352 BOURDIEU, Pierre, "Gostos de classe e estilos de vida". In. Renato Ortiz (Org**.), A Sociologia de Pierre Bourdieu,** São Paulo, Olho d´Água, 2003.

353 VELOSO, Ana Paula Meyer. **Bibliotecas particulares e dispositivos de leitura**. Dissertação. São Paulo, 2008.

354 Idem.

355 ZILBERMAN . **Regina. A leitura no brasil: sua história e suas instituições**. In: http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/index.htm) Acesso em: 05/10/2025, 16h32'.

(1804-1874), citado anteriormente, que não apenas era parte do grupo coevo a Silva e Souza, quanto educou seus filhos sob a influência e ação do professor de latim da Vila Boa. José Iria Xavier Serra Dourada (1831-1889) se tornou padre e compositor, atuando na vida eclesiástica no período provincial. Esta correlação sugere tanto uma história da leitura que ultrapassa a história literária meramente, desbordando para as possibilidades de uma história social, quanto sugere a existência de um processo de *transmissão intergeracional da participação negra na elite letrada* da província.

Pensar a biblioteca particular como um símbolo de distinção e a leitura como um hábito primordialmente das elites nos permite pensar o impacto da biblioteca particular de Luiz Antonio Silva e Souza na capitania e na transição para a província de Goiás. Inclusive com o registro do empréstimo de originais de livros, corográficos de sua autoria, para os viajantes Auguste Saint-Hilaire e Emanuel Pohl a corroborar com o peso de distinção social. Implica também a conclusão de que a biblioteca representava também um mecanismo de formação de redes de sociabilidade, distinção, participação e repertórios cultos construídos em rede no interior do território.

Para Pierre Bourdieu, o *habitus* expresso em um estilo de vida é resultado de um capital cultural herdado, incorporado na trajetória biográfica e constitui-se em uma dada disposição interiorizada, que se reproduz em condições de existência, liberadas de urgências materiais imediatas. Não é definido exatamente apenas por poder aquisitivo, mas sim por instrumentos de apropriação transmitidos, que resultam em um poder simbólico que é próprio das camadas dominantes e, portanto, reconhecido pelas camadas populares[356], numa interpenetração:

> Gerando um tipo determinado de condições materiais de existência, esse sistema de esquemas geradores, inseparavelmente éticos e estéticos, exprime, segundo sua lógica, a necessidade dessas condições em sistemas de preferência, cujas oposições reproduzem, sob forma transfigurada e muitas vezes irreconhecível, as diferenças ligadas à posição na estrutura de distribuição dos instrumentos de apropriação, assim transmutadas em distinções simbólicas[357].

Lida nesta chave, a biblioteca de Luiz Antonio Silva e Souza se constituiu e representou em um equipamento cultural que congregou ao menos três possibilidades de interpretação: 1) um *ambiente de leitura e pesquisa para seu campo de atuação*, administração eclesiástica e civil); 2) um *aparato de compartilhamento de obras e escritos com um grupo de leitores*, entre

---

356 Idem.

357 Idem, p. 74.

os quais se destacam os viajantes, mas também outros padres e letrados, caso dos homens da família Serradourada; 3) um *conjunto de alto valor material e simbólico que imprimia um signo de distinção e participação* na elite que compartilhava da cultura letrada.

Para além desta tríplice dinâmica que aborda a ação com a biblioteca particular, como equipamento cultural e também o seu papel como móbil para o trabalho de socialização das novas gerações à leitura e à escrita, um ponto de atenção se coloca sobre o papel da leitura e da escrita na vida mesma de Luiz Antonio Silva e Souza. Isso serve para pensar os modos pelos quais a leitura foi parte de suas atividades profissionais e públicas. E avançar no entendimento do modo com que fomentou suas elaborações escritas, à medida que se pôs a produzir. E, por meio de seu trabalho intelectual, a lançar seu modo de compreender a vida, nas dimensões dela a que sua vasta produção recobriu. Como sugeriu Robert Darnton: "O estudo da leitura pode revelar como o homem compreende a vida. [...] Estudá-la pode satisfazer parte de nossa própria ânsia de significado"[358].

Nesta camada entre o material lido, seu leitor e a recomposição que a pesquisa em história nos permite fazer, podemos pensar na atribuição de significados à geração do presente ao nos voltarmos para uma comunidade negra, letrada neste território, assim como a aplicação de novas questões do presente ao período de passagem dos séculos XVIII e XIX. E as possibilidades que se descortinam com o trabalho historiográfico sobre trajetórias e estratégias. Em sua pesquisa sobre o estabelecimento o campo de pesquisa das emancipações e pós-abolição no Brasil, Marcus Vinicius Rosa destaca que as:

> Análises das trajetórias de homens e mulheres negras têm sido recorrentes no campo de estudos das emancipações e do pós-abolição, revelando as estratégias complexas de inserção social e de resistência ao racismo, bem como as articulações entre redes de proteção formais e informais, que variam desde o apadrinhamento pessoal até associações coletivas como irmandades religiosas, sindicatos, orfanatos e organizações de socorro mútuo[359].

Destaca-se a centralidade de um conjunto de estratégias que sugerem – no campo da produção de emancipação – um trabalho cultural contínuo e coletivo. Neste diapasão, o autor pontua a presença de homens negros letrados em diferentes espaços e perfis de ação:

---

358 DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história.** São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 234.

359 ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. O campo de estudos das emancipações e do pós-abolição. In: **Afro-Ásia,** 2025, No. 71, p. 26.

> No caso dos homens negros, as análises têm se concentrado em figuras letradas, tais como Machado de Assis, André Rebouças, Lima Barreto, Luiz Gama e José do Patrocínio, destacando o papel da cultura escrita como estratégia de inserção social e exercício de cidadania em espaços como a imprensa, a literatura e a política, embora tais conquistas não os tenham isentado das experiências de racismo[360].

Identificar as trajetórias e ação de homens negros letrados em Goiás nesta passagem de século significa apontar para o alargamento espacial e temporal desta operação historiográfica implícita na perspectiva historiográfica que enlaça a presença negra na história social, por meio da autoria e da produção intelectual no século XIX. Marcus V. F. Rosa analisa a produção de um grupo de historiadores que recobrem o processo de letramento que se amplia:

> Estudos como os de Christianni Morais, Rodrigo de Godoi e Flávio Gomes apontam que, desde o final do século XVIII, já havia no Brasil um lento e incipiente processo de letramento entre subalternos, evidenciado nas diversas situações em que escravos, libertos e negros livres redigiram diversas modalidades de escritos, com objetivo de negociar com as autoridades lusas, reivindicar direitos, expressar expectativas e percepções de mundo.15 Tal processo teve continuidade ao longo do século XIX, período em que, apesar do baixo índice de alfabetização da população brasileira, muitas mulheres e homens negros acessaram, de várias formas diferentes, a aprendizagem da escrita e da leitura[361].

A própria história da educação no Brasil, abordada como um campo complexo e em disputa não permanece à margem desta dinâmica de instrução, letramento e alfabetização da gente negra. Ainda em diálogo com Rosa:

> As investigações realizadas por José Gondra, Alessandra Schueler, Marcelo MacCord, Marcus Fonseca, Surya Barros e Melina Perussatto sugerem que os processos de instrução, letramento, escolarização, alfabetização e educação, bem como os variados significados que cada uma dessas noções tinham para escravizados, libertos e negros livres, precisam ser compreendidos de maneira contextualizada, pois estavam em disputa e tiveram diferentes alcances, tanto durante a escravidão quanto depois do 13 de maio[362].

Neste sentido, permeia esta análise sobre o acesso à escrita, sua abordagem como um campo de atravessamentos correlacionados também à pluralidade dos níveis de acesso e participação. E da correlação com a *oralidade.* Pois o território da leitura estava marcado por profundas desigualdades sociais e pelo controle do acesso à escrita.

---

360 Idem, ibidem.

361 Idem, p. 10.

362 Idem, ibidem.

A alfabetização era restrita e, em muitos casos, proibida às pessoas escravizadas, o que reforçava um campo amplo de ação desta comunidade para fora da cultura letrada. A leitura, quando acessível, era mediada por figuras como padres ou libertos que dominavam a escrita, e frequentemente se vinculava a textos religiosos ou jurídicos[363]. A escrita fixava normas, contratos e leis que sustentavam a estrutura escravocrata, que era – como vimos nos capítulos anteriores – constantemente arranhada, a partir das brechas que se abriam permitindo contestação.

As pessoas escravizadas que tiveram acesso à leitura utilizaram-na como ferramenta de emancipação, registrando cartas, petições e narrativas próprias, inscrevendo-se em uma ordem discursiva que lhes era negada. Assim como pessoas não-letradas agenciaram a oralidade como mecanismo de ditado em processo, para acionar dispositivo de emancipação, no ambiente jurídico. Nesse sentido, a leitura representava um território de disputa simbólica, permitindo ao sujeito escravizado, plenamente histórico, afirmar sua presença em um espaço discursivo dominado pelas elites, articulando *territórios de leitura a territórios de oralidade*[364]. Isso numa dinâmica que era constituída por uma comunidade negra diversa, plural e ampla o suficiente para lançar mão de diferentes estratégias de participação e protagonismo.

3.2 ESPAÇOS DA VIDA SOCIAL E INTELECTUAL NA VILA BOA: JOANNA MINA, LUIZ ANTONIO SILVA E SOUZA E As EXPERIÊNCIAS PLURAIS ENTRE TERRITÓRIOS DE ESCRITA E DE ORALIDADE NO MUNDO ATLÂNTICO

O encontro de Luiz Antonio da Silva e Souza e de Joanna Mina na Vila Boa de Goiás, na primeira década do século XIX, pode ter se dado em um ambiente religioso, por exemplo na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que era constituída por e para a gente africana. Pode ter ocorrido na mesma Casa de Câmara para onde Joanna provavelmente se dirigiu em busca de apoio de quaisquer dos membros da Câmara. Pode ter ocorrido em algum momento de visita ou festejo ocorrido na casa de quaisquer das famílias negras que compunham a administração, civil ou militar, de que a documentação consultada dá muitas provas. Instiga pensar que o encontro possa ter ocorrido inclusive durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito. Celebrada a cada ano, o ponto alto da festa acontecia no primeiro

363 BARBOSA, Marialva. **Escravos e o Mundo da Comunicação: Oralidade, Leitura e Escrita no Século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2016.

364 Idem.

domingo do mês de outubro, no mês consagrado ao orago e devoção do Rosário. Frequentemente, a festa de São Benedito ocorria a ela associada ou na sequência imediata ou em conjunto, consolidando o ciclo das "festas de pretos" em Goiás[365].

Euzébio Carvalho de Oliveira, autor de *O Rosário de Aninha: festas de pretos em Vila Boa de Goiás no século XIX*, utiliza uma abordagem cultural para analisar como as festas não representavam somente rituais de devoção, mas se constituíam em espaços fundamentais de resistência e sociabilidade para a população negra, tanto escravizada quanto forra. A pesquisa indica que tal participação permitia a manutenção de identidades africanas em articulação com o catolicismo popular. O trabalho explora minuciosamente o ritual da "Entrada da Rainha", descrevendo-o como uma "performance de poder simbólico" que subvertia, ainda que temporariamente, hierarquias sociais vigentes[366].

A análise de Oliveira se debruça sobre a figura de personagens emblemáticos que compunham o corpo dessas festividades, transformando-as em um espaço de memória oral e tipos sociais, reconhecidos na comunidade. Exemplos que destacam são o "preto Maurício" e o folclórico "Firmino Boi", a ilustrarem como a festa integrava diferentes estratos da comunidade negra, desde os mais pernósticos até aqueles que, por meio do riso e do erro, tornavam-se elementos centrais do entretenimento popular e do imaginário da Vila Boa de Goiás[367].

Ao coroarem seus próprios reis e rainhas e desfilarem com pompas que emulavam e, por vezes, ironizavam o vestuário e os modos das elites brancas, a gente negra celebrava, reafirmava sua existência coletiva e organização comunitária. Essa *mimesis* social é evidenciada no relato de Sebastião Fleury Curado[368], que observa como cada pessoa escravizada procurava se trajar dentro do status e dos códigos de vestimenta das famílias senhoriais do lugar, na elegância com que se trajavam durante o cortejo. Por certo, nas memórias de Fleury Curado não se registra que poderia haver um regime de estética escolhido de forma autônoma pela gente negra do lugar. O que evidencia o olhar atravessado pelo viés hierárquico.

---

365 OLIVEIRA, Euzébio Carvalho de. **O Rosário de Aninha**: festas de pretos em Vila Boa de Goiás no século XIX. 2005. 238 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

366 Idem.

367 Idem.

368 CURADO, Sebastião Fleury. **Memórias Históricas**. Goiânia, Estado de Goiás, 1956. Obra de particular interesse para o tema, pois no capítulo intitulado A entrada da rainha, o autor indica uma memória viva da força desta festa no período de sua infância. Nascido em 1864, chegou a testemunhar no período, exuberância do festejo.

Curado, em suas memórias históricas sobre sua infância na Vila Boa, escrevendo a um amigo sobre a década de 1860 e anos seguintes, recorda sobre um diálogo: “de assunto em assunto, viemos a cair nas festas antigas do Rosário, tradição já extinta em nossa terra”[369]. Introduzindo o tema da festa, indaga sobre a dinâmica de sua manutenção, considerando a condição cativa da gente que mantinha o festejo, que considerava profano e religioso, que contava com a presença dos pretos, sobretudo escravizados, mas não apenas. Indicava ainda uma variedade de condição social e estatuto jurídico na liderança da festa:

> E eu me permito a liberdade de indagar porque as festas de Nossa Senhora do Rosário e de S. Benedito eram celebradas pelos pretos e, quando ainda existia o cativeiro, de preferência pelos escravos [...] Recordei, então, as festas havidas em Goiás e que se extinguiram, tão logo desapareceu a escravidão, em 1888[370].

Ao descrever a Entrada da Rainha, Curado indica o quanto a festa era compartilhada não apenas pela gente negra, mas que seus antepassados, em gerações e gerações, se deliciavam com a festa: “resolvi, pois, traçar estas linhas, falhas com certeza, mais um esboço do que uma descrição da tradicional festa que, outrora, deliciou as gerações dos nossos genitores e progenitores”[371]. O autor das memórias históricas indica o quanto a festa lhe marcou a memória como um evento na cidade: “Quem hoje se lembra da Entrada da Rainha, festa profana e religiosa, que abalava a cidade inteira de Goiás?”[372]. Não há dúvida da permanência de festas de cortejo e festas negras durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, na Vila Boa. O que, possivelmente, ocorreu foi uma manutenção das mesmas no âmbito das redes comunitárias e familiares negras, sem o concurso da presença senhorial e eclesiástica.

Ao descrever a presença das mulheres na festa, o autor destaca a centralidade delas quando se tratava de um cortejo que se seguia a uma entrada real, mas também aos preparativos, que culminavam com uma produção e uma performance pública, dignas de memórias vívidas, inclusive entre gente não negra:

> Com antecedência de semanas, naqueles bons tempos, se preparava a "entrada da rainha". Assanhavam-se todos os escravos e os seus senhores, com prazer, anuíam aos seus desejos. [...] as mucamas preparavam muito tempo antes a "entrada da

---

369 CURADO, Sebastião Fleury**. Memórias Históricas**. Goiânia, Estado de Goiás, 1956, p. 128.

370 Idem, ibidem.

371 Idem, ibidem.

372 CURADO, Sebastião Fleury. **Memórias Históricas**. Goiânia, Estado de Goiás, 1956, p. 129.

> rainha". E era de ver os roupões de montar a cavalo, os adereços, as luvas e os complicados penteados das mucamas[373].

O entusiasmo e o apoio em torno da festa não eram algo interno apenas à comunidade negra, mas contava com aderência de outros grupos sociais. Esta cifra na documentação nos permite pontuar sobre o impacto desta presença no tecido cultural e social da cidade. A entrada da rainha era a vanguarda de um cortejo formado por algo entre 500 a 600 cavalheiros e damas, fogos de artifício, música em um cortejo longo do Areião até a Igreja do Rosário dos Pretos. Não sem alguns acidentes envolvendo maus cavaleiros.

> Os melhores cavalos e bestas de sela eram exibidos então. Arreios com incrustações de prata faiscavam à luz do sol. Os cavaleiros traziam esporas de prata, botas reluzentes, chapéus de abas largas. E o imponente cortejo se formava no Areião. Eram duzentos ou trezentos cavaleiros, cada qual com a sua dama (mucama) ao lado, que desfilavam, pomposamente, pelas ruas de Vila Boa, com foguetaria à frente do préstito e a respectiva Banda de Música. Era certo haver algumas quedas, que divertiam o populacho[374].

A presença do clero se fazia representar, com a autoridade eclesiástica atuando praticamente como um carmelengo do cortejo da Rainha, a receber e conduzi-la – e ao rei - à tribuna preparada com antecedência:

> Tão logo chegado o préstito à igreja do Rosário, era recebido pela autoridade eclesiástica, que vinha à porta, conduzindo, depois, o rei e a rainha para as tribunas adrede preparadas. Enquanto isso, o Embaixador dava uma embaixada à porta da igreja[375].

Ao registrar o préstito da Rainha, Sebastião Fleury Curado destaca que havia sempre um ministro a trazer "a bagagem da rainha, pois que esta sempre trazia uma rica bagagem, carregada por algumas bestas preparadas a propósito"[376]. Destacou do grupo o nome de Mauricio, preto, retinto, que precedia a entrada da soberana. Apontado como "pernóstico", essa figura parece ter sido central na liderança da festa e que teve seu perfil destacado por suas próprias qualidades notáveis.

Havia perfis diferentes, certamente, na pluralidade dos personagens e das pessoas que compunham a coletividade, entre os quais destacamos – a partir das memórias de Curado -

---

373 Idem, ibidem.

374 Idem, ibidem.

375 CURADO, Sebastião Fleury**. Memórias Históricas**. Goiânia, Estado de Goiás, 1956, p. 130.

376 Idem, Ibidem.

Firmino Boi, homem cativo, que havia sido apresentado às letras, sem, no entanto, ter evoluído à capacidade de leitura, segundo o autor. Durante a festa, ele cumpria o papel de bufão:

> Entre os escravos que tomavam parte na "entrada da rainha" merece menção especial Firmino Boi, que era de uma estupidez ultra-colossal. Não conseguiu nunca aprender o alfabeto, porque, quando chegava à certa altura e tinha ocasião de ligar as letras b-o-i disparava nos maiores impropérios e, não raro, a polícia tinha que intervir [...]. Acontece que Firmino Boi era um monólito; não tinha juntas; e sempre lhe davam para montaria uma besta arisca, de modo que era do "programa" da festa, dois ou três tombos formidáveis. Ele, por si só, era um número hilariante, grandemente gozado. De cartola, sobrecasaca preta e botas que muito o embaraçavam, Firmino Boi não tinha mucama[377].

Euzébio C. Oliveira destaca que o ponto central na obra de Sebastião F. Curado é o declínio dessas tradições após a abolição da escravidão em 1888. Na dissertação, o historiador argumenta, em diálogo com as fontes de Curado, que o fim do cativeiro alterou profundamente as estruturas de fomento a estas festas, levando à extinção de festejos tais como a coroação de reis e rainhas negros e a dissolução parcial ou total da Irmandade do Rosário, tal como havia sido configurada no período colonial e imperial. O desaparecimento dos cortejos e festividades surge na chave interpretativa da visibilidade coletiva, que para estes autores os negros possuíam no espaço público de Vila Boa, em período de cativeiro[378].

Ao decretar a morte da festa, Sebastião Fleury Curado registra que sua família era parte do grupo que detinham documentos de propriedade sobre pessoas africanas e brasileiras, recordando o grupo de cativos da cidade: "A cidade de Goiás contava um número regular de escravos. Meu pai, simples comerciante, tinha seis escravos, entre eles se contava uma africana, que conheci pessoalmente"[379]. E registra o desaparecimento da experiência de festa do Rosário dos Pretos: A festa do Rosário, tal como era feita, desapareceu. Assim também a irmandade do mesmo nome, composta de negros escravizados[380].

O trabalho de pesquisa de Euzébio Carvalho Oliveira estabelece um importante nexo entre a história documental e a memória das elites sobre a presença negra na vida social da Vila Boa, concluindo que as festas eram territórios de negociação política e cultural, onde a música, a dança e a religião operavam como ferramentas de sobrevivência espiritual. Assim, Oliveira

---

377 Idem, ibidem.

378 OLIVEIRA, Euzébio Carvalho de**. O Rosário de Aninha: festas de pretos em Vila Boa de Goiás no século XIX.** 2005. 238 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005

379 CURADO, Sebastião Fleury. **Memórias Históricas**. Goiânia, Estado de Goiás, 1956, p. 131.

380 Idem, p. 132.

trabalhou sobre os relatos memorialistas, transformando em uma análise historiográfica sobre a agência negra na formação da identidade goiana, recompondo silêncios[381].

O fim da irmandade, registrado por Curado, quase certamente já nas primeiras décadas do século XX, retrocedia à década de 1880, quando no embate com a ordem dominicana, a igreja original foi inicialmente custodiada pelos frades, em 1883 e, posteriormente, demolida. E a irmandade foi dissolvida pelo bispo diocesano Dom Luís Eduardo Duarte em 1891, sob registro de que não havia membros interessados na composição de sua direção. No registro do memorialista, um comentário taxativo: "Tudo isso já se recolheu ao grande silêncio da Morte"[382], mas que indica uma cifra de memória a marcar o tecido social na Vila Boa no decurso do século XIX:

> Esta página é da cidade Goiás de antanho: de Goiás do tempo de José Grande, um preto atlético, que dobrava o sino dos Passos; do presépio de Sá Gertrudes, na rua do Carmo; do Teatro S. Joaquim, onde brilharam Cincinato, J. Manoel Correia, Chico Viana e outros; de Goiás do sino da Cadeia que, às 9 horas da noite, dobrava a silêncio, novo Aragão. [...] que mereceu do nosso Luiz de Couto, páginas interessantes: de Goiás das Congadas, de Vilão da Dança do Boi das Taieiras, outras tantas como a antiga festa de N. Senhora do Benedito, desapareceram, sem deixar na tempos traço algum."[383]

A presença da gente negra no dobrar do sino da Igreja de Nossa Senhora dos Passos, bem além da Igreja do Rosário dos Pretos na geografia urbana, as Congadas de Goiás, a dança do boi e a festa do Santo Preto, São Benedito, deixam as pistas para uma presença que se refaz em outros formatos. O próprio Fleury Curado destaca, ao citar um desembargador Camelo, que era "muito amante da música", o apoio daquele jurista à existência de uma orquestra "composta de doze escravos, todos uniformizados. Era de se ver como ficava animado o largo do Rosário, às tardes, com as retretas diárias"[384].

A participação negra na história da música em Goiás, de resto, está bem registrada na documentação, em pesquisas na área de história e história da arte em Goiás, e em variado material sobre a temática[385]. Há de todo modo Há de todo modo outras sendas de pesquisa que

---

[381] OLIVEIRA, Euzébio Carvalho de**. O Rosário de Aninha: festas de pretos em Vila Boa de Goiás no século XIX.** 2005. 238 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005

[382] Idem, p. 131.

[383] CURADO, Sebastião Fleury. **Memórias Históricas**. Goiânia, Estado de Goiás, 1956, p. 132s.

[384] Idem, p. 131.

[385] Veja MENDONÇA, Belkiss Spencieri Carneiro de. **A música em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Editora da UFG, 1981; ver também CASTRO, Magda de Miranda**. A música na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Vila Boa de Goiás.** Goiânia: Kelps, 2011; consulte ainda SANTOS, Maria de Fátima Oliveira. **Bandas**

podem se abrir para a compreensão sobre as transformações na presença da gente negra em Goiás, a partir das últimas décadas do século XIX. Inclusive com a participação em outros espaços da vida social, como demonstrou Ana Paula Oliveira em sua pesquisa sobre a participação negra na imprensa oitocentista em Goiás[386].

É certamente deste período (187?) o primeiro registro fotográfico, do que se tem encontrado nos arquivos pesquisados, sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Benedito:

Figura 5: Fotografia da Entrada da Rainha na Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Benedito[387]

Segundo Thiago Sant'Anna, a história da fotografia em Goiás, embora marcada por uma escassez de registros sistemáticos, aponta para a presença de profissionais itinerantes a partir da década de 1870. Essa inserção tardia, ocorrida mais de trinta anos após a introdução do daguerreótipo no Brasil, levanta questionamentos sobre o impacto do isolamento geográfico na

de música e identidades negras em Goiás. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Unisinos, 2007; ver por fim: VEIGA, Felipe Berocan**. O Reinado no Rosário**: etnografia de uma festa de pretos em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

386 OLIVEIRA, Ana Paula. **Onde as luzes do século não chegam**: a imprensa em Goiás (1830-1850). 2005. 138 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

387 MUSEU DAS BANDEIRAS. Coleção de Fotografias, Fundo de Arquivo do Museu, Retrato Fotográfico do Cortejo da Festa da Rainha, Cidade de Goiás, 187?. Fotografia tomada no sentido sul norte, registra tanto a vivacidade da festa, quanto o prédio original, edificado pela irmandade. E que depois foi demolido pela Ordem dos Frades Dominicanos (Predicadores), para dar lugar ao prédio de arquitetura eclética, à guisa de uma releitura gótica que foi edificado no período 1930-1934.

absorção das novas tecnologias visuais. Contudo, a despeito dessa dilação temporal, o projeto de modernização articulado pelas elites políticas, intelectuais e proprietárias locais não ignorou os novos artefatos culturais da época[388].

A fotografia apresentada, seja pela técnica ou nitidez, enquadra-se como um registro do final do século XIX, possivelmente da década de 1870. Trata-se de uma fotografia em tons de sépia, feita, possivelmente, a partir de um negativo em vidro ou cópia em papel albuminado, característica predominante dos registros urbanos do período imperial. Diferentemente dos daguerreótipos que exigiam longas exposições, esta foto indica a captura de um movimento de massa ao ar livre. A nitidez das figuras humanas no largo indica o uso de câmeras com obturadores mais rápidos, capazes de registrar eventos sociais em movimento. No enquadramento, a perspectiva é frontal e emula uma simetria em relação à fachada da igreja, em uma técnica bastante comum para documentar monumentos e projetar o poder correlato aos edifícios retratados[389].

A igreja com suas duas torres e relógio indica a completude de um trabalho edificador, que havia superado as restrições tributárias coloniais, pois ao edificar finalizando as duas torres, aquela comunidade passava ao regime de pagamento integral de tributos à coroa. Este edifício, que dá mostras deste poder associativo, domina o centro da foto na representação que contempla outros edifícios, ladeada à esquerda pelo casario térreo e à direita pelo sobrado, então ocupado pela família do Desembargador Camelo. No pátio da igreja se organizam ao menos três grupos. O primeiro, que aparece ao centro, será recebido pela autoridade eclesiástica, no cortejo principal. O grupo à esquerda, mais compacto, é formado por gente variada, trazendo à frente um considerável grupo de crianças. E o grupo da direita menos compacto também se compõe de variada geração, com crianças maiores compondo a cena. É possível notar que calçados e roupas obedecem a um código de harmonização coletiva. Sendo possível sugerir que a gente ali presente está à frente da festa, como parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Benedito.

Ao buscar alinhar a região aos ideais de civilização e progresso, os grupos que incorporaram a prática fotográfica como um elemento central de distinção social, incrementaram a vida urbana em centros como a Vila Boa de Goiás, acompanhando uma

---

388 SANT'ANNA. Thiago F. História visual da cultura visual: sob os rastros de uma história da fotografia na província de Goiás (século XIX**). história, histórias.** Brasília, vol. 2, n. 3, 2014.

389 REIS, Brasigóis (Org**.). Goiás: a alma do tempo**. Goiânia: Agepel, 2002. Obra essencial para compreender o panorama dos pioneiros da fotografia no estado, desde o século XIX até o início do XX, reunindo acervos que contextualizam o cotidiano urbano de Vila Boa de Goiás.

reconfiguração nos estilos de vida, em que a cultura visual — sintetizada na dinâmica do "ver" e "ser visto" — figura como ferramenta indispensável para a representação da identidade e do status dessas elites, conforme Sant'Anna[390].

A produção fotográfica deste período, para o autor, especialmente na Cidade de Goiás, aliada ao hábito de exibir retratos em locais de destaque nos lares, revela uma nítida adesão a uma cultura visual que passou a moldar novas experiências estéticas e sociais. Esse movimento de modernização também se desenvolveu na arquitetura: enquanto no Rio de Janeiro as residências se isolavam e, em Goiás, as fachadas simples davam lugar a recuos com calçadas, jardins e suntuosos salões de visitas, consolidava-se a valorização do espaço privado, uma outra e nova forma de sociabilidade vai se moldando. E transformou profundamente as sociabilidades e os estilos de vida. Nesse cenário, a fotografia não ocupava um papel secundário; ao contrário, era um elemento central e prestigioso na composição desses novos ambientes sociais[391].

Os rastros deixados pelas fotografias na história do século XIX e início do século XX não foram poucos e, diante dos vestígios de inúmeras experiências profissionais, alguns fotógrafos amadores lançaram-se à prática fotográfica. Esse rol de fotógrafos que teriam passado por Goiás, em específico a capital da Província, a Cidade de Goiás, deixou alguns registros fotográficos que resistiram ao tempo, ainda que não pudessem contar com os cuidados das gerações futuras.

Thiago Sant'Anna sugere que provavelmente foram produzidas inúmeras outras imagens fotográficas que se perderam no tempo, ou não foram enquadradas, ou foram deliberadamente destruídas por eles, pois a fotografia no século XIX era uma prática que, apesar de onerosa, era ancorada na realização de testes, nas anotações sobre horários do registro, nas condições climáticas, além de experiências com a abertura do diafragma e o controle da velocidade[392].

Convencidos de seu significado artístico, o descarte do que não teria ficado bom sempre foi uma prática bastante comum ao mundo da fotografia. Enquanto uma prática ligada a outras, tanto a experiência quanto o trabalho de fotógrafo não podem ser vistos como algo homogêneo ou exclusivo. Isto porque muitos fotógrafos, profissionais ou amadores, realizavam inúmeras outras atividades profissionais.Havia entre eles profissionais autônomos, fotógrafos de

---

390 SANT'ANNA. Thiago F. História visual da cultura visual: sob os rastros de uma história da fotografia na província de Goiás (século XIX). **história, histórias**. Brasília, vol. 2, n. 3, 2014.

391 Idem.

392 Idem.

imprensa, fotógrafos oficiais, amadores "batedores de chapas". Segundo a tipologia criada por Ana Mauad, atribuída a outras experiências, possivelmente não diretamente aplicáveis à Goiás, não se era fotógrafo somente[393].

Desse modo, Thiago Sant'Anna sugere que não há muito sentido perguntar sobre quem é o fotógrafo, uma vez que uma análise em torno do processo de produção de sentidos está em busca de algo para além das intenções desses atores. Para esse pesquisador, recusar a identidade do autor da fotografia, as suas intenções sobre o que ele pretendeu dar enfoque e/ou visibilidade, ao excluir aquilo que não lhe interessava e nem o que escolheu "iluminar uma parte escurecendo as demais", ancora-se em uma perspectiva que abdica de noções de verdade, originalidade e autoria[394].

Uma terceira consideração relevante, no âmbito da análise imagética e de seus processos de produção de sentido, indicada por Sant'Anna, diz respeito à abordagem que postula uma construção social da imagem, tomando-a como efeito direto de um contexto socioeconômico-simbólico preexistente. Tal perspectiva incorre na suposição de que condições não discursivas seriam, por si só, capazes de engendrar a fotografia, como se houvesse correspondência causal imediata entre contexto e imagem. Todavia, embora a produção fotográfica se encontre situada em condições materiais e simbólicas específicas, a imagem não pode ser reduzida a mera derivação dessas condições[395].

É imprescindível, nesse sentido, considerar as circunstâncias concretas do processo fotográfico — incluindo temporalidade, espacialidade e posição enunciativa a partir das quais determinadas imagens são produzidas. Elementos como enquadramento, foco, cenário e a organização dos componentes da fotografia — abrangendo objetos, sujeitos, distribuição espacial, gestualidade e usos — são deliberadamente configurados com vistas à atribuição de sentido e à estabilização de uma determinada forma de representação. Assim, a fotografia resulta de escolhas técnicas, estéticas e discursivas que modulam o modo como a imagem será percebida, interpretada e, sobretudo, representada socialmente[396].

Thiago Sant'Anna sugere ao leitor referenciais teórico-metodológicos ancorados na interface entre história visual e os estudos de cultura visual, para análise de imagens fotográficas

---

393 MAUAD, Ana. Através da imagem: fotografia, história e interfaces. **Tempo.** Rio de Janeiro, vol 01, n. 2, 1996.

394 SANT'ANNA. Thiago F. História visual da cultura visual: sob os rastros de uma história da fotografia na província de Goiás (século XIX). **história, histórias.** Brasília, vol. 2, n. 3, 2014.

395 Idem.

396 Idem.

goianas produzidas por Severino, Philemon e Alencastro Veiga ou Craveiro na segunda metade do século XIX. Olhares passíveis de ampliar o desafio dos historiadores ao acionar um procedimento de "desconstrução" das imagens fotográficas, na busca por desmontá-las, construir suas condições de produção visual, em vez de tomá-las como verdade ou como esconderijo dos significados. Olhares cravados em alguns rastros da história da fotografia goiana, cujas imagens tanto "criam o real" quanto tornam possíveis múltiplas perspectivas teórico-metodológicas[397].

Ao oferecer esta representação fotográfica da presença negra, coletiva e associativa na Vila Boa de Goiás, desbordando à segunda metade do século XIX, instiga-nos a compreensão das apropriações destas novas tecnologias representacionais e dos seus significados para a gente negra. Ademais, instrui à imaginação histórica a possibilidade de que o encontro entre Luiz Antonio Silva e Souza e Joanna Mina poderia ter se dado em contexto de festividade dos pretos. Certamente a festa era momento de reunião da múltipla diversidade de gente negra, de condições sociais e estatutos civis e jurídicos diversos entre si.

É certo que a festa representa um campo de oralidade e suas expressões públicas por excelência. Os diálogos, os cânticos, as piadas, os risos, o burlesco, os cumprimentos implicam a polimorfia do uso da oralidade. Consistindo, portanto, a festa em um ambiente de convergência entre os ambientes de oralidade e de escrita, pontuando que a própria existência da irmandade e da festa exigiam ações vinculadas ao mundo da escrita. Neste sentido, podemos oferecer com consistência a transversalidade entre os territórios de oralidade e dos territórios de leitura.

O estudo, a partir da obra de Marivalda Barbosa, *Escravos e o Mundo da Comunicação: Oralidade, Leitura e Escrita no Século XIX,* nos sugere uma compreensão mais acurada da complexidade de práticas históricas e comunicativas no Brasil oitocentista e sua relação direta com os processos de elaboração e trabalho cultural da gente negra[398]. A oralidade, nesse contexto, não se restringia a um simples meio de transmissão de mensagens, mas constituía um espaço de memória, identidade e poder. Era por meio da palavra falada – e suas performances em contextos religiosos e culturais - que pessoas escravizadas, libertas e livres produziam e continuavam a fomentar associativismo, presença pública coletiva, tradições africanas e

397 Idem.

398 BARBOSA, Marialva. **Escravos e o Mundo da Comunicação: Oralidade, Leitura e Escrita no Século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2016.

descendências, devoções negras, cortejos, cantos, modos de vestir, rir e elaborar performances públicas, que recortavam o calendário da Vila Boa, escapando ao controle social.

A oralidade, como território, mantém sua dinâmica e performatividade, adaptando-se ao público e ao momento, e funcionando como instrumento imediato de comunicação, inclusive para mensagens cifradas que circulavam entre a gente negra, garantindo a manutenção de uma memória coletiva e de práticas culturais que resistiam à violência da escravidão[399].

A obra de Marialva Barbosa[400] evidencia que oralidade e leitura não devem ser vistas como universos isolados, mas como dimensões complementares que se entrecruzavam em práticas interpenetradas. Muitos textos escritos no século XIX eram inspirados em narrativas orais, e a oralidade frequentemente se apoiava em fragmentos de leitura, especialmente em contextos religiosos, nos quais a leitura de textos bíblicos era oralizada e reinterpretada coletivamente.

A educação informal, muitas vezes clandestina, permitia que as pessoas em processos de escravização aprendessem fundamentos da leitura, a partir da oralização de textos, criando uma ponte entre os dois territórios de oralidade e de escrita. A escrita registrava memórias que circulavam oralmente, e a oralidade, por sua vez, dava vida e movimento a textos que, de outra forma, permaneceriam fixos. Essa permeabilidade revela que os territórios da comunicação eram dinâmicos e interdependentes, e que a cultura afro-brasileira se formava justamente nesse diálogo entre oralidade e leitura[401].

A análise desses territórios traz implicações relevantes para a pesquisa contemporânea. No campo da história da educação, evidencia-se como práticas de oralidade e leitura moldaram a formação escolar no Brasil, revelando que a escola não pode ser compreendida apenas como espaço de leitura e escrita, mas também como lugar de oralização e transmissão oral de saberes. Nos estudos culturais, a valorização da oralidade como patrimônio imaterial reforça a necessidade de reconhecer a contribuição das tradições orais. Na memória social, percebe-se que a escrita não substitui a oralidade, mas dialoga com ela na construção de narrativas coletivas. O trabalho de Marialva Barbosa, ao destacar esse entrelaçamento, contribui para uma visão mais ampla da comunicação no século XIX, mostrando que os "territórios de oralidade e

399 Idem p. 45.

400 Idem, p. 45.

401 Idem, p. 198.

leitura" eram permeáveis, dinâmicos e fundamentais para a resistência cultural dos escravizados[402].

A reflexão sobre os territórios de oralidade e leitura, a partir da obra *Escravos e o Mundo da Comunicação*, permite compreender que ambos constituem dimensões complementares da experiência negra no Brasil oitocentista. A oralidade se ancorava em tradições mais profundas no tempo e funcionava como espaço de resistência, enquanto a leitura se representava, por um lado, a exclusão, também trazia as possibilidades de emancipação.

Por "territórios de oralidade e de leitura/escrita", Marialva Barbosa refere-se aos espaços e práticas comunicacionais nos quais atores sociais historicamente marginalizados, como os escravizadas no Brasil do século XIX, produziram, circularam e vivenciaram. Em sua obra, Barbosa organiza a análise em múltiplos "territórios" que não são apenas espaços físicos, mas também simbólicos e performativos, nos quais se articulam. Os territórios da oralidade, compreendidos como os *modos de expressão que emergem no cotidiano oral* — sons, gestos, cantos de trabalho, pregões, narrativas de boca, boataria, notícias transmitidas pelo "diz-que-diz" — funcionam como circuitos comunicacionais autônomos, carregados de sentidos próprios, mesmo quando vistos pela historiografia tradicional como "não letrados" ou marginalizados. Nesse sentido, a oralidade não é apenas ausência de escrita, mas um campo rico de significação social e cultural[403].

Os "territórios da leitura e da escrita", por sua vez, são compreendidos como "espaços de apropriação e utilização de práticas alfabéticas e impressas", que incluem cartas, assinaturas em processos de alforria, poemas, e recepção de textos e imagens impressas circulantes em periódicos. Para Barbosa, essas práticas evidenciam que aqueles sujeitos não eram apenas ouvintes passivos, mas participantes ativos no mundo das letras, com múltiplas formas de ler — isto é, de interpretar significados em diferentes contextos — e de escrever, muitas vezes produzindo narrativas próprias ou modos de autoexpressão que escapam à visão tradicional de analfabetismo absoluto[404]. A autora também articula esses territórios como interpenetrantes, mostrando que a comunicação e a participação das pessoas escravizados e libertas ou livres atravessava oralidade, leitura e escrita simultaneamente, e que esses territórios são necessários

---

402 BARBOSA, Marialva. **Escravos e o Mundo da Comunicação: Oralidade, Leitura e Escrita no Século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2016.

403 BARBOSA, Marialva. **Escravos e o Mundo da Comunicação: Oralidade, Leitura e Escrita no Século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2016.

404 Idem.

para compreender a complexidade das expressões sociais e históricas daqueles sujeitos, superando uma visão meramente dicotômica, para pensar em espaços dinâmicos nos quais sentidos e práticas se entrelaçam.[405]

O diálogo entre esses territórios revela a complexidade da cultura da gente negra e sua participação decisiva, reforçando que a vida social, em suas múltiplas formas, é sempre um espaço de disputa, memória e identidade[406]. O que se evidencia nas experiências de autoria negra na Vila Boa de Goiás, no século XIX. Nesta confluência, podemos encontrar o trabalho cultural entre homens de letras e a gente negra não letrada, sejam africanas e africanos ou nacionais.

3.3 ESCRITA, ESCRITOS E AUTORIA: VILA BOA EM REDE NA COMUNIDADE DO ATLÂNTICO NEGRO

Corria o ano de 1819 e Luiz Antonio Silva e Souza finalizava, em Goiás, o argumento e roteiro da peça *A Discórdia Ajustada*. Trata-se de uma composição dramatúrgica no gênero drama, que se desenvolve sob a forma de um roteiro de desafio e o desfecho de elogio dramático. A ser montada como uma peça teatral curta. Foi escrita para celebrar a união de Portugal e Brasil que se dera sob o título político de Reino Unido a Portugal e Algarves[407]. A união datada de 16 de dezembro de 1815, que somente encontraria clima político para renovação das celebrações em 1819, com a aclamação de D. João VI, em 6 de fevereiro de 1818, quase dois anos após a morte da Rainha D. Maria, em março de 2016. Estes anos, marcados pelas guerras napoleônicas, o luto e a sucessão imperial, não mantinham um bom clima para celebrações[408].

---

405 Idem.

406 RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. Os fios de Ariadne: a história da educação e o letramento de negros em Goiás no século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 18, p. 1-26, 2018.

407 SILVA E SOUZA, Luiz Antonio. A discórdia ajustada. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. No. 05, p.p. 09-24, 1976 (original publicado em 1819). Os originais desta peça se encontram na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e foram fotocopiados por Bernardo Élis. Posteriormente revisados e apareceram em publicação editorada por Basileu Toledo França, então editor da Revista do IHGG.

408 Para um olhar mais atento sobre este ponto da historiografia imperial vale consultar: CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras**: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Obra que - de base - sobre a elite e o Estado e a construção da ordem; ver também NEVES, **Lúcia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e constitucionais**: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003, obra de referência para a cultura política e panfletos no período do Reino Unido; e ainda MALERBA, Jurandir. **A corte no Rio de Janeiro**: **imaginário e práticas políticas e sociais na vida oficial do Rio de Janeiro joanino.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000, sobre a vida na corte no período do reino unido e império.

Encontramos, nesta data, o professor Silva e Souza plenamente integrado às iniciativas das elites políticas e intelectuais locais, em sua lealdade ao trono, manifestando apoio ao soberano, D. João VI. Ele liderava a montagem da peça teatral naquele ano, como parte das festividades locais referentes a outubro de 1818, mas cujas notícias chegaram com um átimo de atraso que durou noventa dias, em razão da viagem longa do Rio de Janeiro à sede da capitania, a Vila Boa, sobretudo nesta época do ano, em período chuvoso, como geralmente ocorria[409]. É bem possível que já experimentado enquanto vigário geral da Diocese de Goiás, agora em correspondência para a entrega efetiva do governo da igreja local ao bispo diocesano Dom Francisco, Silva e Souza encontrasse tempo para novas iniciativas na dramaturgia e na política[410].

Composta para as festividades locais de outubro de 1818 – provavelmente encenada em outubro de 1819 –, a peça articulava-se ao trabalho político de alinhamento da elite local aos fatos ocorridos na capital do Reino, indicando também que o trabalho intelectual de Silva e Souza colocava Goiás no circuito cultural e político reinol. A obra foi escrita para ser encenada perante o Governador da Capitania, Fernando Delgado Freire de Castilho. E seu texto foi tipografado na Impressão Régia, no Rio de Janeiro, em 1819. Neste ano, Goiás não possuía tipografia-imprensa. Ademais, a impressão, ocorrida na capital do Reino, inclusive com anuência real, dava à obra um prestígio maior, permitindo que o autor e a capitania mostrassem a lealdade de Goiás ao Monarca. A peça cumpriu com o objetivo de ser reconhecida pelo centro do poder no Rio de Janeiro. Não temos registros de que tenha sido montada em Portugal ou em outras províncias do Brasil, mantendo-se como parte da historiografia da arte, do teatro e da dramaturgia em Goiás[411]. Sua publicação traz o selo de autorização do Desembargo do Paço em período de controle sobre os impressos no Reino.

Figura 6: Folha de rosto da publicação A discórdia ajusta, Rio de Janeiro, 1819.[412]

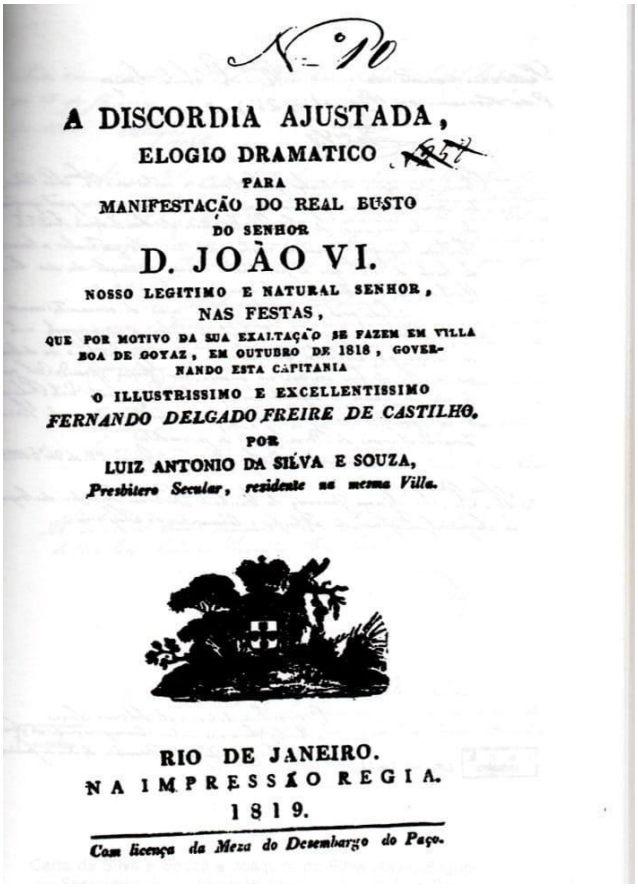
---

409 PALACÍN, Luís. **Goiás 1722-1822**: **estrutura e conjuntura numa capitania colonial**. Goiânia: Oriente, 1976.

410 TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva**. Goiânia, Ed. UFG, 1998.

411 ROCHA, Hélio. **História do teatro em Goiás**. Goiânia: Kelps, 2005.

412 IMPRENSA RÉGIA, Fac símile da capa da publicação da Peça A discórdia ajustada. Rio de Janeiro, 1819. O selo real indica a autorização oficial para a impressão e, por suposto, para a montagem da peça. Destaca-se o uso do estado clerical de Silva e Souza, a indicar o alinhamento entre a igreja local e o ideário monárquico.



A DISCORDIA AJUSTADA,
ELOGIO DRAMATICO
PARA
MANIFESTAÇÃO DO REAL BUSTO
DO SENHOR
D. JOÀO VI.
NOSSO LEGITIMO E NATURAL SENHOR,
NAS FESTAS,
QUE POR MOTIVO DA SUA EXALTAÇÃO SE FAZEM EM VILLA BOA DE GOYAZ, EM OUTUBRO DE 1818, GOVERNANDO ESTA CAPITANIA
O ILLUSTRISSIMO E EXCELLENTISSIMO
FERNANDO DELGADO FREIRE DE CASTILHO,
POR
LUIZ ANTONIO DA SILVA E SOUZA,
Presbitero Secular, residente na mesma Villa.
RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA.
1819.
Com licença da Meza do Desembargo do Paço.

O próprio autor indica a finalidade e o tom da peça dramatúrgica, ao informar que *A Discórdia Ajustada* é um marco na celebração da colocação do busto de D. João VI: "nas festas que por motivo da sua exaltação se fazem em Vila Boa de Goiás, em outubro de 1818, governando esta capitania o ilustríssimo e excelentíssimo Fernando Delgado Freire de Castilho. Por Luiz Antônio da Silva e Souza, Presbítero Secular, residente na mesma Vila"[413]. Ao se identificar como presbítero secular, Silva e Souza parece querer contornar outras possibilidades de sua vida pública, uma vez que nesta data ainda se mantinha enquanto professor de latim e estava na Câmara da Vila Boa, na qualidade de segundo secretário, pois já havia – nesta condição – publicado, sete anos antes, sua obra corográfica sobre a capitania de Goiás, a ser analisada no próximo capítulo. Podemos aventar que esta acentuação na identidade clerical visasse atrair mais tranquilamente beneplácito da autorização para impressão pelo Paço Real.

A peça conta com três personagens: a) a justiça, a ser representada por uma Virgem com asas, sustentando na esquerda a balança, e na direita a espada; b) Portugal, a ser caracterizado

413 SILVA E SOUZA, Luiz Antonio. A discórdia ajustada. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.** No. 05, p.p. 09-24, 1976 (original publicado em 1819), p. 10.

como um guerreiro, vestido de armas antigas, tendo na esquerda o escudo das armas de Portugal, e na direita a lança; c) o Brasil, tipificado como um homem indígena vestido ricamente de plumas e arminhos, armado de arco e seta, tendo na cabeça um cocar com as armas do Brasil. O drama tem por cenário as portas do Templo da Glória, que aparecem fechadas[414].

De saída, as personagens, sua caracterização e o cenário nos trazem indicações sobre as leituras de Silva e Souza, desde os clássicos gregos, com parte de sua formação em Portugal, ao nativismo indigenista, que marcou a época, como parte de um esforço nacionalista que evoca um essencialismo dos povos originários, amigos de Portugal, à denegação de representação negra como sinônimo de nacionalidade.

Disposta em quatro cenas, a peça traz um arranjo em quadra clássica, dividida em *introdução*, na qual são apresentadas as personagens; *um colóquio em desafio* para, *na cena dois*, definir os oponentes, Brasil e Portugal, com o início da refrega em um colóquio por protagonismo na abertura do templo da glória; *na cena três, a culminância* com a *entrada da personagem da justiça,* a mediar o conflito e; *na cena quatro, o desfecho*[415]. *A Discórdia Ajustada* bebe diretamente da tradição épica e bucólica de Virgílio. Lembremos que Silva e Souza foi tradutor e professor de latim. A ideia de uma *Idade de Ouro* que retorna com a aclamação de um monarca (D. João VI) é um *tropo literário* retirado diretamente da Quarta Écloga, de Virgílio[416].

A cena um elogia o monarca ao torná-lo modelo entre soberanos e indaga pelo tributo em incenso, culto, votos dos súditos, para abrir as portas do templo de glória; a cena dois traz Portugal liderando soldados e o Brasil liderando indígenas, ambos verbalizam dever homenagem e lealdade ao soberano[417]. Na sequência, na cena dois, Portugal e Brasil disputam verbalmente pela primazia de abrir as portas do templo de glória. Para tanto, cada nação se gloria de seus atributos. E aqui o autor insere as Minas e sua tradição aurífera, como atributo do Brasil, inserindo um ponto de atenção sobre o lugar desta produção cultural e do vetor econômico a amalgamar a relação com o trono.

---

414 Idem, p. 11.

415 SILVA E SOUZA, Luiz Antonio. A discórdia ajustada. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.** No. 05, p.p. 09-24, 1976 (original publicado em 1819).

416 VIRGÍLIO. **Obras completas de Virgílio**. Tradução e comentários de Manuel Odorico Mendes. (Org: Antônio da Silveira Mendonça). São Paulo: Editora da USP, 1998.

417 SILVA E SOUZA, Luiz Antonio. A discórdia ajustada. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. No. 05, p.p. 09-24, 1976 (original publicado em 1819), p. 13s.

> E eu sou o Brasil bem conhecido, Inveja dos vizinhos, e distantes, Hábil de engenho, fértil de recursos, Fecundo em ouro, de produto rico/ Em que se erige o sólio majestoso, Que deve dominar a toda a terra:/ Sou o Brasil agora reanimado/ Do grande rei com a presença augusta Para rivalizar às nações todas:/ Que estou pronto a selar com o próprio sangue/ O amor, que devo ao trono lusitano, Procurando outros mundos (se inda existem)/ Para a eles levar em fausto agouro/ O globo azul, que tem as zonas d'ouro[418].

O desafio prossegue ao ponto em que Portugal questiona: "a infância da razão, da natureza/ Já queres disputar a minha glória?/ [...]/ Estranho a liberdade com que falas Não fui eu que te dei à luz nas trevas? Não te rasguei a venda da ignorância? Não és minha conquista?"[419]. O personagem Brasil indica que a um aceno do soberano poderá o país sobrepujar a metrópole em indústria e braços. A cena prossegue com a luta por aceder às portas do templo da glória. Ao fim da cena dois, a personagem justiça entra a iniciar o quarto ato, mediando o conflito instaurado:

> Que intempestiva cólera vos cega?/ Suspendei esses golpes: que o furor,/ Que hoje os peitos vos move, amanhã pode/ Mudar-se em sentimento, em dor acerba. Portugal! Brasil! que estais fazendo?/ No dia em que o monarca sobe ao trono,/ Vós quereis as espadas tingir de sangue?/ Vós quereis que a alegria se mude em luto?/ Vós quereis que o prazer se mude em pranto?[420]

A justiça indica, *na terceira cena e culminância* da peça, quem deve pesar as razões, compondo a mediação na qual decorre a terceira cena, pois afirma que deve ela, justiça, oferecer a palavra final, oferecendo o veredito da razão: "se a balança sustento, eu sou a Justiça,/Que as causas decido, e dou a cada um/ O que lhe é devido por direito. /Vinde a meu tribunal, dizei as queixas,/ E eu decidirei quem tem a razão"[421]. Conclama, por fim, à concórdia e às congratulações e faz ver que Brasil e Portugal são apenas parte de um ambiente mais amplo, governado pelo soberano português:

> Abrange as quatro partes do universo,/ Que o cetro lusitano senhoreia./ Aos ínclitos Joões, João sucede/ Na virtude, no trono, nome e glória,/ De peito heroico e mente sublimada,/ Glória do novo mundo dilatado,/ Delícias da Ásia, da África e da Europa, Que de virtude orna o cetro augusto,/ Que sabe unir amor com majestade./ O lugar do seu trono o céu designa./ Que atende ao maior bem da humanidade:/ Portugal ao Brasil deu luz de agora, Hoje o Brasil dá luz a todo o mundo./ Portugal já gozou por longos anos Do assento principal da monarquia;/ Hoje em dia o Brasil do mesmo

418 Idem, p. 14s.

419 Idem, p. 16s

420 Idem, p. 18.

421 Idem, p. 19.

> goza,/ Que vai a Portugal dar nova glória./ O céu o manda, obedecer-lhe cumpre./ Convém portanto que concordes sejam[422].

Afirmando a centralidade da união, em direta correlação ao arranjo político global no Reino, sugere que "as forças dispersas se quebrantam,/ E invencíveis se tornam sendo unidas,/ No serviço do Trono Lusitano. Portugal e Brasil em harmonias/ Formem um todo que as nações respeitem"[423]; também sugere que, como membros do mesmo corpo, iguais em honra, prossigam em par a fim de prestar homenagens junto ao trono: "Vede que a fama diz: real, real,/ Pelo monarca justo e liberal!..."[424].

O desfecho na quarta e última cena indica a conotação política monarquista já anunciada na apresentação da obra dramatúrgica: "Viva o grande João, o Rei bondoso,/ Que une em um só Reino o mundo inteiro!/ Viva a união, viva a concórdia,/ Pelo bem do Trono e da Nação! [o roteiro sugere um (coro)]"[425]. Que certamente uniria em uníssono a voz dos atores. E nos traz à presença de Luiz Antonio Silva e Souza na autoria dramatúrgica e – muito possivelmente – na direção da peça. Talvez se unindo ao coro, em ressonância ao texto de sua autoria. Eventualmente, avaliando os resultados não apenas da peça, enquanto produção em arte dramatúrgica, mas também em seus efeitos políticos. Não se pode perder de vista que na assistência estava presente o governador da capitania, Fernando Delgado Freire de Castilho.

O Cônego Luíz Antônio da Silva e Souza, além de padre, professor e dramaturgo, foi também político e latinista, tendo atuado como tradutor. Suas obras receberam publicações ainda em sua geração, sobretudo na imprensa goiana, na *Matutina Meiapontense* (1830-1834), na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, do qual era sócio correspondente[426]. Seus escritos de história serão analisados no quarto capítulo, onde se delineará o perfil fundacional de sua obra sobre a história e a geografia em Goiás[427].

Por agora, nos interessa um capítulo particular do trabalho intelectual de Silva e Souza. Em suas atividades docentes, pois havia recebido – renovemos a memória - em Lisboa uma provisão régia para tomar posse, na qualidade de professor de latim, desta cadeira na Vila Boa

---

422 Idem, p. 23.

423 Idem, ibidem.

424 SILVA E SOUZA, Luiz Antonio. A discórdia ajustada. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.** No. 05, p.p. 09-24, 1976 (original publicado em 1819), p. 24.

425 Idem.

426 TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva**. Goiânia, Ed. UFG, 1998.

427 Idem.

em 1790. Considerando o manejo de sua biblioteca e a escassez de dicionários e outros materiais traduzidos entre latim e português, Luiz Antonio passou a traduzir textos clássicos, sobretudo como insumos pedagógicos para suas aulas. No entanto, algumas de suas traduções foram publicadas no periódico *Matutina Meiapontense*, a partir de 1830.

Há um ponto obscuro sobre a relação do Cônego Silva e Souza com suas próprias traduções, pois José Maria Pereira Alencastre, que foi o primeiro biógrafo do tradutor, para tanto tendo coletado muitas memórias de contemporâneos de Silva e Souza, chegou a anotar que ele tivesse destruído a maior parte de suas traduções um pouco antes de seu falecimento[428]. Esta abordagem exige um ponto de atenção, que deixou esta questão em aberto por algum tempo.

Foi somente com o interesse de José Mendonça Teles para com a biografia de Silva e Souza que, na década de 1970, novos levantamentos foram realizados, resultando na coleta e publicação de algumas das traduções do Padre Antonio Luiz[429]. De toda sorte, por compor uma pequena coleção, podemos aventar, concedendo ao seu primeiro biógrafo a questão da destruição de originais traduzidos, o que poderia ter levado Silva e Souza a colocar fim na maior parte dos escritos que traduziu. Seu primeiro biógrafo registrou a memória dos autores que traduziu: Torquato Tasso, Públio Virgílio Maro e Ovídio. Podemos cotejar os textos que resistiram.

O "Canto Segundo", contendo a História de Sofrônia e Olinto, é uma parte da obra *Jerusalém Libertada*, de Torquato Tasso tem seus originais guardados na Biblioteca Nacional e foi publicado em duas partes, entre 1976 e 1977 pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.[430]

Figura 7: Fac símile da primeira página da tradução de Luiz Antonio Silva e Souza do canto segundo de Tasso[431]

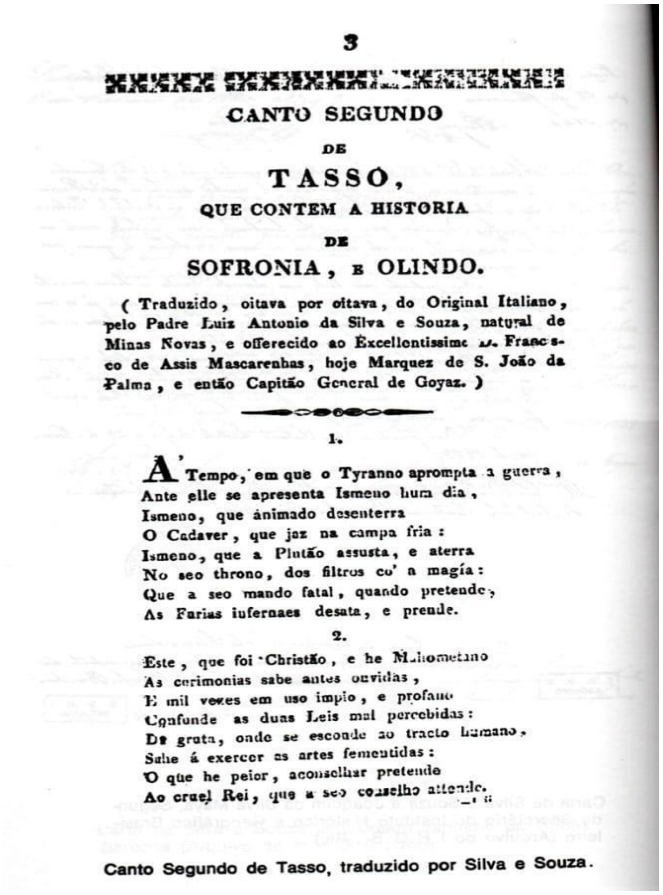
---

428 ALENCASTRE, José Maria Pereira. **Biografia de Luiz Antônio Silva e Souza**. In: Revista do Instituto Histórico Geográphico e Etnográphico do Brasil, Tomo XXX, 1863.

429 TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva**. Goiânia, Ed. UFG, 1998.

430 Ver **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás,** nº 05, 1976, que contém a primeira parte da tradução e a **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás,** nº 06, 1977, com a continuação e conclusão do Canto Segundo.

431 TELES, José Mendonça. Vida e obra de Silva e Souza. Goiânia, UFG, 1989, p. 51.



3

CANTO SEGUNDO

DE

TASSO,

QUE CONTEM A HISTORIA

DE

SOFRONIA, E OLINDO.

(Traduzido, oitava por oitava, do Original Italiano, pelo Padre Luiz Antonio da Silva e Souza, natural de Minas Novas, e offerecido ao Excellentissimo S. Francisco de Assis Mascarenhas, hoje Marquez de S. João da Palma, e então Capitão General de Goyaz.)

1.

A' Tempo, em que o Tyranno aprompta a guerra,
Ante elle se apresenta Ismeno hum dia,
Ismeno, que animado desenterra
O Cadaver, que jaz na campa fria:
Ismeno, que a Plutão assusta, e aterra
No seo throno, dos filtros co' a magia:
Que a seo mando fatal, quando pretende,
As Furias infernaes desata, e prende.

2.

Este, que foi Christão, e he Mahometano
As cerimonias sabe antes ouvidas,
E mil vezes em uso impio, e profano
Confunde as duas Leis mal percebidas:
De gruta, onde se esconde ao tracto humano,
Sahe á exercer as artes fementidas:
O que he peior, aconselhar pretende
Ao cruel Rei, que a seo conselho attende.

Canto Segundo de Tasso, traduzido por Silva e Souza.

A introdução ao material traduzido e publicado não deixa margem a dúvidas sobre autoria da tradução, originais, que nos oferece uma indicação direta sobre a biblioteca de Silva e Souza e, com especial interesse se nota, a oferta do material: "oferecido ao Excelentíssimo Senhor Francisco de Assis Mascarenhas, hoje Marquez de S. João da Palma, e então Capitão General de Goiás"[432]. A História de Sofrônia e Olinto traz por argumento a história do rei sarraceno Aladino, que, mal aconselhado pelo mago Ismeno, rouba uma imagem da Virgem Maria de um templo cristão, a fim de usá-la para um feitiço. A imagem desaparece misteriosamente e Aladino, furioso, ordena o massacre dos cristãos. No fito de salvá-los, a jovem Sofrônia confessa falsamente o crime. E seu amante, Olindo, inconformado, tenta salvá-la assumindo a culpa da subtração da imagem da Virgem[433].

O canto é extenso, por isto se destacam excertos que possam nos oferecer uma pista ou cifra sobre os repertórios que Silva e Souza decidiu publicar:

---

[432] TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva**. Goiânia, Ed. UFG, 1998, p. 70.

[433] TASSO, Torquato. **Jerusalém libertada**. Tradução e notas de José Pedro Xavier Pinheiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864.

> A tempo, em que o Tirano apronta a guerra,/ Ante ele se apresenta Ismeno um dia, /Ismeno, que animado desenterra /O Cadáver, que jaz na campa fria: /Ismeno, que a Plutão assusta, e aterra/ No seu trono, dos filtros com a magia:/ Que a seu mando fatal, quando pretende, /As Fúrias infernais desata, e prende. Este, que foi Cristão, e é Maometano/ As cerimônias sabe antes ouvidas/ Em mil vezes em uso ímpio, e profano Confunde as duas Leis mal percebidas:/ De gruta, onde se esconde ao trato humano,/ Sai a exercer as artes fingidas:/ O que é pior, aconselhar pretende/ Ao cruel Rei, que a seu conselho atende. [...]
> Virgem entre eles há, de madureza,/ De alto valor, e de beleza ilustre; /Mas faz de sua máxima beleza/ Um desdém que lhe dá maior verniz e lustre:/ Vive em casa fechada, e com destreza / Esconde o seu valor do mundo ao sustre:/ E dos olhos dos amantes bem guardada,/ Vive só, de suas sombras acompanhada.
> Sofrônia se apresenta ao Rei irado,/ Nem por ser vista a face se perturba:/ Diz: "Senhor, venho expor o meu pecado,/ Não mates essa aflita e pobre turba:/ Eu sou quem o seu templo tem roubado,/ Eu sou quem a tua mente agora turba:/ Eu levei a imagem, eu sou a culpada,/ Que por minhas mãos foi dali tirada.
> Olindo, que a ama em vão, e que a deseja,/ Vendo-a já no martírio e no castigo,/ Corre ao Rei, e brada: 'Não se creia /O que diz essa virgem, meu inimigo: Ela não fez o furto, e quem o veja /Sabe que o braço dela é um perigo /Menor que o meu; eu fiz, eu sou o autor,/ Dá-me a morte, e perdoa o seu valor!'.[434]

O repertório da guerra religiosa, um drama sobre a luta entre cristão e sarracenos para obter ou manter o domínio de Jerusalém, capital sagrada, poderia ser imediatamente acionado enquanto motriz da escolha do padre Luiz Antonio Silva e Souza recair sobre a história de Sofrônia. Ainda nos restaria a existência de Olinto, seu par. Considerando algumas informações centrais para trilhar por um caminho que não conduza imediatamente a um repertório religioso: 1) Silva e Souza registra e reconhece a existência de uma filha; 2) Auguste Saint-Hilaire registra seu encontro com Luiz Antonio, enaltece qualidades pessoais de educação e modéstia, toma emprestados os originais da corografia de Silva e Souza sobre a capitania de Goiás e anota em suas impressões sobre o clero da capitania viver abertamente em uniões conjugais ilegítimas, inclusive os mais graduados; 3) A licenciosidade do clero secular em relação à castidade e celibato tem sido constantemente destacada na literatura sobre o tema, inclusive para as minas[435], não representando nada de particularmente grave, considerando a história geral da

---

434 Idem, estância 1.

435 Sobre este tema vale conferir RODRIGUES, Aldair Carlos. **Nas malhas do pecado: clero, inquisição e sexualidade no Brasil colonial.** São Paulo: Alameda, 2011; ver também VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

igreja e suas questões em aberto para o regramento do clero nos séculos após o Concílio de Trento, que pontificou – somente em 1563 - sobre o tema[436].

Permanece a questão: a escolha deste texto específico guarda relação com guerra religiosa, respeito aos textos clássicos ou experiências subjetivas? Ou se teria um pouco de componente sobre cada um dos temas? Poderíamos pensar nas três dimensões, religião, amor e política ou guerra como partes constitutivas da vida de Luiz Antonio Silva e Souza? Vejamos então os dois outros autores que sabemos, através de Alencastre e Teles, que faziam parte dos autores preferidos por Silva e Souza.

Sabemos que Ovídio tem uma obra ampla que resistiu ao tempo. E que Luiz Antonio escolhia seus textos para tradução e aulas. Dos textos deste autor se destacam: 1) Metamorfoses (*Metamorphosis*), fonte das mais importantes da mitologia clássica para o Ocidente, escrita em hexâmetros dactílicos, o verso clássico da epopeia, é uma obra que narra a história do mundo da criação até a apoteose de Júlio César, através de cerca de 250 mitos, que envolvem transformações (metamorfoses); 2) A Arte de Amar (*Ars Amatoria*) um guia didático, satírico e levemente picante sobre a sedução e o comportamento social em Roma. Obra dividida em três livros (dois para o público masculino e um para o feminino), a obra ensina técnicas de conquista. Ainda que brilhante e espirituosa, foi considerada imoral por longo tempo, desde o imperador Augusto, tendo sido um dos pretextos para o exílio de Ovídio. Nele o autor apresenta o amor não como uma paixão trágica, abordagem clássica mais trivial, mas como um jogo de inteligência e prazer[437].

São obras relevantes também: 3) Heroides (*Heroidas*) apresentada como uma coleção de cartas fictícias escritas por heroínas da mitologia (Penélope, Dido e Medeia) aos seus amantes ausentes. Traz uma abordagem focada na psiquê feminina e nos temas de sofrimento e abandono. Nela, Ovídio humaniza os mitos, dando voz e profundidade emocional a personagens femininas, que nas epopeias tradicionais eram secundárias; 4) Fastos (*Fasti*), trata-se de um calendário poético a explicar as origens das festas romanas e nomes dos meses, sendo a proposta de Ovídio escrever doze livros, um para cada mês do ano, mas completou apenas seis, devido ao seu exílio, é obra importante para o estudo da religião e dos costumes romanos,

---

436 JEDIN, Hubert. **A History of the Council of Trent: Third Period and Conclusion** *(1562–1563)*. Trad. Dom Ernest Graf O.S.B. Saint Louis: B. Herder Book Co., 1976 BESEN, José Artulino. O Concílio de Trento e a Reforma Católica. **Revista Encontros Teológicos**, v. 31, n. 2, 2016; GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio Dias; PAIVA, José Pedro (orgs.). **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos.** Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2014.

437 VIEIRA, Paulo Afonso. Ovídio e a tradição literária clássica: ensaios sobre recepção e impacto. **Classica - Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 31, n. 2, p. 89-112, 2018.

misturando erudição histórica e narrativa mitológica; 5) Os Tristes (*Tristia*) e Cartas do Ponto (*Epistulae ex Ponto*) são obras escritas durante o exílio de Ovídio em Tomos, no Mar Negro, para onde foi enviado por ordem do imperador Augusto em 8 d.C. Nestes poemas, o tom de Ovídio muda fundamentalmente. A ironia e o erotismo dão lugar à lamentação, à nostalgia de Roma e a súplicas desesperadas pelo perdão imperial. Estas obras são os primeiros exemplos da "poesia do exílio" na literatura ocidental[438].

Da proximidade de Silva e Souza com a obra de Ovídio, resta o registro de que teria traduzido *Tristia* (Os Tristes) em que humor, sátira e erotismo cedem a um tríplice sentido interior, construído na experiência de exílio: lamentação, nostalgia e súplicas desesperadas pelo perdão imperial, para suprimir o exílio e estar novamente integrado.

Embora Públio Virgílio Maro (70 a.C.-19 a.C.) seja considerado o maior poeta da literatura latina e a sua obra represente o cânone da perfeição técnica e da sensibilidade artística da Roma de Augusto, no uso do idioma latino; e ainda que possamos reconhecer sua influência sobre a poesia produzida por Silva e Souza, cuja análise faremos sobre alguns de seus textos poéticos, não foi possível recompor sobre qual material o professor Luiz Antonio dedicava atenção para tradução e ensino dos textos de autoria de Virgílio, ainda que seus biógrafos o mencionem. No entanto, destacamos que ao menos a obra Bucólicas ou Éclogas (*Bucolica* / *Eclogae*) era conhecida e exerceu forte influência no esquema de composição da obra dramatúrgica *A Discórdia Ajustada*, de sua autoria[439].

Composta entre 42 e 37 a.C., consiste em uma coleção de uma dezena de poemas pastoris referenciados nos *Idílios*, de Teócrito. Descreve a vida idealizada de pastores em paisagens bucólicas na Arcádia. No entanto, é uma obra profundamente ligada à realidade política de Roma. Virgílio trata de temas como as expropriações de terras de camponeses após as campanhas de guerras civis[440]. Muito conhecida é a Quarta Écloga, célebre por ser relida no ambiente cristão, no ocidente, como profecia do nascimento de uma criança que traria uma nova "Idade de Ouro", o que levou os cristãos medievais a interpretarem Virgílio como um "profeta pagão" do nascimento de Cristo, mas também a outras releituras sobre os messianismos políticos, inclusive o sebastianismo português[441].

---

438 Idem.

439 FERREIRA, Hélio Guimarães. **A Quarta Écloga de Virgílio**: tradução e comentários. São Paulo: Humanitas, 2005.

440 Idem.

441 AZEVEDO, João Lúcio de. **A evolução do sebastianismo**. Lisboa: Editorial Presença, 2011.

Entre sua biblioteca, as aulas e as traduções, podemos ter um quadro geral de uma experiência e trajetória de vida moldada por múltiplas dimensões de uma vida intelectual, política, familiar, comunitária marcada por duas características que se pode acentuar: exerceu liderança e poder, sendo uma pessoa negra nas partes mais interiores de uma sociedade colonial. Este pertencimento e os desafios que enfrentou, o protagonismo que construiu e a obra que legou são como partes de um quebra-cabeças que se pode compor para compreender as questões que estavam postas para Luiz Antonio Silva e Souza.

Ao abordar o tema da raça em história, Thomas Holt oferece um percurso que podemos percorrer para lançar uma chave interpretativa sobre a experiência de Silva e Souza – e possivelmente aos homens e mulheres de sua geração e pertencimento racial que protagonizaram processos de emancipação na Vila Boa do XVIII ao XIX. O historiador explora o modo com que raça é construída social e historicamente. E a forma como essa construção influencia o próprio fazer historiográfico. Holt argumenta que a raça não é uma categoria biológica fixa, mas um processo contínuo de construção, lançando uma perspectiva construtivista da noção de "fazendo ou construindo a raça" ou "*race-making"*, que ocorre em "múltiplos níveis na experiência humana dos grupos racializados e das sociedades racializadoras"[442].

Holt inicia por notar que, embora seja comum à categoria de historiadores reconhecerem agora, quase como parte de um senso comum disciplinar, que a raça é uma construção social, raramente trabalhos na área analisam como é construída no cotidiano dos sujeitos pesquisados. E mesmo na construção dos objetos de pesquisa. Este historiador sugere que devamos olhar para a articulação entre o nível macro*,* no campo da política, política, economia, leis, e o nível micro, no campo da psicologia individual e da vida cotidiana[443].

O autor de "*Race, Race-making, and the Writing History Race, Race-making, and the Writing History"* trabalha sobre o desafio para a camada de historiadores, qual seja: como historiadores podem escrever sobre raça sem reificar, tornando real ou fixa a própria categoria que se desafiam para analisar. A escrita da história tem, aponta Holt, muitas vezes, participado na criação de categorias raciais que pretende apenas descrever. Em que medida a descrição se

442 HOLT, Thomas C. Marking: of Race, Race-making, and the Writing History. **The American Historical Review**, [s. l.], v. 100, n. 1, p. 1-20, fev. 1995.

443 Idem.

coloca como camada adicional de construto racializador. Esta é a questão central para este autor, na confluência entre raça e história[444].

A tese central de Holt postula uma correlação intrínseca entre a gênese das ideologias raciais e as transmutações nos regimes de trabalho, notadamente durante a transição da escravidão para o trabalho livre. Segundo o autor, o constructo de raça é instrumentalizado como um dispositivo discursivo e ideológico, frequentemente mobilizado para legitimar a reestruturação das relações de produção e fundamentar novas modalidades de expropriação econômica, sob a égide da modernidade. Apoiado por teóricos como Heidegger e pensadores da fenomenologia, Holt postula que o preconceito e a identidade racial são reiterados por meio de micro interações cotidianas, gestos elementares e interações comuns, tornando-se algo "naturalizado" na consciência humana através da repetição e do contexto social[445].

Holt utiliza este termo para enfatizar que a raça é algo que se faz ou se produz ativamente através de discursos e práticas, e não algo que simplesmente existe. E se consolida no cotidiano, na subjetividade mediada pela experiência de raça. Ao comentar o clássico tropo de W. E. B. Du Bois sobre a "dupla consciência", Holt sugere que Du Bois captou o essencial da construção dessa subjetividade, que se constitui para o indivíduo negro a viver como um estado de perene autoconsciência dividida, um sentido de olhar-se sempre através dos olhos dos outros, de medir o próprio espírito pela fita de uma sociedade que observa com vieses de desprezo, diversão ou piedade. Este historiador indica que muitas vezes na repetição de citações desta passagem sobre dupla consciência, perde-se a profunda percepção sobre o processo de "fazer a raça" *(race-making*), pois, para Holt, Du Bois não está simplesmente descrevendo um estado psicológico, mas caracterizando um fenômeno sociológico e histórico muito mais complexo e macro referencial. Ele propõe que identidade racial não é algo que o sujeito possui de maneira isolada, refere-se a algo que é marcado pela percepção externa e pelas estruturas de poder[446].

Holt argumenta que essa "dupla consciência" cria uma tensão na escrita da história. O historiador deve navegar entre a experiência vivida pelo sujeito racializado, o seu "eu" interno e as categorias sociais impostas, o outro externo. Holt enfatiza que a dupla consciência de Du Bois não é apenas uma "tristeza" individual, mas uma ferramenta para entender como a sociedade obriga certos grupos a viverem vidas divididas para sobreviver. A raça se constrói

---

444 Idem.

445 HOLT, Thomas C. Marking: of Race, Race-making, and the Writing History**. The American Historical Review**, [s. l.], v. 100, n. 1, p. 1-20, fev. 1995.

446 Idem.

quando o indivíduo é forçado a ver a si mesmo através do filtro do racismo sistêmico. Holt conecta Du Bois à ideia de que a raça é reproduzida em cada interação social, onde o olhar do outro valida ou reforça a hierarquia racial. Em um binômio que indica precisamente nessa negociação: entre como as pessoas se veem e como o mundo as define e limita através de discursos e instituições. É nesta confluência que se dá a construção da raça, segundo o autor[447].

No artigo de Thomas Holt, a discussão sobre o pensamento de Frantz Fanon surge como um desdobramento necessário da "dupla consciência" de Du Bois, mas com foco mais profundo na alienação e na negação da humanidade. Se Du Bois nos deu a "dupla consciência", Frantz Fanon aprofundou essa ferida ao descrever o que ele chama de "esquema epidérmico racial", que, segundo Holt, dialoga com Fanon ao reforçar que consciência do homem negro não é apenas "dividida", mas "fragmentada" por uma sociedade que define como um "objeto entre outros objetos" a pessoa negra[448].

Holt comenta que Fanon leva a análise da "construção da raça" para o nível do corpo e do desejo. Ele destaca a passagem de Fanon onde o sujeito negro tenta ser "apenas um homem entre homens", mas é subitamente fixado pelo olhar do outro, na afirmação: "Olha, um preto!". Nesse momento, a consciência do sujeito se torna simultaneamente múltipla e alienada. Ele passa a existir não mais em si e para si mesmo, mas em relação a um conjunto de estereótipos, fantasmagorias e projeções que a cultura hegemônica projetou sobre sua pele. Para Holt, a contribuição de Fanon é mostrar que a raça *faz o sujeito* através de uma alienação tão profunda que o indivíduo racializado termina por internalizar a sua própria negação[449].

O historiador, portanto, ao ler Fanon através de Holt, deverá compreender que a raça não opera apenas em leis ou estatísticas, mas na maneira com que a própria consciência é capturada e moldada pelas narrativas raciais históricas predominantes. Enquanto Du Bois foca na tensão de *dois ideais em conflito*, em Fanon - segundo a leitura de Holt – o foco analítico recai sobre a objetificação como resultado da racialização. O sujeito deixa de ser um agente e passa a ser uma *coisa* definida a partir da branquitude[450].

Holt ressalta que Fanon identifica a *múltipla consciência* como resposta a uma cultura que nega a existência da subjetividade e humanidade da pessoa negra, que deverá, portanto,

---

447 Idem.

448 HOLT, Thomas C**. Marking: of Race, Race-making, and the Writing History**. The American Historical Review, [s. l.], v. 100, n. 1, p. 1-20, fev. 1995.

449 Idem.

450 Idem.

usar *máscaras brancas* para navegar em um mundo que não reconhece sua face humana. Holt se apoia no pensamento de Fanon para argumentar que a raça é um processo de marcação que *quebra a unidade do sujeito*. A história, se quiser ser justa e precisa, deverá documentar não apenas os *fatos externos*, mas essa psicopatologia da experiência colonial e racial, que pode oferecer uma cifra de interpretação da experiência dos sujeitos em confluência a micro interações e macro sistemas[451].

Neste horizonte, é possível pensar a construção da experiência, subjetividade e protagonismo da gente negra na Vila Boa de Goiás, a partir da trajetória de Luiz Antonio Silva e Souza. Indicando, a partir do exercício de *imaginação histórica*, que seu apreço pela leitura, docência e tradução referida a textos clássicos que tematizam a melancolia do exílio, possa ter conexão com esta experiência de se construir subjetiva e politicamente como sujeito histórico pleno. Ao reposicionar estas lentes externas do olhar racializador ao mesmo tempo em que se constituía como intelectual, Luiz Antonio da Silva e Souza se apropria de um lugar ímpar na Vila Boa. E de posiciona para compor, mais além, o conjunto de autores negros que escreveram sobre si e/ou sobre seus lugares, como parte da *inventividade de mundos possíveis para pessoas negras*, ainda que contingenciados por condições de raça e condição social e jurídica.

3.4 TRAJETÓRIAS EM EMANCIPAÇÃO: ESCRITA, ESCRITORES, ESCRITURAS NEGRAS NO MUNDO ATLÂNTICO

É possível montar uma prosoprografia negra ou uma biblioteca de letradas e letrados no atlântico negro, em espaços diferentes, em tempo compartilhado, se estivermos datando um período de transição entre o século XVIII e o XIX. Os homens negros que lidavam com letras na Vila Boa pertenciam a um aparelho em funcionamento no interior do continente americano. Esse abrigou um conjunto de escritores, que legaram obras de valor histórico considerável, para permitir a construção de um olhar historiográfico que permita um olhar de si. E que produziram desafiando condições muito adversas.

Publicada em 1845, *Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave* é uma das mais influentes autobiografias escritas por uma pessoa liberta nos Estados Unidos. A obra não apenas denuncia a brutalidade da escravidão, mas afirma a escrita como instrumento

451 Idem.

de emancipação, subjetividade e resistência. Douglass transforma sua trajetória pessoal em testemunho político, articulando memória, crítica social e construção de um sujeito livre[452].

A estrutura da obra traz de início um prefácio de William Lloyd Garrison e uma carta de Wendell Phillips, dois abolicionistas brancos, que atestam a veracidade do relato de Frederick Douglas. São textos que funcionam como garantias de autenticidade para um público cético, revelando a racialização entre o micro e o macro funcionamento social. De modo que se exigia validação externa para que o texto de autoria negra pudesse encontrar um público leitor, uma ressonância social.

Douglass traz um relato autobiográfico bastante indicativo da fragmentação produzida no contexto escravocrata. Relata não saber sua data de nascimento, nem ter convivido com a sua mãe. Ele testemunha a violência contra sua tia Hester, a parente mais próxima, juntamente com sua avó materna. Marca, assim, o início de sua consciência sobre a brutalidade da escravidão, da qual as pessoas escravizadas estavam imersas. Ele descreve a vida na plantação, contingenciada por fome, medo e os suplícios como uma didática do terror racial, a moldar a existência social coletiva[453].

A mudança para Baltimore marca seu ponto de virada, quando Frederick Douglass é enviado à casa de Hugh e Sophia Auld, que o trata com gentileza e começam a alfabetizá-lo, até ser repreendida pelo marido. Proibido de aprender, Douglass compreende que a alfabetização é o caminho para a liberdade: "A partir daquele momento, compreendi o caminho da escravidão para a liberdade"[454]. Ele passa a aprender por conta própria, lendo jornais e livros, e vai aprofundando uma consciência crítica sobre sua condição. A alfabetização foi uma ruptura.

Douglass aprofunda sua leitura crítica e começa a refletir sobre a injustiça da escravidão, relatando de modo profundo a dor de ser separado da avó, sob a frieza com que as pessoas escravizadas eram avaliadas como bens ou coisas. Ao ser enviado a Thomas Auld, Douglass enfrentou fome e maus-tratos. E seu texto autobiográfico consiste também em uma denúncia a hipocrisia dos senhores, que, ao se afirmarem cristãos, usavam a religião para justificar a escravidão. Em forma de dura punição, Douglass foi enviado ao quebrador de ~~escravos~~ Edward Covey, onde sofreu abusos físicos e psicológicos: "Foi o momento em que me tornei

---

452 DOUGLASS, Frederick. **Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave**. Boston: Anti-Slavery Office, [1845]. Dover Publications. Washington Booker T, 1995.

453 Idem.

454 Idem, p. 01,

homem"[455], consigna Frederick Douglas em seu texto. Quando, ao lutar fisicamente contra Covey, estabeleceu uma linha nunca mais ultrapassada, ele parou de ser espancado. Esse episódio marca sua transformação subjetiva e política.

O autor narrou sua fuga de modo intencionalmente vaga, para proteger outras pessoas escravizadas que lhe deram cobertura. Quando alcançou o norte do país, encontrou apoio entre abolicionistas e iniciou seu ativismo público. A liberdade, no entanto, era contingenciada: ele ainda enfrentava racismo e dificuldades econômicas. E consignou uma crítica contundente à religião cristã como ideologia da escravidão. Ele distinguiu entre o *cristianismo do Cristo* e o *cristianismo da América*, denunciando a hipocrisia moral da sociedade branca e escravocrata[456]. A escrita tornou-se não apenas ferramenta intelectual, mas prática de libertação. Interessado em acompanhar a vida política, lia jornais, discursos e textos abolicionistas. De modo que sua consciência crítica ia se construindo, ao tempo em que se ampliavam as possibilidades de ação. A escrita apareceu como construção do sujeito liberto. Ao narrar sua história, Douglass realizou um gesto radical: inscreveu-se como sujeito histórico, homem e cidadão. Sua autobiografia é uma forma de determinar sua humanidade diante de um sistema que tentou negá-la. Ao afirmar: "Vocês viram como um homem foi transformado em escravo; vocês verão como um escravo foi transformado em homem"[457]. Essa assertiva sintetiza o movimento de vida e obra: da desumanização à afirmação da liberdade.

Douglass também antecipou temas que seriam desenvolvidos por autores como W.E.B. Du Bois, que em *The Souls of Black Folk* propôs a *dupla consciência* como experiência do negro estadunidense[458]. A construção do sujeito livre em Douglass foi precursora dessa reflexão. A autobiografia de Frederick Douglass foi um marco na literatura abolicionista e na escrita negra. Sobretudo considerando sua trajetória na vida política do país.

Booker T. Washington registra sua passagem por Richimond, Virgínia, no início do século XX, rememorando seu nascimento, em 1856, enquanto finalizava seu livro autobiográfico *Up from slavery*[459]. Estava na cidade para uma série de palestras que

---

455 Idem, p. 73.

456 DOUGLASS, Frederick. **Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave**. Boston: Anti-Slavery Office, [1845]. Dover Publications. Washington Booker T, 1995.

457 Idem, p. 76.

458 DU BOIS, W. E. B. **As almas do povo negro**. Tradução de Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

459 WASHINGTON, Booker T. **Up from slavery**. Toronto, 1995.

objetivavam apoiar a comunidade negra no enfrentamento ao linchamento de homens negros. Registrou que a cidade fora, há apenas algumas décadas, a capital da Confederação do Sul, relembrando que "há cerca de vinte e cinco anos, por causa da minha pobreza, dormi noite após noite debaixo de um passeio"[460]. Ressaltou o tempo decorrido, a mudança em sua vida, com um otimismo que parecia divergir do tema das palestras:

> Desta vez estou em Richmond como convidado das pessoas ~~de cor~~ da cidade; e vim a pedido delas para proferir um discurso ontem à noite para ambas as raças na Academia de Música, o maior e melhor salão de audiências da cidade. Esta foi a primeira vez que as pessoas ~~de cor~~ tiveram permissão para usar este salão. No dia anterior à minha chegada, o Conselho Municipal votou para comparecer à reunião em peso para me ouvir falar. O estado, a Legislatura, incluindo a Câmara de Delegados e o Senado, também aprovou uma votação unânime para comparecer em peso. Na presença de centenas de pessoas ~~de cor~~, de muitos cidadãos brancos ilustres, do Conselho Municipal, da Legislatura estadual e de funcionários estaduais, entreguei a minha mensagem, que foi de esperança e alegria; e, do fundo do meu coração, agradeci a ambas as raças por estas boas-vindas de volta ao estado que me viu nascer[461].

A compreensível avaliação positiva do momento inclui a ótica de quem saiu das ruas ao diálogo com o parlamento local, na qualidade de conferencista. Uma mudança de condição social de impacto, em uma vida e geração. T. Booker Washington, de todo modo, previne suas leitoras:

> Apesar de sinais superficiais e temporários que poderiam levar alguém a ter uma opinião contrária, nunca houve um momento em que me sentisse mais esperançoso pela raça do que agora. A grande lei humana que, no fim, reconhece e recompensa o mérito é eterna e universal. O mundo exterior não sabe, nem pode apreciar, a luta que ocorre constantemente nos corações tanto das pessoas brancas do Sul quanto dos seus antigos escravos para se libertarem do preconceito racial; e enquanto ambas as raças lutam assim, elas deveriam ter a simpatia, o apoio e a tolerância do resto do mundo[462].

Um alento de esperança sobre o avanço, não apenas da consciência da gente negra, mas também do esforço de libertação de ambas as raças. A despeito da violência.

Publicado em 1861 sob o pseudônimo de Linda Brent, *Memórias de uma jovem escrava* é um dos primeiros relatos autobiográficos escritos por uma mulher negra que viveu sob a escravidão nos Estados Unidos. Harriet Jacobs rompe o silêncio imposto às mulheres

---

460 Idem, p. 74.

461 Idem, ibidem.

462 WASHINGTON, **Booker T. Up from slavery**. Toronto, 1995, p 73.

escravizadas ao narrar sua trajetória de resistência, maternidade e luta por liberdade. Sua obra é um marco na literatura abolicionista e na escrita negra feminina, articulando denúncia política, memória corporal e agência subjetiva. Jacobs revela como a escravidão não apenas desumanizava, mas também sexualizava e violentava as mulheres negras. Ela escreve: "Mas eu era uma escrava — e a lei me negava o direito de resistir. A mulher branca pode escolher; a mulher escrava não tem escolha"[463].

Esta afirmação denuncia a intersecção entre racismo e sexismo, mostrando que a escravidão era também um sistema de controle sexual. A autora narra os avanços do Dr. Flint, o escravista que tinha direito de propriedade sobre ela, e a impossibilidade de proteger sua integridade física e emocional. A maternidade aparece como signo de resistência, sendo para Jacobs um espaço de dor e de resistência. Ao ter filhos sob a condição de escravos, ela busca protegê-los da mesma violência que sofreu. Sua decisão de se esconder por sete anos em um sótão minúsculo — para evitar que seus filhos fossem vendidos — é um dos momentos mais comoventes da obra: "Sete anos de exílio voluntário, em um espaço onde mal podia me mover, foi o preço que paguei para garantir a liberdade dos meus filhos"[464].

Essa escolha revela o agenciamento da maternidade como gesto político e como estratégia de sobrevivência. Neste ponto, a escrita emerge como um ato de emancipação, colocação pública das experiências e protesto. Jacobs escreve para denunciar, mas também para existir. Sua narrativa é uma forma de recuperar sua voz, sua história e sua dignidade. Ela afirma: "Escrevo estas páginas para que o mundo saiba o que significa ser mulher e escrava"[465].

A autoria de *Incidents in the Life of a Slave Girl*, publicado em português como *Memórias de uma jovem escrava*, por Harriet Jacobs, foi alvo de escrutínio e dúvidas por mais de um século, principalmente por causa do contexto em que a obra foi publicada e das estratégias editoriais adotadas para garantir sua circulação. Mas por que se duvidou da autoria de Harriet Jacobs?[466]

1. Uso de pseudônimo: Jacobs publicou o livro em 1861 sob o nome fictício "Linda Brent", ocultando sua identidade real. Essa escolha foi motivada por questões de segurança,

---

463 JACOBS, Harriet. **Memórias de uma jovem escrava**. Tradução de Débora Landsberg. São Paulo: Martin Claret, 2006.

464 Idem, p.112.

465 Idem, p. 03

466 JACOBS, Harriet. **Memórias de uma jovem escrava**. Tradução de Débora Landsberg. São Paulo: Martin Claret, 2006.

privacidade e estratégia editorial, já que mulheres negras raramente tinham espaço legítimo na esfera pública da escrita. O uso do pseudônimo ofereceu o pretexto para se indicar a dificuldade da identificação de autoria por leitores e críticos.

2. Estilo literário e colaboração editorial: A obra foi editada por Lydia Maria Child, uma escritora branca abolicionista influente. Muitos críticos do século XIX e XX atribuíram a ela a autoria ou supuseram que Jacobs teria sido apenas uma informante. O estilo refinado e a estrutura narrativa coesa levaram alguns estudiosos a duvidar que uma mulher negra escravizada pudesse ter escrito com tal sofisticação — uma suposição que ignorava a educação informal que Jacobs recebeu, sua experiência como escritora e que também minimizava as estratégias de cooperação entre mulheres.

3. Ausência de registros diretos: Durante décadas, não havia documentação suficiente que ligasse Harriet Jacobs diretamente ao texto. A escassez de registros pessoais, cartas ou manuscritos autênticos reforçou a dúvida entre historiadores que buscavam provas materiais da autoria.

Como se comprovou que Harriet Jacobs escreveu a obra? 1. Descoberta de cartas e documentos: nos anos 1980, a pesquisadora Jean Fagan Yellin conduziu uma investigação rigorosa que resultou na descoberta de cartas pessoais, documentos legais e registros históricos que confirmavam a identidade de Harriet Jacobs como autora. Entre os achados estavam correspondências entre Jacobs e Lydia Maria Child, além de cartas de Jacobs a outros abolicionistas. A pesquisa de Yellin revelou não apenas a autoria de Jacobs, mas também sua atuação como intelectual, ativista e educadora. 2. Análise estilística e contextual: Yellin também comparou o estilo de *Incidents* com outros textos escritos por Jacobs, como cartas e artigos publicados em jornais abolicionistas. A consistência temática, linguística e ideológica reforçou a autoria. 3. Reconhecimento acadêmico: Após a publicação da edição crítica de *Incidents in the Life of a Slave Girl*, por Yellin, em 1987, a comunidade acadêmica passou a reconhecer oficialmente Harriet Jacobs como autora. A obra foi então incorporada ao cânone da literatura afro-americana e dos estudos de gênero e escravidão[467].

A dúvida sobre a autoria de Harriet Jacobs revela muito sobre os preconceitos raciais e de gênero que permeiam a história da literatura. A confirmação de sua autoria não apenas restitui seu protagonismo, mas afirma a produção escriturística que emerge do lugar das mulheres negras como produtoras de conhecimento e memória sensíveis. No prefácio, escrito

[467] YELLIN, Jean Fagan. **Harriet Jacobs: A Life.** New York: Basic Books, 2004.

por Lydia Maria Child, e no capítulo introdutório, *Childhood*, Jacobs traz uma afirmação abolicionista: "Desejo fervorosamente despertar nas mulheres do Norte uma consciência real sobre a condição de dois milhões de mulheres no Sul, ainda em cativeiro, sofrendo o que eu sofri, e a maioria delas, muito pior"[468]. Uma indicação precisa das motivações e orientações a uma perspectiva política emancipacionista, que a obra disputa.

Ao finalizar suas memórias, H. Jacbos evidencia o alcance da vida em liberdade, indica domínio de literatura sobre o tema e critica o ideal romântico, evidencia o vínculo familiar e critica o poder escravocrata:

> minha história termina com a liberdade; não da maneira habitual, com um casamento. Eu e meus filhos somos agora livres! Estamos livres do poder dos senhores de escravos, tal como os brancos do Norte. E embora isso, de acordo com minhas ideias, não seja dizer muito, constitui uma grande melhoria em minha condição[469].

Indica ainda o contingenciamento da liberdade por condições materiais restritas, no que se refere à aquisição de uma casa para si, mas também na continuidade de laços delicados no mundo do trabalho doméstico:

> O sonho de minha vida ainda não se realizou. Não vivo com meus filhos numa casa que seja minha. Ainda anseio por um lar próprio, embora humilde. Desejo-o mais pelos meus filhos do que por mim mesma. Mas Deus ordenou as coisas a fim de me manter com minha amiga, a Sra. Bruce. Amor, dever, gratidão também me prendem a ela. É um privilégio servi-la, a ela que tem pena de meu povo oprimido, e que ofereceu a dádiva inestimável da liberdade a mim e a meus filhos[470].

E destaca o impacto multidimensional de toda a tragédia do cativeiro na subjetividade, assim como os significados de afetuosas memórias familiares, sobretudo a presença das mulheres da família:

> Tem-me sido doloroso, sob muitos aspectos, lembrar os tristes anos que passei no cativeiro. Eu os esqueceria de bom grado, se pudesse. Não obstante, esse retrospecto tem seus consolos, pois com essas tristes lembranças vêm ternas recordações de minha boa e velha avó, como nuvens leves, macias, flutuando sobre um mar sombrio e agitado[471].

---

468 Idem, p. 6.

469 JACOBS, Harriet. **Incidentes da vida de uma escrava contados por ela mesmo**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1988, p. 181.

470 Idem, ibidem.

471 JACOBS, Harriet. **Incidentes da vida de uma escrava contados por ela mesmo**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1988, p. 181.

Para além da participação política em clubes e outras iniciativas abolicionistas, Harriet encerra suas memórias com uma nota de memória dos afetos familiares, como parte da capacidade de resiliência e tranquilidade construída sobre uma vida agitada pelo tempo vivido em experiências plurais, entre as quais, o legado escrito sobre a experiência de vida que lega uma memória sensível.

Publicada originalmente em Detroit, em 1854, a biografia de Baquaqua Gardo Mahommah[472], por sua vez, é parte da história de escritos sobre emancipação no atlântico negro, permitindo uma aproximação às narrativas de experiências e trajetórias que colocam em conectividade territórios transcontinentais, por meio de pessoas, culturas, idiomas, religiões, subjetividades marcadas pela vivência da liberdade na terra primeira, escravização, viagem internacional, reinscrição em novo espaço-tempo, auto-emancipação e letramento com legado escriturístico. Um material e fonte que exerce fascínio sobre o leitor especializado e não apenas[473].

Foi traduzida inicialmente em 1988 ao português brasileiro[474]. A tradutora indica que a leitura da parte traduzida da biografia de Mahommah G. Baquaqua teria o poder de permitir a leitores adentrarem no mundo da escravidão no Brasil da primeira metade do século XIX. E mais: pelas mãos de alguém que havia experimentado na *própria pele*, dela guardando uma memória construída por meio das experiências da vida[475]. No prefácio da edição brasileira de de 2017, um resumo nos permite entender o caminho apresentado de modo épico desta vida:

> Narrativa biográfica de um nativo de Zoogoo, interior da África, com as seguintes definições: comportamento, costumes, noções religiosas, sistema político, leis, aspectos geográficos, edificações, agricultura, fábricas, pastores e criadores de gado, animais domésticos, cerimonial de casamento e funeral, moda, comércio, estratégias de guerra e o sistema escravagista entre aqueles povos, etc. O relato da vida de Mahommah apresentando: sua educação, sua captura e a escravidão na África

---

472 Mahommah G. Baquaqua, Biography of Mahommah G. Baquaqua. **A native of Zoogoo, in the interior of Africa.** Edited by Samuel Moore, Esq. (Detroit: George E. Pomery and Co., Tribune Office, 1854) pp. 40-57). Tradução: Sonia Nussenzweig.

473 De acordo com o McGrawville Express (28 de março de 1850), Baquaqua trajava uma túnica branca e foi considerado como um "africano de língua árabe que tinha vindo do Egito; citado em Catherine M. Hanchett, "Charles Lewis Reason, 1818-1893: The Nation's First Black Professor" (trabalho apresentado na Unitarian-Universalist Church, Cortland, 19 de janeiro de 1986). Id., LOVEJOY, Paul E.. 2002: 37. New York Central College, McGrawville, N.Y., c. 1848-61.

474 LARA, Silvia Hunold. **Biografia de Mahommah G. Baquaqua**. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 8, nº 16, março-agosto 1988, p. 269-284.

475 Idem.

> Ocidental e no Brasil, sua fuga para os Estados Unidos, dali rumo ao Haiti (na cidade de Porto Príncipe), sua acolhida pelo missionário batista Rev. W. L. Judd, sua conversão ao cristianismo, seu batismo e retorno a terra natal, seus apontamentos e missão. Narrativa contada por suas próprias palavras[476].

Uma vida que articula em si mesma a experiência moderna da gente negra, empreendendo a emancipação de si, em contexto extremamente desafiador. Culminando em memórias que indicam os significados das experiências de narração e escrita como caminhos de rasurar a dominação colonial. No horizonte das micro interações de racialização analisadas por Holt[477], Baquaqua descreve sua vida na universidade:

> Enquanto estive na faculdade certos jovens cavalheiros que ali estudavam não me aceitaram totalmente por causa da minha cor. Eles faziam certas piadas de mau gosto e até intrigas com os professores, planejando todos os tipos de trapaças contra mim. Quando por algum motivo eu ficava ausente eles espalhavam meus livros e papéis por toda a sala e os amontoavam numa grande pilha. Eles também tapavam a tubulação do meu fogão com chuchu, de modo que, quando tentava acendê-lo meu quarto era tomado pela fumaça[478].

Mahommad, ao rememorar e aquilatar o impacto das difíceis relações racializadas, oferece sua leitura sobre as motivações e registra sua resiliência, estratégia e cálculo, indicando uma leitura crítica do processo:

> Mas essas situações só foi suportá-las por um trimestre, assim que terminasse tudo aquilo estaria resolvido. Mas eu não gostava de ser continuamente humilhado por eles, então passava grande parte das suas vergonhosas brincadeiras em profundo silêncio. Não entendia o motivo pelo qual eles me perseguiam daquele jeito, com exceção de que não aceitavam a minha cor e que achavam que eu era um bom motivo para que gastassem o seu sarcástico e escarnecedor humor[479].

Ao relatar seu período em Freetown Corner, M. Gardo Baquaqua registra memórias de tranquilidade, avanço nos estudos, trabalho e convivência, que o impulsionaram a novas possibilidades. Posteriormente, decidiu viver no Canadá, onde obteve cidadania:

> senti o desejo de conhecer as maneiras e os costumes daquela nação que vivia sob o governo da rainha Victória, a quem eu tanto admirava. Decidi ir para o Canadá onde

---

476 BAQUAQUA, Mahommah G. **Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua**. São Paulo, Ed. Uirapuru, 2017, p. 6.

477 HOLT, Thomas C. Marking: of Race, Race-making, and the Writing History. **The American Historical Review,** [s. l.], v. 100, n. 1, p. 1-20, fev. 1995.

478 BAQUAQUA, Mahommah G. Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua. São Paulo, Ed. Uirapuru, 2017, p. 73.

479 Idem, ibidem.

> permaneci por uma curta temporada. Ali, fiquei muito satisfeito com a forma como fui recebido, logo, não tardou até que me tornasse um assunto de sua Majestade que me recebeu em seu gabinete, então, proferi o juramento de fidelidade e obteve meus papéis de naturalização sem qualquer dificuldade. Fui aceito por todas as classes onde quer que fosse e devo dizer, do fundo meu coração, que jamais esperava receber de uma nação tão distante da minha terra natal tamanha bondade, atenção e humanidade[480].

Ao finalizar sua autobiografia, Mohammad Gardo Baquaqua indica ter alcançado um ambiente onde se sentia grato e livre:

> Sou grato a Deus por desfrutar das bênçãos da liberdade em paz e tranquilidade. Agora, achava-me numa terra onde [...] cada homem [...] age como um homem, não importando qual fosse a sua cor, era considerado como um irmão; e onde todos são igualmente livres para fazer e dizer. Sendo assim, cercado por amigos me permiti desfrutar as bênçãos da mais serena liberdade. [...] próximo está o dia que se abrirá a mim para ser útil na regeneração do meu amado país, estando pronto para dizer "eu voltei"[481].

Guardava ainda um sonho de regeneração coletiva. Por meio de seu retorno ao país natal.

Os escritos autobiográficos de Frederick Douglas, Harriet A. Jacobs, Booker T. Washington e Mahommah Gardo Baquaqua guardam entre si a possibilidade de uma comparação em quadro sinótica, resguardados sob a tipologia de registros autobiográficos, mesmo considerando as singularidades de cada contexto de emergência daquela obra e suas singularidades enquanto registro textual mesmo. E compõem uma coleção bastante ampla e desafiadora a uma análise única e restrita à consideração comparativa.

Esta coleção foi retomada neste trabalho para indicar a constância e amplitude da escrita entre pessoas escravizadas, libertas e livres na invenção da subjetividade, das ideias e da história das sociedades em que estiveram inseridas. Assim como a escrita é parte da inventividade negra no campo da liberdade, emancipação e crítica contra colonial, direta ou indireta.

São escritos que sugerem a pluralidade de estratégias na inserção social, no posicionamento político e no manejo das tradições de oralidade e de escrita. Inclusive sugerindo um entrelugar entre o ditado, a redação, a leitura e a escrita, que podem permitir uma abordagem historiográfica que coloque em equivalência o manejo da escrita tanto por pessoas letradas quanto iletradas. A considerar o ditado e a coleta de narrativas autobiográficas e os acordos de

---

480 BAQUAQUA, Mahommah G. **Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua**. São Paulo, Ed. Uirapuru, 2017, p. 74.

481 Idem, ibidem.

editoração em torno das publicações é possível a ressignificação deste trabalho cultural da gente negra, entre a oralidade e a escrita supõe reconhecer o manejo estratégico das duas tradições, na história e no direito.

O impacto da tradição oral na África ocidental é bastante conhecido[482], bem como o volume e impacto da presença de pessoas africanas advenientes deste território africano na diáspora americana[483]. O reconhecimento e o manejo das tradições orais e da ética a elas implícita é tema clássico. O ensaio de Amadou Hampâté Bâ, intitulado "A tradição viva", publicado no Brasil na *História Geral da África*, representa uma apresentação e análise primorosa sobre a oralidade como experiência histórica, fundamento ético que condiciona e fundamento epistemológico da história africana. Ao reivindicar a tradição oral como fonte legítima de conhecimento, Bâ desafia os paradigmas euro-referenciados que privilegiaram a escrita como única forma válida de registro histórico e legitimação de epistemologias[484].

Para o autor de "A tradição viva", nas sociedades de oralidade, a memória é mais desenvolvida, junto à ligação entre a pessoa e a palavra: "Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra"[485]. Na visão dele, a tradição oral é a escala maior da vida, recuperando e relacionando todos os seus aspectos. Para ele, a "fala é força que gera movimento e ritmo, e, portanto, vida e ação"[486]. E por isto exige integridade, a fala é divinamente exata, por isto convém ser exato para com ela. A oralidade implica uma ética no uso da palavra, para garantia

---

482 Para compreender a tradição da oralidade na África Ocidental, é essencial consultar obras que analisem tanto a figura do **griot** (ou *jali*) quanto as epopeias e a filosofia por trás da palavra falada. Sobre o tema: BÂ, Amadou Hampâté. **Aspectos da Civilização Africana**. São Paulo: Global Editora, 2003; OKPEWHO, Isidore. **African Oral Literature: Backgrounds, Character, and Continuity**. Bloomington: Indiana University Press, 1992 e DIOP, Birago. **Les Contes d'Amadou Koumba**. Paris: Présence Africaine, 1947.

483 A produção é vasta, vale conferir: THORNTON, John K**. Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998; GOMEZ, Michael A. **Exchanging Our Country Marks: The Transformation of African Identities in the Colonial and Antebellum South**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998; MAUPOIL, Bernard**. La Géomancie à l'ancienne Côte des Esclaves.** Paris: Institut d'ethnologie, 1943; ORTIZ, Fernando**. Los negros brujos: apuntes para un estudio de etnología criminal.** Madrid: Editorial América, 1917; REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

484 BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África.** São Paulo: Ática; [Paris]: UNESCO, 1982. p. 181-218.

485 Idem, p. 168.

486 Idem, p. 172.

de sua própria integridade como cimento da vida social. Com isto, o uso prático da palavra implica em contar histórias que impliquem a si e à sua audiência:

> Uma das peculiaridades da memória africana é reconstituir o acontecimento ou a narrativa registrada em sua totalidade [...]. Não se trata de recordar, mas de trazer ao presente um evento passado do qual todos participam, o narrador e a sua audiência [...]. Aí reside toda a arte do contador de histórias. Ninguém é contador de histórias a menos que possa relatar um fato tal como aconteceu realmente, de modo que seus ouvintes, assim como ele próprio, tornem-se testemunhas vivas e ativas desse fato[487].

Este compromisso com a palavra fundamentada numa ética da integridade emerge como o cerne de um perfil daquele ou daquela que pode manejar a tradição como quem conta histórias críveis. E sugere um *ethos* possível de aplicação para a *história que se escreve.* Ao estabelecer sua crítica às novas gerações, em África, e seus pesquisadores, indiretamente Hampâté Bâ sugere algo ao novo mundo:

> Para descobrir um novo mundo, é preciso saber esquecer seu próprio mundo, do contrário o pesquisador estará simplesmente transportando seu mundo consigo ao invés de manter-se "à escuta". Através da boca de Tierno Bokar, o sábio de Bandiagara, a África dos velhos iniciados avisa o jovem pesquisador: "Se queres saber quem sou, Se queres que te ensine o que sei, Deixa um pouco de ser o que tu és E esquece o que sabes"[488].

Seria possível postular uma continuidade direta entre as tradições africanas e a vida social das pessoas africanas em regime de diáspora, entre o século XVIII e XIX, considerando o impacto da tragédia colonial? A fabulação sobre a ruptura definitiva com as tradições africanas na diáspora seria uma possibilidade? Um longo e intenso debate pode ser seguido, em muitas obras e autores[489]. Sem uma saída definitiva, podemos pensar em fazer o seguimento diligente sobre as pistas do que fizeram mulheres e homens na diáspora. E quem sabe possamos não exatamente obter a resposta sobre este dilema teórico, mas conhecer como se faz a

---

487 Idem, p. 208.

488 Idem, 212.

489 O debate entre o impacto da raiz africana e rizoma americano pode ser consultado em uma coleção de obras e autores. Ver **MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard.** *The Birth of African-American Culture: An Anthropological Perspective*. Boston: Beacon Press, 1992; consultar **GLISSANT, Édouard.** *Poétique de la relation*. Paris: Gallimard, 1990; HERSKOVITS, Melville J. The Myth of the Negro Past. New York: Harper & Brothers, 1941 e GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001. Entre outros.

emancipação na história destes sujeitos plenamente históricos. “Deixar um pouco de ser o que somos, esquecer o que sabemos. Para, então, aprendermos”[490].

É possível que por meio de sua escrita poética, Silva e Souza possa ter declamado este poema ao interlocutor que exerceu influência suficiente para que fosse ordenado na qualidade de padre secular, um fito que tomou como estratégia em sua juventude para sua traçar a trajetória. É certo que frequentava círculos culturais em Lisboa e Roma. O achamento deste poema no Arquivo de Évora indica que seus escritos percorreram outros desvãos dentro de uma dinâmica global:

> Infelice de mim! a desventura
> Furiosa me segue,
> [...]
> Senhor do Sêrro venho Americana,
> Aonde a Parca impia,
> La da Mente Suprema por arcano,
> Da Sepultura fria Entregou os Horrores,
> Há poucos dias, meos Progenitores.
> Inda de Luto a casa se cobria,
> O credor carrancudo
> Os poucos bens paternos já varria,
> [...]
> Só oito Irmaons me ficam por herança.
> [...]
> Senhor, aflicto corro
> [...]
> A mil graves perigos me aventuro
> Abrindo os bravos mares,
> Do mar na escura boca, que se abria,
> [...]
> A vida me não desse, do que a morte.
> Aplacadas as iras procelosas
> Do furioso Noto,
> Do Douro chega às prayas arenosas
> O batel quase rôto.
> Hum Porto se aprezenta,
> Pizei a branca area,
> Por onde corre o plácido Mondego,
> Eu vim ver [Coimbra?],
> Onde vos admiro,
> [...]
> Ah! Senhor não duvides,
> Hum vosso aceno basta,
> Para vencer o fado, que me arrasta.
> Fazei, que o Sacrosanto sacrifício
> Eu ponha sobre as aras,
> Pedindo ao Céo vos guarde assás propício

490 BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África.** São Paulo: Ática; [Paris]: UNESCO, 1982. p. 181-218, p. 212.

A virtudes tam raras,
[...]
Guiai-me para Roma a vosso Lado,
Isto peço somente:
Ah!...não queirais, Senhor, que o duro fado
Memova novamente
Tam desabrida guerra[491].

Sua produção poética, em relação com a imprensa local, merece uma abordagem separada. Por agora basta marcar que, efetivamente, logrou ser levado a Roma e ter sido autorizado a receber as ordens sagradas. Em que medida seu poema se inscreveu entre oralidade e escrita? Como conjugou um repertório de personagens greco-romanos com a narrativa de uma família pobre e endividada no sertão das Minas Gerais, no interior da América do Sul, para mobilizar apoio e acessar o espaço que almejou? Temos indícios de que foi hábil e sagaz o bastante para se tornar um intelectual importante para fundar a história escrita da terra que escolheu e narrou como sua.

O participação no mundo do trabalho, as estratégias de conjugalidade, a posse e gestão de biblioteca particular, a participação nas irmandades com suas festas e cortejos, a publicação na imprensa, a autoria e produção de peças de dramaturgia, a participação na administração civil e eclesiástica, a postulação em ações jurídicas por liberdade, a docência e a tradução estão entre as formas de inserção, disputa e projeção do protagonismo da gente negra na Vila Boa no período compreendido entre 1799 e 1840, considerando a documentação aqui analisada. E potencializa as condições lógicas de operação pela historiografia da região e suas redes a pensar tanto uma história social quanto intelectual e global, a partir da presença da gente negra na capitania e na província de Goiás. Pois o apanhado desta história permite estabelecer conexões com outros ambientes de produção cultural da gente negra na diáspora, suplantando tanto a visão de isolamento territorial quanto de estupefaciente diante dos feitos desses sujeitos plenamente históricos.

491 TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva**. Goiânia, Ed. UFG, 1998, p. 205ss.

CAPÍTULO 4

PROTAGONISMO E AUTORIA NEGRA NA INVENÇÃO DE GOIÁS: LUIZ ANTONIO SILVA E SOUZA, IDEÓLOGO DA DECADÊNCIA DA COLÔNIA E AUTOR DA RESSURGÊNCIA DA PROVÍNCIA

> Aspiro o ensino que decorrerá do encontro dos nossos aprendizados. No que me diz respeito são aqueles que aprendi desde o primeiro instante em que te encontrei. Talvez do nosso diálogo possa emergir um Ensino capaz de nos reconciliar a ambos no interior daquela indivisibilidade humana, onde nada que seja humano nos é estranho. (Sueli Carneiro)[492]

4.1 DO DESCOBRIMENTO À INVENÇÃO DE GOIÁS: UMA HETEROTOPIA ENTRE A DECADÊNCIA DO ESPLENDOR E O RESSURGIR DE GOIÁS A PARTIR DO TEXTO COROGRÁFICO

Em 1812, Luiz Antonio Silva e Souza apresentou à Câmara da Vila Boa de Goiás o manuscrito da Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás[493], havia tomado o cuidado de fazer uma cópia para si e uma terceira via, que costumava emprestar a pessoas interessadas no texto. Os registros, em prefácios e agradecimentos de publicações, apontam que ao menos Auguste Saint-Hilaire, em 1819, Johan Emanuel Pohl, em 1819 e Raimundo José da Cunha Mattos, em 1824[494] receberam das mãos de Silva e Souza o empréstimo de uma cópia manuscrita, com a qual puderam estabelecer comparações e conferências sobre as informações referentes a Goiás.

---

492 CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**: uma análise do dispositivo de racialidade e do biopoder. 2005. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

493 Uma cópia deste manuscrito é custodiada pelo Arquivo Nacional, códice 807, v. 1.

494 viajante registra seus agradecimentos ao autor pelo empréstimo do manuscrito SAINT-HILAIRE, Auguste de**. Viagem à Província de Goiás**. Trad. Mariano de Oliveira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1975. (Refere-se à expedição de 1819 citada no texto); Em POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil.** Trad. de Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976 é possível descortinar conjuntos textuais e estrutura pesquisadas na produção de Silva e Souza; Adicionalmente, no pré-texto de MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C., 1836, este último relativo às observações iniciadas em 1824 se encontrou o agradecimento pelo empréstimo e a satisfação nas semelhanças de informações. Dos contemporâneos, Saint-Hilaire é o mais aberto em informar as referências ao escrito de Silva e Souza, mencionando ter consultado e coligido o manuscrito de Silva e Souza com seus próprios escritos.

Este escrito tem sua história sobre autoria e editoria, pois fora encomendado pelo segundo secretário da Câmara, Custódio Pereira da Veiga, que deveria redigi-lo, mas o encomendou a Luiz Antonio Silva e Souza[495]. Pode-se depreender que o segundo secretário tivesse dificuldades para a elaboração da pesquisa e do texto, ou que simplesmente não queria fazê-lo. Fato é que foi registrado pela segunda secretaria da Câmara em 30 de setembro de 1812. Tendo sido publicado em 1814 no Jornal O Patriota, no Rio de Janeiro publicação que omitiu a efetiva autoria, atribuindo-a a Custódio da Veiga. Em texto depois utilizado em textos corográficos centrais, como *Corografia brazilica*[496] e *Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*[497] publicações que omitiram a fonte de pesquisa sobre Goiás.

Auguste Saint-Hilaire registra que, no concernente a Goiás, havia redigido o que chama de uma relação de viagem que se tratava de um extrato da memória elaborada por Luiz Antônio da Silva e Sousa, fazendo observação central sobre acreditar que a ele se deviam a parte mais importante das citações que encontrou em outros textos, relativas à história e à estatística de Goiás, citando pontualmente tanto Emanuel Pohl quanto José Pizarro... J.M. Alencastre, em seu texto biográfico sobre Silva e Souza, comparou escritos sobre Goiás, posteriores a 1812 e repôs a autoria e anterioridade dos escritos de Silva e Souza. O fez tanto em referência a viajantes que estiveram em Goiás, quanto a outros autores de corografias de alcance nacional[498].

Esta definição de autoria é tanto mais relevante à medida em que esta década de 1812 a 1822 emerge como um período em que a figura pública e política de Silva e Souza se decalca na paisagem social e política da Vila Boa, conduzindo um percurso que o levou de padre e professor de latim à participação política, na qualidade de membro da Câmara, à participação no grupo de transição da capitania à província no pós 1822. Seu trabalho intelectual, que o colocou como autor legitimado pela Câmara e em contato com outros letrados na Vila Boa, residentes ou visitantes, parece ter funcionado como parte de sua estratégia de ocupação de espaços na cena política.

---

495 Certamente a carreira e a reputação de Luiz Antonio Silva e Souza e sua formação em Coimbra corroboravam para que seu nome viesse à tona para a tarefa. Para um olhar sobre goianos e residentes em Goiás que estudaram em Coimbra é possível consultar: LIMA, André Nicacio. **Caminhos da integração, fronteiras da política**: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso. 2010. 235 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

496 CASAL, Manuel Ayres de**. Corografia brasílica**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. 2 v.

497 PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo. **Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil.** Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820-1822. 9 v.

498 ALENCASTRE, José Maria Pereira. **Biografia de Luiz Antônio Silva e Souza**. In: Revista do Instituto Histórico Geográphico e Etnográphico do Brasil, Tomo XXX, 1863.

Ao apresentar a *Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás,* com este texto:

> Menos o amor da gloria e desejo de ser util, que o interesse proprio e aquella ambição, que leva muitas vezes os homens por incalculaveis perigos ás mais arduas, mais importantes emprezas, foi o motivo do descobrimento de Goyaz, uma das capitanias do dominio portuguez na extensão do Brasil que menos tem aproveitado a súa situação vantajosa, e que tendo as melhores proporções para se engrandecer e felicitar os seus colonos, correu em menos de um seculo do esplendor do seu principio para a crise da decadencia, seja por se desprezarem os meios mais proprios e mais energicos de promover o seu augmento, seja (o que me parece mais provável) por ter se enervado nos braços da ociosidade aquele amor ao trabalho e patriotismo que prefere ao interesse próprio o bem comum(...).[499]

Silva e Souza em um parágrafo inaugural indicou que o início da colonização goiana não se devia a tendências nobres do grupo que fundou o lugar, tais como o à glória ou mesmo desejo de ser útil, mas evidenciou simplesmente a ambição que levou à insanidade de exposição aos incalculáveis perigos de uma empresa que evidenciou, sim, como importante. Adicionou a ausência de uma estratégia política e econômica de aproveitamento das vantagens que a capitania oferecia. E plasmou, de modo inaugural, a primeira leitura sobre a decadência do esplendor[500]no século do ouro, partir de um lugar e de uma visão ácida - de homem racializado,

---

499 SILVA E SOUZA. **O descobrimento da Capitania de Goyaz**: Governo, População e coisas mais Notáveis. Goiânia, Ed. UFG, 1979, p. 5.

500 O tema da decadência, um repertório constante das elites administrativas coloniais, se tornou um tema recorrente nos primeiros textos sobre Goiás e impactou gerações de historiadores da região. Um aprofundamento sobre o tema percorreria um período longo entre o século XIX e o presente. É possível um caminho a partir destas obras: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Annaes da Província de Goyaz**. Goiânia: Sudeco, 1979 [1863]; BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador. Brasília: Solo, 1994; CASTELNAU, Francis de. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975 [1850]; CHAUL, Nasr Fayad. **A caminho do ouro**: Goiás no século XVIII. Goiânia: Editora da UFG, 1997; CUNHA MATOS, Raymundo José da. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1836; ESTEVAM, Luiz Antonio. **O tempo da transformação**: a economia de Goiás de 1860 a 1930. Goiânia: IGB, 1998; KARASCH, Mary C. **A vida escrava em Goiás**: 1800-1850. Brasília: Editora UnB, 2019; MCCREERY, David. **Frontier Goiás, 1822-1889**. Stanford: Stanford University Press, 2006; NAZARENO, Elias. **Goiás no século XIX**: o pensamento de Luiz Antônio da Silva e Souza. Goiânia: Editora da UFG, 2010; PALACÍN, Luís. **Goiás 1722-1822**: estrutura e conjuntura numa capitania de mineração. Goiânia: Oriente, 1976; PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás**. Goiânia: Vieira, 1989; POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Brasil Central**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976 [1837]; SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975 [1847]; SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. **Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz** (1812). In: TELES, José Mendonça (org.). **Vida e obra de Luiz Antônio da Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1990; SPRAUL, Helga. **Goiás**: de enclave minerador a periferia agropastoril. Goiânia: Editora da UFG, 1983.

brasileiro, que viveu a transição do século XVIII ao XIX na Vila Boa de Goiás - sobre os equívocos de um grupo político na liderança da capitania que segundo sua abordagem preferia o interesse próprio ao bem comum. Seu texto oferecia uma finca, demarcada por uma diferença que se inscreveu como crítica aos colonos, para a compreensão das transformações ocorridas no período, assim como sugere uma *heterotopia* em relação ao lugar.[501]

Heterotopia, conforme abordada por *Hetherington*, é um lugar onde uma nova ordem social é ensaiada. Ele argumenta que esses espaços não são apenas caóticos ou marginais, mas sim locais onde pessoas experimentam formas diferentes de organizar a vida e as relações sociais.[502] Este autor sugere que a heterotopia atua como um ambiente de experimentação social onde o espaço construído não é passivo, mas um topo em relação com sujeitos ativos na construção de novas subjetividades. Em diálogo e contraposição com Foucault, que focou na descrição de locais específicos, como prisões ou cemitérios, Hetherington enfatizou o processo de performance espacial, na qual locais são definidos por uma *ordem alternativa*, que desafia a homogeneidade do espaço social dominante. Nessas *badlands,* a disposição dos corpos, dos objetos e das leis internas cria uma zona de visibilidade, onde o que era marginal passa a ser central, permitindo que novas formas de vida social sejam ensaiadas antes de serem - ou não - absorvidas pela modernidade.[503] Se para Foucault as heterotopias se constituem em lugares singulares que se encontram em todos os espaços, mas que concomitantemente estão fora de todos os lugares,[504] em Hetherington a relação entre heterotopia e modernidade aparece afirmando que o projeto moderno não é linear, e sim composto por esses espaços de resistência e organização. Este autor define a heterotopia como um espaço de ambivalências: ela está dentro do sistema, mas opera continuamente com uma lógica que o nega ou mesmo o transcende.

Ao tratar da abordagem de Silva e Souza podemos sugerir que a ideia central sobre a decadência do esplendor aurífero em Goiás seja parte de uma construção heterotópica, em que

---

501 Para um aprofundamento sobre o tema das heterotopias é possível aprofundar em: FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 edições, 2013; SOJA, Edward W. **Thirdspace**: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Cambridge: Blackwell, 1996. Com especial atenção se recomenda a obra CHAUL, Nasr Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora da UFG, 2010, por sua abordagem crítica aos significados da expectativa de desenvolvimento econômico a partir de critérios alheios à experiência sócio-cultural goiana.

502 HETHERINGTON, Kevin. **The Badlands of Modernity**: heterotopia and social ordering. London: Routledge, 1997.

503 Idem.

504 FOUCAULT, Michel**. O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: n.1 edições, 2013

nas malhas de um escrito administrativo e colonial, o autor de Descobrimento, Governo, População e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás lançou uma tese que se fez no impasse entre a crítica ao colono da origem da capitania e o necessário alinhamento ao modelo que respondia às necessidade da Câmara da Vila Boa na segunda década do século XIX, em contexto de transformações econômicas e sociais. Se a tese sobre a decadência de Goiás emerge em um texto formatado a partir de uma matriz administrativa, no modelo requerido pela Câmara, não seria forçoso pontuar que a localização social do professor Luiz Antonio tenha permitido duas dinâmicas em um escrito: a) responder com uma tese sobre o estado econômico e social da capitania, lançando uma crítica sobre as elites do passado na capitania; b) um afastamento crítico em relação ao grupo que constitui o modelo econômico, desvalorizando ao mesmo tempo suas motivações e valores. Ao contemplar esta leitura seria possível afirmar que a invenção da decadência é ao mesmo tempo uma narrativa poderosa sobre a capitania e uma crítica às suas elites. Consistentemente, o texto e sua tese inaugural da decadência monopolizou a imaginação intelectual do período.

Atribuir, sem questionamento, a construção do conceito da decadência de Goiás no século XIX aos viajantes estrangeiros é proceder a uma leitura parcial de seus relatos e a aceitação de uma visão hegemônica de que são textos de autoridade. Desconsiderando outras escritas e a pluralidade de documentos sobre o período. Os viajantes se pautaram tanto no que viram – considerando a ótica eurocêntrica – mas também em informações dos moradores por onde passavam, nos diálogos com autoridades e nos manuscritos de Silva e Souza. Embora em seus escritos sejam encontrados dados indicadores de uma visão pessimista sobre Goiás, há também muitas passagens, como as citadas ao longo desta análise, em que a gente, a natureza, e a província são descritas com características positivas e tom elogioso. Assim, a construção do conceito de decadência para a Província de Goiás no século XIX não pode ser atribuída prioritariamente aos viajantes, pois suas narrativas refletem muito do que recolheram. É importante que se analise a historicidade de sua construção e a partir das múltiplas possibilidades de ação de outros sujeitos históricos, exercendo criticidade sobre os processos históricos e suas condições de produção.[505]

---

505 OLIVEIRA, Maria de Fátima**. Uma releitura dos viajantes europeus: nem tudo era decadência em Goiás no século XIX.** In: Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 11, n. 1, jan.-jul., 2018, p. 308-323.

No ano de 1824, Raymundo José da Cunha Mattos[506] dedicava ao Imperador a obra *Corographia Histórica da Província de Goiás*, de sua autoria:

> Senhor, Tenho a honra de levar aos pés do augusto trono de Vossa Majestade Imperial a Corografia Histórica da província de Goiás certo de que Vossa Majestade Imperial como Imperador, e Perpétuo Defensor do Império do Brasil de que a mesma província forma uma parte mui vasta, e muito interessante, se dignará atender benignamente às circunstâncias de povos fiéis, cujas precisões com as cores mais vivas são apresentadas a Vossa Majestade Imperial. Eu cumpro os meus deveres como empregado público desta província; queira Vossa Majestade Imperial mostrar-se pai de todos os goianos aplicando remédios aos males, e fazendo aproveitar os bens que nesta obra manifesta (...)[507]

Fazia questão de demonstrar seu deslocamento no território, assinando o documento a partir do Arraial *de Traíras, e de fazê-lo ainda no ano em curso, datando-a em 31 de dezembro de 1824*. Destaca o desafio da escrita, devido à falta de informantes no território: "Nas terras baixas ninguém quer existir e nas altas pouco se pode trabalhar; portanto, a Corografia de Goiás será por muitos anos uma obra dificultosa.[508] Ao destacar seu trabalho em marchas e coleta de informações nos lugares, Cunha Matos afirma que havia comparado seu texto corográfico estava alinhado àquele do Padre Luiz Antonio da Silva e Sousa, destacando sua satisfação:

> É grande o meu prazer achando-me em quase todos os pontos da Corografia mui conforme com os escritos do sábio memorialista [sic] goiano, cujos transcendentes desvelos vem dar um novo lustre, um polido mui brilhante que faltava aos meus trabalhos, em que levo à posteridade não só o merecimento do instruído eclesiástico que me obsequiou, mas também o alto patriotismo dos ilustres membros que compõem o senado da câmara da cidade de Goiás.[509]

---

506 Português, nascido na cidade de Faro, em 1776, Cunha Matos se apresenta ao imperador como Cavaleiro da ordem de S. Bento de Aviz, brigadeiro aos exércitos nacionais e imperiais, e governador das armas da Província de Goiás. Veio a idealizar a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.

507 CUNHA MATOS Raymundo José da. **Corographia Histórica da Província de Goyaz**[ ]. Goiânia, Governo de Goyaz, 1979, p. 16. Publicada originalmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no tomo 37, a parte primeira (1874), p.p. 213 a 398 e no tomo 38, parte primeira (1875), pp.5 a 150.

508 Idem, p. 21.

509 Idem, p. 22.

Em carta, datada de 19 de dezembro de 1814, Luiz Antonio da Silva e Sousa se dirige a Cunha Mattos quando registrou sua autoria sobre o texto Memória do descobrimento da Capitania de Goyaz: Governo, População e coisas mais notáveis e comenta sobre o envio de manuscrito pela Câmara da Vila Boa:

> Tendo escrito há poucos dias a V. Exa, tive hoje a satisfação de receber a sua honrosa carta, verdadeira produção de um ânimo generoso, que liberaliza o que tem, sem atender ao pouco, ou nada, que mereço. Tinha em lembrança, como prometi, por na presença de V. Exa., com a vênia necessária, a Memória, que escrevi obrigado, e de que logo me arrependi, desconfiando de mim mesmo; mas quando tive tempo livre para isto, tive a certeza de ser enviada pela câmara a V. Exa. é este o motivo de não cumprir a promessa que tinha feito, como já escrevi ao Rev. Padre Silva. Terei muita satisfação de ver suprido o que me faltou, e que tenham a nação e o Império a respeito de Goiás as noções que lhe faltavam. Desejo aV. Exa. saúde e felicidade. Deus guarde a V. Exa. muitos anos. Goiás, 19 de dezembro de 1824. Luiz Antonio da Silva e Sousa.[510]

Silva e Souza parece relutante no envio de seu manuscrito, mas o ofício da câmara remetido na semana anterior, em 12 de dezembro de 1814, confirma o envio de manuscrito, o que evidencia uma circulação do texto em círculos de leitores qualificados e a troca de informações com uma regularidade semanal.

> Ilmo. e Exo. Sr. - Temos a satisfação de enviar a V. Exa.uma cópia da Memória, que esta câmara possui em seu arquivo, assás vasta, e para o fim que V. Exa.nos inculca em seu ofício de 10 de novembro pretérito, útil e própria para dela tirar matérias para enriquecer a Corografia Goiana, que V. Exa, tem entre mãos, da qual encarecidamente rogamos a V. Exa. queira brindar a esta câmara com uma cópia, a fim dela ornar-se com este precioso monumento... Goiás, em câmara de 12 de dezembro de 1824.[511]

Esta conexão intelectual foi muito significativa, pois Cunha Mattos não apenas estabeleceu modelos exemplares de textos corográficos no campo dos estudos geo-históricos no Brasil, mas também consolidou, nas décadas seguintes, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, propondo um projeto de escrita da história para a nascente nacionalidade. Pensar o diálogo sobre Goiás entre estes autores é um dado que insere a presença de Silva e

---

510 TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia, Ed. UCG, 1998, p. 31.
511 Idem, p. 32.

Souza na proto-história nacional, a partir da história da região e coloca em rede a produção goiana. Ao constituir, a partir de sua produção textual com a Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás, como parte do diálogo intelectual mais atualizado nas primeiras décadas do século XIX.

Ao tratar das corografias de Cunha Mattos enquanto escritas da história K. Kaori busca uma caracterização que as aproxima de um domínio de conhecimento geo-histórico, ao indicar que:

> (...) as corografias ou escritos de Cunha Matos, que elaboram a descrição das localidades (e, portanto, de um saber sobre o espaço), incluem muitos elementos que podem ser tomados como históricos, em razão do trato de informações sobre a história local. Elas narram eventos como a fundação das vilas, o histórico de seus fundadores e a descoberta de regiões e rios. O intercâmbio entre o que seria do domínio do conhecimento histórico e do geográfico se encontra na própria troca da denominação das obras, cometida involuntariamente pelo autor.[512]

Kodama evidencia que, no século XIX, geografia e história não eram campos isolados, constituindo as corografias como que inventários que visavam um domínio de um todo da ideia de nação, onde a descrição física das localidades servia de palco para a cronologia da memória da colonização, recolhendo datas, personagens e lugares para oferecer uma narração da fundação de arraiais e vilas e da descoberta de rios e cursos d'água, relatos aqui tomados à guisa de exemplos para demonstrar que o autor transforma o espaço geográfico em um espaço histórico, legitimando a governança territorial por meio deste exercício intelectual sobre o conhecimento do passado. No diálogo entre Cunha Mattos e Silva e Souza podemos identificar a produção das corografias como uma operação de saber temporal e espacial, também como projeto político de nacionalidade. E podemos indagar se em Silva e Souza apareceu não apenas como um relato burocrático oferecido para atender à encomenda da Câmara, mas como uma peça crítica sobre a memória da região regional, oferecendo uma dinâmica de deslizamento

---

512 KODAMA, Kaori. **Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil**. Escritos: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, n. 2, p. 373-395, 2008. P. 374.

entre modelo corográfico requerido, ao espírito do tempo, como descrição geo-histórica, a uma a possibilidade da crítica à aposta colonial na prospecção aurífera.

O *corpus* documental produzido por Cunha Mattos é caracterizado por uma diversidade tipológica, abrangendo corografias, itinerários, dicionários e repertórios, além de memórias e relatórios técnicos produzidos durante sua gestão na Secretaria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Após seu afastamento da esfera política institucional, observou-se uma transição para o campo das letras, marcada pelo esforço deliberado de publicação e sistematização de seus trabalhos pregressos. Privilegiam-se os escritos de matriz histórica, os relatos de viagem e as corografias, uma vez que tais fontes operam como dispositivos centrais para analisar a relevância do gênero corográfico na historiografia brasileira da primeira metade do século XIX. Essas obras evidenciam a indissociabilidade entre as narrativas sobre o tempo e os registros sobre o espaço, revelando como a descrição da paisagem e o inventário das localidades eram fundamentais para a própria construção da memória e da identidade nacional no Império.[513] Dentre os modelos corográficos por ele construídos, é possível identificar proximidades estruturais com a *Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás.*

A história da literatura corográfica é mais antiga e recua à antiguidade clássica na África do Norte, sob a dominação Ptolomaica. Sabe-se que as corografias devem sua origem à Geographia de Ptolomeu de Alexandria "(...) composta de uma parte teórica a respeito do estudo e da composição do espaço e por uma parte prática com a seleção, compilação e ordenação de oito mil registros de cidades e acidentes naturais reconhecidos pelo mundo romano em sua expansão militar e comercial (...)."[514]

No processo de evolução e transformação das corografias ao longo do tempo, é possível atribuir à Itália e à Flandres, entre os séculos XVI e XVII, o papel central no desenvolvimento da representação gráfica articulada às técnicas que incorporavam a Perspectiva e a concepção de Paisagem, configurando distintas modalidades de representação. O acompanhamento da trajetória de constituição das composições corográficas e sua materialização no plano

513 Kaori. **Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil**. Escritos: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, n. 2, p. 373-395, 2008.

514 PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **A escrita da história e o inventário do mundo**: o projeto historiográfico de Bento Teixeira de Oliveira (1842-1845). 2005. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

cartográfico evidenciam que somente na segunda metade do século XIX o modelo discursivo corográfico se consolidou no Brasil, alcançando projeção no âmbito nacional e reproduzindo-se nas realidades locais[515].

Nesse período, observa-se o surgimento de uma nova forma corográfica, cuja produção e circulação foram, em grande medida, financiadas pelo Estado. Tal modalidade se constituiu como um esforço de ordenação e normatização, orientado mais à subordinação do que à informação. As partes e regiões passaram a ser designadas não pela sua individualidade, mas pelo pertencimento a uma unidade histórica e territorial. A nação, nesse contexto, é reconhecida tanto em sua descrição física quanto em suas divisões políticas, que se apresentam como parcelas de uma estrutura administrativa, eclesiástica e judiciária. O mesmo processo se reproduz em relação às Províncias, sempre enfatizando sua vinculação e participação nas instituições nacionais [...][516]

A obra de Luiz Antonio da Silva e Sousa, se radica em uma reflexão provocativa sobre as motivações que levaram à ocupação do sertão goiano, ponderando as motivações iniciais dos colonos. E estabelece um diagnóstico severo sobre a trajetória da região, afirmando que em menos de um século a capitania transitou do esplendor de seu princípio para uma profunda crise de decadência. Essa ruína é atribuída à incapacidade da elite econômica.

Na estrutura da obra, o autor construiu uma resposta à demanda da Câmara, com descritores da capitania de Goiás, para qual modelou a seguinte estrutura, que diz ter retirado de notícias que obteve com viajantes, documentos de particulares e cartoriais: 1) Descobrimento: em que registra o achamento do ouro, as provisões e herança à família Bueno indicando a carta régia de 1784; 2) Governo: que dividiu em civil e eclesiástico, organizou o texto a partir de uma introdução, relacionou os governadores de Goiás entre 1728 até [o seu tempo presente] 1809, pontuou os principais acontecimentos de seus governos; 3) Governo Eclesiástico: governantes eclesiásticos da prelazia e depois Diocese de Goiás nomeou e datou período de ouvidores, intendentes e provedores da Real Fazenda, vigários, da matriz, capelas filiais, posição geográfica da Vila Boa; 4) Rendimentos da Real Fazenda: dados de arrecadação da Junta da Real Fazenda, rendimentos, dízimos, passagens ofícios, carnes verdes, decimas, selos e sizas; 5) Senado da Câmara: histórico e rendas; quarteis; 6) Lista de 65 Povoações, entre

515 Idem.
516 Idem.

a Vila, arraiais e julgados, com um comentário sobre cada localidade; 7) Lista e comentário sobre oito aldeias; 8) Lista de 13 nações indígenas; 9) Registros da Capitania, sendo 12 na parte sul e 08 na parte norte; 10) Rios, Caldas e Lagos, Grutas, Serras e Produções Naturais sobretudo minerais e vegetais; 11) Estradas e distâncias.[517]

Esta literatura sugere uma forma de escrita anterior aos grandes compêndios corográficos das décadas seguintes, mas que se pode observar como um tráfego entre a escrita do espaço e do tempo que se estabeleceu neste texto em função do tipo de conhecimento que produzia, de caráter fundamentalmente prático e baseado na experiência. K. Kodama sugere para os textos de Cunha Mattos, algo que identificamos analogamente à obra de Silva e Souza, que o papel da experiência, presente no texto Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás, não se deve somente a um modelo empírico de conhecimento previamente adotado.

Esta ideia de experiência que se procura destacar remete tanto a um saber concreto - a dizer, um saber que só se revela na própria prática e se consolida como um experimento - quanto à contaminação deste conhecimento produzido discursivamente pela dimensão daquilo que foi experienciado, daquilo que foi vivido: que era demarcado pelo lugar de residência, pelas redes, associativismos e afetos, pela carreira profissional, como padre, professor e homem ligado às aspirações de compor o aparato de Estado. Tal característica poderia ser assim apreendida de um modo mais geral pela forte interação entre a trajetória de vida e os escritos que produziu, consolidando-se ainda no início do século XIX como parte da geração que promoveu uma inauguração corografia histórica.[518]

Gênero literário e estilo de escrita brasileira que irá se consolidar em uma instituição que buscava ensinar e praticar uma forma de escrever a história brasileira, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, do qual Luiz Antonio Silva e Souza se tornou sócio-correspondente anos mais tarde, significando que se manteve em redes intelectuais mais amplas no decurso de tempo entre 1812, quando escreveu as Memórias e 1938, ano de Fundação do IHGB.

---

[517] SILVA E SOUZA. **O descobrimento da Capitania de Goyaz: Governo, População e coisas mais Notáveis da capitania de Goiás**. Goiânia, Ed. UFG, 1979.

[518] KODAMA, Kaori Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil. Escritos**: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 373-395, 2008.

Mas o ponto a ser destacado a respeito dessas obras está, em grande medida, na existência de uma ponte que parece interligá-las, um modo de pensar que transparece em sua escrita, conjugando num mesmo relato, muitas vezes, a história e a geografia. Trata-se de escritos que podem, de início, ser considerados parte de um gênero de escrita histórica mais próximo do modelo das crônicas ou um tipo de relato que, na afirmação de Francisco Iglesias, não se preocupava em ter uma *estrutura explicativa do processo*[519] por inteiro e no qual geralmente se substituía o enredo por um relato próximo da catalogação de dados. A corografia seria uma, para Iglésias, uma "pré-história" da historiografia científica brasileira: rica em dados, mas pobre em capacidade de explicar o "processo" e as contradições da formação nacional, que podia ser compreendida como uma etapa preliminar da historiografia científica brasileira. Embora se caracterize pela abundância de informações factuais e descritivas, revelando limitações significativas no que concernia à capacidade de interpretação dos processos históricos e de análise das contradições inerentes à formação nacional.[520]

A estrutura da obra *Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás* obedece a um princípio cronológico de organização, sem, contudo, costurar um enredo explicativo do processo. Assim também o percurso na linha do tempo, os fatos narrados seguem por um caminhar sucessivo, à guisa de um conjunto de pontilhados, traçando a representação plana de um espaço, como modo de cobertura de um território com o conhecimento histórico e geográfico como ferramenta de posse territorial.[521]

Na elaboração dos descritores das localidades, portanto, de um saber sobre o espaço, Silva e Souza incluiu muitos elementos que podem ser caracterizados como históricos, em razão do seu trato e domínio de informações sobre a história local de Goiás. Narrou eventos como a fundação das vilas, arraiais e julgados, em muitos pontos trouxe o histórico de seus fundadores e a descoberta de regiões, aluviões auríferas e rios. A ênfase no que seria do domínio do conhecimento histórico se explicitou no título da obra: Descobrimento, Governo, População coisas notáveis.[522]

---

519 IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
520 Idem.
521 KODAMA, Kaori. Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil. **Escritos: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa,** Rio de Janeiro, n. 2, p. 373-395, 2008. P. 375.
522 SILVA E SOUZA. **O descobrimento da Capitania de Goyaz: Governo, População e coisas mais Notáveis da capitania de Goiás.** Goiânia, Ed. UFG, 1979.

A trajetória biográfica Luiz Antonio Silva e Souza pode, primeiramente, ser considerada uma cifra para o conhecimento de seu Itinerário, também dos seus objetivos imediatos em relação à sua realização escrita, de que as Memórias são, até onde as fontes apontam, seu primeiro texto a circular amplamente, se desconsiderarmos traduções e algum material apostilado para uso nas aulas de latim. Em segundo lugar, estabelecer uma conexão entre a experiência e registro na escrita, nos permite destacar de que modo o autor organizava um modelo de conhecimento histórico, que lhe permitia adquirir uma autoridade intelectual que o posicionava como pessoa referencial para a história local, também lhe mantinha em contato com círculos intelectuais para fora de Goiás e – ao encontra-lo como membro da Câmara em 1822 é possível indagar sobre a medida em que a obra *Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás* pode fornecer uma chave de leitura para a estratégia de ocupação de espaços políticos, ao lado de uma concepção histórica em alinhamento com um modelo descritivo e em disjunção enquanto crítica às elites no período do descobrimento e na sequência, na decadência do esplendor.[523]

Silva e Souza construiu uma narrativa sobre Goiás em que o espaço e a memória são vistos com olhos com que se mira uma possessão. Deste modo, se dedicou a produzir um conhecimento do espaço que se caracterizou e se desdobrou como a produção de um saber sobre a história das localidades goianas. A ideia mesma de uma corografia traça precisamente este sentido lato: o conhecimento ligado a uma região, de *lugar próprio.*[524]

Se constitui na descrição de uma localidade, definida por objetos e seres que lhe são pertencentes, em oposição a um espaço abstrato, matematizável, regulado por linhas coordenadas, à semelhança de uma cartografia da exterioridade em relação ao singular desta localidade. Diferentemente da noção de topos, de onde se pode retirar a matriz da topografia, a *chora* alude a outra relação com o lugar, dela se depreendendo por isso, a corografia se liga a um saber *concreto*, que remete à uma paisagem, ou seja, ao enquadramento de um lugar específico, realizado e descrito por aquele que olha à sua volta. É, neste sentido, um conhecimento que só pode ser retirado a partir daquele que o experiencia. Mesmo que às vezes "topografia" e "corografia" sejam usados como termos cambiáveis, eles nos indicam formas distintas de apreensão da realidade histórica. Se a topografia inclui sempre uma noção de

523 Idem.
524 NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: FAPERJ; Revan, 2003.

situação, da localização como um ponto sobre um espaço definido em coordenadas.[525] E, nesta linha, ela se apresenta como um saber que lança mão da abstração e da matemática, a corografia sugere a exigência de uma experiência do lugar e do olhar sobre ele lançado. Assim, a *Memória sobre o Descobrimento (...)* ganhou uma autoridade oriunda do lugar e do olhar de seu autor.

Ao nos voltarmos para a relação que se constituiu entre Silva e Souza e Cunha Mattos orientamos o olhar para a produção deste último, a fim de analisar em que medida os escritos de ambos se constituíram em partes de uma mesma tarefa de descrever o Reino Unido e garantir uma unidade que delineava efeitos intelectuais e políticos. Ainda que não seja possível aprofundar, neste momento, as primeiras distinções acerca das formas de conhecimento sobre o espaço, é pertinente retê-las como referência para a análise do *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*, de autoria de Cunha Matos.[526] Produzido entre os anos de 1823 e 1826, o *Itinerário* consiste em um conjunto de anotações e relatos elaborados pelo marechal durante suas deslocações do Rio de Janeiro à província de Goiás, realizadas em duas ocasiões distintas. Na primeira viagem, quando ainda ocupava o posto de coronel, Cunha Matos assumiu a função de comandante em armas, sendo incumbido da fiscalização da organização militar da província de Goiás.

A segunda viagem ocorreu após sua eleição como deputado pela mesma província, ocasião em que partiu novamente do Rio de Janeiro em direção ao extremo oeste goiano, com o objetivo de contribuir para a defesa territorial diante da ameaça de uma possível invasão promovida pelo ditador paraguaio José Gaspar Rodríguez de Francia.[527] Este perfil de ação identificado em Cunha Mattos se sustenta ao lado de sua produção como parte um modo de operação sobre o texto, anterior à formatação disciplinar que depois separaria os estudos históricos dos geográficos.

> Comumente atribuiu-se à História temáticas relacionadas ao domínio do tempo, enquanto delegou-se à Geografia responsabilidade pelo estudo dos fenômenos espaciais. Esta secção hierarquizada de conhecimentos,

525 Idem.

526 CUNHA MATOS, Raimundo José da**. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

527 KODAMA, Kaori. Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil. **Escritos: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa,** Rio de Janeiro, n. 2, p. 373-395, 2008.

> atualmente posta em questão, nem sempre correspondeu aos modelos de pensamento do passado. Durante muito tempo, essas disciplinas foram maneiras equivalentes de pensar, indissociáveis esquemas subjetivos que coordenavam e integravam os fenômenos perceptíveis da natureza.[528]

A marca constitutiva das exigências do formato e teor do texto naquele período indicam que os escritos corográficos de Cunha Matos se alinham aos preceitos modernos de objetividade, priorizando uma descrição técnica em que a subjetividade do autor é mitigada em favor da precisão informativa. Essa escrita do espaço visava, primordialmente, à utilidade prática, conferindo menor relevância às interpretações autorais em prol do registro factual. Tal postura metodológica converge com a trajetória do marechal, figura central na fundação do IHGB, instituição à qual legou sua produção intelectual. Não se trata, portanto, de uma coincidência que sua escrita — articulada entre a experiência vivida e o registro sistemático — reflita o ideário do Instituto: um espaço de produção letrada e política voltado à consolidação do Estado Imperial e à defesa da monarquia bragantina no continente americano.[529]

O século XIX pode ser interpretado como um período marcado pela intensificação do historicismo, entendido como a valorização da história enquanto ciência autônoma e como forma privilegiada de conhecimento. Nesse contexto, observa-se uma progressiva centralidade atribuída à dimensão temporal, concebida como eixo estruturador das narrativas e análises históricas. O tempo passa a ser reconhecido como categoria fundamental para a compreensão dos processos sociais, políticos e culturais, assumindo o papel de elemento dinâmico que confere sentido às transformações e rupturas. Em contrapartida, a variável espacial, que em momentos anteriores havia desempenhado função significativa na organização do saber, é gradualmente relegada a uma posição secundária. A disciplina histórica, ao enfatizar o tempo como recurso explicativo, tende a reduzir o espaço a mero cenário ou suporte das ações humanas, desconsiderando sua potencialidade como categoria analítica autônoma. Essa mudança revela não apenas uma alteração metodológica, mas também uma transformação epistemológica mais ampla, na qual o historicismo se consolida como paradigma dominante, orientando a produção intelectual e a construção das narrativas históricas do período.[530]

Neste processo, nas palavras de Michel Foucault, "O espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, foi a riqueza, a fecundidade, a vida e a

---

528 Idem, p. 231.

529 Idem, p. 385.

530 CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. Inventários de um mosaico: Representação espacial e olhar corográfico no Brasil, século XIX. In: **Faces da História**, Assis-SP, v.3, nº2, p. 230-244, jul.-dez., 2016, p. 232

dialética".[531] Não que a produção histórica fosse desprovida de espacialidade; a localização dos fatos era dado de imensa importância para os historiadores daquele período. Predominava, ao longo do século XIX, a concepção segundo a qual a geografia era compreendida como disciplina auxiliar da história. Nesse arranjo epistemológico, cabia à geografia a função de preparar o cenário, oferecendo a descrição dos lugares e das condições físicas, enquanto à História competia ditar o roteiro das ações humanas, conferindo sentido e direção aos acontecimentos. Essa hierarquia disciplinar refletia a predileção dos historiadores oitocentistas pela periodização do mundo, prática que se estendeu ao longo do século XX e continuou a enquadrar o pensamento crítico moderno.

Tal perspectiva contribuiu para consolidar o status da História no interior do leque das ciências sociais, atribuindo-lhe primazia como disciplina capaz de organizar e interpretar os processos temporais. Entretanto, essa centralidade temporal implicou a marginalização da dimensão espacial, que permaneceu por décadas relegada a um papel secundário. Somente após um longo percurso teórico e metodológico os historiadores passaram a reconhecer as potencialidades analíticas do espaço, compreendendo-o não apenas como cenário estático, mas como categoria fundamental para o estudo das sociedades pretéritas e para a interpretação das dinâmicas sociais em sua complexidade.[532] No contexto da relação entre Cunha Mattos e Luiz Antonio Silva e Souza é possível entrever que o primeiro autor depositou confiança de que seus dados coletados sobre a história encontravam guarida no material escrito pelo segundo.

Pensar a corografia como gênero textual implica em pensar os seus significados, Luiz Antônio Marcuschi classificou tais fenômenos como eventos de natureza altamente maleável e dinâmica, cuja constituição não pode ser compreendida de forma estática ou definitiva. Segundo o autor, esses eventos se caracterizam por sua capacidade de adaptação e transformação contínua, emergindo em estreita relação com os avanços tecnológicos e com as demandas socioculturais que se impõem em diferentes contextos históricos. Essa perspectiva evidencia que os eventos comunicativos e discursivos não se desenvolvem de maneira isolada, mas estão sempre vinculados às condições materiais e simbólicas que os sustentam. A maleabilidade mencionada por Marcuschi refere-se à possibilidade de constante reconfiguração, seja em

---

531 FOUCAULT, Michel. ***Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber*.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

532 CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. Inventários de um mosaico: Representação espacial e olhar corográfico no Brasil, século XIX. In: **Faces da História**, Assis-SP, v.3, nº2, p. 230-244, jul.-dez., 2016.

função da introdução de novas tecnologias de informação e comunicação, seja em decorrência das mudanças nos padrões culturais e sociais que orientam as práticas humanas.[533]

Conforme as premissas de Jean-Michel Adam, a categoria de gênero textual desempenha a função primordial de conferir ordenação e estabilidade às atividades comunicativas humanas. Esse processo de sistematização ocorre mediante a classificação dos discursos com base em critérios multidimensionais, tais como a natureza do enunciador, as coordenadas espaço-temporais da enunciação, os horizontes temáticos, as propriedades funcionais e os respectivos suportes materiais, além das particularidades de estilo e composição. Assim, o gênero atua como um horizonte de expectativas que permite a inteligibilidade e a circulação de sentidos dentro de uma determinada esfera social.[534]

Ao transpor tal arcabouço teórico para o domínio da metodologia da pesquisa histórica, a análise de gêneros textuais consolida-se como uma ferramenta analítica indispensável para o exame das corografias oitocentistas. Essa abordagem permite ao historiador transcender a leitura meramente informativa e adentrar a estrutura discursiva das fontes. Por meio da identificação de recorrências temáticas, estilísticas e estruturais, torna-se possível situar as obras corográficas no bojo do discurso de conhecimento e apropriação do território. Em última análise, o gênero textual funciona aqui como um prisma que revela como a escrita do século XIX organizou a representação do espaço nacional, integrando os saberes geográficos a um projeto político-identitário de construção do Estado.[535]

Como qualquer gênero textual, o gênero corográfico é de difícil definição formal, devendo ser contemplado em seus usos e condicionamentos sociocomunicativos. Claval indica uma arqueologia do tríplice especialidade de percepção na corografia:

> O paradigma de sistematização do espaço ao qual fazemos referência foi estabelecido pelos gregos, os quais distinguiam três especialidades de percepção visual: a topographia, que descrevia as condições de um lugar (topos); a khôrographia, representando o caráter único das regiões (khôroi); e a gêographia, caracterizada pela preocupação com a totalidade da Terra (gê). Era na alternância, e não na oposição, entre estes elementos que residia a essência do conhecimento geográfico. O gênero corográfico

533 MARCUSCHI, Luiz Antônio**.** Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-36.

534 ADAM, Jean – Michel. Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre. **Revue belge de philologie et d'histoire**, t. 75, n. 3, p. 665 – 681, 1997.

535 Idem.

> foi, portanto, produto e produtor de modalidades específicas de elaboração de conhecimento sobre o espaço.

Desde suas origens, as corografias foram estruturadas a partir de princípios textuais e convenções estilísticas que desempenharam papel fundamental na organização e na atribuição de sentido ao discurso voltado para o inventário das riquezas de uma determinada localidade. Esse gênero se caracteriza, sobretudo, pelo compromisso com a descrição qualitativa de uma região, conferindo-lhe identidade própria e uma polissemia que o distingue no campo das representações espaciais. É relevante observar que, no âmbito das corografias, o recurso à linguagem visual — frequentemente denominada "pintura de palavras" — consolidou-se como uma convenção estilística recorrente, utilizada para detalhar minuciosamente os aspectos constitutivos de um objeto espacial. Tal prática não apenas reforça o caráter descritivo do gênero, mas também evidencia sua vocação para traduzir em texto a materialidade e a singularidade das paisagens e territórios. Além disso, ao tratar da constituição de uma região em sua especificidade, o paradigma corográfico revela aproximações significativas com a pesquisa antiquária, desenvolvida por eruditos desde o Renascimento. Ambas as formas de conhecimento compartilham a ênfase no tratamento sistemático das informações, buscando organizar dados e observações de modo a construir um quadro interpretativo que valorize tanto a dimensão histórica quanto a espacial. Nesse sentido, a corografia pode ser compreendida como uma prática discursiva que, ao mesmo tempo em que descreve, interpreta e sistematiza, insere-se em uma tradição intelectual mais ampla de investigação e catalogação das realidades locais.[536]

O texto predominantemente descritivo das corografias se articula, por sua vez, em outra característica importante do gênero, que é a taxonomização do mundo e hierarquização dos elementos que o compõem. Não raramente, a literatura corográfica do século XIX traz tabelas e sumários, nos quais discriminava-se toda a matéria que iria ser descrita na obra. Assim, ao submeter a região aos princípios de classificação corográfica, o que se estava buscando era o controle de uma realidade dinâmica e multifacetada. Complementarmente à perspectiva linear,

---

[536]CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. Inventários de um mosaico: Representação espacial e olhar corográfico no Brasil, século XIX. In**: Faces da História**, Assis-SP, v.3, nº2, p. 230-244, jul.-dez., 2016.

> o olhar corográfico se desenvolveu de maneira a submeter o espaço ao domínio hegemônico do intelecto e da razão. Sendo assim, não é estranho que a perspectiva corográfica tenha predominado em documentos de caráter militar, estratégico e estético, tais como mapas, roteiros de viagens e mesmo em obras pictóricas dos gêneros natureza-morta e paisagístico (...).[537]

As novidades tecnológicas e técnicas do século XIX acabariam por modificar não apenas as formas de percepção do espaço, como também as modalidades de representação do mesmo. Na busca por atender às necessidades de consumo do público leitor e estimular a produção de conhecimento, os editores da época adaptaram o gênero corográfico a textos de diferentes naturezas e suportes materiais. Nesse contexto, a corografia tomou forma do que conhecemos hoje por história local, produção historiográfica que diz respeito a umas poucas aldeias ou cidades inseridas em uma região. Este novo gênero textual consistia numa mescla de descrição topográfica e narrativa histórica. Também é característica deste tipo de historiografia o tratamento sistemático das informações, bem ao modelo da pesquisa antiquária, além de referência a personalidades locais, num tom muitas vezes sentimental e laudatório.[538]

O que tornava a região objeto de tamanha relevância aos olhos dos homens do século XIX? Pierre Goubert observa que, por um longo período, ao menos até que as ideias passassem a circular com maior rapidez e os deslocamentos se tornassem mais frequentes, o ponto de referência predominante para a maioria das pessoas era a paróquia natal ou uma pequena cidade e seus arredores imediatos. Nesse contexto de vida restrita e fortemente enraizada no espaço local, as atividades intelectuais e o próprio olhar sobre o território eram impregnados por um sentimento profundo de amor pátrio, revelando a íntima ligação entre o indivíduo e sua terra de origem[539].

É importante destacar que, na etimologia, os termos *pátria* e *país* compartilham uma mesma raiz histórica, ambos remetendo ao lugar de origem de uma comunidade. Esses espaços cotidianos, aparentemente modestos, carregavam um valor afetivo e simbólico de grande intensidade, constituindo-se como referência identitária e cultural. Assim, a região não era apenas um recorte geográfico, mas um espaço vivido e sentido, onde se projetavam memórias, afetos e vínculos de pertencimento. O apego ao local, à terra natal, conferia à experiência

---

[537]Idem, p. 234.

[538]CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. Inventários de um mosaico: Representação espacial e olhar corográfico no Brasil, século XIX. In: **Faces da História**, Assis-SP, v.3, nº2, p. 230-244, jul.-dez., 2016.

[539]GOUBERT, Pierre**. Local History. In: Historical Studies Today**. New York: W. Norton & Co., 1972.

espacial uma dimensão de enraizamento que transcendia a materialidade, tornando-se parte essencial da construção da identidade coletiva e da própria percepção histórica dos homens oitocentistas.[540]

A predileção oitocentista pela história local, em oposição a uma síntese histórica geral, pode ser explicada pela incompleta integração dos territórios nacionais, cujas especificidades regionais ainda se sobrepunham à unidade do Estado. O gênero corográfico funcionava, portanto, como o registro da identidade espacial primária de determinadas populações. No Brasil, os marcos da vinda da família real e da Independência ampliaram o horizonte geográfico das elites provinciais, alterando sua autopercepção e inserção política. Esse processo coincidiu com o desmantelamento ou a readequação do aparato institucional herdado do período colonial, refletindo a transição para uma nova realidade nacional em construção.[541]

A obra corográfica transubstancia-se em um dispositivo pedagógico-político, onde o conhecimento do território atua como vetor de lapidação do patriotismo e rito de passagem para a cultura letrada. Ao estabelecer o inventário pormenorizado da província como primado epistemológico — anterior e superior ao estudo de nações estrangeiras, o autor institui uma hierarquia de saberes que ancora a formação do estudante na realidade imediata do país natal. Essa metodologia de ensino direciona o olhar discente para os particularismos regionais, forjando uma percepção de totalidade nacional a partir da soma de suas partes constituintes. Tal configuração espacial é basilar na engenharia da identidade nacional, uma vez que molda, desde a infância, o imaginário do sujeito, vinculando o sentimento de pertença a referenciais geográficos e históricos locais que sustentam a unidade do Império.[542]

Precedendo a institucionalização do saber histórico e geográfico promovida pelo IHGB, o paradigma corográfico já se manifestava nos relatos de cronistas, viajantes e clérigos, cujos registros — muitas vezes originários da tradição oral — compunham o panorama informativo da colônia. Um dos marcos seminais na sistematização desse conhecimento sobre o território luso-brasileiro foi empreendido por Manuel Aires de Casal, presbítero secular do Crato. Sua obra, *Corographia Brasílica ou Relação Histórico-Geographica do Reino do Brazil*, publicada

---

[540] Idem.

[541] CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. Inventários de um mosaico: Representação espacial e olhar corográfico no Brasil, século XIX. In: **Faces da História**, Assis-SP, v.3, nº2, p. 230-244, jul.-dez., 2016.

[542] GOUBERT, Pierre**. Local History. In: Historical Studies Today**. New York: W. Norton & Co., 1972, p. 239.

pela Imprensa Régia em 1817, reveste-se de singular relevância para a história intelectual e da leitura no país. Além de configurar-se como um dos primeiros volumes impressos em solo brasileiro, o texto estabeleceu um cânone metodológico para o gênero corográfico, servindo de baliza para projetos historiográficos e geográficos subsequentes.[543]

Por meio da atividade intelectual de Luiz Antonio da Silva e Souza, Goiás se inseriu neste projeto de uma didática da nação, servindo de fonte para autores que influenciaram a descrição do país, tais como Cunha Mattos e Aires de Casal, em contexto de formação de uma identidade nacional, a partir das narrativas locais.

A similitude de perfis entre Casal e Silva e Souza, escritores e padres seculares, se diferencia no alcance do texto. Casal recobria o país e Silva e Souza dedicava-se à história local. Importa frisar que o material publicado por Luiz Antonio foi incorporado por Casal, ainda que sem a referência à fonte e autoria. Um segundo ponto de convergência entre estes autores é o tom, explicitamente, monarquista. Se Casal enuncia a vassalagem e pede acolhida ao Rei:

> Persuado-me que uma tal obra merecerá o acolhimento que V. R. Majestade costuma prestar a tudo que pode ser útil a seus vassalos, a cujo proveito sacrifiquei os melhores anos da minha vida, empreendendo esta obra original, e tão superior às minhas forças, e cabedais, que por vezes, descorçoado à vista de um tropel de dificuldades, determinei abrir mão da empresa: Assim aconteceria se não me dominasse uma simpatia por esta ciência encantadora e conjuntamente me alentassem amigos inteligentes e patriotas receosos de que os meus trabalhos e fadigas descessem comigo à sepultura.[544]

Silva e Souza, por sua vez, encerrou o seu texto rogando cuidados paternais do Rei sobre Goiás, a fim de que se possa fazer conhecer a:

> vantajosa situação de Goiás, que, ainda mesmo na maior decadência em que se considera, e a que diferentes motivos deram princípio, tem proporções para se levantar, para ressurgir logo que se possam aplicar a seu benefício os

543 Idem.

544 CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasílica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. X.

> paternais cuidados d'el-rei nosso senhor. E que quadro tão brilhante se apresenta agora à minha imaginação![545]

O quadro que Silva e Souza apresenta na *Memória do descobrimento da Capitania de Goyaz: Governo, População e coisas mais Notáveis da capitania de Goiás* podia ser caracterizado como moderno, industrioso, científico, artístico e comercial, revelando um projeto de civilização que se propõe a transformar profundamente a realidade social e cultural. Nele, observa-se a tentativa de reduzir à vida civil os chamados ~~*selvagens,*~~ integrando-os ao universo da navegação, do povoamento e da cidadania. Trata-se de uma visão que associava progresso material e ordem política, na qual o avanço das técnicas e das práticas econômicas se articulam à construção de uma sociedade disciplinada e orientada por valores de racionalidade e produtividade[546].

A modernidade concebida por Silva e Souza não se limitava a uma simples descrição de costumes ou práticas sociais, mas implicava um ideário de desenvolvimento, que se encontrava sob a égide do monarca. A centralidade da figura régia confere legitimidade e direção ao processo de modernização, funcionando como eixo ordenador das iniciativas econômicas e culturais. Nesse sentido, o projeto moderno delineado pelo autor evidencia uma concepção de Estado que atua como mediador entre a tradição e a inovação, entre a permanência das estruturas coloniais e a emergência de novas formas de organização social.[547] Ao descrever Goiás, acentuou uma análise de suas possibilidades de modernização:

> Eu vejo reduzidos à sociedade civil tantos milhões de habitantes selvagens, que nos rodeiam, tornando em cidadãos úteis e laboriosos, vejo povoadas as margens de tantos rios navegáveis girando por todas as partes as embarcações com as produções do país, vejo adiantadas as artes e as ciências, promovida a indústria, animando o comércio, penetradas as matas que poupam o trabalho dos homens. Vejo adiantadas as artes e as ciências, promovida a indústria, animado o comércio, penetrados os sertões e descobertas as suas preciosidades, vejo marcha de um passo igual a agricultura e a mineração, cobertas de rebanhos as campinas, coroados de vinhas os outeiros, crescerem

---

[545]SILVA E SOUZA. **O descobrimento da Capitania de Goyaz: Governo, População e coisas mais Notáveis da capitania de Goiás.** Goiânia, Ed. UFG, 1979, p. 76.
[546]SILVA E SOUZA**. O descobrimento da Capitania de Goyaz: Governo, População e coisas mais Notáveis da capitania de Goiás**. Goiânia, Ed. UFG, 1979.
[547]Idem.

> as povoações e fundarem-se as cidades. É verdade que para tudo isto é preciso tempo, são precisos dispendiosos sacrifícios, mas nada é impossível.[548]

No modelo proposto por Silva e Souza, a modernidade consubstancia-se no binômio econômico mineração-agricultura, eixos estratégicos que formam a base material do desenvolvimento pretendido. A mineração, frequentemente associada a um discurso de decadência, é reposicionada ao lado da agricultura — esta última compreendida como o pilar de sustentação da vida cotidiana, do abastecimento interno e da estabilidade social. Juntas, essas atividades transcendem a dimensão puramente econômica, configurando um projeto político-social que visava integrar o território goiano e suas populações sob a égide de um ideal de progresso. Esse modelo não se restringia ao plano econômico; constituía um projeto de integração regional e social em torno de um paradigma de civilidade. O quadro traçado pelo autor reflete as ambições modernas do Oitocentos: o primado da técnica, a promoção do intercâmbio comercial e a reunião das populações sob a ordem estatal.[549] É uma perspectiva que associa o progresso à necessidade de disciplinamento da sociedade, vinculando o desenvolvimento da nação à solidez da autoridade política, à monarquia.[550]

Na conclusão da *Memória do descobrimento da Capitania de Goyaz: Governo, População e coisas mais Notáveis da capitania de Goiás*, seu autor colocou um fecho na obra que indicava um olhar de esperança sobre as possibilidades de modernização de Goiás, por meio do dispêndio de investimento em tempo e sacrifícios, como sugeriu, mas que permitiria a Goiás ampliar as suas proporções "para se levantar, para ressurgir(...). Goiás florescerá, aumentará o esplendor do tronco e se tornará a mais brilhante porção dos domínios portugueses".[551]

Podemos concluir que enquanto viajantes como Saint-Hilaire, Spix e Martius buscavam na natureza a corroboração empírica para suas teorias, autores como Aires de Casal e os demais analisados nesse artigo vasculhavam arquivos e bibliotecas à procura de documentos,

---

[548]SILVA E SOUZA**. O descobrimento da Capitania de Goyaz: Governo, População e coisas mais Notáveis da capitania de Goiás**. Goiânia, Ed. UFG, 1979.
[549]GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.
[550]SILVA E SOUZA. **O descobrimento da Capitania de Goyaz: Governo, População e coisas mais Notáveis da capitania de Goiás**. Goiânia, Ed. UFG, 1979.
[551] Idem.

conferindo maior credibilidade a textos consagrados do que a informações retiradas diretamente da natureza. Isso, contudo, não os desqualifica como detentores de um método crítico de análise, pois, se os objetos de representação corográfica – rios, montanhas, planícies, serrados, outras paisagens– eram, em rigor, os mesmos para viajantes e corógrafos de gabinete, percebe-se que os olhares que sobre eles incidiam eram muito diferentes.

As corografias produzidas no século XIX constituem-se como verdadeiros lugares de memória e resistência, contrapondo-se às tentativas de homogeneização espacial engendradas pelo Estado monárquico. A fricção entre diferentes modelos de representação do território evidencia uma luta simbólica pela demarcação do que deveria ser compreendido como "nação", tornando essa hipótese central para a compreensão da identidade política brasileira. Ao deslocar o olhar para o paradigma corográfico, percebe-se que a produção do território foi marcada por tensões irredutíveis, em que o conhecimento geográfico servia tanto à ordem quanto à contestação da arquitetura administrativa imperial.[552]

Por conseguinte, observa-se que, durante o processo de fundação da nacionalidade na primeira metade do século XIX, a narrativa corográfica desenvolveu-se em uma relação dialética com a ordem política estatal, ora legitimando a hierarquização espacial vigente, ora instrumentalizando críticas contundentes à divisão territorial do Império. Nesse cenário, a exaltação das especificidades regionais adquiriu uma dimensão política profunda, prefigurando a estética romântica ao valorizar a singularidade de cada localidade. Esse recurso discursivo revelou-se um poderoso instrumento de argumentação, mobilizado pelas elites provinciais para conferir densidade histórica e legitimidade aos seus projetos políticos e interesses econômicos particulares.[553]

4.2 LUIZ ANTONIO SILVA E SOUZA EDUCADOR: UMA DIDÁTICA DA REGIÃO, DA NACIONALIDADE E DA MODERNIDADE

Se a obra *Memória do descobrimento da Capitania de Goyaz: Governo, População e coisas mais Notáveis da capitania de Goiás* foi uma resposta à formalidade da encomenda feita

552 CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. Inventários de um mosaico: Representação espacial e olhar corográfico no Brasil, século XIX. In: **Faces da História**, Assis-SP, v.3, nº2, p. 230-244, jul.-dez., 2016, p. 242.
553 Idem, ibidem.

pela Câmara da Vila Boa, seus usos e sentidos se ampliaram para além deste objetivo inicial. Podemos descrever ao menos quatro dinâmicas a partir de sua circulação: 1) a fundação de um campo histórico e geográfico no horizonte da invenção da história do Brasil e de Goiás, posicionando um escrito fundador da "noção" da região; 2) a consolidação da participação em redes intelectuais mais amplas, fora da capitania, ligando Goiás ao Rio de Janeiro; 3) a participação de seu autor no ambiente político e administrativo da capitania, a partir da Câmara, com o respaldo da produção intelectual; 4) o uso da obra como compêndio didático para o ensino da história e da geografia da região.

A compreensão da região como uma *invenção* pressupõe, no cenário brasileiro, o exame das respostas formuladas à persistente indagação sobre a identidade nacional. Diante da complexidade desse desafio, a identidade da nação foi formulada por um grupo intelectual, que assumiu a função de decifrar o território e a sociedade, diagnosticando potencialidades e vulnerabilidades.[554] Desse esforço hermenêutico emergiram retratos do Brasil que, ao tentarem sistematizar a diversidade nacional, acabaram por institucionalizar e qualificar singularidades e disparidades regionais. Assim, a invenção da região situa-se no âmago das práticas discursivas que visavam *ler* o país para propor soluções aos seus dilemas estruturais. Apoiando-se na premissa da nação como invenção discursiva.[555] Desse esforço hermenêutico emergiram retratos do Brasil que, ao tentarem sistematizar a diversidade nacional, acabaram por institucionalizar e qualificar singularidades e disparidades regionais. Assim, a invenção da região situa-se no âmago das práticas discursivas que visavam *ler* o país para propor soluções aos seus dilemas estruturais. Apoiando-se na premissa da nação como invenção discursiva,[556] conforme proposto por White, é possível problematizar a região não como um dado geográfico apriorístico, mas como uma elaboração intelectual estratégica, moldada pela necessidade de entender e organizar a complexidade do espaço brasileiro.

---

[554]PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; WITECK JÚNIOR, Geraldo. Nação, região, sertão e a invenção dos brasis: chaves de leitura para a história da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 385-408, jun. 2013.

[555]WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994; ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

[556]WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994; ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

No âmbito desse processo de construção identitária, examina-se a representação do Brasil como uma entidade clivada pela dialética entre o regional e o nacional — tensão esta que se configura como elemento estruturante da realidade brasileira e ponto focal das inquietações acerca da integridade territorial. À luz do conceito de tradição inventada, que balizou a dicotomia entre o interior e a costa, observa-se como Luiz Antônio da Silva e Souza manipula repertórios simbólicos para edificar uma imagem de Goiás. O autor confere à província uma singularidade regional que, de forma ambivalente, a converte em enclave estratégico para o projeto de expansão civilizatória, subordinando a região à teleologia de progresso do Estado imperial.[557]

Ainda que o universo das grandes distâncias tornasse difícil, por qualquer das estradas coloniais, chegar às localidades do Oeste e de Goiás, e que o quadro da dispersão territorial constantemente desenhado por viajantes fosse real, isto não fazia subsumir que Goiás estava inserido em redes de relações as mais diversas, dentre as quais se destacam as do trato intelectual. Os caminhos serviam de bases, nem sempre satisfatórias, para fluxos que tinham um dinamismo próprio. Neste sentido, com as limitações e os incômodos, o trabalho de autoria e publicação dá mostras de processos de integração em curso na primeira metade do século XIX.[558]

Se a ideia de isolamento aparece como um léxico constante na literatura de viajantes, é sintomático que seja quase obliterada no texto de Luiz Antonio Silva e Souza. Entendemos que certa *tese do isolamento* é mais pressuposta do que enunciada, pois parece um discurso de acomodação da identidade A distância é evocada, ainda, como entrave ao desenvolvimento, desde a crise da mineração, até o período de elaboração das narrativas regionalistas. Uma barreira natural, que pode servir tanto para engrandecer os feitos dos desbravadores, quanto para justificar as condições sociais e econômicas e a necessidade de investimentos em projetos de integração e desenvolvimento.

Silva e Souza se afasta de tal narrativa e se coloca em conexão, por meio de publicações e correspondência, com outras partes do Brasil, inserindo Goiás em fluxos e rotas de produção e difusão em *redes intelectuais mais amplas*. Ademais a construção discursiva de uma região

---

[557]CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. Inventários de um mosaico: Representação espacial e olhar corográfico no Brasil, século XIX. In: FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.3, nº2, p. 230-244, jul.-dez., 2016.
[558]LIMA, André Nicacio. **Caminhos da integração, fronteiras da política**: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso. 2010. 235 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

em relação com outros espaços servia aos objetivos de atrair a atenção para novas possibilidades para Goiás *ressurgir*[559].

A *participação de Silva e Souza no ambiente político-administrativo goiano* revela o perfil do intelectual público oitocentista, cuja influência na Câmara Municipal era solidificada por sua vasta produção acadêmica. Para o autor, a política e a intelectualidade constituíam faces de um mesmo projeto: a superação da decadência regional por meio da instrução e do controle institucional. O respaldo conferido por seus estudos permitia que suas intervenções na esfera pública fossem lidas como diagnósticos técnicos e necessários para a viabilização da província. Assim, sua figura política em Goiás consolidou-se na intersecção entre o exercício do poder local e a sistematização de um conhecimento voltado para a "utilidade pública" e para o fortalecimento do Estado.[560]

Em 1821 foi eleito deputado para as Cortes Constituintes representando Goiás, ao lado de Joaquim Theotonio Segurado, representantes de Goiás. Sobre esta eleição Alencastre anotou que havia uma legitimidade de eleições livres e que os perfis eleitos foram expressões legítimas da vontade dos eleitores.[561]

É muito provável que o texto a obra de Silva e Souza *Memória do descobrimento da Capitania de Goyaz: Governo, População e coisas mais Notáveis da capitania de Goiás* tenha sido usada como compêndio didático para o ensino da história e geografia da região, pois no século XIX os textos corográficos eram acionados para fins de uma didática da região e da nação.[562] Muitas corografias foram elaboradas, na primeira metade do século XIX, sob a forma de compêndios didáticos que seriam usados em instituições de ensino. Seus conteúdos organizaram-se de acordo com as diretrizes da pedagogia da nacionalidade, objetivando lapidar o sentimento patriótico dos alunos.[563]

---

[559]SILVA E SOUZA**. O descobrimento da Capitania de Goyaz: Governo, População e coisas mais Notáveis da capitania de Goiás**. Goiânia, Ed. UFG, 1979.

[560] TELES, José Mendonça (org.). **Vida e obra de Luiz Antônio da Silva e Souza.** Goiânia: Editora da UFG, 1998.

[561] ALENCASTRE, José Maria Pereira de. Biografia do Padre Luiz Antonio da Silva e Souza. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, Tomo XXX, 1864.

[562]FONSECA, Selva Guimarães. A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, p. 468-485, dez. 2009.

[563] CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. Inventários de um mosaico: Representação espacial e olhar corográfico no Brasil, século XIX. In: **Faces da História,** Assis-SP, v.3, nº2, p. 230-244, jul.-dez., 2016, p. 238.

Entre os usos didáticos e o esforço para instruir Goiás, podemos encontrar Luiz Antonio Silva e Souza redigindo o *Catecismo da Agricultura*, a partir de 1823, mas que viria a ganhar amplitude a partir de 1830 com a veiculação na Imprensa Matutina. Periódico no qual Silva e Souza publicou poesias, discursos e as duas partes de seu texto educador para as novas formas de organização da economia, atuando de forma educativa por meio da publicação na nascente imprensa provincial. Disseminado via folhetins no jornal A Matutina Meiapontense entre 1830 e 1831,[564] o *Catecismo da Agricultura* representa um marco do pensamento ilustrado em Goiás. O texto desbordava da um manual técnico para consolidar-se como projeto de reforma civilizatória e política, veiculando o ideal do trabalho, da produção, da riqueza ligada à terra.[565]

Se a história da imprensa brasileira autóctone tem seu marco com a Gazeta do Rio de Janeiro que iniciou a sua publicação em 10 de setembro de 1808, em Goiás, apesar dos esforços do presidente da província Miguel Lino de Morais solicitando à côrte uma tipografia em abril de 1829, sem êxito. Será pela iniciativa particular de Joaquim Alves de Oliveira,[566] proprietário do Engenho São Joaquim, que se introduziu a imprensa em Goiás, uma tipografia que foi estabelecida no arraial de Meia Ponte, onde circulou a Matutina Meiapontense"[567] entre 1830-184. Era um jornal era de pequeno porte, e publicado três vezes por semana: as terças, quintas e sábado, tinha por editor o Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury (1793-1846),[568] descrito como um antimonarquista. Camargo Fleury era influenciado pelos ideais iluministas e liberais, mantendo um tom editorial de defesa dos interesses econômicos agropecuários. O jornal tinha sua visão sobre Goiás e se inscrevia na dinâmica das lutas pela política e a cidadania na nação recentemente.[569]

---

[564]Entre os suportes possíveis para uso da coleção de Jornais Matutina Meiapontense aqui utilizamos a coleção digital organizada pela Agência Goiana de Cultura.

[565] Para aprofundar tópicos sobre história da economia e da agropecuária no século XIX: PRADO JÚNIOR, Caio**. História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2012; LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias.** São Paulo: Brasiliense, 1981; COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia.** 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

[566] Joaquim Alves de Oliveira (1770-1851) é natural do Arraial de Pilar de Goiás. Em 1792 foi para o Rio de Janeiro com intuito de entrar para a carreira eclesiástica, na qual não obteve êxito. Passou então a trabalhar como caixeiro e em seguida como negociante autônomo, dedicando-se ao comércio e obtendo certo sucesso. Retornou para Goiás e adquiriu terras e boa tropa para transporte e escravos. A fortuna conseguida por ele em Goiás chama a atenção principalmente pelo período, pois o comércio na Província havia entrado em colapso devido à drástica diminuição da mineração. Para acessar uma obra biográfica, consulte: GALLI, Ubirajara. **Comendador Joaquim Alves de Oliveira**: o pai da imprensa em Goiás. Goiânia: Ed. do Autor, 2007.

[567]PINA FILHO, Braz Wilson Pompeo de**. Goiás: história da imprensa**. Goiânia: Irmãos Oriente, 1971.

[568]TELES, José Mendonça. **A imprensa matutina: ensaio**. Goiânia: Cerne, 1989.

[569]FRANCO, Geisa Cunha Franco. A imprensa goiana no século XIX. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues. (Orgs.) **Goiás: identidade, paisagem e tradição**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001, p. 159-167.

Ao estabelecer uma classificação geral de temas recorrentes no periódico, listamos treze assuntos principais, agrupados em eixos temáticos: 1) Política/Administração; 2) Educação; 3) Questões Indígenas; 4) Questão Negra; 4 Festas; 5) Cadeias/Violência; Religião/Igreja; 6) Comércio/Valores; 7) Saúde Pública; 8) Imprensa; 9) Comunicação; 10) Meio ambiente; 11) Mulheres; 12) Goiás - Norte/Sul; 13) Rios/Navegação. Embora a lista possa trazer uma miscelânea, dela se depreende que algum registro da vida social na província se faz notar, ao lado dos princípios liberais da editoria, do papel de imprensa oficial que desempenhou, majoritariamente e dos interesses econômicos do proprietário.

O projeto editorial d'*A Matutina* evidencia o uso instrumental do suporte impresso pelos setores letrados de Goiás na construção de um espaço de interlocução com as autoridades e com a sociedade civil. Através de uma retórica pedagógica, o periódico pretendia atuar como o vetor civilizatório da província, alinhando-se estritamente ao ideário liberal moderado da Regência e do Império. Tal posicionamento não apenas conferiu estabilidade política ao jornal, mas serviu de plataforma para a ascensão das lideranças meiapontenses, notadamente o Comendador Joaquim Alves de Oliveira e o Padre Camargo Fleury. Nesse sentido, a trajetória do periódico confunde-se com a própria afirmação geopolítica de Meia Ponte, cuja emancipação à vila, em julho de 1832, reflete o êxito do grupo em mobilizar a *opinião pública* para consolidar uma nova centralidade política em Goiás.[570]

A gênese de um espaço público politicamente organizado no Império decorreu de uma gradativa estruturação da opinião pública, na qual a imprensa periódica atuou como mediadora entre os interesses locais e o projeto de Estado nacional. A expansão da participação política nas províncias — fomentada tanto pelas flutuações de poder no centro quanto pelas demandas das elites provinciais — permitiu que o debate político extravasasse os restritos círculos letrados, transcendendo a cultura aristocrática da biblioteca para ganhar a celeridade e a abrangência do folhetim. Neste contexto de transição da cultura política, torna-se imperativo perscrutar de que maneira as elites de províncias como Goiás instrumentalizaram as páginas impressas para forjar um ambiente de debate, estabelecendo, por meio da escrita pública,

570 Martha Victor . **Surgimento da imprensa política e a retórica da opinião pública na Província De Goiás.** In: Hist. R., Goiânia, v. 21, n. 3, p. 126–142, set./dez. 2016.

diálogos estratégicos e dissensões em torno das premissas políticas que moldaram a experiência imperial?[571]

A partir dessa questão observaremos as relações entre os grupos provinciais e a construção das linguagens políticas em um dos momentos mais experimentais da história brasileira, atentando para as outras formas da ação política que surgiram naquele tempo. Para tanto, podemos assinalar que a Matutina compõe da dinâmica da relação entre os periódicos brasileiros em funcionamento entre período entre 1827 e 1842.

A emergência de uma esfera pública institucionalizada no Brasil Imperial foi subjacente à estruturação paulatina da opinião pública, processo no qual a imprensa periódica se consolidou como instância mediadora entre as particularidades regionais e o constructo do Estado-nação. A dilatação do espaço de participação política nas províncias — propulsionada pela instabilidade das correlações de força no centro dinâmico do Império e pelas demandas de autonomia das elites locais — viabilizou a transposição dos debates para além dos gabinetes e bibliotecas aristocráticas. Essa transição da 'cultura do manuscrito' e do livro para a celeridade do suporte impresso democratizou o acesso à informação entre os setores letrados, conferindo ao periódico o estatuto de *locus* da práxis política. Sob essa perspectiva de transição da cultura política, torna-se imperativo perscrutar as estratégias mediante as quais as elites da Província de Goiás instrumentalizaram a escrita pública para sedimentar um ambiente de debate, forjando redes de sociabilidade e dissensos em torno das premissas ideológicas que alicerçaram a experiência monárquica brasileira.[572]

A dinâmica de politização no Brasil oitocentista foi intrínseca às transformações estruturais dos espaços públicos. O *clima de opinião*, gestado em diversas regiões do Império durante o Primeiro Reinado, maturou de forma paulatina para a consolidação de uma esfera pública de debate político, intensificada pelo vácuo de poder e pelas reconfigurações institucionais subsequentes à Abdicação de D. Pedro I. Nesse cenário, os periódicos transcenderam a função de meros veículos informativos para se tornarem dispositivos de integração, articulando sujeitos e interesses para além das fronteiras provinciais.[573] Em centros

---

[571]MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa, liberalismo e opinião pública no Império: relações interprovinciais e a formação de redes de comunicação por meio da imprensa periódica (1827-1842**). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-15

[572]Idem.

[573]LUCA, Tania Regina de. A história dos jornais no Brasil: do Rio de Janeiro a São Paulo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

estratégicos como Minas Gerais e São Paulo, a cultura do impresso logrou robustecer os vínculos político-econômicos, disseminando não apenas o ideário liberal, mas um repertório de práticas que materializavam a adesão das elites regionais a um projeto de Estado compartilhado. Luciano Moreira indica a ampliação do raio de ação e a diversificação de sujeitos políticos que se forma, a partir do advento do texto impresso, em formato periódico:

> Embora os escritos tivessem sido produzidos levando-se em conta um público leitor idealizado, a rede de comunicação que se formava a partir dessas produções impressas potencializava o discurso, ampliando o raio de ação dos escritores políticos. Assim, a relação entre as folhas periódicas do Império, com destaque para as de Minas Gerais e São Paulo, mostra-nos que o ideário liberal se propagava por caminhos que, por vezes, os próprios editores não tinham planejado, alcançando um público amplo, diversificado e capaz de reordenar o conteúdo que lhes chegava às mãos.[574]

Rastrear a capilaridade da imprensa pelo território imperial, sob a ótica de sua materialidade e das redes de sociabilidade que a sustentavam, permite apreender a dinâmica constitutiva da *opinião pública* no século XIX. Esta, longe de ser uma abstração, materializava-se na práxis de indivíduos que institucionalizaram novos fóruns de deliberação política. A imprensa periódica configurou-se como um desses espaços privilegiados, logrando alcançar estratos significativos da população mediante o esforço intelectual dos redatores. Estes sujeitos, atuando como autênticos mediadores culturais, empenhavam-se em uma pedagogia civilizatória, cujo objetivo era 'ilustrar' e conduzir o corpo social segundo as diretrizes axiológicas e políticas que julgavam legítimas para o progresso da nação.[575]

Como instrumentos fundamentais para a propagação de um ideário de cunho liberal, jornais como O Matutina Meiapontense constituía uma parte desta rede que se difundia por diversas regiões do Império. Essa teia foi fundamental para a propagação de uma *pedagogia* que tinha como finalidade a afirmação do liberalismo, garantindo um consenso de parcela considerável da sociedade imperial. A imprensa periódica desenvolvia-se, naquele contexto, como instrumento capaz de difundir um conjunto de conceitos e possibilitar sua retenção pela

---

[574]MOREIRA, Luciano da Silva**. Imprensa, liberalismo e opinião pública no Império: relações interprovinciais e a formação de redes de comunicação por meio da imprensa periódica (1827-1842).** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-15, p. 15.

[575]MOREIRA, Luciano da Silva. Imprensa, liberalismo e opinião pública no Império: relações interprovinciais e a formação de redes de comunicação por meio da imprensa periódica (1827-1842). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-15.

recorrência, transpondo os limites dos círculos fechados. E consolidando a ideia de *opinião pública como parte do jogo político.*[576]

Silva e Souza foi presença constante nas páginas da Matutina Meiapontense. Seu nome consta na maior parte dos números do periódico entre 1830 e 1832, na qualidade de membro das reuniões do Conselho Provincial, cujas atas eram geralmente publicadas na primeira página do jornal. Além disso, publicou poemas, discursos e os fascículos do *Catecismo da Agricultura* neste periódico.[577] Para a estruturação do seu texto, o autor escolheu um formato dialógico de inspiração pedagógica, no formato de perguntas e respostas, Silva e Souza visava a instrução prática de uma população que se mantinha vinculada a uma memória da mineração, contingenciada pelos limites de um modelo econômico em transição. O autor do *Catecismo da Agricultura* buscava indicar uma via para permitir o advento de sua visão para Goiás. Um ressurgimento que consolidasse o que acreditava ser a vantajosa situação de Goiás, que via como "um quadro brilhante se apresenta agora à minha imaginação!"[578]

Silva e Souza não estava sozinho, nem trazia um ponto exatamente novo, sobre os esforços para a criação de novas condições econômicas para Goiás, nas primeiras décadas do século XIX. De sua visita a Goiás Francisco José Rodrigues Barata[579] retirou elementos de campo e reflexões que deram origem ao texto *Memória* em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goiás , texto que apresentou como uma memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goiás. Também Joaquim Teotônio Segurado, em 1806, consignou a Memória Econômica e Política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás.[580] Estes textos dão mostras de dinâmicas da incidência, por meio da formulação de alternativas sobre o modelo econômico em transformação na capitania de Goiás,

---

[576]Idem.

[577]TELES, José Mendonça. **A vida de Luiz Antônio da Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1989; GALLI, Ubirajara. Luiz Antônio da Silva e Souza: um intelectual nos sertões de Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

[578]SILVA E SOUZA. **O descobrimento da Capitania de Goyaz**: Governo, População e coisas mais Notáveis da capitania de Goiás. Goiânia, Ed. UFG, 1979, p. 76.

[579] BARATA, Francisco José Rodrigues. Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goiás (1806). In: **Memórias Goianas**. Goiânia: Centauro, 1982. v. 1, p. 55-94.

[580]SEGURADO, Joaquim Teotônio. Memória econômica e política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás (1806). In: **Memórias Goianas**. Goiânia: Centauro, 1982. v. 1, p. 33-54.

nas primeiras décadas do século XIX, uma dinâmica encontrada em outras regiões do país no período seguinte.[581]

A estrutura do *Catecismo da Agricultura* de Luiz Antônio da Silva e Souza revela uma estratégia de transposição didática, na qual a forma textual é utilizada como instrumento de persuasão e disciplinamento social.[582] Ao adotar o método dialógico da erotemática — o ensino por meio de perguntas e respostas —, o autor apropria-se da estética da doutrina cristã para conferir uma aura de sacralidade e verdade absoluta aos preceitos da lavoura. Essa arquitetura pedagógica não visava apenas a instrução técnica, mas buscava facilitar a memorização e a replicação oral de saberes em uma sociedade de baixa literacia, permitindo que as lições de agricultura fossem disseminadas com a mesma autoridade moral de um dogma religioso. Para autores como Luís Palacín, o uso desse método por Silva e Souza é uma prova de que o objetivo não era apenas o progresso técnico, mas o disciplinamento social. A erotemática retira do sujeito a capacidade de questionar o método; ele apenas absorve a instrução vinda de uma autoridade superior.[583] Por certo, uma aplicação dos métodos instrucionais vigentes.

No que concerne ao conteúdo, a obra organiza-se de maneira a equilibrar orientações práticas e imperativos morais, partindo da valorização da agricultura como a ocupação que permitiria a recuperação econômica e a habilitação de Goiás entre as províncias prósperas da nação. Silva e Souza estruturou suas lições, abordando: a) a qualidade do solo; b) o manejo sustentável das águas; c) a crítica contundente às queimadas, que ele considerava uma prática bárbara e prejudicial à longevidade da terra. Assim, o texto transita da ciência do cultivo para uma economia política da província, na qual a técnica serve de mediação para a produção e espaço de uma experiência.

O autor critica veementemente o uso indiscriminado do fogo, identificando as queimadas como um vício que compromete a fertilidade do solo, e propõe em substituição métodos de roçagem e adubação fundamentados na observação das condições climáticas e edáficas. Sua proposta de organização produtiva estabelece uma hierarquia clara: parte-se da garantia da subsistência (milho e mandioca) para a produção de excedentes voltados ao

---

581TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. **Manual do agricultor brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839.
582GALLI, Ubirajara. **Luiz Antônio da Silva e Souza**: um intelectual nos sertões de Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2005.
583PALACÍN, Luís. **Coroa e cristandade: a Igreja na formação de Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1991.

comércio externo (algodão, fumo e café), visando integrar Goiás às redes mercantis do Rio de Janeiro e do Pará. Como bem observou o historiador Luís Palacín, o *Catecismo* possuía uma dimensão moral e religiosa, funcionando como uma ferramenta para civilizar o leitor.[584] Para Silva e Souza, o trabalho agrícola não era apenas uma necessidade econômica, mas também carregava um sentido de dever que vinculava a produtividade da terra à prosperidade do lugar, para superar a decadência. Ao disciplinar o trabalho no campo agropecuário, o autor buscava um enquadramento do próprio habitante do lugar, integrando-o à ordem jurídica e política.[585]

A intencionalidade da estrutura do *Catecismo* revela uma visão consistente do projeto de civilização e ordem sob a égide do Estado imperial. Ao organizar o conhecimento agrícola em lições de dever e utilidade, o autor projeta a figura do agricultor e fazendeiro como o súdito ideal, cuja produtividade seria a base de sustentação da prosperidade regional, no concerto das províncias. Dessa forma, a estrutura da obra do Padre Silva e Souza funcionou como uma *pedagogia política* ou uma *didática da região*, em que cada seção é desenhada para combater os problemas da decadência goiana, transformando a prática agrícola em uma liturgia cívica capaz de integrar Goiás ao projeto de modernidade e progresso da nação brasileira no século XIX.[586]

Se o perfil da província de Goiás na primeira metade do século XIX foi marcado pela transição estrutural entre o colapso da economia aurífera e a busca por novas alternativas de subsistência Nars Chaul identifica que A *construção da decadência*, conceito central em sua obra não deveria ser lida apenas como um vazio econômico, mas como um período de reacomodação em que o isolamento geográfico e a precariedade das vias de comunicação mantinham autônomo o sertão goiano, em relação aos centros e outros espaços dinâmicos do Império.[587]

Nesse cenário, a Vila Boa mantinha sua hegemonia administrativa, mas via o crescimento de novos polos, como Meia Ponte, onde a elite local começava a diversificar seus investimentos, afastando-se do extrativismo imediato e buscando na posse da terra e na criação

---

[584]Idem.

[585]SOUZA, Luiz Antônio da Silva e. **Catecismo de agricultura para uso dos lavradores goianos**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1822.SOUZA, Luiz Antônio da Silva e. **Catecismo de agricultura para uso dos lavradores goianos**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1822.

[586]KARASCH, Mary C. *A vida política de uma província isolada: Goiás, 1821-1845*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 164, n. 421, 2003.

[587]CHAUL, Nasr Fayad**. Caminhos de Goiás: Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade.** Goiânia: UFG, 1997.

de gado a base para a manutenção do seu status social. O ambiente era de estagnação comercial, mas também de uma profunda resiliência cultural, onde a vida social era pautada por um calendário religioso consistente e por uma estrutura que tentava, a todo custo, preservar a ordem e a hierarquia em um território de fronteiras fluidas e controle estatal limitado.[588]

Neste contexto, a emergência de uma elite intelectual e política, muitas vezes ligada ao clero e às forças militares, buscou nos ideais iluministas e no liberalismo moderado as ferramentas para "civilizar" o sertão e integrar a província ao projeto de modernidade nacional. A fundação de periódicos como A Matutina Meiapontense simbolizou essa tentativa de romper com um modelo decadente atribuído ao isolamento, transformando a imprensa no principal suporte material para a circulação de novas práticas pedagógicas e políticas. Autores como Silva e Souza, imersos nesse clima de opinião, utilizavam o espaço público para fixar uma proposta de economia política que variava do ressurgimento de Goiás a um novo modelo de atividade aconômica como parte da resposta às novas dinâmicas. A província de Goiás, portanto, vivia uma dicotomia: enquanto as estruturas físicas e econômicas pareciam ruir sob o peso da decadência, o debate intelectual e político fervilhava nas páginas dos jornais e nos gabinetes das câmaras, tentando forjar uma identidade regional, que legitimasse a relevância de Goiás no cenário imperial, garantindo continuidades de poder das elites locais.[589]

Por fim, a dinâmica social de Goiás nesse período revela a existência de um público leitor que, embora restrito, era extremamente ativo e engajado nas disputas políticas da Regência e do Segundo Reinado. O surgimento de figuras como o "Interessado Leitor", que utilizava pseudônimos para dialogar com os redatores d'*A Matutina*, atesta a formação de uma "comunidade imaginada" onde os sujeitos se sentiam parte de um debate maior sobre os destinos da nação. Esse engajamento demonstra que a província não era um espaço passivo; pelo contrário, o intercâmbio de obras, cartas e jornais com artigos de opinião conectava o interior goiano a redes de sociabilidade que chegavam até a Corte.[590]

Precisamente nesta transição do manuscrito ao impresso se situa a trajetória intelectual de Luiz Antonio Silva e Souza se lançou à publicação de seus textos na imprensa periódica provincial, mas chegando a atingir outros jornais, inclusive no Rio de Janeiro, em razão desta

---

[588]Idem.
[589]PALACÍN, Luís; BARBOSA, Juarez Costa**. Sociedade Colonial em Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 1982.
[590]CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás:** Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade. Goiânia: UFG, 1997.

mesma teia de relacionamentos acima apontada.[591] Foi neste ambiente que Silva e Souza publicou seu *Catecismo da Agricultura* como parte do debate por uma visão da economia política da província de Goiás, ao fim do primeiro quartel do século XIX, quando a instabilidade política no Império abria frestas, que eram ocupadas pelo debate provincial. Esta experiência situa a trajetória de Silva e Souza como parte de uma geração de transição, que migrou da experiência do manuscrito e do livro para a imprensa, em movimentos de maior alcance.[592] Aqui, podemos situar a aposta de Silva e Souza na difusão mais ampla de suas ideias. E evidenciar uma característica do sujeito que participa das transformações, inclusive tecnológicas, no horizonte de um projeto de participação política.

Da sua transição entre a saída de Serro Frio para a sua formação em Coimbra, ao homem de letras que colocava na cena pública na Vila Boa na transição de século verificou-se uma inflexão sobre os modos de acionamento da política pessoal de raça em Silva e Souza. De seus escritos neste período nota-se que passou a deixar à sombra os embates da juventude em torno da cor e marca no corpo e na origem. Da disputa por um espaço de participação no aparato estatal, um percurso respeitável se avultou: a entrada na vida administrativa na qualidade de padre e professora de Latim (em 1790) e de Retórica (em 1832), Governador da Prelazia (1830), Vigário Geral e Cônego(1832), Provisor e Deputado Constituinte (1821), membro do Conselho Provincial e da Regência Transitória (1823), escritor, poeta e membro do Instituto Histórico e Geográfico (1841). Sua carreira indica uma estratégia de avanço na seara pública civil e eclesiástica, mediante a estratégia do negócio, evitando a menção pública ao tema de sua cor e origem.[593] Nesta altura de sua vida e na amplitude de sua participação, este tema era manejado a modo de ausência, sem que trouxesse impactos na sua imagem pública e participação política.

O passaporte de Silva e Souza registrado no livro de Registros de Guias e Passaportes do Governo, de 1821, traz com a assinatura do oficial Manoel Ignácio de Sampaio a autorização de viagem para Lisboa, com provisão real:

> Faço saber que este passaporte virem, que desta Cidade Goiás segue viagem para Lisboa. por via de mar e terra, o ilustríssimo e excelentíssimo senhor Luiz

[591]GALLI, Ubirajara. **Luiz Antônio da Silva e Souza**: um intelectual nos sertões de Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

[592]MOLINA, Matilde Medeiros. **A cultura do impresso: livros e jornais no Brasil do século XIX**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

[593]TELES, José Mendonça**. A imprensa matutina.** Goiânia: CERNE, 1973; TELES, José Mendonça. **Dicionário do Escritor Goiano**. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2000; ALENCASTRE, José Maria Pereira de. Biografia do Padre Luiz Antonio da Silva e Souza. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, Tomo XXX, 1864.

> Antônio da Silva e Souza, Deputado desta Capitania perante as Cortes. E manda El-Rei que nos Registros e mais passagens do costume, se lhe não ponha impedimento algum a fazer a dita viagem. Em firmeza do que se lhe deu este Passaporte, por mim assinado e selado com os selos das Armas Reais. Dado nesta Cidade de Goiás, aos 23 de outubro de 1821.[594]

Seu companheiro de legislatura Joaquim Theotônio Segurado parece ter seguido para Lisboa. Luiz Antonio, no entanto, chegando ao Rio de Janeiro e tendo analisado a instabilidade da situação política, escolheu novamente por Goiás, voltando à Vila Boa incontinente. Sua decisão parece ter sido acertada, vez que Alencastre registrou em sua biografia que na crítica conjuntura, seu tino e o respeito que merecia concorreram para o restabelecimento da ordem, que fora profundamente alterada na capital. Com a criação das assembleias provinciais, na sequência do evento de 07 de setembro de 1882, Silva e Souza continuou ocupando uma vaga na representação, quase sempre na direção dos trabalhos. A partir daí, segundo Alencastre, Luiz Antonio Silva e Souza passou a atuar enquanto conselheiro respeitado nas questões mais gravosas e complexas. Às quais oferecia soluções acatadas, por sua abordagem de equilíbrio e qualidade de voto geralmente apresentado por meio de uma retórica elogiada.[595]

Na década de 1830, o arranjo institucional do Império viria a sofrer modificações, dada a conjuntura de crise do Primeiro Reinado. No período das Regências, a despeito das instabilidades políticas e constantes ameaças de desintegração territorial, percebemos um progressivo amadurecimento do Estado nacional brasileiro, quando os interesses e motivações específicos das elites provinciais passaram a ser melhor articulados ao governo central. Resultado de negociações parlamentares que se iniciaram em 1831, a emenda constitucional de 1834 – conhecida igualmente por Ato Adicional – promoveu um novo delineamento do perfil do Estado brasileiro com base na descentralização. Uma das principais medidas, considerada a essência descentralizadora da reforma, é a transformação dos Conselhos Gerais em Assembleias Legislativas Provinciais. Com isto, as províncias, que antes eram apenas unidades territoriais, passaram a dispor de um legislativo próprio.[596]

---

[594]ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DE GOIÁS**. Livro de Registros de Guias e Passaportes do Governo**. Vila Boa, 1821.

[595]ALENCASTRE, José Maria Pereira de. Biografia do Padre Luiz Antonio da Silva e Souza. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo XXX, 1864; GALLI, Ubirajara. Luiz Antônio da Silva e Souza: um intelectual nos sertões de Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

[596]CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. Inventários de um mosaico: Representação espacial e olhar corográfico no Brasil, século XIX. In: **Faces da História**, Assis-SP, v.3, nº2, p. 230-244, jul.-dez., 2016, p. 240.

4. 3 Interromper o silêncio e levantar a voz: deslizamentos entre nação, província e a escrita como discurso de liberdade

Em 7 de setembro de 1832 encontramos Silva e Souza na comemoração de uma década da independência do Brasil, pronunciando o discurso de saudação na Sociedade Conciliadora e Filantrópica da Cidade de Goiás. Nele, o deputado demonstra que a década havia produzido reposicionamentos políticos na província, estabelecendo uma crítica à dominação colonial como tirania e o alinhamento com o trono imperial como lealdade política pela elite provincial que frequentava o salão da Sociedade Conciliadora.

> Se o desejo de ser útil aos meus concidadãos, ainda mais do que um sério estudo, e as deposições necessárias para bem persuadir me têm feito interromper o silêncio e levantar a voz no congresso dos beneméritos da Pátria em quase todos os dias, que nos dão gloriosos, e por ventura nossa marcados por benefícios do céu.[597]

Ao levantar a voz, o deputado Silva e Souza celebrou o decênio do que chamou de a feliz recordação do 07 de setembro de 1822, que em sua opinião livrou o país de ferros e restituiu os direitos naturais que a tirania havia retirado. Apresentou sua visão otimista sobre as riquezas naturais da jovem nação, "seu terreno imenso e fecundíssimo, a salubridade dos seus diferentes climas, as preciosidades dos três reinos da natureza, as fontes da sua riqueza (...) apresentam desde o princípio os elementos (...) para a fundação do Independente Império do Equador;"[598] assim também apontou a crítica ácida ao que chamou de "presa de ambiciosos conquistadores" que fizera o Brasil se compor como "subnação das gentes", encontrando no despotismo o grande obstáculo. Deste modo, diagnosticou Silva e Souza que os proprietários habitantes desta terra abençoada [nações indígenas], que haviam recebido os lusitanos ignoravam que estes pretendiam esmagar o gênero humano.[599]

O Brasil, na visão de Silva e Souza se erguia da colônia ao reino e deste para Império independente e constitucional. Afirmou crer que este caminho era recompensa divina pela tribulação e o benefício da independência se tornava mais precioso devido ao sistema opressivo

---

[597]TELES, José Mendonça**. A imprensa matutina.** Goiânia: Kelps, 2010, p.136.
[598]Idem, p. 137.
[599]Idem, p. 137s.

da escravidão. Seu discurso incluiu rendição de ações de graças pela Independência do Brasil e súplica de bençãos ao imperador e à família imperial. Enquanto houvesse necessidade – o que destacou duas vezes no discurso -, afastou a hipótese da ingratidão enquanto rogava que fossem conservados [o imperador e sua família], defendendo a paz, concórdia e abundância ao país.[600]

A institucionalização da Sociedade Conciliadora e Filantrópica em Goiás insere-se no processo de reinvenção das práticas políticas da elite provincial frente às instabilidades do Primeiro Reinado e da Regência. Tomando como paradigma a Sociedade Defensora paulista, cuja gênese visava à garantia da ordem pública, o associativismo político disseminou-se pelas províncias graças à eficácia dos canais de imprensa e correspondência oficial. A trajetória dessas agremiações revela uma transição estratégica: após o declínio da cooperação entre facções na Corte, as Sociedades Defensoras provinciais recalibraram sua atuação, subordinando-se à orientação do Rio de Janeiro para assegurar a hegemonia política em seus respectivos âmbitos regionais.[601]

Inserida na dinâmica das sociedades políticas que caracterizaram o período, a Sociedade Defensora de Meiaponte foi estabelecida na província de Goiás em 22 de janeiro de 1832.[602] O expressivo número de associados — superior a cinquenta — evidencia a adesão local ao modelo societário difundido pelo Império. A teleologia da associação, consubstanciada no artigo 2º de seu corpo normativo, definia como metas da Defensora meiapontense. "[...] sustentar por todos os meios legaes a Liberdade e Independência Nacional: desinvolvendo o auxílio da acção das Authoridades Públicas, todas as vezes que se faça percizo a bem da Ordem, e tranqüilidade Pública [...]"[603]

A Vila Boa de Goiás, por sua vez, criou a Sociedade Conciliadora e Philantrópica, com o objetivo expresso de se manter como instituição que se a propunha a defender a Constituição do Império, D. Pedro II e as "autoridades legítimas", bem como "conciliar os diversos partidos".[604] O número de sócios seria ilimitado, devendo cada integrante contribuir com 2$000 réis para a admissão e mais 320 réis no dia 1º de cada mês. Constituída por um conselho eleito de treze membros com mandatos semestrais, a Sociedade Conciliadora realizou sua assembleia

---

[600]Idem, p. 137.
[601]WERNET, Augustin. **Sociedades Políticas (1831-1832).** São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1978.
[602]VIEIRA, Martha Victor. As sociedades políticas goianas: a Sociedade Defensora de Meiaponte e a Sociedade Conciliadora de Goiás (1832-1833). In: **Anais do XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH,** Natal, 2013.
[603]A MATUTINA MEIAPONTENSE, 1832:02, nº 285.
[604]A MATUTINA MEIAPONTENSE, 1832:1-2, nº 350.

de fundação em julho de 1832. O ato, sediado na morada de José Joaquim de Souza Cuiabano, contou com a participação de atores centrais da política provincial, incluindo o Coronel Rodrigues Jardim e o Bispo Dom Francisco Ferreira de Azevedo. A composição da primeira diretoria refletia o prestígio da agremiação, sendo liderada pelo ouvidor José de Assis Mascarenhas, secundado por Souza Cuiabano na vice-presidência, Antônio José de Castro como secretário e José Mariano de Souza Menezes como suplente.[605] Provavelmente não encontramos o nome de Silva e Souza entre os membros fundadores em razão da presença do bispo diocesano que, por certo, representava a diocese. E se fazia acompanhar pelo seu vigário geral [Silva e Souza] em atividades públicas em razão de sua cegueira.

Um dos pontos centrais na criação da Conciliadora seria dispersar os conflitos resultantes das disputas entre os grupos políticos goianos situacionistas e oposicionistas, considerando que o primeiro objetivo explícito no estatuto era: "promover por todos os meios lícitos a harmonia e a concórdia entre os habitantes da Província ainda Estrangeiros, dissipando quaesquer intrigas que entre elles hajão, ou que os inimigos da ordem dissiminem para a desunião (...)".[606]

Diante do acirramento dos sentimentos antilusitanos, a Sociedade Conciliadora articulou-se com o intuito de pacificar as relações entre goianos e estrangeiros, utilizando o direito de petição como ferramenta de intervenção contra a instabilidade política. A atuação da Sociedade transcendia a mera conciliação de facções, configurando-se como um bastião de resistência à disseminação de princípios subversivos. Assim, comprometia-se com o uso da legalidade estrita para assegurar a perenidade do sistema constitucional e a proteção das autoridades instituídas no período regencial.[607]

A alusão às 'doutrinas subversivas' possivelmente remete aos ideais federalistas, amplamente propagados pela facção dos liberais exaltados, especialmente por intermédio dos veículos de imprensa. Segundo Marcelo Basile, os exaltados na capital do Império defendiam um projeto nacional de matriz radical, o qual articulava preceitos do liberalismo clássico a

---

[605]A MATUTINA MEIAPONTENSE, 1832:1-2, nº 362.

[606]A MATUTINA MEIAPONTENSE, 1832:2-3, nº 380.

[607]VIEIRA, Martha Victor. As sociedades políticas goianas: a Sociedade Defensora de Meiaponte e a Sociedade Conciliadora de Goiás (1832-1833). In: Anais **do XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH,** Natal, 2013.

aspirações democráticas.[608] Todavia, a despeito dessas tensões ideológicas mais amplas, o objetivo primordial da Sociedade Conciliadora residia na pacificação dos conflitos políticos no cenário específico da capital goiana.

Nesse sentido, a Sociedade Conciliadora distinguia-se da Defensora de Meiaponte pela ausência de uma estratégia de capilarização de suas ações nos arraiais goianos. Essa limitação geográfica possivelmente justifica a repercussão mais restrita da agremiação vilaboense em comparação à sua congênere meiapontense. O discurso de Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, redator do periódico *A Matutina Meiapontense*, corrobora a tese de que a associação sediada na capital priorizava a harmonização das facções locais. Para Fleury, era louvável a iniciativa dos 'beneméritos Cidadãos' na fundação da entidade, fundamentando-se na expectativa de que: "(...) existindo huma divisão entre alguns Cidadãos da Cidade de Goyas por motivos políticos, que a todos são bem patentes, e sendo admitidos a Sociedade era de esperar-se, que se conciliassem os partidos (...)"[609]

A fim de elucidar a composição das forças políticas locais, é oportuno examinar a perspectiva d'*A Matutina Meiapontense* sobre a dualidade partidária em Goiás no ano de 1831. O redator descreve o antagonismo entre um grupo de vertente exclusivista e outro de inclinação conciliadora, conforme se observa na seguinte passagem: "(...) hum quer se sejam excluídos de todos os Empregos Públicos os Adoptivos (...) outro quer que huma vez que os Adoptivos tenham dado sempre provas de amisade ao Brasil (...) possão ser Nomeados, ou eleitos para os Empregos Públicos (...) os sectários do primeiro partido se denominam a si próprios de Liberaes, e amigos da Pátria, e aos segundos de patifes e corcundas, e estes aos primeiros de anarchistas, e exaltados, inimigos da Ordem, e egoístas".[610]

Esta polarização, marcada por trocas de epítetos pejorativos, reflete o clima de instabilidade e as tensões antilusitanas que caracterizaram o primeiro período regencial.

No cenário de instabilidade das Regências, os partidos descritos por Fleury personificavam o embate pelo mando provincial em território goiano. O ápice desse conflito ocorreu em agosto de 1831, quando uma sublevação oposicionista destituiu o presidente Miguel

---

[608]BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. **O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial.** 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

[609] A MATUTINA MEIAPONTENSE, 1832:2-3, nº 356.

[610]A MATUTINA MEIAPONTENSE, 1831:2-3, nº 254.

Lino de Morais, fundamentando o ato na retórica antilusitana de exclusão dos brasileiros adotivos dos cargos públicos. A reação situacionista, veiculada pelas páginas d'*A Matutina Meiapontense*, buscou reverter o desgaste político ao validar a permanência das autoridades depostas e advogar pela integração dos adotivos na estrutura do Estado.[611]

A Sociedade Conciliadora, tendo como meta manter a ordem, estava trabalhando, no sentido de dissipar o "partido" oposicionista existente na capital goiana, o qual era composto por sujeitos que discordavam dos "(...) princípios políticos com o resto dos da Cidade (...)".[612] Contudo, na opinião do redator da Matutina, não bastava dissipar o "partido" para restabelecer a ordem, era preciso que o Governo apresentasse "ao público seus trabalhos" e procurasse "(...) inspirar no Cidadão aquella segurança que lhe inspira a proteção das Leis"[613]

A meta de manutenção da ordem pela Sociedade Conciliadora traduzia-se no esforço de dissipar as resistências locais representadas por aqueles que questionavam a continuidade, aproveitando a instabilidade para a crítica política . Contudo, tanto os sócios da Sociedade Defensora como os da Conciliadora, embora concorressem por poder, compartilhavam da preocupação do grupo moderado que assumiu o governo na Regência, no que se refere ao temor de que o faccionalismo político, comprometesse a unidade territorial e as hierarquias sociais.[614] O temor da instabilidade política no âmbito nacional, fomentado pela vacância do trono, contribuiu para o consenso e para a acomodação de interesses entre a elite goiana, que se uniu com a finalidade de contribuir com o Governo central para a manutenção da ordem pública e para a contenção dos radicalismos políticos. O redator do A Matutina, como membro da Defensora, era favorável que não se atiçassem os ânimos na Cidade de Goiás, a fim de evitar conflitos e promover a conciliação.[615]

Considerando as informações veiculadas no periódico A Matutina, principal difusor das atividades da Sociedade Defensora e da Sociedade Conciliadora, tudo indica que essas

---

[611]VIEIRA, Martha Victor. As sociedades políticas goianas: a Sociedade Defensora de Meiaponte e a Sociedade Conciliadora de Goiás (1832-1833). In: **Anais do XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH**, Natal, 2013.
[612]A MATUTINA MEIAPONTENSE, 1832:2, nº 368.
[613]Idem.
[614]GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (18311835).** 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.
[615]VIEIRA, Martha Victor. As sociedades políticas goianas: a Sociedade Defensora de Meiaponte e a Sociedade Conciliadora de Goiás (1832-1833). In: **Anais do XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH**, Natal, 2013.

associações tiveram uma vida efêmera. A Sociedade Defensora de Meiaponte parece ter abandonado suas atividades em 1833, considerando que o jornal *A Matutina* deixou de publicar notícias sobre ela. Um dos últimos artigos que fazem menção à Defensora data de 22 de maio de 1833. Nesse artigo, o presidente Rodrigues Jardim avisava aos conselheiros da Defensora que havia solicitado aos juízes de paz da Comarca do Norte que tomassem precauções sobre a entrada de "malfeitores" e "facinorosos" na província.[616] Os membros da Defensora, por sua vez continuariam a atuar no campo político na província.

Seguindo a tendência de outras associações políticas do período, a Sociedade Defensora da Corte cessou suas operações em 1835. Na análise de Marcelo Basile, a extinção da Defensora derivou do próprio sucesso de sua intervenção no cenário regencial, consubstanciado no: "estabelecimento da ordem pública na Corte, a derrota dos Caramurus, a vitória de Feijó e - pode-se acrescentar o Ato Adicional - a saída de cena dos exaltados (...)".[617] Assim, o cumprimento dessa agenda de 'ordem' esgotou a razão de ser da associação enquanto braço político operativo.

A trajetória das sociedades políticas em Goiás revela um movimento de retração condicionado pela pacificação das elites locais. O encerramento das atividades da Defensora e da Conciliadora em 1833 sinaliza o sucesso de uma política de conciliação que neutralizou os focos de tensão provinciais. Este cenário de equilíbrio foi consolidado pela entrega do executivo provincial a figuras da própria elite goiana, permitindo uma uniformidade discursiva entre facções outrora divergentes. Para esses atores, a unidade era um mecanismo de defesa contra o fantasma da desordem; o dissenso político não era visto apenas como oposição, mas como uma ameaça existencial às estruturas de mando e à preservação do *status quo* imperial.[618]

Neste ambiente de disputas e reacomodação de forças e grupos políticos, Luiz Antonio Silva e Souza foi novamente acionado, desta feita pelo Conselho Administrativo da Província para preparar o material a ser enviado à Secretaria do Império, a título de descrição corográfica da recém criada Província de Goiás, que foi consignada sob o título *Memória Estatística da Província de Goyaz*, posteriormente publicada na Typografia Nacional, em 1832, no Rio de

---

[616] A MATUTINA MEIAPONTENSE, 1833:2, nº 439.

[617] BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. **O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial.** 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

[618] VIEIRA, Martha Victor. As sociedades políticas goianas: a Sociedade Defensora de Meiaponte e a Sociedade Conciliadora de Goiás (1832-1833). In: **Anais do XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH,** Natal, 2013.

Janeiro. Este material era parte de um conjunto corográfico e cartográfico que consolidava como parte das práticas de domínio dos dados sobre a população e o território.

Nelson de Castro evidenciou que durante o século XIX, à falta das estatísticas, era comum o governo imperial atribuir, por contrato específico, a terceiros nas províncias a elaboração de estatísticas da região, que se consolidava como um produto final corográfico, misto de narrativa histórica e geográfica, pontilhada de dados estatísticos. Em geral, no início desses volumes há uma descrição dos contratos e das dificuldades encontradas, que ajudaram a compreender os mecanismos de contratação intelectual no século XIX e, por certo, são parte da formação do pensamento nacional.[619]

A obra de Joaquim Norberto, publicada em 1870, simboliza o esforço do Estado Imperial em inventariar seu estoque demográfico através de uma perspectiva diacrônica. Sob a orientação política de Paulino José de Sousa Soares, essa iniciativa integrou um programa mais amplo de modernização que culminaria no Censo de 1872. A inserção do Brasil no debate estatístico global — personificada pela missão de Varnhagen em São Petersburgo — e a execução do Censo da Corte sob a batuta de Figueira de Mello revelam a transição para uma governamentalidade pautada pelo dado quantitativo. Esse conjunto de ações nas décadas finais do século XIX consolidou o processo de centralização informativa, essencial para a manutenção da ordem e a gestão das províncias.[620]

Durante os séculos XVIII e XIX, ao se construir progressivamente como um instrumento do Estado, de sua administração e de sua gestão corrente, a estatística tomou uma significação mais moderna: ela se tornou ao mesmo tempo ciência da descrição, isto é, fonte de informação que serve à ciência do registro, de conservação e de análise. Ela se enriqueceu de uma outra significação desde o final do século XIX, sobretudo em ligação com a elaboração de índices e indicadores econômicos: a ideia de informação estatística designa igualmente a noção de norma, de convenção social, de base comum de acordo, de padrão.[621]

---

[619]SENRA, Nelson de Castro. Pesquisa histórica das estatísticas: temas e fontes. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 411-425, abr./jun. 2008

[620]Idem.

[621]DESROSIÈRES, Alain. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 115-134, 2001.

Embora os patriotas brasileiros tenham emulado o modelo francês de sistematização de dados, os inventários da França daquela época transcendem a mera quantificação ao incorporar a análise dos costumes, antecipando os métodos da etnografia sistematizada. Segundo a perspectiva de Jacques Revel, a estatística descritiva operava sob uma tensão latente: a tentativa de mapear o território nacional através de suas particularidades regionais. Nesse contexto, a existência de traços provinciais irredutíveis coexiste com um empreendimento estatístico unificado, o qual servia como instrumento de centralização estatal e como mecanismo fundamental para a construção da identidade nacional.[622]

Diferentemente do modelo europeu, a produção estatística e descritiva brasileira prescindiu, em larga medida, das incursões folclóricas. A alteridade indígena, embora despertasse pontual curiosidade etnográfica, era abordada sob uma ótica utilitarista, distante do lirismo saudosista aplicado aos camponeses franceses. Os inventários setecentistas e oitocentistas no Brasil assumiram um caráter eminentemente espacial, subordinados aos paradigmas da História Natural e à racionalidade administrativa do território. Para além do mapeamento de recursos naturais, os registros evidenciam uma preocupação estratégica de ordem militar, focada tanto na consolidação das fronteiras quanto na neutralização de grupos indígenas hostis. Assim, consolidou-se um inventário de informações exatas e positivas, estruturado sobre o binômio natureza-comércio, oferecendo dados populacionais apenas em caráter genérico e instrumental.[623]

Podemos averiguar em que medida o texto Memória Estatística da Província de Goyaz, de Silva e Souza é parte deste movimento mais amplo de trabalho intelectual e administrativo para acumular um conhecimento sobre a região que se constitui em um saber utilitário para o exercício de poder das elites locais e centrais. Silva e Souza construiu uma estrutura bastante quantitativista, geográfica e econômica, se comparamos a Memória Estatística (1832) à Memória do Descobrimento (1812). Principia com latitudes e fronteiras da Província de Goiás no período:

---

[622]REVEL, J. Do Antigo Regime ao Império: a identidade regional, inevitável e impensável. In: REVEL, J. (Org.) **A Invenção da Sociedade**. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, Bertrand, 1990.

[623] KURY, Lorelai. **Descrever a Pátria, Difundir o Saber** . In: KURY, Lorelai (org.). **Iluminismo e império no Brasil**: O Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 376 p. (Série História e Saúde).

> Austral. Limita-se com a Província do Grão Pará e Maranhão ao Norte: com a de S. Paulo ao Sul: com a de Minas Geraes, e Pernambuco ao Leste: com a de Mato Grosso ao Oeste. Sua Capital he a Cidade de Goyaz, que está na latitude de 16 e 20, longitude 329, 10, 50. Fica ao Noroeste da Capital do Império 163 legoas geográficas: ao Oeste-Sudoeste da Cidade da Bahia 213: entre o Sul, e Oeste do Recife de Pernambuco 322: entre Sul, e Sudoeste da Cidade do Maranhão 298: ao Sul da Cidade do Pará 305: entre o Norte, e Nordeste de Porto Alegre 288: ao Noroeste da Cidade Imperial do Ouro Preto 119: entre o Este, e Sudoeste da Cidade do Cuiabá 129: e ao mesmo rumo da Cidade de Matto Grosso 225.[624]

Se levarmos em conta os fins políticos do texto, não há suficiência em descrever latitude e fronteiras externas, sem situar as divisões intra regionais e seus habitantes. É notável que há uma descrição que articula julgados, arraiais e vilas à paisagem circundante em eventos tais como: rios, grutas, lagos e serras. Por certo a estrutura administrativa e sua divisão no território é destacada, listando as duas comarcas do Sul e do Norte e suas subdivisões em julgados, arraiais e vilas. Silva e Souza descreve a atividade econômica e o potencial produtivo, incluindo qualidade de solo. E lista os produtos comercializados e comercializáveis. Além de indicar a presença ou ausência de mestres de ofícios mecânicos e de outras profissões urbanas. Os ambientes esparsos no território onde a atividade mineira ainda ocorre residualmente é foco de atenção, E, destacadamente, destaca as regiões de criação do gado vacuum. Ao descrever o Julgado de Traíras, na Comarca do Norte, traz um panorama que permite delinear as dinâmicas da vida social em termos de produção e consumo, desenhando uma região relativamente auto-suficiente:

> Existem no Termo deste Julgado 245 lavouras, que cultivão milho, feijão, arroz, pouca mandioca, mamona, cana de assucar, e muito pouco algodão pelo methodo de cultura commum nestas minas. Existem 36 Fazendas de gado vaccum, não prosperando bem o gado cavallar, que só produz no lugar denominado o Corrente no Sertão, que está em abandono pelas hostilidades do Gentio Canceiro. Exportão-se annualmente 800 cabeças de gado, de que se tira o interesse conveniente. Não se cuida aqui no trabalho das minas de ouro, havendo muitas em abandono por falta de braços, sendo todo o Districto aurifero. Ha da mesma sorte minas de ferro, de que se podem tirar as vantagens consideraveis.[625]

---

624 SILVA E SOUZA, Luiz Antonio. Memória Estatística da Província de Goyaz.In: TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia, 1998, p.141.
625 Idem, p. 194.

O método de exposição e organização documental aqui analisado insere o texto de Silva e Souza no domínio da estatística, saber que gozou de ampla voga entre os séculos XVIII e XIX. Suas origens remontam ao alvorecer da modernidade, estando intrinsecamente vinculadas à consolidação do poder monárquico e à gestão estatal, no horizonte de ideais iluministas aplicados ao governo político.

No recorte temporal em questão, o termo estatística prescindia de uma fundamentação estritamente matemática ou quantitativa — paradigma que se tornaria hegemônico apenas ao fim do século XIX. Prevalecia, em vez disso, a *estatística descritiva*, caracterizada pela exposição metódica e positiva dos objetos. Embora as cifras estivessem presentes, a exegese qualitativa permanecia soberana, de modo que a listagem de dados servia para corroborar a singularidade de cada província. Sob esse prisma, o espaço assume centralidade metodológica, conferindo inteligibilidade às informações no âmbito das descrições regionais.[626] Ao descrever as indústrias e comércio do julgado, destacou uma produção para consumo interno e acentuou as lacunas que visualizava na área de educação e artes. Para também listar casas comerciais e profissões, assim como as necessidades de importação.

> Ha neste Termo 85 teares de algodão liso, sendo 55 na Fraguezia de Trahiras, e 30 na de S. José. Ha 17 Engenhos, dos quaes só 12 fabricão assucar, que se vende a 1U800 rs., a arroba, e agoardente á 30$000 ao barril de 10 frascos ordinarios. Cultiva-se pouco café, e tanto que não chega para o consumo interno; da mesma sorte o algodão, e nada se cuida na plantação do tabaco, que se compra de fora. Exercita-se neste Julgado muito pouco a Grammatica Latina por falta de Professores, assim a musica, e mais Artes Liberaes. Dos Officios mecanicos só ha alguns Ferreiros, e Çapateiros, 2 Alfaiates, com muito poucos aprendizes. Os generos de importação são todos os que se não fabricão, nem podem haver no Paiz, como sejão sal, generos da Europa secos, e molhados, e nada ha de exportação. Os Direitos Municinaes são unicamente as afilações, que vão em decadencia por falta de população. Não ha Direitos de fretes nos Rios, por se não naveaggarem no Termo, e só se pagão na passagem que em pouco montão. Existem no Julgado 7 lojas, á saber: 4 de fazenda secca, e molhados em S. José, e 3 no Arraial de Trahiras, havendo em cada hum destes Arraiaes 7 tabernas. Existem estradas para o interior da Província, e as que se dirigem para as confinantes, que em nada se podem melhorar.[627]

---

626 OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A população de Goiás na transição da mineração para a pecuária (1804). **História Revista, Goiânia**, v. 21, n. 1, p. 154-187, jan./abr. 2016

627 SILVA E SOUZA, Luiz Antonio. Memória Estatística da Província de Goyaz. In: TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia, 1998, p.194.

A metodologia descritiva empregada por Silva e Sousa permite apreender a heterogeneidade do espaço goiano por meio de uma classificação metódica dos julgados. Ao sul e ao norte da capitania, em centros como Vila Boa, Meia Ponte e Cavalcante, o autor observa o surgimento de uma economia de transição, onde a mineração, conquanto ainda praticada, já fora ultrapassada em relevância pela ascendente estrutura agropastoril. Diferente desse cenário de transição avançada, localidades como Pilar, Crixás e Natividade representavam nichos de resistência do setor mineral. Nestes pontos, a exploração do ouro persistia de forma residual, em um estágio de exaustão que coexistia com o fortalecimento gradual das atividades voltadas à terra, indicando um processo de mutação econômica em curso.[628]

A análise culmina na identificação de áreas plenamente integradas ao novo paradigma produtivo, como os julgados de Santa Cruz, Desemboque, São Félix e Conceição. Nessas regiões, a ruptura com o passado mineral é descrita como definitiva, restando à mineração apenas um lugar no campo da memória ancestral. A atividade agropastoril figura, nestes relatos, como a força motriz exclusiva da ocupação territorial. Através desse encadeamento, Silva e Sousa constrói uma "estatística de transição" que documenta o deslocamento do eixo produtivo da província, substituindo a fugacidade do ouro pela estabilidade da pecuária e da lavoura como novos pilares da organização social goiana.[629]

Somada à detalhada caracterização dos termos e julgados da província de Goiás no início do século XIX, a narrativa de Silva e Sousa também incorporou a “primeira análise estatística que se permite fazer uma comparação mais detalhada da população livre e escrava que foi elaborada no governo de Francisco de Assis Mascarenhas em 1804”.[630] A descrição que emergiu do texto de Silva e Souza coloca Goiás como ambiente de atração de mineiros Geralistas, entrando pelo julgado de Santa Cruz, com uma presença que em sua maioria, eram roceiros e criadores que adentravam com relativa frequência na região à procura de terras para estabelecer-se. Esta dinâmica tinha relação com a questão da terra. Com a extinção do regime sesmarial em 1821, o apossamento informal tornou-se a prática predominante de aquisição

---

[628]OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A população de Goiás na transição da mineração para a pecuária (1804). **História Revista,** Goiânia, v. 21, n. 1, p. 154-187, jan./abr. 2016.
[629]Idem.
[630]FUNES, Eurípedes Antônio. ***Goiás (1800-1850):*** **um período de transição da mineração à agropecuária.** Goiânia: UFG, 1986.

fundiária, sendo posteriormente legalizado por processos de legitimação e demarcação. A ausência de uma legislação agrária definida, somada ao declínio da mineração, gerou um cenário de instabilidade que favoreceu a migração em massa para o Oeste. Esse movimento, orientado pelas antigas rotas paulistas, buscou nas províncias de Goiás e Mato Grosso novas fronteiras de sobrevivência e produção diante da crise nas áreas de mineração.[631] Segundo Brioschi:

> (...) abrindo picadas (...)vieram procurar no sertão bons pastos e novas expectativas de vida, arranchando-se em algum sítio que lhes aparecia aprazível e delimitavam a olho a sua área. No trabalho de demarcação erguiam cruzes e cravavam ferros em troncos de árvores. Tiravam rego d'água de algum ribeirão e faziam suas roças, erguiam casas, construíam currais, monjolos e demais benfeitorias necessárias à atividade agropastoris. Desta forma, a posse estava assegurada e, os posseiros institucionalizaram-se como senhores.[632]

A tessitura de um ambiente a ser ocupado por novos moradores, como parte de um desenho para povoar, modernizar e impulsionar o ressurgimento de Goiás, parecia ser o substrato da ideia de Goiás descrito por Silva e Souza, que agora emergia do texto com um acúmulo sobre os descritores do território e um renovado olhar sobre as lacunas e caminhos para o reposicionamento econômico e político da região. Ao descrever, Luiz Antonio da Silva e Souza formulou uma escrita compreensiva sobre a capitania e a província de Goiás, compondo o quadro de *intelectuais que formularam o pensamento social sobre a região*, incidindo sobre a formação de uma identidade local.

Seis anos após a publicação da *Memória Estatística da Província de Goyaz* ocorreu a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. O que representou o ponto de inflexão na construção de uma historiografia oficial, atuando como o braço intelectual do projeto de consolidação do Estado Imperial. Mais do que uma agremiação erudita, o Instituto constituiu-se como um laboratório ideológico encarregado de forjar uma identidade nacional que integrasse o Brasil ao paradigma das "nações civilizadas" do século XIX. Sob o patrocínio direto da Coroa, o IHGB assumiu a missão de sistematizar um passado comum que conferisse

---

631 OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A população de Goiás na transição da mineração para a pecuária (1804). **História Revista**, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 154-187, jan./abr. 2016.

632 BRIOSCHI, Lucila R. **Entrantes no sertão do Rio Pardo**: o povoamento da freguesia de Batatais séculos XVIII e XIX. São Paulo: CERUS, 1991.

legitimidade política e unidade territorial ao Império, operando como o principal centro produtor de uma narrativa histórica que visava homogeneizar a percepção das elites sobre a gênese da nação.[633]

A originalidade do caso brasileiro reside no fato de que a construção da ideia de nação não se consolidou em oposição à antiga metrópole, mas, inversamente, fundamentou-se na continuidade da missão iniciada pela colonização portuguesa. Assim, a escrita da história no Brasil oitocentista não buscou a ruptura frontal, mas a legitimação de um império que se via como parte do mundo inaugurado pela expansão colonial. Neste diapasão, a disputa pela escrita sobre a região se deu no quadro das tensões entre a província e a corte.

História e política se imbricam como duas partes de um mesmo desenho nesta quadra do século XIX. Para Noé Sandes, a organização política do Império foi resultado de negociações complexas e, muitas vezes, do uso da força entre o governo central e as províncias. Apesar das intensas disputas pelo poder, as elites locais mantiveram o compromisso de manter o Brasil unido. O problema principal estava na falta de uma definição clara sobre quanta autonomia as províncias deveriam ter, o que gerou as diversas revoltas do período regencial. Essa situação era ainda mais difícil em regiões com pouca atividade econômica, que viviam isoladas do restante do país. Nessas áreas, a autoridade do governo era fraca e inconstante. Isso demonstra que, embora o conceito de "nação brasileira" já existisse no papel, o Estado ainda não tinha a estrutura necessária para se fazer presente e governar de fato os lugares mais distantes e isolados do território.[634]

É exemplar a forma como a representação histórica de Goiás foi moldada por uma memória coletiva vinculada aos ciclos de ascensão e queda da mineração. Tal paradigma, comum a outras regiões periféricas do Império, descreve uma ordem social que colapsou ante a rapidez do esgotamento mineral, legando um passado percebido majoritariamente como um processo de espoliação e destruição. A historiografia regional retrospectiva consolidou essa visão ao elencar a ambição desmedida, as técnicas extrativas rudimentares e a pilhagem colonial como causas da estagnação. Consequentemente, a identidade provincial fixou-se em uma zona de transição incerta, em que o apelo ao poder central tornava-se o único recurso político viável

---

[633]GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In**: Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, No. 01, 1988, pp. 5-27, p. 6

[634]SANDES, Noé Freire. História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança. In: **Varia Historia,** No. 29, dez. 2013.

para reintegrar a região à dinâmica nacional e superar o estigma de abandono que definia as paragens goianas no século XIX, conforme análise de Noé F. Sandes.[635]

Essa perspectiva se apresenta claramente nos escritos de cronistas, viajantes e nos relatórios dos Presidentes de Província, afirmou Sandes que amplia o grupo de redatores do tema para incluir o grupo de funcionários, entre os que escreveram sobre a decadência de Goiás. Indaga se seria o caso, então, de confrontar estes relatos com as histórias construídas neste período? Indicou que Silva e Souza, que chegou a Goiás em 1790 e participou daquele rico campo de experiência e fundou o mais importante marco memorial sobre a região, toma estes elementos como princípios explicativos de sua narrativa sobre Goiás. A obra Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz, descreveu o esplendor da mineração e a crise da decadência - econômica, mas também moral, que lançou o conceito.[636]

Para Freire, a obra em questão caracteriza-se por uma assimetria constitutiva: se, por um lado, evidencia-se a escassez de lastro documental, por outro, manifesta-se uma vigorosa mobilização do passado como chave exegética do presente. O texto articula-se sob a égide de uma dupla tensão inerente à representação historiográfica. A primeira dimensão é de ordem reconstrutiva, pautada pela sistematização das sequências temporais e pela busca de nexos causais mediante o rigor da crítica documental e da empresa heurística. A segunda dimensão, de caráter memorialista, transcende a mera ordenação cronológica ao projetar uma teleologia sobre os acontecimentos: é a partir da percepção de um presente marcado pela retração econômica e pelo subdesenvolvimento que o autor estabelece seus juízos de valor sobre o pretérito, convertendo a memória em um campo de expectativas para a transformação social.[637]

As análises de Silva e Sousa e Cunha Matos sobre a mineração, na visão de N. Freire Sandes estão profundamente ancoradas nas transformações políticas do início do oitocentos, situando a exaustão do ouro no centro do debate sobre a soberania nacional. A historiografia desses autores desloca a culpa do atraso da natureza mineral para a gestão colonial, denunciando um modelo de exploração que segregava os interesses da Coroa dos anseios da população local. O período colonial foi representado como uma fase de estranhamento político, em que o

---

[635]Idem.
[636]SANDES, Noé Freire. História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança. In**: Varia Historia,** No. 29, dez. 2013.
[637]Idem.

monopólio metropolitano sobre a economia e o território — manifesto nas proibições de infraestrutura e manufaturas — asfixiou o desenvolvimento interno. Esse diagnóstico aponta para a dissolução do pacto que sustentava a posse das terras, sugerindo que o projeto de exploração exclusiva da Metrópole acabou por inviabilizar a solidariedade política entre o centro e a periferia do império luso-brasileiro.[638]

A herança colonial era um fardo a ser carregado por uma população relegada. As marcas desse passado não foram deixadas apenas na vida material da civilização, montada sob a sombra do ouro, mas na mentalidade dos goianos, destacou N. F. Sandes. Este historiador sugeriu que estamos diante de um *presente dilatado* à medida em que envolve os mesmos julgamentos percebidos no campo de experiência tanto do clérigo-historiador, Silva e Souza, quanto do militar-historiador, Cunha Mattos. O passado materialmente registrado surge como moralmente corrompido. Esse passado colonial deixou a sensação de abandono, mas não de saudade, pois não há herança a ser reivindicada. Em Goiás a dor desse passado ainda se repôs no presente, no tempo contemporâneo de Silva e Souza. A aprendizagem desse tempo dolorido se manifestou na narrativa histórica compartilhada por autores que julgaram e condenaram o passado, sem que fosse possível se afastar de sua herança.[639]

Ao estabelecer uma mirada crítica ao paradigma e premissa básicos dessas especulações que repousam no pressuposto de que o tempo no ocidente, Leda M. Martins indica que é fundamentalmente, é constituído por uma passagem cronológica, que o divide e recorta em passado, presente e futuro, ordenados na lógica de sucessão, seja do instante, dos dias, dos ciclos, eventos e acontecimentos. Evoca as imagens que designam o tempo, e estiliza que a mais comum, graficamente, é a da seta que se dirige para a inexorabilidade do fim e da origem e, mesmo quando aponta para duas direções, desenha um modo de designação e de percepção do tempo. Assim, a pensadora sugeriu que também a imagem do rio cuja contemplação e acesso não poderia repetir-se, pois o rio fluiria sempre em uma mesma e sequencial direção, sem a possibilidade do retrocesso, pois o rio não seria o mesmo assim como mesma não seria a pessoa, no instante já que se arrasta para o futuro, em um contínuo fluxo acelerado, não cumulativo e

[638] Idem.
[639].

irreversível, oferece um devir está sempre alhures. O presente é uma ilusão, uma parte entre o ser e o tempo, criticou Leda Martins.[640]

O léxico que alude a essas imagens é vasto e inclui expressões como antes, depois, durante presente, passado, futuro, instante, agora, ontem, hoje, devir, duração, repetição, evento, sucessão, simultaneidade, eternidade, consciência, natureza que, em sua teia de significações, expressam relações ou atribuições temporais, isto é, relações de anterioridade, posteridade e simultaneidade ou a sucessão de eventos passados, presentes e futuros, como destaca Martins. Para o olhar sequencial, tudo quanto sucede traz a chancela de um número disposto em uma série; logo, o momento passado, o momento anterior, já passou e, matematicamente, não volta mais. Entramos assim a falar do tempo histórico em uma linguagem de irreversibilidade. Pertencem a essa concepção de tempo as ideias só na aparência contrastantes de passamento de cada instante e de prossecução. Cada minuto da história dura até apagar-se, isto é, esvai-se, mas para ser substituído por outro, e assim sucessivamente, Leda Maria Martins acentuou em sua análise este continuum de apontamento ao futuro.[641] Esta autora indaga: "De que forma os tempos e intervalos dos calendários também marcam e dilatam a concepção de um tempo que se curva para frente e para trás, simultaneamente, sempre em processo de prospecção e de retrospecção, de rememoração e de devir simultâneos.[642] Ao sugerir o lançamento de uma teoria sobre o tempo, a autora explicitou:

> Espiralar é o que, no meu entendimento, melhor ilustra essa percepção, concepção e experiência. AS composições que se seguem visam contribuir para a ideia de que o tempo pode ser ontologicamente experimentado com movimentos de reversibilidade, dilatação e contenção, não linearidade, descontinuidade, contração e descontração, simultaneidade das instâncias presente, passado e futuro, como experiências ontológicas e cosmológicas que tem como princípio básico do corpo não o repouso, como em Aristóteles, mas sim, o movimento. Nas temporalidades curvas, tempo e memória são imagens que se refletem.[643]

---

640 MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
641 Idem.
642 Idem, p. 23.
643 Idem, ibidem.

É possível, com grande grau de possibilidade que Luiz Antonio Silva e Souza com sua tes texto angular sobre a história de Goiás tenha demonstrado que o passado é um presente dilatado e que o futuro talvez não possa ser estilizado com uma seta que aponte à perfectibilidade futura. Seguiram-no nesta interpretação também Cunha Matos, Saint-Hilaire, Emanoel Pohl, Camargo Fleury, Rodrigues Jardim, José M. P. Alencastre com relatos construídos em diferentes tempos, com objetivos diferentes, utilizando de fontes diversas, mas que descrevem uma paisagem em comum, destacou Freire. Seria possível tomar estes relatos como indícios capazes de nos mostrar um campo de experiência compartilhado, para além do universo dialógico explícito na composição desses textos? Indaga o historiador. Esse universo compartilhado é marcado pelo sentimento de mágoa, seja dos homens do passado, do domínio português, da fraqueza moral dos homens do passado e do presente contínuo.[644] É também informado pela esperança no desenvolvimento econômico, no interesse do Estado, na perfectibilidade futura.[645]

Ao abordar o tema da decadência em Goiás, o historiador M. Borges destaca que a fase mineradora na região durou pouco. E aponta algumas das razões identificadas por ele:

> As minas começaram a ser exploradas em 1726, quando também foi fundado o Arraial de Sant'Anna, que mais tarde viria a ser Vila Boa e, posteriormente, Goiás. Assim, a década de 1750 marcou o apogeu da exploração do ouro na região, mas também assinalou o declínio da atividade. A arrecadação com o quinto (imposto sobre o ouro) caiu vertiginosamente a partir desse período, indicando a escassez e a dificuldade de se obter o metal precioso. O uso de "técnicas rudimentares de extração e exploração das jazidas, a falta de braços para uma exploração mais intensa das minas, a carência de capitais e uma administração preocupada apenas com o rendimento do quinto"150 são apontadas como as principais razões para o declínio das atividades de mineração em Goiás. Além dos motivos apontados anteriormente, a decadência da mineração era inevitável por ser o ouro recurso natural não

644 Para aprofundar o tema da correlação entre tempo e historiografia, um percurso possível: JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O diálogo silencioso de Clio**: historiografia e política no Brasil. São Paulo: Alameda, 2010; KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006; RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007; BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1992; LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

645 SANDES, Noé Freire. História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança. In: **Varia Historia,** No. 29, dez. 2013.

> renovável, fadado ao esgotamento. No entanto, é preciso distinguir a ideia de decadência da mineração da imagem de decadência moral.[646]

Ao destacar o binômio entre decadência econômica e moral, Borges sugeriu que houve uma perpetuação "na historiografia e nas memórias sobre Goiás, a imagem da indolência e de rebaixamento moral e cultural da sociedade goiana pós-mineração".[647]

Ao apontar para a análise estabelecida pelo historiador Luís Palacín, destaca a tríplice dimensão da tese da decadência: a) ruralização, crise do trabalho; b) derrotismo moral. c) dispersão territorial.

No horizonte desta releitura plurais da tese da decadência, sugerimos que, por certo, Silva e Souza estabeleceu um lastro para esta abordagem, ao evocar o passado presente da experiência colonial, devolvendo às elites a questão da decadência. Tais narrativas articulam a emersão e o amadurecimento de uma consciência histórica singular no transcurso do longo século XIX goiano. Este movimento discursivo interpela o Estado a atuar como agente indutor na conformação da Região — categoria que, diferentemente da Nação já consolidada em termos ideais, permanecia como um projeto inacabado, um rascunho institucional e identitário carente de integração e reconhecimento.[648]

A partir, tanto da tensão política neste contexto de instabilidade e operações de poder, quanto da disputa e estabelecimento de uma pluralidade de escritos singulares, as que se enquadraram em formatos requeridos no ambiente da administração colonial, situamos a vida e obra de Luiz Antonio Silva e Souza. Intelectual negro nos quadros do aparato administrativo na desta sociedade em transformação, Silva e Souza reaparece para a historiografia regional e brasileira em um ambiente de produção e de transformação na operação e na escrita da História. A existência de pessoas negras proeminentes, majoritariamente homens, atuando desde o século XVIII, deixou de ser vista como algo excepcional. Uma nova abordagem da

---

646 SILVA, Murilo Borges. **Mulheres Negras E Plurais: gênero, raça e sexualidade em Goyaz, século XIX .** Tese de Doutorado, Universidade Federal de Uberlândia. 2019, p. 97.

647 Idem, ibidem.

648 SANDES, Noé Freire. História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança. In: **Varia Historia,** No. 29, dez. 2013.

historiografia incorporou esses sujeitos, sob a categoria de intelectuais, literatos ou letrados negros.[649]

A notoriedade que obtiveram especialmente na transição do Império para a República e nas primeiras décadas do regime republicano no Brasil vem ganhando espaço nas preocupações de pesquisadores da área que, atualmente, incorporam também mulheres negras nesse grupo de intelectuais negros/as.[650] Em diferentes regiões do país, tais figuras atuaram como docentes em diversos níveis educacionais e participaram de variados âmbitos da sociedade como política, literatura, artes, jornalismo, direito e medicina. Pesquisados por historiadoras da educação e da história social.[651]

Autor da corografia Memória do Descobrimento da Capitania e da Memória Estatística da Província, Luiz Antonio Silva e Souza inventou a memória crítica da história colonial goiana, postulando não apenas a sua decadência, mas também direcionando às elites políticas o desafio

---

649 BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. FONSECA, Marcus Vinicius. **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: PENESB: EDUFF, 2016.

650 Idem.

651 Para aprofundamento sobre novos estudos de intelectuais negros e educação CAVALCANTE, Ian. **Educando libertos, escravizados e operários: A trajetória do professor Cincinato Franca, Bahia 1860-1934**. Tese (Doutorado em Educação), Niterói: UFF, 2020; CRUZ, Marileia dos Santos. A produção da invisibilidade intelectual do professor negro Nascimento Moraes na história literária maranhense, no início do século XX. **Revista Brasileira de História**, vol.36, n.73, 209-230, 2016; DOMINGUES, Petrônio, ROCHA, Solange Pereira da, FLORES, Elio Chaves. As artes e os ofícios de um letrado afro-diaspórico: Eliseu César (1871-1923). **Revista Afro-Ásia,** n. 60, 2019 p. 105-147; FONSECA, Marcus Vinícius. Padre Vitor: um educador negro entre a escravidão e a santidade. **Revista Brasileira de História da Educação,** Maringá , v. 20, e131, 2020 . p. 1-26; GOMES, Nailza Costa. **Uma professora negra em Cuiabá na Primeira República: limites e possibilidades**. Dissertação (Mestrado em Educação). Cuiabá: UFMT, 2009; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Intelectuais negros entre o século XIX e início do XX: novas perspectivas para a história da educação brasileira. **Dialogia**, SãoPaulo,n.37, p. 1-14, jan./abr.2021; PINTO, Ana Flávia M. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX.** Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012; PITANGA, Ismael. Ernesto Carneiro Ribeiro: A trajetória intelectual do Professor Negro Baiano (séculos XIX-XX). **30º Simpósio Nacional de História. Anais...ANPUH**, 2019; ROCHA, Solange Pereira da. Cardoso Vieira, um homem negro na composição das elites da Paraíba Oitocentista; Biografia, Memória e História. **Revista Crítica Histórica**, n. 6, ano III, 2012, p. 1-18; SANTOS, Sivaldo dos Reis. "O Nobre Educador" da Bahia: trabalho, cidadania e sociabilidades. **Trilhas da História,** v. 10, n. 19, ago-dez, ano 2020 p. 92-110; SCHUELER, Alessandra Martinez F.; PINTO, Rebeca Natacha de. Intelectuais negros e reformas sociais: pensamentos e projetos educacionais do Professor André Pinto Rebouças. In **Anais do IX Seminário nacional de estudos e pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil".** João Pessoa, PB, 2012; SCHUELER, Alessandra Martinez F. de. "Fazer artes e viver de ofícios": trabalho, liberdade e educação no pensamento de Manuel Raymundo Querino (1851-1923). **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Natal, RN**, 2013; SCHUELER, Alessandra Martinez F. de. Educação e abolição como projetos de reforma social: trajetória intelectual e propostas educacionais de José do Patrocínio. VENÂNCIO, Giselle; VIANNA, Larissa M.; SECRETO, María Verónica (org.). **Sujeitos da História: perspectivas e abordagens.** Niterói: EDUFF, 2015; SILVA, Luara Santos. **'ETYMOLOGIAS PRETO': Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920).** Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais). Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2015.

de suplantar esta herança de um passado presente. Silva e Souza lançou uma interpretação duradoura e incontornável da memória e da história das Minas de Goiás. Ele o fez a transição de dois séculos, em meio à transformação de dois sistemas políticos, viajando entre dois continentes, participando da administração eclesiástica e da civil, transitando entre o tempo dos livros e o tempo da imprensa, entre Minas Gerais e as de Goiás, entre a experiência de ser clérigo e ser pai de uma menina, um homem ~~de cor~~ [negra] na colônia.

Aqui, podemos situar a aposta de Silva e Souza na difusão mais ampla de suas ideias. E evidenciar uma característica do sujeito que participou das transformações, inclusive tecnológicas, no horizonte de um projeto de participação política que colocou à sombra, em seus escritos políticos, qualquer menção explícita à identidade ~~de cor~~ parda e suas disputas. Consignou na obra em sua obra *Memória do Descobrimento*, dado de que em 1812 haviam 58 mil habitantes na capitania de Goiás, dos quais 48 mil não eram brancos. Sobre a Vila boa registrou:

> Tem Vila Boa seiscentos e noventa e nove fogos, quatro companhias de cavalaria, quatro ditas de infantaria, duas de ordens, digo ordenanças, e *uma de Henriques com exércitos de artilharia*. Tem o seu julgado, pelo cálculo feito em 1804, homens brancos casados 109, solteiros 504; *pretos casados 25, solteiros 388; pardos casados 118*, solteiros 1.000. Mulheres brancas casadas 84, solteiras 525, *pretas casadas 28, solteiras 571, pardas casadas 137, solteiras 1.466. Escravos ... 2.637, escravas 1.795*[652]

Acerca de si, silenciou para falar em testamento. Já ia longe no tempo de sua mocidade, em que, na memória recolhida por José Maria Pereira Alencastre - como parte dos testemunhos orais recolhidos para os escritos biográficos sobre Silva e Souza - as pessoas de sua convivência lembravam que, em círculos restritos, Silva Souza continuava conversando sobre como obteve licença para sua ordenação ao trabalhar sobre a estratégia de afastar de si a calúnia, pois assim tratava de não se implicar em nenhum óbice ou interdição, de que fora acusado: *ter sangue da descendência Cam.*

652 ALENCASTRE, José Maria Pereira de. Biografia do Padre Luiz Antonio da Silva e Souza. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo XXVI, p. 195-212, 1863; TELES, José Mendonça. ***A vida de Luiz Antônio da Silva e Souza*. Goiânia**: Editora da UFG, 1969.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Era julho de 1804. Novamente a Vila Boa de Goiás se movimentava com uma mulher africana. Fora uma denúncia que havia precipitado a comoção coletiva, no que em grande medida já era conhecido na Vila como parte das práticas na vida social da gente africana residente. Ao analisar a documentação, seguindo uma descoberta de Morais[653] e Precioso[654] é possível perceber que os indícios presentes em fontes manuscritas de arquivos goianos apontam para ação de duas mulheres, cativas que foram investigadas por práticas mandingueiras.

A denúncia foi encontrada no Livro 10, intitulado Rol dos Culpados. Prelazia de Goiás, 1783-1805 de 28 de julho de 1804, era contra Isabel africana, cativa de Antônio Luís da Costa Sintra, acusada pelo vigário da vara de cometer o sacrilégio que consistia em "tirar [...] uma partícula da boca que havia comungado sem observância de um despacho do Reverendo Vigário da Vara atual."[655]

Embora a palavra mandinga nomeie a um grupo étnico específico, oriundo do Golfo da Guiné, na África Ocidental, a tradição de mandingaria foi amplamente compartilhada na diáspora. Mandingueiros não eram unicamente as mandingas. Em verdade os termos "mandinga" e "mandingueiro" tomaram uma plurivocidade semântica abrangendo e recobrindo práticas ritualísticas africanas, identificadas no mundo colonial como "feitiçaria" e de "feiticeiro", respectivamente[656].

Uma devassa foi colocada em andamento, Isabel era investigada por sacrilégio, mas a suspeita era de que o cometera em vista de exercitar suas práticas mandingueiras. A mandinga era geralmente associada à confecção e uso de uma bolsa termo que se referia a um objeto votivo, amuleto de poder. Que tinha o poder de proteção, mantendo alguns poderes: fechar o corpo, trazer saúde, boa sorte ou bons desfechos. Estes amuletos foram amplamente registrados

---

653 MORAES, Cristina de C. P. **Do corpo místico de Cristo:** irmandades e confrarias na capitania de Goiás – 1736-1808. Lisboa: UNL, 2006.

654 PRECIOSO, Daniel. Isabel Angola e Margarida Crioula: duas escravas mandingueiras na Capitania de Goiás (1783-1804). In: SAECULUM - **Revista de História** [v. 24, n. 41]. João Pessoa, p. 99-110, jul./dez. 2019.

655 IPEHBC. Coleção de Livros Manuscritos, No. 10, Livro do Rol de Culpados.

656 PRECIOSO, Daniel. Isabel Angola e Margarida Crioula: duas escravas mandingueiras na Capitania de Goiás (1783-1804). In: **SAECULUM - Revista de História**, v. 24, n. 41. João Pessoa, p. 99-110, jul./dez. 2019.

entre a comunidade africana e descendente no período colonial. Contendo ingredientes dos três reinos da natureza também continham mistérios e despertavam o temor entre os colonos[657].

Era voz corrente que a bolsa de mandinga protegia contra armas e doenças. A capilaridade de sua prática entre a gente negra acionou o ímpeto inquisitorial, por meio do qual o Santo Ofício a registrou como bolsa de mandinga e seus fazedores foram tomados como praticantes da feitiçaria. A confecção dessas "bolsas" nas sociedades atlânticas consistiu em uma "recriação de tradições africanas no mundo do cativeiro" e demonstra uma "circulação de saberes entre africanos de diferentes origens, a partir de um fundamento da cultura banto associada ao cristianismo"[658].

> Na ótica das autoridades religiosas da Prelazia de Goiás Isabel, africana cativa, cometera um delito religioso, sacrilégio. Ao reter uma hóstia consagrada, acreditava-se que o objeto seria utilizado em rituais religiosos a fim de fortalecer um objeto votivo africano. O objetivo seria incrementar a sua "bolsa de mandinga", aumentando a sua força vital e, assim, a sua boa sorte no mundo dos vivos, [...]. Estamos diante, sem dúvida, de uma clara apropriação de elementos do catolicismo a partir de um prisma africano. Isabel, de "nação Angola", era, provavelmente, da etnia ambundo ou bakongo .[659]

Isabel não foi tomada como feiticeira, mas sim sacrílega. Era sabido, porém - e por este motivo fora denunciada - que africanas subtraíam hóstias consagradas para outros usos religiosos. O que não era vedado, caso fosse realizado com a "observância de um despacho do Reverendo Vigário da Vara[660] Após dezessete meses de devassa, Isabel terminou solta vez que as averiguações e desfecho do processo conduziram a uma sentença de isenção da acusada, assim proferida e lavrada nos Autos de seu livramento, no dia 17 de dezembro de 1805.[661]

Ainda que que a denúncia e a lavratura de livramento ofereçam dados escassos sobre a trajetória de Isabel, ainda assim é possível pensar que Isabel e Joanna Mina muito certamente estavam na Vila Boa nos primeiros anos do século XIX ou que, ao menos, as histórias de ambas corriam como memórias e vivências coletivas recentes, na Vila. E, por certo, compartilhavam das experiências da comunidade africana, em lugares e com pessoas em comum. Ou mesmo,

---

657 REIS. J. J.. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835). São Paulo, Brasiliense, 1986.

658 PRECIOSO, Daniel. Isabel Angola e Margarida Crioula: duas escravas mandingueiras na Capitania de Goiás (1783-1804). In: **SAECULUM - Revista de História**, v. 24, n. 41. João Pessoa, p. 99-110, jul./dez. 2019, p. 107.

659 Idem, p. 106.

660 IPEHBC. Coleção de Livros Manuscritos, No. 10, Livro do Rol de Culpados.

661 Idem.

seria possível fabular, entre si. Ainda que Isabel vivesse em São José de Mossâmedes, a devassa a teria convocado e feito permanecer na Vila Boa, ao menos para as oitivas. E certamente seu nome andava de boca a ouvido, apenas dois anos depois de decorrido o processo que movera Joanna Mina.

Não era novo o costume da Vila Boa com experiências religiosas da gente africana. Em fevereiro de 1783, Margarida, crioula e cativa, fora denunciada pelo uso de uma bolsa de mandinga[662], prática comum ao ritual daomeano da religião de voduns. A prática era compartilhada por mais membros, pretos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila Boa de Goiás. Ali, na margem norte, do Rio Vermelho onde havia sido edificada a igreja dedicada ao orago de devoção negra, a gente da Vila Boa tinha ciência de que africanas e africanos praticavam aquilo que se acreditava ser um modelo próprio de catolicismo. Articulado às tradições religiosas de africanas[663]. Sendo a bolsa de mandinga uma prática comum entre voduncis, pessoas ligadas à tradição religiosa de voduns, iniciadas a este culto.

Margarida vinculada ao tenente coronel João Pinto Barbosa Pimentel, que juridicamente detinha sua liberdade, foi denunciada pelo promotor do Juízo sob acusação de portar uma bolsa de mandinga, que continha "cabelos e unhas de um inocente e por depois de sua encomendação realizar bruxarias no campo dos justiciados com comidas e bebidas".[664]

O campo dos justiçados era exatamente o largo da forca, local de execução da pena capital e instaurado exatamente no Largo da Casa de Câmara e Cadeia, na saída sul da Vila Boa. O local tanto indica um ambiente propiciatório aos cuidados fúnebres, quanto ao campo de força espiritual correlato aos recém falecidos, nos sistemas religiosos da África ocidental, evocando o culto de ancestralidade, neste aspecto focal aos recém falecidos, quanto nos possibilita pensar sobre a relação desta comunidade africana com a persecução penal e ela pena capital, como ponto de atenção e de proteção necessária.

Filha de africana ou africano, Margarida evidencia a continuidade das práticas do continente *mater* entre descendentes de primeira geração. O processo aberto indicava a manipulação de partes do corpo de uma criança com fins mágicos, não se tem informação se tratava de ritual propiciatório ou de adverso. O local da execução do ritual era particularmente

662 PRECIOSO, Daniel. Isabel Angola e Margarida Crioula: duas escravas mandingueiras na Capitania de Goiás (1783-1804). In: SAECULUM - **Revista de História** v. 24, n. 41. João Pessoa, p. 99-110, jul./dez. 2019.

663 MORAES, Cristina de C. P. **Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás – 1736-1808.** Lisboa: UNL, 2006.

664 AFSD. Coleção ~~Escravos~~. Processo contra Margarida crioula, 1783.

significativo e a entrega de uma oferenda no espaço traduz muitos significados sobre permanências africanas.

A ausência de informações sobre filiação ou etnicidade dos genitores ou ainda alguma descrição dos alimentos e bebidas referidos na devassa nos veda alguns aprofundamentos, ao tempo em que permite afirmar as recriações, que podem ser lidas na chave de um *continuum afro-referente em Goiás* de fins do século XVIII. Na última década do século XVIII. Eram práticas recorrentes em outros espaços mineiros. Há registros, para as Minas Gerais, da presença de sacerdotisas de culto vodum na Vila Rica (1750) pela vodunci Ângela Maria Gomes, liberta, mina e courana, membro da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Josefa Maria em Paracatu (1747) comandava rituais, danças, oferendas e mantinha na sua casa um boneco feito de barro à imitação de sua imagem. [665]

Práticas religiosas e culturais transmitidas por meio da oralidade no contexto da fragmentação, produzida pelas fraturas do mundo colonial, são de especial interesse para as questões colocadas neste trabalho. Compreendidas como trabalho cultural da gente negra, transformar o ambiente colonial sob o influxo de suas formas de vida social. Este trabalho consiste em manter fortes vínculos com o lugar de origem, traduzindo em contexto de dispersão territorial e produzindo negociação para manter identidade e evitar assimilação, interconectando pertencimentos múltiplos.

Esta perspectiva foi analisada, por Stuart Hall, que a aplicou a contextos consolidados onde os fluxos de pessoas, informações e capital através das fronteiras nacionais se consolidaram a partir da experiência colonial. Esses fluxos disruptivos criariam um ambiente onde as culturas e identidades tradicionais seriam constantemente reconfiguradas.[666] Para este pensador, o trabalho cultural é sobretudo tradução e:

> descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras [...], compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas [...]. As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao

665 MAIA, Moacir. Uma identidade litorânea: os chamados courás na África e em Minas Gerais (Século XVIII). In: **A diáspora Mina:** africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

666 HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

> sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural "perdida" ou de absolutismo étnico [...]. Elas devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas.[667]

Esta inventividade, ligada ao trabalho cultural da gente negra, passa ao centro de interesse historiográfico. No bojo do avanço da história social e suas conexões com os temas africanos e afrodescendentes no ambiente de produção na historiografia brasileira. A incorporação destes ao campo da história social indica uma tendência inerente ao modelo da experiência histórica nacional. Sua aplicação e desenvolvimento sugere que a história social pode ter interpenetrações possíveis com outras abordagens, mas trazendo ao centro de sua análise a vivência e experiência humanas. Para Hebe Castro, a história social realmente não é um campo que possa ser isolado, mas mantém seu nexo básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos sociais na explicação histórica.[668] Esta autora indica que uma história social pode ser aplicada a distintos objetos,

> é possível escrever tanto uma história social do mercado de grãos como uma história social da arte. Isso não nos traz de volta à identificação entre história social e toda a história, porque é possível (e frequente), hoje, uma história econômica ou uma história cultural que prescinda da vivência humana e de sua experiência socialmente diferenciada como variáveis explicativas.[669]

É certo que a partir da década de 1980, o estudo dos processos jurídicos se consolidou na historiografia brasileira. Os trabalhos publicados sobre a luta judicial por liberdade, se desenvolveram estudos e pesquisas sobre crime, família escravizada, comércio de pessoas, controle social, revoltas, outros temas e abordagens se valendo dos processos judiciais como fontes documentais para a análise da vida social, urbana, da história cotidiano e da ação e protagonismo da gente cativa, libertos e pessoas negras livres.[670]

O arquivo se abre como um canteiro de variadas possibilidades à produção historiográfica. Neste campo consolidado, se coloca o interesse sobre os significados e a

---

667 Idem, p. 52.

668 CASTRO, H. História Social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs**.). Domínios da história: Ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus: 1997.

669 Idem, p. 54.

670 PINHEIRO, Fernanda Domingos. **Em defesa da liberdade: libertos, coartados e livres ~~de cor~~ nos tribunais do Antigo Regime português (Mariana e Lisboa, 1720- 1819).** Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2018.

precarização da liberdade na diáspora africana na América de colonização lusitana, baseada, sobretudo, na análise de processos judiciais. Ao analisar os argumentos e as morfologias jurídicas típicas que constituíram estes documentos, coloca-se também o interesse acerca da vivência das pessoas negras em sociedades escravistas no sentido mais amplo.

Na análise comparativa que fez de 157 processos cíveis arquivados no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana e 47, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Pinheiro estabeleceu uma análise integrada e temática de um processo global em que tanto a sociedade mineira quanto lisboeta "participavam de um processo historicamente integrado"[671], de expansão escravista no império português, possibilitando uma abordagem da história social do mundo colonial, em perspectiva global, a partir do protagonismo da gente negra. Ademais a autora sugere duas instâncias de produção normativa, a partir das coleções documentais que analisa, sendo uma metropolitana e a outra colonial, evidenciando que no resultado da disputa sobre os mesmos padrões e tipologias jurídicas os resultados se preenchiam de diferentes significados concretos quando mobilizados de maneiras locais, em distintos contextos sociais**.**[672]

Entre o estatuto jurídico e a condição social, a gente negra se movia na Vila Boa, na passagem do século XVIII ao XIX imprimindo à história social da capitania e da província sua presença, protagonismo e autoria escriturística, que se divisa no caminho percorrido por esta pesquisa. As lutas por ampliação do grau de autonomia dos libertos com o consequente enfraquecimento dos laços de dependência estavam na origem de muitos processos judiciais. Para deter este avanço os colonos costumavam ajuizar ações mobilizando o argumento da ingratidão. Para neutralizar a reação, muitas *ações cíveis de manutenção da liberdade* foram movidas*,* para neutralizar as ameaças de reescravização, resguardando a posse e o domínio da liberdade até a decisão final. Após o que – em geral se moviam ações de restituição de liberdade, que visavam ao reestabelecimento do estado de liberdade. [673] Neste ponto, é possível entrever os significados do esforço da gente negra em acionar processos por liberdade, forçando a posse de si para produzir o domínio jurídico e estabelecer sobre si o manto de proteção jurídica, requerido no ambiente colonial.

A autoridade de documentos escritos que comprovassem a liberdade, por quaisquer

---

671 Idem, p. 27.

672 VIEIRA, Martha Victor. As sociedades políticas goianas: a Sociedade Defensora de Meiaponte e a Sociedade Conciliadora de Goiás (1832-1833). In: **Anais do XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH**, Natal, 2013.

673 Idem.

tipologias e diferentes níveis de solenidade jurídica, poderia ser determinante para uma decisão favorável. Desde aí, se pode deduzir a perspicácia no cálculo embutido ao esforço de pessoas em processo de libertação para conseguir tais documentos. Ressalta-se a grande variedade de procedimentos judiciais mobilizados em processos de emancipação.

Podemos aventar ainda a condição de pessoas negras livres, que transitavam nas instituições da administração civil e eclesiástica, cujos corpos traziam as marcas ou a memória da condição afrodescendente. Adicionando ainda uma camada de conteúdos simbólicos, para além do estatuto jurídico ou da condição social. A marca da cor ou de origem, como parte dos elementos a serem agenciados na trajetória, no trabalho cultural e na produção das pessoas livres que viveram e experienciaram processos de protagonismo e autoria negra na Vila Boa, na passagem para os oitocentos.

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa se envidou esforço em um trabalho com as operações lógicas da disciplina, no trabalho metodológico com as fontes. De forma concomitante, se lançou mão de um instrumental teórico para alcançar os fins de analisar o protagonismo e a autoria negra em Goiás na transição do século XVIII para o XIX, identificando as estratégias de resistência e afirmação em instâncias históricas e jurídicas. Investigou-se, especificamente, o protagonismo desses sujeitos em processos de alforria e emancipação, bem como sua inserção na cultura letrada por meio de corografias e presença em periódicos. Buscou-se, assim, evidenciar a participação ativa da população africana e seus descendentes na vida sociopolítica, fundamentais para a configuração de um espaço urbano marcado por sua presença e atuação.

A análise dos processos judiciais de emancipação e o exame minucioso de corografias e textos da imprensa setecentista e oitocentista, demonstraram que o protagonismo negro foi um elemento constituinte da estrutura social goiana. Os resultados evidenciam que a autoria negra não foi marginal, mas central na construção de uma cultura jurídica e política local, revelando que a ocupação do espaço público se deu por meio de uma agência intelectual e estratégica que desafiou as hierarquias vigentes e reafirmou a participação ativa dessa população na vida social da região.

A investigação cujo resultado aqui se apresenta, demonstrou que a população africana e seus descendentes em Goiás transitaram pelo sistema jurídico colonial e atuaram como agentes ativos na construção da cultura jurídica. Ao disputarem os processos de emancipação e ditarem - parcialmente - os termos das disputas por liberdade. Esses sujeitos converteram o aparato legal, originalmente desenhado para o controle, em um instrumento de agência política e

negociação. Esse achado empírico subverte a visão hegemônica da escrita de matriz unicamente lusitana, revelando uma sofisticação estratégica na manipulação das normas institucionais.

No campo da produção intelectual, os resultados são disruptivos ao comprovarem que a primeira corografia da Capitania e a primeira Memória Estatística da Província de Goiás foram de autoria negra. A existência de bibliotecas particulares, grupos letrados, produções teatrais e traduções do latim executadas por negros evidenciam uma vida intelectual vibrante e autônoma. Essa Goiás letrada de matriz africana desafia o arquétipo do isolamento cultural da região e posiciona os intelectuais negros como protagonistas da esfera pública e da memória administrativa local.

A pesquisa revelou, ainda, a existência de nexos orgânicos entre as manifestações de tradição oral e o universo letrado. Os festejos e celebrações de matriz africana não eram isolados da erudição; ao contrário, havia uma circulação de saberes onde o domínio da escrita e a participação na administração colonial retroalimentavam as formas de resistência cultural. Essa integração demonstra que a presença negra em Goiás ocupou o espaço urbano de forma multidimensional, pluralizando a performance social e a sofisticação intelectual.

Um ponto de inflexão teórica fundamental reside na identificação de que o proponente da tese da *decadência de Goiás* era um homem negro, cuja crítica se voltava explicitamente contra as elites coloniais. Ao reinterpretar esse discurso não como um fato geográfico ou econômico dado, mas como uma ferramenta de contestação política, a pesquisa desloca a noção de "decadência". Ela passa a ser compreendida como uma narrativa de resistência de um intelectual negro que utilizava a escrita histórica para denunciar a má gestão e o declínio moral das classes dominantes.

Por fim, o conjunto desses achados empíricos propõe um impacto na abordagem teórica sobre a colônia goiana. A tese demonstra que a configuração sociopolítica e espacial de Goiás entre os séculos XVIII e XIX foi profundamente moldada pela agência africana. Ao tirar da invisibilidade essa autoria negra na historiografia, na literatura e no direito, o trabalho exige uma revisão do conceito de "sociedade colonial", que deve passar a ser entendida como um território de disputa intelectual e urbana onde a descendência africana foi força motriz e fundante.

A pesquisa revelou que o protagonismo negro em Goiás não estava confinado aos limites da Capitania, mas inseria-se em uma dinâmica de mobilidade global. A identificação de sujeitos que realizaram viagens internacionais entre a África e a Bahia, Minas, Portugal e Itália e novamente Minas e Goiás demonstra uma circulação de saberes e corpos que desafia a visão

de uma população escravizada ou liberta estática. Esses trajetos transatlânticos eram fundamentais para a constituição de perfis de negros modernos, capazes de transitar entre diferentes jurisdições e culturas letradas e orais, articulando interesses que conectavam o interior do Brasil aos centros de decisão e produção intelectual da Europa e às matrizes culturais africanas.

No âmbito das conexões intrarregionais, a investigação comprovou um fluxo constante entre Goiás, Salvador, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Essa mobilidade não era meramente comercial, mas política e intelectual: tratava-se de redes de negros letrados e agentes da administração que se movimentavam. E consigo mobilizavam informações, livros e estratégias jurídicas. O deslocamento entre essas províncias permitiu a construção de uma identidade negra cosmopolita em Goiás, que bebia das tradições africanas e baianas e da efervescência política da Corte no Rio de Janeiro, consolidando nexos de solidariedade e intercâmbio na imprensa e técnico-administrativo que foram essenciais para a instrumentalização e uso na ocupação do espaço público goiano.

A presença de negros na administração colonial e na escrita corográfica ganha nova dimensão quando analisada sob a ótica dessa circulação espacial. A autoria da primeira corografia e a tradução de textos do latim não foram atos isolados, mas o resultado de uma formação intelectual forjada no trânsito entre territórios. Esses "sujeitos em movimento" funcionavam como pontes entre a tradição oral dos festejos negros e a erudição das bibliotecas particulares, demonstrando que a agência negra em Goiás era parte integrante de uma engrenagem global de resistência e produção de modernidade que ignorava as fronteiras impostas pelo sistema colonial.

A tese da decadência, formulada por um intelectual negro em Goiás, deve ser compreendida como um manifesto fundamentado nessa visão ampliada do mundo. Ao viajar e observar as contradições das elites em diferentes centros, esse autor utilizou sua experiência de mobilidade para tecer uma crítica sofisticada à gestão colonial. Sua escrita não era apenas local; era uma resposta de um intelectual da diáspora que, ao dominar os códigos da historiografia europeia e as realidades da colônia, posicionava Goiás como um nó estratégico — e não marginal — nas disputas de poder do Império Português.

Destarte, esses achados empíricos redefinem o conceito de "espaço urbano ocupado". A cidade de Goiás, no século XVIII e XIX, revela-se como um território de confluência de negros modernos que, ao se movimentarem entre Salvador, Minas, Rio e o Além-Mar, transformaram a capitania em um laboratório de autoria e cidadania. Este conjunto de evidências impõe uma

revisão teórica sobre a história de Goiás: o que se acreditava ser um enclave isolado era, na verdade, um ponto pulsante de uma história global, movida pela inteligência estratégica e pela circulação física e intelectual de sua descendência africana.

A originalidade desta tese reside na desconstrução da imagem de Goiás como um enclave isolado, agrário e intelectualmente estéril nos séculos XVIII e XIX. Ao cruzar a cultura jurídica com a mobilidade global e a autoria letrada, se adiciona nomes, autoria, textos processos oriundos do protagonismo negro à história, o que sugere uma alteração da própria estrutura de como se entendeu hegemonicamente o período colonial e imperial na região.

A tese avançou o estado da arte ao demonstrar que o direito em Goiás não foi unicamente uma imposição colonial produzido numa hierarquia de alto a baixo, mas esteve eivado de disputas a partir da experiência africana na diáspora. A originalidade em comento se traduz em provar que sujeitos negros pautaram e ditaram partes dos processos, forçando o judiciário a registrar e eventualmente reconhecer suas demandas e trajetórias. Revelou-se que a justiça foi um campo de batalha, onde a população africana exercia uma literacia jurídica sofisticada, transformando o tribunal em um espaço de exercício de disputa e protagonismo político muito antes da abolição formal.

O diferencial oferecido foi a ruptura com a ideia de que o intelectual negro goiano representava um caso isolado na diáspora atlântica. Ao mapear as viagens para a África, Europa - Portugal e Itália - e o trânsito entre Salvador, Rio de Janeiro e Minas, foi possível demonstrar que prova que Goiás estava conectado às redes da Diáspora Atlântica. A contribuição original aqui é a categoria da pessoa moderna em mobilidade: sujeitos que traduziam o latim e escreviam corografias não como mimetismo da elite, mas como parte de uma rede intelectual global que movimentava saberes entre os continentes. O que foi possível evidenciar também em relação a outros escritos negros na diáspora americana.

Talvez a contribuição mais disruptiva – no campo da perspectiva teórica - seja a indicação de que a tese da decadência de Goiás, pilar da historiografia hegemônica regional, possui autoria negra. Ao identificar que essa narrativa era, na verdade, uma arma retórica de um intelectual negro contra a má gestão das elites coloniais, você inverte séculos de interpretação histórica. A "decadência" deixa de ser um fato econômico passivo para se tornar uma crítica política contra colonial, formulada por quem vivenciava as tensões do poder na administração da capitania.

Uma limitação inerente a este estudo reside na natureza fragmentária das fontes primárias do século XVIII e início do XIX. Embora a pesquisa tenha identificado o protagonismo negro em processos jurídicos e na escrita corográfica, muitos registros de trajetória individual e redes de sociabilidade podem ter sido perdidos ou subalternizados pela lógica de arquivamento colonial. Destarte, a impossibilidade de acessar a totalidade dos diários, correspondências privadas ou registros de irmandades limita uma compreensão ainda mais profunda das subjetividades e das motivações desses sujeitos para além dos atos públicos e jurídicos.

Embora a pesquisa tenha comprovado a mobilidade de sujeitos entre a África, Europa e Goiás, o rastreamento preciso das rotas e das permanências desses indivíduos em solo estrangeiro (especialmente na Itália e África Ocidental) enfrenta barreiras logísticas e documentais. A escassez de registros de passaportes ou listas de passageiros detalhadas para a população negra daquele período impede a reconstituição completa de todas as etapas dessas viagens globais, limitando a análise, em alguns casos, a evidências indiretas ou registros de saída e retorno, sem o detalhamento das interações culturais ocorridas no exterior.

A investigação de grupos letrados e produções teatrais esbarra na variável não controlada do anonimato ou da autoria compartilhada, comum nas práticas intelectuais da época. Em certas corografias ou textos de imprensa, a necessidade de proteção política ou o uso de pseudônimos por intelectuais negros — que operavam em um ambiente de elites hostis — impõe uma fronteira na identificação nominal de todos os colaboradores. Assim, a pesquisa reconhece que a rede de autoria negra pode ser ainda mais vasta do que a documentação permitiu catalogar, permanecendo uma parte dessa produção intelectual sob o manto da invisibilidade histórica.

O exercício feito nesta pesquisa buscou, assim, pensar a autoria, a escrita e o protagonismo de mulheres e homens negros no horizonte desta encruzilhada colonial descrita por Hartmann. Foram pessoas que viveram entre as amarras da violência racializadora e construíram sua estratégia de inscrição na vida social e no aparato estatal, para sair dela. E a partir deste lugar, vieram a disputar as formas de narração da vida social de seu tempo. Talvez aqui se presentifique a singularidade da vida e obra de Luiz Antonio Silva e Souza, um entre muitos letrados negros da Vila Boa, na passagem do século XVIII ao XIX.

Ao focalizar o processo histórico do período foi possível desvelar e refletir sobre as formas que se entrelaçam como duas dimensões da historicidade: o processo histórico e sua narrativa. Através da sobreposição destas duas dimensões, pudemos evidenciar um exercício

diferencial de poder que viabiliza certas narrativas, silenciando outras. Afinal, o rastreamento do poder demanda uma visão mais ampla da produção histórica.

Escrita e escritores, com suas obras, foram retomados neste trabalho para indicar a constância e amplitude da escrita entre pessoas escravizadas, libertas e livres na invenção da subjetividade, das ideias e da história das sociedades em que estiveram inseridas.

Deste modo, a escrita negra não foi apenas um registro escriturístico, mas um dispositivo de emancipação e de insurgência contra colonial. Ao transitar habilmente entre a oralidade e o letramento, sujeitos de história subverteram fronteiras sociais, por meio do ditado, autoria, processo, imprensa, teatro, biblioteca, docência e corografia para produzir na vida social uma inventividade cultural que alargava os limites estreitos do espaço social a eles oferecido. Ressignificar este trabalho cultural da gente negra entre a oralidade e a escrita supõe reconhecer o manejo estratégico das duas tradições, na história, no direito, na literatura, na tradução, na autoria. Significa ainda ampliar o raio desta ação compreendendo que a escrita se compôs como gesto constante na diáspora negra, em diferentes territorialidades e temporalidades. Mas também situar a singularidade de um trabalho pioneiro de invenção da escritura em Goiás.

É imperativo ressaltar que as limitações documentais e os silêncios observados nos arquivos coloniais não fragilizam o rigor desta investigação; ao contrário, eles reafirmam a necessidade de um deslocamento metodológico fundamental para a história das populações subalternizadas. Diante de um sistema de registro que, historicamente, operou para apagar a subjetividade e a autoria negra, a pesquisa valeu-se do paradigma indiciário[674]. Como propõe Carlo Ginzburg, nos pequenos detalhes, nos lapsos de linguagem dos escrivães e nas entrelinhas dos processos jurídicos, residem os vestígios de uma agência que a narrativa oficial tentou suprimir. Deste modo, a ausência de uma trajetória biográfica linear ou de uma assinatura explícita em todos os textos não é uma falha da pesquisa, mas um sintoma da estrutura de poder que se pretendeu desvelar.

Nesse sentido, o esforço empreendido foi o de tratar o arquivo como uma genealogia do poder e um repositório para o sistema de significados e a gramática da ordem ou um necrotério onde se encontram os restos das vidas dos escravizados[675] mas um ambiente onde o trabalho da historiadora pode encenar uma luta contra o esquecimento. À guisa de considerações finais

---

[674] GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

[675] HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 18 dez. 2025.

permanece a questão: seria possível exceder ou negociar os limites constitutivos do arquivo? Propor uma série de argumentos especulativos e explorar as capacidades do subjuntivo (modo gramatical que expressa dúvidas, desejos e possibilidades), ou moldar uma narrativa, que se baseia na pesquisa de arquivo, querendo trazer uma leitura crítica do arquivo, que mimetiza as dimensões figurativas da história.[676] Pretender contar uma história impossível, assim como amplificar a impossibilidade de que seja contada plenamente, considerando as rasuras e limites do passado. Possivelmente tratar de uma temporalidade condicional do "que poderia ter sido", como índice de crítica às ruínas coloniais.

Tal abordagem permitiu identificar o protagonismo negro não onde o arquivo o celebra, mas onde ele o oculta ou o criminaliza. Quando um sujeito negro dita termos em um processo jurídico ou quando uma corografia é escrita sob o manto da crítica à "decadência", estamos diante de uma autoria que desafia a própria lógica do documento que a contém. A validade dos resultados aqui apresentados sustenta-se, portanto, na capacidade de converter o "vazio" documental em uma evidência da resistência intelectual: o silenciamento não prova a inexistência da autoria, mas a eficácia da censura, a qual esta tese buscou romper por meio de uma exegese crítica e situada.

O convite dirigido a quem se interesse à pesquisa sobre o tema é dirigido a temas que ampliam. Uma frente promissora de investigação pode residir no aprofundamento da prosopografia - biografia coletiva - desses intelectuais negros em mobilidade. Sugere-se que pesquisas futuras realizem incursões para reconstruir as trajetórias de formação e as redes de sociabilidade que sustentaram as viagens internacionais citadas nesta tese. O objetivo seria entender como esses sujeitos se conectavam a outros núcleos da Goiás letrada e negra e da diáspora africana global.

Dada a descoberta de que a primeira corografia da Província e traduções do latim possuem autoria negra, abre-se um campo de interesse para a crítica textual e a linguística histórica. Trabalhos futuros poderiam se dedicar à edição fidedigna e anotada dessas obras, analisando marcadores de estilo, escolhas vocabulares e possíveis subtextos que revelem resistências linguísticas ou hibridismos culturais. Isso permitiria consolidar um "corpus" da literatura negra goiana do século XIX, ainda pouco explorado nos cursos de letras e história.

A partir da constatação de que a presença africana constituiu o espaço urbano de forma política e cultural, sugere-se a realização de estudos de arqueologia histórica e geografia cultural. Tais pesquisas poderiam cruzar os dados de propriedade, moradia e locais de festejos

676 Idem.

citados nesta tese com a malha urbana atual da Cidade de Goiás. O intuito seria mapear as "territorialidades da liberdade" — espaços físicos onde a autoria, o teatro e a administração colonial eram exercidos por negros, visibilizando a cidade negra que existe sob a cidade monumental.

No convite a novas abordagens se insere a realização de estudos interdisciplinares que articulem a história, a literatura e a etnografia para investigar os pontos de contato entre as irmandades religiosas negras, os festejos populares e a produção intelectual erudita. Investigar como os nexos aqui apontados se manifestavam na organização de currículos de ensino, na manutenção de bibliotecas comunitárias e na produção de partituras e textos teatrais pode revelar como o espaço urbano de Goiás foi, sistematicamente, um laboratório de resistência cultural onde a oralidade e a escrita não eram polos opostos, mas ferramentas complementares de afirmação política.

Sugere-se o aprofundamento da investigação sobre as trajetórias biográficas dos sujeitos negros em mobilidade internacional identificados nesta tese. Trabalhos futuros podem realizar incursões em arquivos ultramarinos - como o Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, o Arquivo do Vaticano ou registros portuários na costa ocidental africana - para reconstruir as redes de sociabilidade e os intercâmbios intelectuais desses *negros modernos*. A análise dessas conexões transcontinentais permitiria que compreendêssemos melhor como a erudição goiana - traduções, teatro e corografias - dialogava em tempo real com as correntes de pensamento do Atlântico Negro e outras tradições escritas.

Os caminhos percorridos por este trabalho de pesquisa ampliam os diálogos disciplinares sobre os dispositivos de emancipação; a participação africana na disputa pela redação dos processos; a autoria e o protagonismo negro na escrita; a anterioridade e a invenção de Goiás como construto de letrado negro; a relação entre o passado-presente na história de Goiás e; a tensa relação entre a disciplina e o arquivo enquanto este se apresenta como repositório da memória sensível e do registro do trauma colonial.

Deste trabalho se ressalta, à guisa de considerações finais, que o protagonismo negro - tão evidente quanto invisibilizado por gerações - traz questões teórico-metodológicos que convidam a um outro olhar para o campo dos estudos sobre liberdade; outras perspectivas à história do lugar como espaço social de emergência do documento escrito; para condições de produção de escritos pela gente negra neste tempo-espaço.

O acolhimento ao possível fracasso e a abertura para aceitar o caráter continuado, interminável e provisório desse trabalho, sobretudo quando as determinações do poder

forcluem o próprio objeto que desejamos evidenciar. Assim como o processo de Joanna Mina nós também saímos deste encontro com sentido de finitude pela compreensão de que alguma parte nossa ainda falta. A despeito de nosso engajamento.

O resultado aqui apresentado como um *template* aberto, na dinâmica entre o possível no presente e os desafios para a produção de um caminho historiográfico marcado pela emancipação, como pressuposto e episteme da disciplina.

Não é esse, afinal, o desafio posto pela história?

FONTES

ARQUIVO FUNDAÇÃO SIMÃO DORVI

COLEÇÕES E DOCUMENTOS CONSULTADOS

Coleção de Documentos do Século XVIII
Coleção de Leis Goianas
Coleção Instrução Pública
Coleção Escravos

Requerimentos
Requerimento de Joanna, preta mina, contra seu senhor, o alferes Francisco Leyte Borges, 1802.
Coleção Arquivo Civil
Coleção Periódicos Goianos
Coleção Genealogia Goiana
Fontes Manuscritas
Roteiro de viagem de José da Costa Diogo e João Barbosa, sobre a derrota do rio São Francisco pelo rio Urucuya até às Minas de Goiás.

ARQUIVO GERAL DA DIOCESE DE GOIÁS

Coleção de Livros Manuscritos de Assentos Consultados
Livros Manuscritos de Batismos de Goiás Escravos 1764 -1787; 1787-1792; 1794-1834.
Livros Manuscritos de Batismos de Goiás Escravos - [e óbitos das capelas filiais] 1813-1829.
Livro Manuscritos de Batismos de Goiás Livro de Casamentos de Curralinho C-1.

ARQUIVO HISTÓRICO ESTADUAL DE GOIÁS - AHEG

Coleção de Livros Manuscritos e Documentos Avulsos Consultados
Livro de correspondências da Secretaria do governo da Capitania de Goiás 1756-1777.
Livro do Cartório de Família da Cidade de Goiás – CFCG
Juízo dos Orfaons, Inventário que se procedeu dos bens com que faleceu Narciza Gomes de Oliveira [...] - (1803).
Autos civis de agravo feito por João Pedro da Cunha contra o alferes [mutilado] – (1803).

Justificação de Joaquim Branco contra os Fiscais do Juízo pela Herança do Falecido Antônio Joze de Castro – (1809).
Provedoria Geral dos Auzentes, Manoel Lourenço de Bessa, justificante - (1811).
Autos cíveis de emancipação e habilitação João Gualberto de Oliveira – (1812).
Juízo dos órfãos, autos cíveis de habilitaçam e emancipaçam de Francisco Antônio de Souza [...] – 1813).
Autos cíveis de habilitaçam e emancipaçam de Antônio Manoel Gomes da Silva – (1813).
Autos de Anna Joaquina da Neiva contra o cirurgião-mor Bartholomeu Lourenço da Silva – (1814).
1824. Traslado do testamento e inventário com que faleceu Vitoria da Roza
Provedoria Geral de Execução, o Thezoureiro Geral Antônio Loureiro Gomes contra os herdeiros do falecido Lourenço Antônio da Neiva, 3ª Embargante Joanna de Bastos (1816).
Manoel Camelo Pinto contra D. Anna Jacinta Alves Costa – (1816).
Libelo Cível de Bonifácia Duarte Teixeira contra Clara Maria Leite – (1818).
Libelo Cível Antônio Álvares Costa contra Jozé Mamede Botelho da Silva – (1822).

CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DA CIDADE DE GOIÁS – CPOGC
Livros Manuscritos e Documentos Avulsos Manuscritos Consultados
Livros de Registros de Notas 1745-1749; 1790; 1800-1804; 1807; 1807; 1811-1812; 1820; 1823; 1826
Autos de Devassa – Joaquim Branco - (1802).
Autos de Devassa – Capitão Joaquim Manoel de Passos - (1804).
Libelo de Dona Ana Souza de Oliveira contra Francisco mina – (1804).

ARQUIVO DO MUSEU DAS BANDEIRAS

COLEÇÕES CONSULTADAS

Coleção "Escrituras e Testamentos do Arrayal do Meia Ponte (1755-1828)"
Coleção "Americano no Brasil" (1918-1925)
Fundo Lyceu de Goyaz (1847-1934)
Provisões de professores
Fundo Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato (1755-1916)
Fundo Real Fazenda (1736-1957)
Coleção Zoroastro Artiaga (1626-1954)
Coleção Ofélia Sócrates (1847-1967)
Coleção Fotográfica (177?- 1914)

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS HISTÓRICOS DO BRASIL CENTRAL

COLEÇÕES E DOCUMENTOS CONSULTADOS

Coleção de Livros Manuscritos

Coleção de Documentos Manuscritos

Catálogo e Documentos do Arquivo Ultramarino de Lisboa/AHU

Lista de Documentos Consultados

AHUL_ACL_CU_008, D. 8; D. 22; D.395; D. 622; D. 1072; D. 1961; D. 2024; D. 2084; D. 2112; D. 2155; D. 2195; D. 2181; D. 2241; D. 2242; D. 2319; D. 2650; D. 2651; D. 2700; D. 2761; D. 2767; D. 2811.

Coleção Cartográfica – Cartografia da Capitania e Província Goiás

Coleção de Documentos Manuscritos Avulsos

Ata da Câmara, 01/02/1794 (Termo de Vereança).

Primeira e última visita de Alexandre Marques do Valle, visitador que foi das Minas de Goyaz, (1734-1824).

Livro de registro de óbitos de Meia Ponte 1732-1747; 1760-1776.

Compromissos da Irmandade dos Pretos Captivos de Nossa Senhora do Arrayal de Cocal 1772 e 1778.

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Meia Ponte (1758)

Cópia da Primeira e Última visita que fez o padre Alexandre Marques do Valle, visitador que foi das Minas dos Goyazes (1734-1824).

Coleção de Livros Manuscritos

Livro de Registro de Denúncias 1753-1794.

Livro de Assentos de Óbitos de Meia Ponte 1770-1776.

Livro de Registro dos Testamentos do Juízo Municipal 1842-1848.

Livro de Registro de Testamento nesta Provedoria 1829-1841.

DOCUMENTOS PUBLICADOS

ALENCASTRE, José Maria Pereira. **Biografia de Luiz Antônio Silva e Souza**. In: Revista do Instituto Histórico Geográphico e Etnográphico do Brasil, Tomo XXX, 1863.

MATUTINA MEIAPONTENSE, 1830-1834. Goiânia, Agepel, 2001.

BERTRAN, Paulo. **Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783**. Goiânia, IBCC, 2010.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951.

PINHEIRO, Antônio C. C & COELHO, Gustavo N. **Diário de viagem do Barão de Mossâmedes**: 1771-1773. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

PINHEIRO, Antônio Cesar Caldas; RICARTE, Jucilene Apolinário. **Catálogo de Verbetes dos documentos manuscritos avulsos da Capitania de Goiás**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2001.

PINTO, Luiz Maria da Silva, **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SAINT-HILAIRE, August**. Viagem as nascentes do rio S. Francisco pela província de Goyaz.** São Paulo, Companhia editora nacional, 1937.

SAINT-HILAIRE, August. **Viagem à província de Goyaz**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo horizonte, Itatiaia, 1975.

TASSO, Torquato. **Jerusalém libertada**. Tradução e notas de José Pedro Xavier Pinheiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864.

TELES, José Mendonça. **"Corografia histórica da província de Goiás"**, de Raimundo da Cunha Matos. Rio de Janeiro: IHGB, 1979.

TELES, José Mendonça. **Coleção Memória Goianas.** Goiânia: Ed. UCG, 1996-2002.

TELES, José Mendonça. **A imprensa matutina.** Goiânia: Ed. Kelps, 2010.

TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva**. Goiânia, Ed. UFG, 1998.

SILVA E SOUZA, Luiz Antonio. O Descobrimento, Governo, População, e Cousas Notaveis da Capitania de Goyaz. In: **Revista Trimestral de Historia e Geografia** ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, No. 16, 4º trimestre de 1849.

SILVA E SOUZA, Luiz Antonio**. Memória Estatística da Província de Goyaz**. Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1832.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. *In:* **Ensaios de teoria da História** (org. Durval M. de Albuquerque Jr.). Bauru: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCAR, I. F. **A larva, a crisálida e a borboleta**: as cartas de liberdade em Goiás (1800-1824). 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

ALMEIDA, Mariléa. **Devir quilomba**: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo, Ed. Elefante, 2022.

APOLLINÁRIO, Juciene Ricarte. **A escravidão negra no Tocantins colonial**. Goiânia: Ed. Kelps, 2007.

ARAÚJO. Jorge de Souza. **Perfil do leitor colonial.** Ilhéus, Editus, 2008.

BÂ, Amadou Hampâté. "A tradição viva". In: KI-ZERBO, Joseph (org.). História Geral da África – Volume I: **Metodologia e Pré-História da África**. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCar, 2010. p. 166–205.

BAQUAQUA, Mahommah Gardo. **Biografia e narrativa do ex-escravo afro-brasileiro / Mahommah Gardo Baquaqua**; tradução Robert Krueger. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 139, (Série Prometeu).

BARRETO, Raquel. Introdução (Raquel Barreto, org.). In: NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e Intelectual**: possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanistas. Editora Filhos da África, 2018, p. 26-39.

BATISTA, Wagner Vinhas. **Palavras Sobre uma Historiadora Transatlântica**: estudo da trajetória Intelectual de Maria Beatriz do Nascimento (Tese). Universidade Federal da Bahia, 2016.

BENJAMIM, Walter. **Teses sobre o conceito de história** (1940-2020). MÜLLER, Adalberto Müller; SELIGMAN-SILVA, Márcio. São Paulo, Selo Alameda Editorial, 2020.

BERTRAND, Paulo. (Org.). **Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. 2 v.

BERTRAND, Paulo et al. **Evolução urbana da cidade de Goiás no período colonial**. Seminário Arquimemória II. Belo Horizonte, 1987.

BERTRAND, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco-história do

BICALHO, Maria Fernanda Batista. Sertão de Estrelas: a Delimitação das Latitudes e das Fronteiras na América Portuguesa. **Varia História**, vol. 21, Belo Horizonte, 1999, p. 73-85.

BOSCHI, Caio. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 100-111, 199.

BOTELHO, Tarcísio. **Estimativas de população para o Brasil, séculos XVIII e XIX**. In: https://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/sesso_22_paper_botelho.pdf. Acesso em 03 de junho de 2025.

BOURDIEU, Pierre, "Gostos de classe e estilos de vida". In. Renato Ortiz (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**, São Paulo, Olho d´Água, 2003.

BOXER, Charles. **Relações raciais no Império colonial português (1415-1825)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

BUTLER, Judtih. **Bodies that matter.** London, Routledge, 1993.

CARMO, Lucas Rodrigues. Alforrias nos livros de notas de Jatahy: estratégias na negociação da liberdade (1872-1888). In: **Revista Albuquerque**, vol. 12, no. 23, p.p. 183-196, jan-jun de 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**: uma análise do dispositivo de racialidade e do biopoder. 2005. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTILHO, Lisa; SAMPAIO, Gabriela e ALBUQUERQUE, Wlamyra (org.). **Barganhas e Querelas da Escravidão:** tráfico, alforria e liberdade - séculos XVIII e XIX. Salvador: Edufba, 2014.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). – 3° ed. ver. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1998] 2013.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. **Marcas da Escravidão:** biografia, racialização e memória do cativeiro na História do Brasil, Tese de Titular em História do Brasil, Niterói, 2004.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **A Cor Inexistente:** os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, séc. XIX). Tese (Doutorado em História). ICHF/UFF, Niterói, 1993.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

COELHO, Gustavo Neiva. **Goiás: uma reflexäo sobre a formaçäo do espaço urbano**. Goiânia, Editora UCG, 1996.

COELHO, Gustavo Neiva. **O espaço urbano em Vila Boa**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2001.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

COTTA, Fancis Albert. **Militares negros em uma sociedade escravista**. XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Londrina, 2005.

COTTA, Francis Albert. Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. **Mneme – Revista de Humanidades**, Seridó, Rio Grande do Norte, v, 3, n. 6 , p. 71-95, 2010.

CURADO. Alessandra Rodrigues Oliveira. **O jornal a Matutina Meiapontense no contexto da abdicação de D. Pedro I:** uma análise a partir da esfera pública de Habermas. Dissertação, UFG, GOIÂNIA, 2018.

DODIER, Nicolas; BARBOT, Janine. A força dos dispositivos. In: **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 2, Maio/Agosto 2017.

DOUGLASS, Frederick. **Vida de um esclavo americano escrita por él mismo**. España: Alba Editorial, 1995.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUARTE, Alan Ricardo. **O império de papel:** no labirinto das discórdias, denúncias, cartas e representações contra os governadores da capitania de Goiás c. 1749 – c. 1804. 2020. 500 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

ESTEVAM, Luís. **Tempo da transformação:** estrutura e dinâmica da transformação econômica de Goiás. Goiânia, Ed. UCG, 2004.

FAYAD, Nars Chaul. **Caminhos de Goiás:** da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. Cegraf, 1997.

FERREIRA, Bessone da Cruz; TAVARES, Tânia M. , "Biblioteca de Médicos e Advogados do Rio de Janeiro: Dever e lazer em um só lugar", In Abreu, Márcia (org*.),* **Leitura, histórias e história da leitura,** Campinas-SP, Mercado de Letras, 1999.

FERREIRA, Roquinaldo. Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX. In: **Tempo**, vol.10 No. 20, 2014.

FIGUEIROA-REGO, João de; OLIVAL, Fernanda. Cor da pele, distinções e cargos: Portugal espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 115-145, jan.-jun. 2011.

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

FLORENTINO, Manolo. **Tráfico, cativeiro e liberdade:** Rio de Janeiro Séculos XVII – XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GARCIA, M. A. A. Notas sobre a história da escravidão em Goiá*s*. In: **Revista Mosaico**, v. 6, n. 1, p. 39-50, jan./jul. 2013.

GILROY, Paul. **The Black Atlantic:** Modernity and Double Consciousness. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução Maria Bethânia Amoroso. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Porto: Sextante Editorial/Porto Editora, 2011.

GOMES, Bethania; RATTS, Alex. **Todas as distâncias:** poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Salvador: Oguns Toques Negros, 2015.

GOMES, Flávio; DOMINGUES. Petrônio. **Experiências da emancipação:** biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo, Selo Negro, 2022.

GOMES, Flávio; MACHADO, Maria Helena P.T. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos. In: CASTILHO, Celso Thomás; MACHADO, Maria Helena P.T. (org.). **Tornando-se Livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GRIMBERG, Keila. Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos. **Estudos Históricos**, V. 27, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARTMAN, Saidiya. **Lose Your Mother:** A Journey Along the Atlantic Slave Route. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2008.

HARTMAN, Saidiya. O tempo da escravidão. Tradução Kênia Freitas, Cíntia Guedes e Matheus Araújo dos Santos. **Periódicus**, Salvador, n. 14, v.1, nov.2020-abr.2021.

HARTMAN, Saidiya. **Scennes os Subjection**: terror, slavery, and self-making in nineteenth0century américa. New York, Oxford University Press, 1997.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos**.** Dossiê Crise, Feminismo e Comunicação – In: **Revista Eco-Pós,** Rio de Janeiro, 2020, v. 23, ed. 3, p. 12-33.

JACOBS, Harriet. **Incidentes da vida de uma escrava contados por ela mesma**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1988.

KARASCH, Mary C. Minha nação: identidades escravas no fim do Brasil colonial. **Brasil: colonização e escravidão.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 127-141, 2000.

KARASCH, Mary C. O quilombo do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1996, pp. 240-262.

KARASCH, Mary C. Centro-Africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. In: **HEYWOOD**, Linda M. **Diáspora negra no Brasil**. (Trad. Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito). São Paulo: Contexto, 2012.

KARASH, Mary. Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. In: HEYWOOD, Linda M. (Ed.). **Central Africans and cultural transformations in the American diaspora**. Cambridge: Cambridge Press, 2002. P. 117-153.

KARASH, Mary. "Concubinato e casamento na capitania de Goiás", in M. B. Nizza da Silva (coord.), **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 91-102.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LARA, Silvia H. **Fragmentos setecentistas:** escravidão, cultura e poder na América Setecentista. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

LEITE, Clara Duran. **Tecendo a liberdade:** alforrias em Goiás no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás,2000.

LEMES, Fernando Lobo. **A Oeste do Império – dinâmica da câmara municipal na última periferia colonial:** um estudo das relações de poder nas minas e capitania de Goiás (1770-1804). UFG (Dissertação), 2005.

LEMKE, Maria. O Caminho do Sertão: notas sobre a proximidade entre Goiás e África. **Politeia**, Vitória da Conquista, v.13, p.p. 115-132, 2013.

LIMA, Thayara Cristine Silva. Literatura e história na reeducação de imaginários e na produção de novos futuros. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n. 67 e 68, 2023, p. 02.

LOIOLA, Maria L. **Trajetórias atlânticas, percursos para a liberdade:** africanos e descendentes na Capitania dos Guayazes. Goiânia, Ed. UFG, 2009.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de Liberdade:** Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Salvador, Ed. UFBA, 2018.

MAIA, Moacir. Uma identidade litorânea: os chamados courás na África e em Minas Gerais (Século XVIII). In: **A diáspora Mina:** africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que "o Preto Mina" é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. In: **Afro-Ásia**, v. 24, p. 71-95, 2000.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séc. XVII ao XIX. In: **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 74, março 2006.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória:** o reinado do rosário no jatobá. São Paulo, Editora Perspectiva, 2021.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MARTINS, Maria do C. S; SILVA, Helenice C. C. da. Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais pelo caminho do sertão 1759-1772. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 43, n. 2, p. 74-91, jul./dez. 2007.

MATA, Iacy Maia. **Os Treze de maio:** polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-89). Dissertação Mestrado, Salvador, UFBa, 2002.

MATOSO, Katia. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2001.

MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MIRANDA, Permanências d'África no catolicismo Goiano. In: **Fragmentos de Cultura**, v. 21, No. 4-6, p. 318-327, 2009.

MORAES, C. C. Pereira; PEREIRA, A. R. Duarte. **Nas teias da administração colonial**: os governadores da Capitania de Goiás (1749-1822). In: **Pol. Hist. Soc**., Vitória da Conquista, v. 19, n. 1, p. 117-132, jan.-jun. 2020, p.p. 117-132.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. O tráfico de escravos para o Brasil no século XVIII. **Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil**, v. 8, No. 15, p. 197-244, jul-dez, 2007.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do corpo místico de Cristo:** irmandades e confrarias na capitania de Goiás – 1736-1808. Lisboa: UNL, 2006 (Tese de doutoramento). 2005.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. Devotos de Nuestra Señora del Rosário de los Hombres Negros y seguidores del Vudú: Los rituales sudaneses en la Région de los Guayases al final del siglo XVIII. In.: CORTÉS ZAVALA, Maria T.; et ali.(coords.) **Región**, **Frontera y Prátcticas Culturales em la Historia de América Latina y el Caribe.** Michoacan-México: Universidad Michoacan de San Nicolas de Hidalgo, p. 71-92.

MOTT, Luiz. **Rosa Egipcíaca:** uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993.

MOTTA, Tatiana Carvalho. **Entre o atlântico e o sertão:** mulheres e vida urbana na capitania de Goiás**.** Dissertação. Brasília, UnB, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento:** quilombola e intelectual, possibilidade no dia da destruição. Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e Intelectual:** possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanistas. Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras:** relações raciais, quilombos e movimentos. RATTS, Alex. Org. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **Todas as Distâncias:** poemas aforismos e ensaios (Alex Ratts e Betânia Nascimento, orgs.). Salvador, Ed. Oguns Toques, 2015.

NASCIMENTO, Beatriz. É Tempo de Falarmos de Nós. (Alex Ratts, org.) In: **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, Imprensa Oficial, 2007.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência negra. In: **Pensamento negro: antologia.** Rio de Janeiro: Fundação Palmares, 1985.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. In: RATTS, Alex. Org. **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. In: **Revista de Cultura Vozes**, 1974.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. Quem eram os "negros da Guiné"? A origem dos africanos na Bahia, **Afro-Ásia**, 19/20 (1997), pp. 37-73.

PAIVA, Eduardo F. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. **O trabalho mestiço**, p. 187-207, 2002.

PAIVA, Eduardo F. Por uma história cultural da escravidão, da presença africana e das mestiçagens. In: **Revista de História e Estudos Culturais**. No. 03, Vol. 06, Ano VI, jul/set. 2009.

PAIVA, Eduardo F. **Escravidão e universo cultural na colônia:** Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PALACÍN, Luís. **Goiás 1722-1822**: **estrutura e conjuntura numa capitania colonial**. Goiânia: Oriente, 1976.

PALACÍN, L. **O século do ouro em Goiás**. Goiânia, Ed. UCG, 1994.

PAZ. Francisco Phelipe Cunha. **Na casa de Ajalá**: comunidades negras, patrimônio e memória contracolonial no Cais do Valongo – A "Pequena África". Universidade de Brasília (dissertação). 2019.

PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. **O império de papel:** no labirinto das discórdias, denúncias, cartas e representações contra os governadores da capitania de Goiás c. 1749 – c. 1804. 2020. 500 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma cidade sensível sob o olhar do outro**: Jean-Baptiste Debret e o Rio de Janeiro (1816-1831). Paris: CERMA/EHESS, 2007. Disponível em: http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/sandra_jp.html. Acesso em 02 de junho de 2025.

PINHEIRO, Fernanda Domingos. **Nem liberto, nem escravo: os coartados em disputas judiciais (Mariana/MG – 1750-1819)**. História (São Paulo) v.37, 2018.

PINHEIRO, Antônio Cesar Caldas. **Os tempos míticos das cidades goianas:** mitos de origem e invenção das tradições. Goiânia. Editora UCG, 2010.

PINHEIRO, Antônio César Caldas; COELHO, Gustavo Neiva (Orgs.). **O diário de viagem do Barão de Mossâmedes:** 1771-1773. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

PINHEIRO, Fernanda Domingos. **Em defesa da liberdade: libertos, coartados e livres ~~de cor~~ nos tribunais do Antigo Regime Português (Mariana e Lisboa, 1720- 1819).** Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de Liberdade:** literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas, Ed. Unicampo, 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas:** literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. Tese, UNICAMP, Campinas, 2014.

PRECIOSO, Daniel. Isabel Angola e Margarida Crioula: duas escravas mandingueiras na Capitania de Goiás (1783-1804). In: **SÆCULUM - Revista de História** [v. 24, n. 41]. João Pessoa, p. 99-110, jul./dez. 2019.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

REGINALDO, Lucilene. "Não tem informação": ~~mulatos~~, pardos e pretos na Universidade de Coimbra (1700-1771). In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 421-434, set.-dez. 2018

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas:** irmandades negras, experiencias escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. UNICAMP (tese de doutorado), 2005.

REIS, João J.; SILVA, Paulo Ribeiro. (Orgs.). **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 13-21.

REIS, João José _____. **Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão**. Tempo, Rio de Janeiro, V. 2. n. 3, p. 7-33, 1996.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil – "nos achamos em campo a tratar da liberdade". **Revista USP**. São Paulo, n. 28, pp. 14-39, dez/fev. 95/96.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil:** a História do Levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

RIBEIRO, Alexandre V. **E lá se vão para as minas**: perfil de comércio de escravos despachados da Bahia para as gerais na segunda metade do século XVIII. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A004.pdf. Acesso em: 1 de junho de 2025.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Aldair. Quem eram as negras e os negros minas na capitania de Minas Gerais no século XVII: In: **A diáspora Mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Notas sobre o uso de documentos judiciais como fonte de pesquisa histórica. In: **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 2.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** teoria da história, os fundamentos da ciência histórica. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília, Ed. UnB, 2010.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Trad. Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SALES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1992.

SALES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1992.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Nos confins do Império: diversidade e etnicidade no mundo do trabalho na Amazônia do século XIX. In: XAVIER, Giovana (org.). **Histórias da escravidão e do pós-abolição para as escolas.** Belo Horizonte: Fino Traço Editora/Rio de Janeiro: MC&G Editorial/ Brasília: MEC, 2015. p.179-194.

SANDES, Noé Freire. Memória, nação e régio: a identidade em questão. In: FAYAD, N. S.; RIBEIRO, P. R. **Goiás: identidade, paisagem, tradição**. Goiânia, Ed. UG, 2001.

SANT'ANNA, Thiago. **Mulheres goianas em ação:** práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, 2005.

SANTOS, Inaê Lopes. **Além da senzala:** arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: USP (dissertação), 2006.

SCARANO, Julita _____. **Cotidiano e solidariedade:** vida diária da gente ~~de cor~~ nas Minas Gerais – Século XVIII. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão:** a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1978.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA Jr. Carlos. A diáspora Mina-Gbe no Mundo Atlântico. In: **A diáspora Mina:** africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

SILVA Jr. Dennis; MILTON, John. História da tradução no Brasil: percursos seculares. In: **Translatio**, No. 16, Porto Alegre, 2016.

SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai João: o escravo que negocia. In: REIS, João J et al. (Orgs*.)*. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 13-21.

SILVA, Elias Manoel da; VIEIRA Jr. Wilson. **Goyaz:** guia de cartografia histórica. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros:** culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). UFRGS (tese de doutorado), 2017.

SILVA, Maria Beatriz Marques Nizza da. A família escrava no Brasil colonial. **Anais**. VIII Reunião Anual, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. 1989, p. 21-29.

SILVA, Maria Beatriz Marques Nizza da. A luta pela alforria. Brasil : colonização e escravidão. Tradução . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.NIZZA DA SILVA, Maria B. **Brasil, colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Acesso em: 05 fev. 2026. , 2000.

SILVA, Martiniano J. **À sombra dos quilombos**. Goiânia: Cultura Goiana, 1974.

SILVA, Martiniano J. **Quilombos do Brasil Central:** violência e resistência escrava. Goiânia: Kelps, 2003.

SILVA, Murilo Borges. **Pelos Caminhos da Abolição: os últimos anos da escravidão e a experiência de liberdade em Jataí.** Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. **A Congada da Vila João Vaz em Goiânia (GO): memória e tradição.** Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

SLENES, Robert. **Escravidão e família:** padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). Estudos Econômicos, No. 17; Vol. 2, maio-agosto, 1987.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de C. *Devotos da cor.* **Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor:** identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. Os Mina em Minas: Tráfico atlântico, redes de comércio e etnicidade. **Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH-História: Fronteiras**, p. 689-685, 1999.

SODRÉ-MIRANDA, Janira. Intelectual negra na história atlântica: o projeto historiográfico de Beatriz Nascimento. In: **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 16., p.p. 95-107, 2023.

SOUZA, Laura de M. e. Coartação – problemática e episódios referente a Minas Gerais no século XVIII. In: SILVA, Maria B. N. da. **Brasil, colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.275-295.

TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia, Ed. UCG, 1998.

TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora Oriente, 1978.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado:** poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016. 256.

VELOSO, Ana Paula Meyer**. Bibliotecas particulares e dispositivos de leitura**. Dissertação. São Paulo, 2008.

VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e "decadência" de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. In: **Revista,** No. 28, Vol. 1. 2009, p.p. 243-288.

WASHINGTON, Booker T. **Up from slavery**. New York, Dover Publications, Inc., 1995.

www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A002.pdf .Acesso em: 5 de dez. de 2024.

YELLIN, Jean Fagan (ed.). **Incidents in the Life of a Slave Girl: Written by Herself.** Cambridge: Harvard University Press, 1987.

YELLIN, Jean Fagan. **Harriet Jacobs: A Life.** New York: Basic Books, 2004.